

Antonio Carlos A. Gil

Fabio Muruci dos Santos

Camila Bueno Grejo

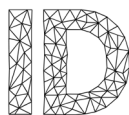
História Política e Intelectual nas Américas



Antonio Carlos Amador Gil
Fabio Muruci dos Santos
Camila Bueno Grejo

História Política e Intelectual nas Américas

Serra, 2024.



Identidade Editorial

Rua Gonçalves Dias, 270, Praia da Baleia, Serra - ES. CEP.: 29172-694.

www.identidadeeditorial.com.br

Conselho Editorial: Dr. Alexander Martins Vianna (UFRRJ), Dr.^a Carmem Soares (Universidade de Coimbra), Dr.^a Cilene da Silva Gomes (PUC-PR), Dr.^a Eliane Morelli Abrahão (Unicamp), Dr.^a Fabiana Kraemer (UERJ), Dr. Fernando Santa Clara Viana Jr. (UFBA), Dr. Jadir Rostoldo Peçanha (UFES), Dr. José Newton Coelho Meneses (UFMG), Dr.^a Juliana Sabino Simonato (UFES), Dra. Livia Scheiner (Pedro II), Dr.^a Maria Cecília Pilla (PUC/Paraná), Dr.^a Mônica Chaves Abdala (UFU), Dr.^a Patrícia Maria da Silva Merlo (UFES), Dr.^a Raquel Bello Vázquez (Uniritter), Dr. Renato da Silva Dias (Unimontes), Dr.^a Rita de Cassia Aquino (USJT), Dr. Sebastião Pimentel Franco (UFES).

Editoração e projeto gráfico: Lucas Onorato Braga

Revisão textual e padronização: De responsabilidade exclusiva dos autores.

Revisão Técnica: Lucas Tonini Spelta

Imagem da capa: Editora Milfontes

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

635h História Política e Intelectual nas Américas / Antonio Carlos Amador Gil; Fabio Muruci dos Santos; Camila Bueno Grejo (orgs.) – Serra: Identidade Editorial, 2024.

276 p.: ilustrações.

ISBN: 978-65-983805-6-4

1. LEHPI. 2. História das Américas. 3. História Política. 4. História Intelectual. I. GIL, Antonio Carlos Amador. II. SANTOS, Fabio Muruci dos. III. GREJO, Camila Bueno. IV. Título.

CDU: 900

Antonio Carlos Amador Gil
Fabio Muruci dos Santos
Camila Bueno Grejo

História Política e Intelectual nas Américas



Serra, 2024.

Sumário

Apresentação | 07

Política, diplomacia e escrita da história na segunda metade do século XIX a partir das relações entre Bartolomé Mitre e o Brasil | 09

Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva

Intelectuais e política no século XIX: Bolívar entre a revolução e o ressentimento na América | 37

Fabiana de Souza Fredrigo

Entre Michelet e Kant: Carlos María Ramírez e a reescrita da história nacional uruguaia na segunda metade do século XIX | 64

Elvis de Almeida Diana

Entre a diplomacia e a história: Argentina, Brasil e a crise dos armamentos | 94

Camila Bueno Grejo

María Lugones: os feminismos e a interseccionalidade na sua produção intelectual | 108

Daiene Solange Dalamora

Vendas de alimentos e negociação do trabalho nas áreas urbanas: autonomia e limites escravistas em Demerara, Cuba e Peru no século XIX a partir de Emília Viotti da Costa, Rebecca Scott e Carlos Aguirre | 136

Larissa Penelu Bitencourt Pacheco

Debates indigenistas peruanos na revista América Indígena (1942-1946) | 159

Natally Vieira Dias

Americanismo, construção de barragens e expansão hegemônica dos EUA no século XX | 184

Jamile Silva Silveira

Descolonizar os sistemas de justiça: análise das decisões do Tribunal Constitucional Plurinacional Boliviano | 202

Aline de Souza Vasconcellos do Valle

Imprensa e memória na ditadura chilena: a representação dos fatos noticiados entre os diários El Mercurio, La Segunda e a revista Análisis | 222

Myllena Silva Prado

Revolución Marica: a homossexualidade anticapitalista e revolucionaria na revista do grupo argentino Frente de Liberación Homosexual | 250

Álvaro de Souza Carneiro Salle

Apresentação

A presente edição reúne os principais trabalhos apresentados no 5º Encontro de História Política e Intelectual nas Américas, organizado pelo Laboratório de Estudos de História Política e Intelectual nas Américas (LEHPI), nas dependências da Universidade Federal do Espírito Santos (UFES) entre os dias 19 e 21 de outubro de 2022 e que contou com apoio da FAPES. Esse conjunto de textos contempla diversos períodos da História das Américas, tendo como ênfase estudos sobre história política e intelectual, foco central das atividades de nosso laboratório.

Os estudos da história política e intelectual hispano-americana têm crescido de forma significativa no Brasil nas últimas décadas, com um notável aumento no número de publicações e teses. No entanto, a carência de circulação de materiais importantes para esse campo no país continua sendo um sério empecilho. O número de traduções de estudos sobre o tema realizado em línguas estrangeiras ainda é bastante reduzido, especialmente com relação ao século XIX. A situação ainda é mais difícil no caso de fontes e obras clássicas, pois mesmo autores como Domingo Sarmiento, José Martí ou José Vasconcelos, entre muitos outros, consagrados como indispensáveis, tem pouquíssimas de suas obras traduzidas.

Dessa forma, iniciativas que busquem reunir trabalhos de especialistas em diversos países latino-americanos também cumprem a função de divulgar e estimular pesquisas que rompem um persistente distanciamento entre o público brasileiro e os países de língua espanhola de modo a

pensar e discutir questões importantes para as Américas de forma ampla, considerando sua história, política e sociedade desde o século XIX aos dias atuais. Neste sentido, consideramos que contribuímos significativamente para a difusão do conhecimento acerca do continente americano e buscamos despertar o interesse dos leitores em conhecer mais sobre a região.

Os trabalhos aqui reunidos abrangem temas como historiografia, relações internacionais,, movimentos sociais, indigenismo, cultura política oitocentista, homossexualidade e ditaduras militares. Constitui, assim, uma amostra da diversidade de pesquisas em curso na atualidade e sublinha a importância dessa produção em nosso país.

Os organizadores

Política, diplomacia e escrita da história na segunda metade do século XIX a partir das relações entre Bartolomé Mitre e o Brasil

Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva

Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense
Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Departamento de Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em História Social

Introdução

Ao longo do século XIX, a diplomacia e a escrita da história exerceram importantes papéis nas questões de fronteiras, nas disputas territoriais e na construção de nações, nacionalidades e identidades nacionais no Brasil e em seus vizinhos sul-americanos. A formação dos Estados nacionais passava muito diretamente por essa relação, visto que era preciso estabelecer a extensão desses países e suas principais características e de sua população. A definição e legitimação de um território e de um passado formavam parte de um projeto político de consolidação das novas nações independentes, transpassadas por separatismos, regionalismos e conflitos internos que demandavam pacificação e unificação. Através da diplomacia, historiadores reuniam documentos e mapas de diferentes origens. Através da história, diplomatas, que muitas vezes eram também his-

toridores, encontravam fundamento para acordos, missões e negociações territoriais. Assim, tanto externa quanto internamente, fortalecer esses países diante das disputas regionais, sobretudo no que se refere ao Prata, e apaziguar os tensos, e, por vezes, sangrentos, confrontos entre províncias era uma tarefa que cabia a um jogo político, diplomático e identitário (do qual a escrita da história fazia parte diretamente).

Considerando-se a relevância do tema, propomos neste capítulo uma reflexão que toma como ponto de partida a atuação política, histórica e diplomática de Bartolomé Mitre (1821-1906), bem como suas relações com o Império brasileiro e com alguns dos seus representantes mais proeminentes. Em meio às rivalidades entre Brasil e Argentina, com importantes redes na maçonaria, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e no Ministério das Relações Exteriores, Mitre possibilita uma análise inserida na abordagem da circulação de ideias (GINZBURG, 2004) e que relativiza a perspectiva do isolamento na região. Assim, as rivalidades e desconfianças da “distante América do Sul”, expressão utilizada por Maria Ligia Prado (2001), são pensadas também através das pontes construídas por sujeitos e suas experiências diante dos conflitos políticos e diplomáticos inerentes ao processo de formação das nações.

Para a compreensão das ideias de Mitre e de sua relação com o Império, apresentamos sua atuação na defesa dos princípios liberais e unitários na Argentina, seu investimento na imprensa a partir da fundação do jornal *La Nación*, suas experiências em Montevideu nos anos 1840, suas redes com políticos brasileiros e com diplomatas e intelectuais sul-americanos, como o uruguaio Andrés Lamas, e sua atuação em missões diplomáticas e em instituições históricas. Lembramos que, de acordo

com Carlos Altamirano (2008), os intelectuais se constituem, no espaço urbano ibero-americano, conectados entre si a partir de um eixo que os aproxima (instituições, círculos, revistas e movimentos culturais). Assim, torna-se fundamental inseri-los em redes, grupos, sociedades e nos mais variados espaços de atuação em busca de reconhecimento e do alcance de seus objetivos políticos e profissionais. Procuramos, portanto, pensar Mitre por essa via, destacando seu contato com o Brasil e sua circulação pelo país. Referimo-nos não apenas às negociações oficiais, aos acordos e tratados. Direcionamos o foco para o que se encontra por trás desses atos oficiais, mas possui impacto nas decisões políticas. Ganham evidência, nesse sentido, os deslocamentos, as viagens, a inserção em associações culturais que funcionam como importantes locais de sociabilidade, as parcerias intelectuais, as redes de amizades, as origens familiares e os laços entre famílias - aspectos que viabilizam diálogos e decisões que interferem diretamente nos acordos formais. Com isso, defendemos a importância de se pensar não apenas as relações entre os Estados e suas diplomacias oficiais, mas entre agentes que as viabilizam no cotidiano da ação política, intelectual e diplomática.

A atuação política de Bartolomé Mitre na Argentina

O contexto entre os anos 1850 e 1880 na Argentina é marcado pelo confronto entre duas forças políticas principais: os liberais e os federais (DONGHI, 2005). Nessa conjuntura, Mitre arquitetou o chamado “consenso liberal”, como afirma Hilda Sabato (2009, p. 14), em busca da ruptura com o passado rosista. Foi fundado ainda o Partido de La Libertad, sob sua liderança, que tinha como objetivo tornar a província de Buenos

Aires a representação da unidade e do que consideravam como causas legítimas: a civilização e o progresso. Havia um “horizonte de unión nacional, en el cual los liberales porteños se reservaban el liderazgo” (SÁBATO, 2009, p. 14).

Esse projeto tinha na imprensa um instrumento chave de ação política, criando e moldando identidades coletivas. Para Sábato, Mitre foi a figura mais emblemática desse processo. Não por acaso fundou o *La Nación* em 1870 como uma “tribuna de doutrina” (PALTI, 2000, p. 91), segundo informa Elías Palti. No confronto com os federais, ao longo da década de 1860, os liberais avançaram por quase todo o território argentino, o que rendeu apoio a Mitre quando da entrada na Guerra do Paraguai. Com o desgaste no conflito, este apoio foi perdido e seu poder foi abalado pelo surgimento de novas forças políticas provinciais. Para Donghi (2005), Mitre se tornou em 1862 o primeiro presidente da nação unificada, enfrentando uma discussão mais específica sobre o tema numa sociedade que temia a divisão política. Destacamos que ele assume a presidência após disputas sangrentas e acordos com os opositores.

Gabriela Nunes Ferreira mostra como na Constituição de 1853, inspirada nos escritos de Juan Bautista Alberdi, é proposto um sistema misto entre as formas unitária e federativa de organização nacional. A nova Constituição falava em um Estado federativo composto por várias províncias ao mesmo tempo independentes e subordinadas a um governo geral criado por elas. O maior peso, no entanto, seria dado à nação. Não obstante, o conflito se mantém, porque a solução não contava com o apoio de Buenos Aires. Para a autora, “(...) o interessante embate intelectual entre Alberdi e Domingo Sarmiento nesse período espelha bem o conflito

entre a Confederação Argentina de um lado, e Buenos Aires de outro” (FERREIRA, 2006, p. 38). A vitória contra Urquiza em 1861 abriu espaço para a liderança de Mitre, que era então governador de Buenos Aires e que, logo depois, se tornaria o primeiro presidente eleito da Argentina.

A batalha de Pavón, como é conhecido o confronto contra Urquiza, ocorreu em 17 de setembro de 1861 e representou a conclusão das disputas por hegemonia na construção do Estado nacional na Argentina. Na ocasião, Urquiza abandonou o embate, facilitando a vitória de Mitre e das forças políticas de Buenos Aires. Com isso, o espaço político estatal foi unificado e, após a eleição de Mitre, consolida-se a via portenha para a organização nacional. Pavón reforçou ainda um discurso de união nacional que se expandiu pelo país. O conceito de nação passou a ser relido a partir da batalha entre Urquiza e Mitre. Segundo essa interpretação, a vitória deste último teria posto fim às disputas internas entre as diferentes províncias. María Victoria Baratta (2019) afirma que Pavón fortalecera a ideia de que um povo demandava a nacionalidade e uma identidade comum e o passado histórico heróico seria parte desse processo.

Assim, no que se refere ao seu papel como historiador (que refletia diretamente sua atuação política), Mitre atuou na construção de uma história da Argentina que era pela primeira vez a história de uma nação, elevando-a “a protagonista única del proceso histórico” (DONGHI, 1996, p. 57). As disputas políticas nas quais se envolvia são fundamentais na compreensão de suas ideias, já que ele entendia política e história de forma conjunta. Para José Luis Romero, Mitre amalgamava o historiador e o político como duas faces de uma moeda e “cada etapa de su acción pública corresponderá a una etapa de su meditación histórica” (ROMERO,

1943, p. 4). Escreveu muitos dos seus trabalhos durante longos anos e em campo de batalha. José Freitas Neto (2011) lembra que a *Historia de Belgrano y de la independencia argentina*¹, por exemplo, foi iniciada em batalha e apenas concluída quando já era presidente. Nela, segundo Elías Palti (2000), Mitre apresenta uma genealogia da nacionalidade argentina desde sua origem, sendo apontado posteriormente pela historiografia como dono de um pensamento compacto e linear. Esta visão é questionada pelo autor ao considerar as constantes mudanças e tensões do pensamento mitrista acordantes com as transformações políticas que vivia e que foram marcantes na produção da *Historia de Belgrano*.

Seu pensamento histórico era, portanto, percorrido pela preocupação com a unidade nacional. Algo que estava também presente em seu olhar sobre o Brasil, como veremos. Não por acaso, em 1875, em carta enviada ao Visconde do Rio Branco, Mitre elogia a atuação daquele a quem se refere como “amigo” ao impedir “el mal y la verguenza de las revoluciones violentas” no Brasil. Diz ainda que ele mesmo teria sido revolucionário na Argentina no sentido de “fundar cosas durables”, garantindo “la unidad nacional por primera vez” e criando meios “para que ellas [as revoluções] no tuviesen razon de ser”. Para ele, o que valia era a “revolucion pacífica que se opera por el trabajo lento de todos los días” (CARTA DE MITRE A RIO BRANCO, 1875). Complementa demonstrando sua admiração pelas supostas características pacíficas do Império e se dizendo seu representante na Argentina. De forma ambígua, defende revoluções pacíficas tendo liderado guerras sangrentas na Argentina e fora dela (como a Guerra do Paraguai). A revolução que defendia era a que

1 A obra teve ainda quatro edições: a primeira data de 1856; a segunda de 1858-59; a terceira de 1876; e a quarta e última de 1887.

garantia unidade a despeito da violência e da repressão às províncias.

A experiência em Montevidéu e as relações com Andrés Lamas

O pensamento histórico e político de Bartolomé Mitre foi amplamente influenciado, desde a juventude, pelos diálogos com o diplomata e historiador uruguaio Andrés Lamas (1817-1891). Segundo Eduardo Míguez (2018), um dos seus biógrafos, Lamas foi parte direta da sua formação política e intelectual desde a experiência em Montevidéu nos anos 1840. Filho de um político colorado de peso, Lamas se vinculou aos emigrados de Buenos Aires no período rosista. Mitre, que nasceu em Buenos Aires, mas mudou-se na infância com a família para Montevidéu, fez parte desse grupo. Lamas era próximo ao Brasil. Viveu bastante tempo entre o Rio de Janeiro e Petrópolis - quatro meses de exílio em 1836 e quinze anos como ministro entre 1847 e 1862. Segundo Tomás Corbo (2015), em trabalho sobre Lamas e a influência do Brasil na historiografia do Rio da Prata, este período no Império foi fundamental para a formação de sua cultura histórica, pois teria adquirido profundo conhecimento das práticas e concepções historiográficas aqui dominantes. Isto ajudaria a compreender o caráter de algumas iniciativas institucionais e heurísticas no Uruguai, na Argentina e no Paraguai. Lamas teria sido o articulador entre o campo historiográfico brasileiro e o incipiente espaço historiográfico rio-platense.

No que se refere à produção historiográfica, Corbo lembra que até a Guerra da Tríplice Aliança, Uruguai e Argentina estiveram bastante unidos através de “un proceso de influencias mutuas y generación de redes de intercambio que posibilitaron el desarrollo de la disciplina, forja-

ron relatos nacionales coherentes e imaginarios sociales cohesionadores” (CORBO, 2015, p. 40). Acrescenta ainda que os historiadores de ambos os países formavam “una comunidad intelectual que superaba las fronteras territoriales” (CORBO, 2015, p. 40). Os historiadores rio-platenses custeavam, na falta de apoio institucional, livros, documentos e viagens, criando redes pessoais e intelectuais fundamentais para o desenvolvimento da disciplina. Esses vínculos, conforme aponta o autor, foram viabilizados, entre outros fatores, pelo exílio e pelo pertencimento a Lojas Maçônicas, como é o caso de Mitre e Lamas. Assim como Míguez, Corbo apresenta a Montevideu dos anos 1840 com um clima liberal e cosmopolita que teria permitido a circulação de livros e ideias. Neste período, os letrados argentinos refugiados na cidade em razão da perseguição de Rosas influenciaram diretamente os colegas uruguaios. Entre eles estava parte da geração de 1837². Este clima intelectual contribuiu para a formação do pensamento de Mitre a partir de uma relação direta com o Uruguai e com Lamas.

Cabe também destacar as origens uruguaias de Mitre. Seu pai era uruguaio e sua mãe portenha. Em uma sociedade patriarcal e diante da mudança para a terra paterna, as influências montevideanas em seu pensamento são muitas. Míguez chega a tratá-lo como “joven motevideano” (MÍGUEZ, 2018, p. 78) e a apresentar sua identidade argentina como uma escolha cujas motivações são pouco claras. Lembramos da fluidez

2 Geração de historiadores influenciados pelo romantismo que protagonizou a retomada dos estudos históricos em Buenos Aires após a queda de Rosas. Inspirada em Cousin, Michelet e Victor Hugo, recusava a tradição hispânica. Retomou a Revolução de Maio e buscou explicar o predomínio da suposta barbárie rural caudilhistas sobre a civilização. Por se opor ao autoritarismo de Rosas, muitos dos seus representantes se exilaram em Montevideu.

das nações no início do Oitocentos, já que elas ainda não se encontravam definidas e a nacionalidade, muitas vezes, era uma escolha advinda das experiências políticas e sociais. Como informa Míguez, “la Argentina y Uruguay no existieron como naciones totalmente diferenciadas ni siquiera después de la independencia de la segunda en 1828” (MÍGUEZ, 2018, p. 78). O autor ainda destaca o papel político e historiográfico de Mitre na consolidação dos espaços nacionais na segunda metade do século ao “naturalizar la identidad nacional y dotarla de una profundidad temporal que se extiende a un pasado remoto” (MÍGUEZ, 2018, p. 78). Assim, vê-lo como uruguaio seria anacrônico. Mitre “optaría por la identidad de su ciudad natal y no por la de su tradición familiar más significativa” (MÍGUEZ, 2018, p. 25).

Como vemos, a experiência da infância e da juventude e o contato com Montevideu são formadores de suas ideias. A cidade foi um ambiente de intercâmbio com grande influência em sua trajetória posterior. Lá manteve ainda intenso contato com portenhos exilados, alcançou participação política e ocupou lugares reservados aos nativos. Nesta época, o interesse pela história também se tornou predominante. Podemos dizer, portanto, que o período vivido em Montevideu entre o final dos anos 1820 e meados dos anos 1840, foi fundamental em seu pensamento histórico. Para Míguez, se as ideias americanistas foram muitas vezes esquecidas por Mitre no exercício do poder, estiveram muito presentes em seu trabalho intelectual, o que seria, em grande parte, fruto dessas influências. Daí que as independências da América do Sul tenham sido pensadas em conjunto em seu livro *Historia de San Martín y de la emancipación sud-americana* (1887). Mitre entendia a “construcción de una identidad nacional como extensión de la continental” (MÍGUEZ,

2018, p. 65). Assim, compreender sua relação com Lamas e Montevideu se torna parte da análise do seu olhar histórico sobre o continente e, além disso, do entendimento da sua atuação diplomática no que se refere ao Império brasileiro.

A proximidade de Lamas com o Império também deve ser destacada, pois acreditamos que influencie o pensamento de Mitre. Como dissemos, Lamas esteve exilado no Brasil em 1836 e, posteriormente, viveu no país durante longos anos, entre 1847 e 1862. Durante estes quinze anos de moradia, exercendo cargo diplomático, aproximou-se de figuras como os Viscondes do Uruguai e do Rio Branco e o próprio Imperador, que o condecorou com a Cruz da Ordem de Cristo. Relações facilitadas pela maçonaria, a qual tanto ele quanto Mitre pertenciam. Segundo Corbo, Lamas, Mitre e Sarmiento seriam os estadistas sul-americanos mais admirados por Dom Pedro II. Seus objetivos fundamentais como Ministro Plenipotenciário eram garantir a independência oriental e obter o apoio do Brasil em uma aliança militar que derrotaria Rosas. Chegou ao Rio de Janeiro em dezembro de 1847, mas logo depois mudou-se para Petrópolis. Lá estreitou laços com o Imperador, chegando a recebê-lo algumas vezes em sua casa. Durante a missão no Brasil, Lamas encaminhou diferentes acordos e convênios e dedicou-se ao trabalho intelectual, publicando artigos sobre a política do Brasil no Rio da Prata e sobre negociações entre o Uruguai e o Brasil. Acreditava que a aliança com o Brasil era fundamental para manter a independência e a soberania do Uruguai. Assim como ocorreu com Mitre, isto o levou a ser bastante criticado por seus opositores, inclusive após sua morte em 1891. Como veremos no próximo item, o vínculo de Lamas como o IHGB também deve ser destacado e serve como ponte para a análise da inserção de Mitre no Instituto e da

importante rede de sociabilidade que ali se forma, envolvendo diretamente a relação entre trabalho histórico e atuação diplomática.

O pertencimento ao IHGB e o olhar sobre o Império brasileiro

Para a discussão aqui proposta, cabe pensar a relação de Andrés Lamas com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Corbo informa que durante a Guerra Grande (1838-1852)³, muitos intelectuais do Rio da Prata foram incorporados ao IHGB. Lamas foi um deles. A estes ingressantes estrangeiros, exigia-se a doação de documentos históricos de seus países e regiões, materiais estes que acabavam sendo utilizados pelos diplomatas imperiais a fim de obterem vantagens nas disputas territoriais com as Repúblicas vizinhas. Suas atuações no IHGB eram fortemente políticas, sobretudo investindo em uma propaganda para angariar apoio contra Rosas. Ao mesmo tempo, adquiriram conhecimentos práticos e historiográficos que procuraram aplicar depois no Uruguai e na Argentina.

Neste contexto, em 1848, Lamas ingressa no Instituto como sócio correspondente. A experiência foi marcante em sua formação intelectual e nela se inspirou para a tentativa de institucionalização dos estudos históricos no Rio da Prata. Em 1843, Lamas cria o Instituto Histórico e

3 Iniciada em 1839, com a declaração de guerra de Fructuoso Rivera contra o governo de Buenos Aires, a Guerra Grande terminou apenas em 1851. Foi causada pelas disputas políticas entre os Partidos Blanco (liderado por Manuel Oribe) e Colorado (liderado por Rivera). Segundo Francisco Doratioto, “a luta iniciou-se com a sublevação de Rivera, apoiado por unitários argentinos contra Oribe, que fugiu para Buenos Aires, onde obteve o apoio de Juan Manuel de Rosas. Como resposta, Rivera, que ocupara o poder em Montevideú, declarou guerra a Rosas” (DORATIOTO, 2014, p. 23-24). Longo, o conflito contou com a interferência do Brasil, da Grã-Bretanha e da França e culminou na derrota de Rosas.

Geográfico do Uruguai, durante a Guerra Grande. O projeto não vai à frente em razão da instabilidade política. Em 1854, Mitre o recria em Buenos Aires com a denominação de Instituto Histórico e Geográfico do Rio da Prata. Posterior à queda de Rosas, este é um contexto no qual começam a ser gestadas na região do Prata as condições necessárias para o desenvolvimento das historiografias nacionais e de associações destinadas a diversos propósitos, como as letras e as ciências. Estas instituições permitiriam favorecer ou estreitar relações com personalidades e instituições afins da Europa e de outros países americanos, o que, para Fabio Wasserman (2008), legitimava e conferia reconhecimento não apenas a elas, mas também aos seus membros. Contudo, tiveram sua consolidação dificultada por disputas políticas e regionais e por problemas financeiros, já que não eram diretamente apoiadas pelo Estado.

Embora estas instituições não tenham sido duradouras, Corbo chama a atenção para “la persistencia de Andrés Lamas y Bartolomé Mitre que, inspirados en el ejemplo brasileño, buscaron, y con el tiempo, lograron, crear condiciones favorables para el desarrollo del conocimiento histórico en Argentina y Uruguay” (CORBO, 2015, p. 117). Para o autor, Mitre e Lamas teriam transformado a escrita da história nacional em projeto, fundamentado na ideia de verdade a partir de fontes documentais, justamente por influência do IHGB. Esta influência teria começado a se diluir nos anos 1870, com a consolidação dos Estados nacionais platinos e a definição de suas narrativas patrióticas. É neste momento que Mitre se torna sócio da instituição, em 1871. Indicado por Candido Mendes de Almeida, Olegario Herculano de Aquino e Castro, Francisco Baltazar da Silveira, Joaquim Antonio Pinto Junior, J. C. Fernandes Pinheiro e José Maria da Silva Paranhos (o Visconde do Rio Branco), Mitre teria sido

“recebido por todos os membros do Instituto com a maior consideração, e tomou assento como sócio honorário” (REVISTA DO IHGB, 1871, p. 350) pessoalmente em sessão de 01 de dezembro de 1871. Nela, o senador Candido Mendes afirmara que “além de distinto literato e notável historiador, [Mitre] muito se havia recomendado a esta respeitável corporação pela sincera amizade que votava ao Brasil, e ainda mais pelo desvelado interesse que tomava pela história e geografia da América” (REVISTA DO IHGB, 1871, p. 350). Em resposta, Mitre discursa agradecendo a nomeação e se dizendo discípulo da instituição. Segundo ele, o IHGB “perseverando em sua tarefa e trabalhando sem descanso, era a associação científica que mais alto se havia levantado na América do Sul, dando ao mundo um novo contingente que iluminara o horizonte da história, da geografia e da etnografia americana” (REVISTA DO IHGB, 1871, p. 350). Como sugerimos, a forte relação com Lamas certamente contribuiu para que ele se mantivesse conectado ao IHGB ao longo das décadas e como parte de uma rede que o alçou à condição de sócio honorário.

A influência de Lamas e o pertencimento ao IHGB também podem ter pesado para que o olhar de Mitre sobre o Império brasileiro e o Imperador fosse bem menos agressivo que o de seus pares na Argentina. Seu interesse pelo Brasil era grande e sua proximidade com o Império chegou a render críticas e acusações de traição na Argentina por parte dos seus opositores⁴. Em vários dos seus artigos, discursos e obras, Mitre se

4 Nas eleições de 1874, Mitre era visto como o candidato do Brasil em razão da aliança contra o Paraguai, da viagem ao Rio de Janeiro em 1872 (analisada adiante), dos laços com proeminentes políticos brasileiros e do tom com que seu jornal *La Nación* tratava o Império. Derrotado, Mitre mobilizou seus apoiadores na chamada Revolução Mitrista. Ver: PASSETTI (2022).

omite sobre a escravidão no Brasil, tece elogios ao Imperador e descreve o Império como unido, democrático e sem privilégios. Estas ideias aparecem, por exemplo, no *La Nación*, em algumas de suas correspondências e no livro *Historia de San Martín y de la emancipación sud-americana*.

No *La Nación*⁵, nas décadas de 1870 e 1880, período final do Império, o Brasil aparece com frequência, ganhando destaque em extensas reportagens de primeira página e em colunas como a “*Prensa Brasileira*”. Em diferentes momentos, o país é caracterizado pela unidade, pela homogeneidade, pelo liberalismo e pela democracia. Este é o tom de boa parte dos artigos, com exceção daqueles produzidos em momentos de conflitos intensos nos quais interesses nacionais são defendidos. De um modo geral, a monarquia, tal como adotada no Brasil, aparece de forma positiva e como uma parceria importante a ser conquistada. No dia 24 de novembro de 1871, encontramos um texto enviado pelos correspondentes do jornal no Rio de Janeiro que trata da chegada de Mitre à cidade e refere-se elogiosamente ao Imperador e sua esposa, então em viagem pela Europa:

No son solo los periódicos ingleses, belgas, españoles y portugueses los que hacen encomios merecidos á los vastos conocimientos del emperador y á la amabilidad y fino trato de los monarcas del Brasil; los alemanes forman tambien coro con ellos, y se admiran de la actividad del príncipe y de la extensión de sus conocimientos.

5 Os artigos do *La Nación*, em sua maioria, não possuem assinatura. Ou seja, não podemos afirmar a autoria de Mitre. Sabemos ainda que o jornal não pode ser entendido no todo apenas como expressão das ideias do seu fundador. Mas, suas posições acerca do Brasil estão muito próximas das que encontramos em cartas e em textos assinados por Mitre.

Tenemos motivos para decir que el viaje del Emperador à Europa ha de producir ventajas muy notables para este país, en particular, y para la América, en general.

Hay entre nosotros americanos una fraternidad tan laudable que nos identifica en nuestras glorias y reveses. Debemos fomentar por todos los medios imaginables esa fraternidad; pues los estraños han de concebir una idea elevada de nuestro carácter e instituciones.

La libertad ha echado en el continente de Colon raíces tan hondas que imperio y republicas se hermanan y sostienen mutuamente como hijos de una misma madre (*LA NACIÓN*, 24/11/1871).

No trecho, é manifestada grande admiração pelo Imperador. Dom Pedro II aparece como possuidor de vastos conhecimentos, amável e educado, representando bem o Brasil - e, por extensão, a América - na Europa. Além disso, encontramos a forte defesa da aproximação entre os países em razão de uma fraternidade que uniria a região. Essa fraternidade seria fruto da liberdade, segundo o texto, tão profunda que irmanaria Império e Repúblicas. Há nessas palavras um sentido político e diplomático, considerando-se o contexto histórico de acordos e tensões posterior à Guerra do Paraguai. Mais à frente, os correspondentes elogiam as consequências da Lei do Ventre Livre, assinada naquele ano, e exaltam a tranquilidade, a paz e a ordem que reinariam no país, pois assim seria quando prevalece o nacional. Adiante retomam a ideia de liberdade que seria característica do Império brasileiro: «Una de las cosas que mas encantan los pensadores, que visitan estas playas, es la libertad omnimoda de pensamiento de que goza todo ciudadano ó estrangero residente en el suelo» (*LA NACIÓN*, 24/11/1871).

Destacamos outro artigo do jornal sobre as viagens do Imperador. Em 03 de outubro de 1875, Dom Pedro aparece mais uma vez como “hombre ilustrado y que tiene mucho de las calidades del filósofo” (*LA NACIÓN*, 03/10/1875). Ainda sobre ele: “Hablando correctamente casi todos los idiomas vivos, gusta conversar como un pensador con los extranjeros que le visitan y es expansivo con ellos” (*LA NACIÓN*, 03/10/1875). A fim de enaltecer a aproximação entre a Argentina e o Império, o texto atribui à influência das repúblicas vizinhas a emancipação dos escravos (aqui refere-se à Lei do Ventre Livre, de 1871) e a propagação de ideias republicanas. Nesse sentido, aponta a aproximação, que deveria se dar por vias institucionais, como providencial e capaz de produzir maiores benefícios para o presente e o futuro. A ideia de que era preciso manter relações cordiais recíprocas com o Império é retomada em 1880, quando o próprio Mitre escreve sobre a política externa argentina e aponta que seu país e o Brasil tinham muito em comum cultural e historicamente, carregando a responsabilidade de garantia da paz na região. Segundo ele, o Brasil seria “la nación que en el mundo puede hacernos mas bien y mas mal” (*LA NACIÓN*, 04/11/1880). Desse modo, caminhos diplomáticos deveriam ser utilizados para apaziguar e manter as boas relações.

O ano de 1888 também é interessante. Nele encontramos entre os meses de março e setembro importantes referências à abolição dos escravos. No dia 17 de março, a abolição é apresentada como um fato inevitável. O jornal afirma que, após sua concretização, a questão seria como cuidar do escravo liberto e sugere que o problema seria resolvido pela “generosidade” do brasileiro. Aqui as supostas relações pacíficas entre brancos e negros estavam presentes: “El brasilero, generoso por naturaleza, y que no profesa la aversión del anglo-sajon hacia el hombre de color, se ha acostumbrado

a ver en el negro casi un semejante (...)” (*LA NACIÓN*, 17/03/1888). Ao mesmo tempo, defende medidas que garantissem a tranquilidade pública e evitassem que os negros libertos se convertessem em perigo para o país. Segue tecendo elogios ao Brasil e ao Imperador que estaria conduzindo o processo de forma pacífica. Visão de transição conservadora enraizada no pensamento da classe dominante e nas instituições brasileiras. Em 21 de julho de 1888, a abolição da escravidão também aparece. Segundo a publicação, a notícia da assinatura da Lei Áurea no dia 13 de maio teria gerado regozijo público na Argentina. Seria a abolição “un hecho que honra a una nacion amiga y á la humanidad, acercándola mas a nosotros en el sentimiento” (*LA NACIÓN*, 21/07/1888). Por fim, em edição de 7 de setembro de 1888, na qual comemora a independência brasileira, o jornal menciona um trecho do livro *Historia de San Martín*. O país seria “una democracia coronada” (*LA NACIÓN*, 07/09/1888). A monarquia constitucional brasileira teria sido bem sucedida e construída sobre bases pacíficas e democráticas.

Vimos anteriormente a menção de Mitre às supostas características pacíficas do Império na carta enviada a Rio Branco em 1875. Ali aparece uma percepção idealizada de unidade e pacifismo que esteve presente anos depois, em 1887, na publicação do *Historia de San Martín*. Na obra, a partir de extensa documentação, como correspondências oficiais, documentação diplomática e administrativa, Mitre relaciona a vida de San Martín a “la independencia de una nación y la emancipación de un mundo (...)” (MITRE, 1887, p. 18-19). Para ele, San Martín comporia, em conjunto com George Washington e Simón Bolívar, um trio de libertadores republicanos do novo mundo. No livro, trata, de forma integrada, os casos da Argentina, do Chile, do Peru, da Venezuela, do Equador e da

Colômbia. Apresenta uma unidade de ação nas independências com 2 focos revolucionários nos extremos do continente: ao sul e ao norte. San Martín teria seguido de baixo para cima, a partir da Argentina e do Chile, e Bolívar de cima para baixo, a partir da Colômbia. Ambos teriam movimentado forças que convergiram em um ponto central. Convergência e unidade de ação, de interesses e de ideias são aspectos que percorrem e amarram sua análise de modo a se pensar as independências como um todo integrado. O autor discute ainda as influências das Revoluções Francesa e Americana e dos criollos que estudavam os publicistas franceses aqui ou na França.

As revoluções americanas de independência seriam essencialmente republicanas, pois a república atuaria como uma lei natural para as Américas. Isso não quer dizer que não tenham havido projetos monarquistas no momento das independências. Segundo Mitre, quando a monarquia aparecia era um acontecimento isolado e passageiro. No capítulo “Tentativas monárquicas em Sul-América”, o autor lembra da tentativa de se coroar um infante espanhol como rei do Rio da Prata em 1814. Mostra também outras estratégias na Argentina para nomear um rei. Além disso, San Martín e Belgrano não seriam completamente avessos à monarquia por perceberem nela a manutenção da ordem e da estabilidade. Mesmo assim, segundo Mitre, ambos fundaram uma república democrática e obrigaram o mundo a reconhecê-la como um direito inquestionável. Com isso, defende haver uma generalização de ideias monarquistas no período da independência, mas o espírito republicano também seria intenso.

Interessa-nos nesse aspecto o caso brasileiro. Segundo Mitre, “el único hecho que parecería indicar que la monarquía era una planta que

pudo haberse aclimatado en América, es la fundación del Imperio del Brasil, y es precisamente el que por antítesis prueba lo contrario” (MITRE, 1887, p. 105). Segue desenvolvendo o argumento de que o Brasil participou das influências do meio ainda que em menor grau que os demais países da região. Remonta ao século XVIII e fala da Inconfidência Mineira como exemplo de fermento republicano e de espírito de independência. Diz que o Brasil teria absorvido os reis quando o trono foi trasladado para cá, sendo a “revolução de sua independência” feita pelo príncipe pacificamente através da transição entre o antigo e o novo regime. Quando este não respondeu ao “espírito nacional”, os súditos o despediram. A partir desse argumento, Mitre define o Império brasileiro: “(...) democrático, sin privilegios y sin nobleza hereditaria, que no tenía de monárquico sino el nombre (...). Así, el imperio del Brasil no es en realidad sino una democracia con corona” (MITRE, 1887, p. 106) .

Lembramos que a ideia de democracia coroada é reforçada pelo *La Nación*, em 1888, como dissemos. Lembramos ainda que a definição da monarquia como democrática e garantidora da unidade nacional foi elaborada e defendida pelos historiadores do IHGB ao longo do século XIX no processo de escrita da história da nação que então surgia e se consolidava, como mostra Manoel Salgado Guimarães (1988). Isto levou, inclusive, ao investimento nas províncias, em vista do alcance de unidade e da centralização política no Rio de Janeiro. A “tranquilidade inalterável”, a paz, a ordem e a liberdade descritas pelo *La Nación* podem ser consideradas um sintoma dos efeitos que esta construção teve na imagem do Brasil para o exterior. Afinal, segundo Salgado, “articulada ao projeto de construção da nação, a escrita da história nacional tem assim os seus destinatários, não apenas no plano interno, como também no externo”

(GUIMARÃES, 1988, p. 13). Mitre, como vimos, foi sócio do Instituto e era parceiro intelectual de vários outros membros brasileiros e estrangeiros. Em um diálogo constante com a instituição, Mitre provavelmente reverberava na Argentina sua leitura de Brasil, da monarquia e dos Bragança.

Por fim, acrescentamos que o reconhecimento do território foi preocupação do Instituto desde a sua fundação em 1838, o que pode ser observado na própria *Revista do IHGB* na qual, entre outros temas, ganhavam projeção estudos sobre viagens de reconhecimento do território. A partir da década de 1850, a produção sobre limites e fronteiras teve crescimento acentuado, seguindo os interesses do Império que voltava sua atenção especialmente para a questão, a partir da atuação do Visconde do Uruguai⁶. Assim, eram publicados estudos sobre fronteiras com o Paraguai e o Uruguai, por exemplo, e era forjada uma diplomacia imperial legitimada pelos estudos históricos (ALBUQUERQUE, 2019). O IHGB “colaborou com o Ministério dos Estrangeiros, oferecendo subsídios para os estudos de demarcação de fronteiras” (GUIMARÃES, 2006, p. 21), como afirma Lúcia Guimarães. Ao mesmo tempo, nele eram fortalecidos importantes laços políticos que perpassavam a política externa imperial. Assim, podemos considerá-lo um local privilegiado para a análise das relações entre escrita da história, diplomacia e um projeto nacional na segunda metade do Oitocentos.

⁶ Cabe mencionar que, em 1851, foram elaborados novos estatutos do IHGB nos quais o tema dos limites territoriais ganhava destaque como parte de um projeto nacional. Ver: *Novos Estatutos. Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia de F. de Paula Brito, 1851.

A missão diplomática no Rio de Janeiro em 1872

Em junho de 1872, pouco depois da viagem de 1871 na qual se tornou membro do IHGB, Mitre foi designado como enviado extraordinário e Ministro Plenipotenciário em missão especial ao Rio de Janeiro. Sua missão era motivada pelos conflitos diplomáticos entre Brasil e Argentina que se acentuavam desde os anos finais da Guerra do Paraguai. Segundo Francisco Doratioto (2014), a partir de meados de 1868, quando o Partido Conservador reassume o governo imperial, a diplomacia preocupa-se em conter a Argentina e romper as alianças com o país. Em outubro desse ano, o mandato de Mitre como presidente chega ao fim e assume Domingo Sarmiento, resistente à aliança com o Brasil e desconfiado em relação aos seus objetivos expansionistas. Sobre esse contexto, Doratioto diz que após a guerra “a política do governo imperial, sob o controle do Partido Conservador, foi a de reafirmar a existência do Paraguai como Estado independente e, ao mesmo tempo, evitar que a Argentina se apossasse de todo o Chaco, como lhe fora facultado pelo Tratado da Tríplice Aliança” (DORATIOTO, 2002, p. 481). Do lado brasileiro, o governo estaria convencido de que Sarmiento pretendia anexar o Paraguai à Argentina. Do lado argentino, Sarmiento temia a política expansionista do Império e passou a defender que “a vitória militar não concedia aos vencedores direitos sobre o vencido quanto à definição de fronteiras” (DORATIOTO, 2002, p. 481).

Para evitar o domínio argentino sobre o Chaco, o Império assinou o tratado Loizaga-Cotegipe, em 9 de janeiro de 1872. Fruto de acordos em separado com o governo paraguaio, o tratado dava ao Império brasileiro a terceira parte do Paraguai, o que levou a uma forte oposição entre polí-

ticos e a imprensa argentina. De acordo com Doratioto, as relações entre Brasil e Argentina teriam atingido seu pior momento desde a guerra contra Rosas. O ponto crítico da crise se deu quando, em 27 de abril, Carlos Tejedor, Ministro das Relações Exteriores da Argentina, publicou uma nota de protesto contra o acordo que infringiria as decisões do Tratado de Aliança, assinado em 1865. Apesar das autoridades brasileiras estarem prevenidas contra Mitre, ele teria sido considerado por Sarmiento, com quem rivalizava naquele contexto, o nome mais indicado para acertar as questões pendentes com o Império em razão do seu prestígio e de suas relações políticas e intelectuais no Brasil. Como a Argentina não possuía condições militares para enfrentar o Império, a busca por conciliação diplomática seria a principal opção.

Entre os principais objetivos de Mitre estavam o reconhecimento do Tratado de Aliança pelo governo brasileiro e a desocupação do território paraguaio por forças aliadas. No entanto, para Doratioto, apesar de ter afastado a hipótese de guerra entre Brasil e Argentina, os resultados da missão foram infrutíferos, porque no ano seguinte, ao se dirigir a Assunção, Mitre tinha a tarefa de assinar um tratado pelo qual o Chaco argentino fosse até o rio Pilcomaio, mas o negociante imperial, Barão de Araguaia, não o apoiou. Diante do fracasso dessa tentativa, ficaria provado que o projeto do governo Mitre de cooperação entre Brasil e Argentina, iniciado na aliança contra Solano López, não teria prosseguimento. Nesse contexto, para Doratioto, as políticas externas brasileira e argentina passaram a rivalizar “para impor sua influência na reconstrução institucional e na definição territorial do Estado paraguaio no pós-guerra” (DORATIOTO, 2014, p. 55). A diplomacia argentina buscou um acordo de limites e paz com o Paraguai sem a participação do Império, o que deu

origem ao Tratado Sosa-Tejedor que, por pressão brasileira, acabou não ratificado pelo Paraguai. As duas repúblicas apenas fecharam acordo em 1876, quando a hegemonia brasileira no Prata se encontrava enfraquecida. Ainda assim, o resultado foi satisfatório para o Brasil, pois a independência do Paraguai foi ratificada e a Argentina não se apossou do Chaco. A definição da fronteira entre Argentina e Paraguai veio em 1878 com a interferência dos Estados Unidos.

Ainda que considerada infrutífera por Doratioto, podemos dizer que a atuação de Mitre em 1872 teria contribuído para apaziguar as tensas relações entre os países, impedindo o que poderia ter se tornado um novo conflito direto e armado. Além disso, sua missão é uma importante janela de reflexão para as relações diplomáticas entre Brasil e Argentina no período posterior à Guerra do Paraguai, com destaque para as tensões políticas e as disputas territoriais. O evento permite ainda pensar a relação entre Mitre e políticos brasileiros, bem como a leitura mais amena, embora transpassada por interesses estratégicos, que faz do Império e reverbera em seu país. Não por acaso, Mitre foi o designado para vir ao Brasil. Silenciando-se em relação ao caráter escravista do Império, por exemplo, aspecto tão criticado por Sarmiento, e parte de uma rede de sociabilidade que envolvia a inserção no IHGB e na maçonaria, o que o aproximava de figuras como o Visconde do Rio Branco (naquele momento presidente do Conselho de Ministros), Mitre possuía a entrada necessária para um possível acordo diplomático.

Considerações Finais

Percebemos o quanto a trajetória e as ideias de Mitre contribuem

para uma reflexão que conjugue intelectuais, escrita da história e diplomacia no século XIX. Personagem importante no processo de construção de uma nação unificada e de uma nacionalidade argentina, Mitre utilizou-se da história e da diplomacia, assim como também fez uso da guerra e do jogo político, para garantir pragmaticamente o alcance dos seus objetivos. Daí a defesa que essas esferas sejam consideradas conjugadamente. Muitos membros de instituições como o IHGB possuíam atuação diplomática. Como vimos, no Instituto, questões importantes referidas à política externa eram articuladas (através de redes de sociabilidade com alcance internacional) e legitimadas (a partir da documentação histórica). Acordos diplomáticos e territoriais acerca da região do Prata passaram diretamente por essa esfera intelectual de amplo caráter político e pragmático.

Por essa razão, seguimos um percurso que parte da compreensão dos projetos políticos de Mitre para a Argentina e das disputas internas nas quais se inseria. Em seguida, pensamos um aspecto fundamental na análise de sua trajetória e ideias políticas e históricas: a longa experiência em Montevideu e o intercâmbio intelectual com Andrés Bello. Percebidos por diferentes historiadores como uma conexão fundamental para o entendimento da formação de uma historiografia no Prata, trazemos Bello também como um elo que viabiliza e fortalece as relações de Mitre com o Brasil, seja através do IHGB, seja pelo contato com uma importante rede de sociabilidade. Desse modo, entramos mais efetivamente na relação de Mitre com o IHGB e em seu olhar sobre o Brasil, bem mais ameno que o dos seus pares argentinos. Pouco crítico em relação à monarquia, ao Estado confessional católico e à escravidão, Mitre entendia o Império como exemplo de unidade nacional e de estabilidade política. Visão, como sabemos, amplamente legitimada pelo próprio Instituto Histórico,

financiado pelo Estado imperial. Por fim, ganham destaque a conhecida missão diplomática no Rio de Janeiro em 1872 e uma reflexão sobre como Mitre foi considerado naquele momento o mais indicado para liderá-la. Sua atuação política e histórica muito próxima ao Império teve papel preponderante nessa decisão. Vemos, portanto, como as esferas aqui destacadas se entrelaçam na busca de soluções para os conflitos do Prata.

Torna-se, então, relevante, pensar em sentido mais amplo as relações entre esses homens de maneira a combater a leitura do isolamento. Em momentos de disputas territoriais e de Estados nacionais e nacionalidades ainda em fase de consolidação, eles não deixaram de intercambiar, sendo estas relações fundamentais política e diplomaticamente. Eram elas que, muitas vezes, apaziguavam os conflitos e evitavam guerras. Os acordos e tratados não raramente passavam por essas trocas. Eram negociados por homens que sociabilizavam em associações intelectuais, através de cargos e funções oficiais e da maçonaria. Ou seja, por trás do oficial, há o extra-oficial que é tão importante ou, quiçá, mais importante que o que foi publicizado. Daí a importância de fontes diversas, como cartas, rascunhos de publicações, artigos de periódicos e obras históricas. Diante do exposto, a relação de Mitre com o Brasil nos parece bastante instigante e produtiva para o desenvolvimento da agenda de pesquisa aqui proposta.

Referências

Fontes

Carta de Mitre ao Visconde do Rio Branco, 12 de fevereiro de 1875. In: *Cadernos do CHDD*. Brasília: FUNAG, 2005.

La Nación. Edições: 24/11/1871; 03/10/1875; 04/11/1880; 17/03/1888;

21/07/1888; 07/09/1888.

MITRE, Bartolomé. *Historia de San Martín y de la Emancipación Sud-americana*. Buenos Aires: Imprenta de “La Nación”, 1887.

Novos Estatutos. Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Typographia de F. de Paula Brito, 1851.

Revista do IHGB. Tomo XXXIV, parte segunda, Rio de Janeiro, 1871.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Vanessa da Silva. *Memórias cruzadas: Paranhos, pai e filho, e a construção do território nacional nas páginas da imprensa carioca (1851-1909)*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em História, UERJ, 2019.

ALTAMIRANO, Carlos. Introducción general. In: ALTAMIRANO, Carlos (dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. I. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo. MYERS, Jorge (ed. del volumen). Buenos Aires: Katz, 2008, p. 9-27.

BARATTA, María Victoria. *La Guerra del Paraguay y la construcción de la identidad nacional*. Buenos Aires: SB, 2019.

CORBO, Tomás Sansón. *Despertar en Petrópolis. Andrés Lamas y la influencia de Brasil en la Historia de los Estados de la Cuenca del Plata en el siglo XIX*. Montevidéo: Sicut Serpentes, 2015.

DONGHI, Tulio Halperin. Mitre y la formulación de una historia nacional para la Argentina. *Anuario del IEHS*, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 11, Tandil, p. 57-69, 1996.

_____. *Una nación para el desierto argentino*. Buenos Aires: Prometeo, 2005.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra. Nova história da Guerra do*

- Paraguai*. SP: Companhia das Letras, 2002.
- _____. *O Brasil no Rio Prata (1822-1994)*. Brasília: FUNAG, 2014.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. SP: Hucitec, 2006.
- FREITAS NETO, José Alves. Mitre e a edificação de um patrimônio historiográfico argentino. In: *Revista História da Historiografia*. Ouro Preto, n. 7, p. 74-89, nov/dez 2011.
- GINZBURG, Carlo. Tusitala e seu leitor polonês. In: *Nenhuma Ilha é uma Ilha: Quatro visões da literatura inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 91-113.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. RJ: Editora Museu da República, 2006.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a proposta de uma história nacional. *Revista Estudos Históricos*, RJ, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.
- MÍGUEZ, Eduardo. *Bartolomé Mitre: Entre la nación y la historia*. Buenos Aires: Edhasa, 2018.
- PALTI, Elías José. La Historia de Belgrano de Mitre y la problemática concepción de un pasado nacional. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani"*. 3ª série, n. 21, p. 75-98, 1º semestre de 2000.
- PASSETTI, Gabriel. A Revolução Mitrista na Argentina de 1874: contradições entre neutralidade, ordem e estabilidade nos olhos imperiais do diplomata brasileiro Luiz Augusto de Pádua Fleury. In: BARCELOS, Ana Paula; PASSETTI, Gabriel. (Org). *Nas teias da*

diplomacia: Percursos e agentes da política externa brasileira no século XIX. RJ: Mauad X, 2022, p. 157-182.

PRADO, Maria Ligia Coelho. O Brasil e a distante América do Sul. *Revista de História*, 145, p. 127-149, 2001.

ROMERO, José Luis. *Mitre. Un historiador frente al destino nacional*. s/l: s/n, 1943.

SÁBATO, Hilda. Prólogo – Disputas políticas por la construcción de la república (1850-1880). In: TITTO, Ricardo de. (Comp.) *El pensamiento de Bartolomé Mitre y los liberales*. Buenos Aires: El Ateneo, 2009, p. 9-26.

WASSERMAN, Fabio. *Entre Clio y la Polis: Conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de La Plata (1830-1860)*. Buenos Aires: Editorial Teseo, 2008.

Intelectuais e política no século XIX: Bolívar entre a revolução e o ressentimento na América

Fabiana de Souza Fredrigo

Professora Associada da Faculdade de
História da Universidade Federal de Goiás

Introdução

Desde que recebi o convite para esta apresentação¹, o tema trazia um desafio, uma vez que me foi proposto tratar da relação entre intelectuais e política, considerando a atuação de Simón Bolívar. Para tanto, uma interrogação deveria anteceder qualquer reflexão: Bolívar pode ser caracterizado como intelectual? Se sim, de que forma? Se não, por quê? A essa pergunta, seguiram-se outras: como uma liderança, ao forjar-se e ser forjado herói, torna-se porta-voz de um projeto? É possível escapar das lideranças oitocentistas e suas biografias extraordinárias que destacam sujeitos preparados para todas as contingências? Qual associação seria possível estabelecer entre lideranças, projeto político-intelectual e história, nessas condições? Todas essas perguntas nos obrigam a adentrar no universo da história intelectual e das ideias, mas a ultrapassam. Isso porque, apenas para começo de conversa, a relação entre intelectuais e política não

1 Este texto foi escrito para ser apresentado no 5º Encontro de História Política e Intelectual nas Américas, realizado pelo LEHPI da UFES.

é direta, objetiva e necessária. Exige: (1) circunstância (contexto), (2) lugar (prática) e (3) redes (grupos e gerações). A capacidade crítica habilita o intelectual, mas não o insere em um universo político imediatamente, ao menos não se nos remetermos aos espaços institucionais – a que visariam, a propósito, os intelectuais latino-americanos na segunda metade do século XIX e no decorrer do século XX. Desse modo, há que se definir o âmbito da política em razão da cultura e temporalidade.

Também para um começo de conversa, é preciso afirmar que, em minha compreensão, o intelectual é frequentemente um mediador cultural. Em outras palavras, é um buscador fronteiro, posto que não se restringe ao espaço político institucionalizado, mas o atravessa, na certeza de que a política se encontra fertilizada pela cultura. Assim, para o estabelecimento de um projeto, agencia distintas trajetórias num campo. Nesse sentido, o intelectual pode fazer política e estar na política, mas não é um político vocacionado. Tendo a concordar que um intelectual se caracteriza, sobretudo, pela capacidade crítica, que fornece a ele condições de vislumbrar meios de propor e organizar mudanças em circunstâncias específicas, predispostas às novas subjetividades. Por isso mesmo, é precioso em situações convulsionadas, que provocam aturdimento e incerteza. Como crítico, pode estar dentro ou fora das instituições, pode imaginá-las e construí-las. Se sua capacidade crítica exige liberdade, estar ambientado institucionalmente não pode significar amarra ou censura. Do mesmo modo, é importante ter ciência de que se, por um lado, a liberdade absoluta inexistente, por outro, para efeito de fazer política, a liberdade é um precedente. Entre outras coisas, quero dizer com isso que a crítica convive com o contraponto, com a oposição e com o comprometimento.

Para Edward Said, comprometido com a causa palestina e atuante no lugar de produção estadunidense, o intelectual é necessariamente um interventor, visto que sua formação o conduz a tomar posição e inserir-se no debate político-público. Considerando a causa que representava e o lugar de onde emitia seu discurso, não surpreende que Said apreenda o intelectual como um opositor ao poder instituído, um *outsider*. Sua capacidade crítica e responsabilidade o colocam fora das ambiências institucionais, fazendo-o um formulador de ideias e políticas, nunca um funcionário. O problema dessa caracterização é reconhecido pelo próprio intelectual palestino: “ninguém é totalmente autossuficiente, nem mesmo o mais livre dos espíritos” (SAID, 2005, p. 90). Partindo dessa caracterização, sugere aos intelectuais assumirem-se como amadores, enfrentando a esfera pública e seus riscos, numa referência às mídias, seus usos e abusos. Isso implica afastar-se dos “espaços profissionais”, controlados por especialistas (a universidade, por exemplo).

A pergunta fundamental é: como conectar, na esfera pública, a responsabilidade de crítica e a perspectiva de intervenção, voltada à mudança? A resposta do autor ampara-se na decisão moral: o intelectual deve aceitar a causa devida, aquela que é capaz de o fazer realizar sua tarefa contemporânea: “questionar, para não dizer subverter, o poder da autoridade” (SAID, 2005, p. 94). Enfim, para o ensaísta, a intervenção intelectual deve se amparar na convicção absoluta da igualdade e da justiça. É preciso fazer com que tais noções, igualdade e justiça, convirjam com a “realidade concreta”. Portanto, a função intelectual é a crítica aos poderes constituídos, mesmo nos EUA, lugar em que não se escapa de usar “justificativas também democráticas” para legitimar intervenções contrárias à justiça e à igualdade. Associando Said ao tema da conferência, temos no-

vas perguntas: se o intelectual é aquele que traz certo incômodo, inquietude, desconforto, a figura de Bolívar provocava isso a quem e de que forma?

Há consenso de que um intelectual se posiciona em uma ambiência específica: o espaço público. Na ausência desse espaço, não há polêmica, intervenção ou mudança. Fundamental registrar, ainda, que são inúmeras as relações que podem se estabelecer entre o Estado e o espaço público e/ou entre o intelectual e o poder. Contudo, para a existência da crítica e a relevância daquele que a pratica, o espaço público é pré-condição, precisa existir, se afirmar e ampliar-se. Afinal, sem espaço público sequer há política – aqui entendida como o artifício por meio do qual os indivíduos engendram a convivência entre diferentes (ARENDDT, 1989; CORREIA, 2018)². Tais ligações entre política, espaço público e atores letrados dispostos à intervenção emergem em uma temporalidade definida: a modernidade.

Há um nó que ata essas reflexões iniciais, que tanto exige compreender minha relutância em enquadrar Bolívar entre os intelectuais, quanto repensar, uma vez mais, o lugar dessa liderança. Ampliada a caracterização conceitual de intelectual, Bolívar caberia entre eles, certamente. Assim mesmo, não é possível estabelecer uma tipologia que tornasse equânimes e sucessivas figuras como Bolívar, Sarmiento, Rodó, Justo Sierra ou Bilbao. É o encaixe nessa tipologia que me incomoda. Embora eu resista

2 Ao lidar com Hannah Arendt, em especial com as três instâncias por ela anunciadas e discutidas em *A condição humana* (trabalho, obra e ação), Correia explica que a “ação responde à condição humana da pluralidade. A política que dela decorre é o artifício por meio do qual os indivíduos buscam articular a pluralidade testemunhada por suas singularidades com a dignidade assegurada na afirmação da liberdade, compreendida como a confirmação da espontaneidade e da presença única de cada indivíduo humano no mundo, por meio da ação e do discurso” (2018, p. 37).

a apreender Bolívar como um precursor³, essa conjura não é estranha à história das ideias na América Latina. Continuo meu escrutínio: tinha meu incômodo a ver com o fato de que ambientar Bolívar na história das ideias ou na história intelectual era uma novidade para mim? Tinha a ver com a fonte a qual me dediquei, o epistolário? Sim, para ambas as perguntas, mas ainda havia mais. Por conta dessas dúvidas, meu primeiro esforço foi auto compreensivo, no sentido de perguntar sobre a razão de minha relutância. Veio fácil a resposta de que o nó se encontrava na associação usual entre intelectuais e Estado, no espaço latino-americano. Não é tão simples e evidente transpor essa relação (intelectuais-estado) para as primeiras décadas do século XIX. O período das emancipações exige uma abertura em função de uma singularidade manifesta.

Na temporalidade supracitada, interpõe-se um espaço de ausência de Estado que escapa à cronologia de uma história bélica. As guerras pela independência configuram uma parte importante do processo de emancipação, sobretudo, porque viabilizariam a “comunidade de generais”, mas há muitos outros aspectos a serem considerados⁴. É importante registrar como essa ausência se entranha nas percepções compartilhadas de aban-

3 Utilizo precursor em relação à segunda metade do século XIX. Jorge Myers (2008), ao contrário, usa esse mesmo termo para definir o “letrado patriota” ou “escritor público”, atuante no período entre 1780 e 1820. Para o autor, esse letrado, sim, é um precursor aos emancipadores, na medida em que toma para si, em meio às ruínas do Império Espanhol, a tarefa de pensar meios de renegociar o pacto colonial. Experimentando a crise do Antigo Regime, defenderiam a igualdade de direitos dos hispano-americanos em relação aos peninsulares. Propunham maior participação aos americanos, aventando até mesmo a independência, no âmbito de um novo pacto com a Coroa.

4 As guerras assumem o centro da narrativa patriótica e não há razão para negar sua relevância e crueza. Entretanto, a história política já não tão recente demonstra o quanto fundamental é avaliar as conexões atlânticas e globais, mantendo a atenção, no caso de uma figura como Bolívar, em situações como: os exílios, as viagens diplomáticas, as renovadas associações entre o ambiente ilustrado e a vida na colônia, dentre outras.

dono e ruptura. A vida política de Bolívar se desenrolou entre 1810 e 1830. Não é possível perder de vista que, nessas décadas, vivia-se, sendo moderado, uma explícita transição, demarcada por laços políticos rompidos e por relações societárias desagregadas. Se, comumente, compreendemos que o Estado é uma força propulsora na América Latina e que os intelectuais gravitam em seu entorno, seja como críticos ou aduladores cooptados, o que significa pensar a relação entre liderança e projeto em um momento em que o Estado inexistia como fomentador da ordem? Qual parentesco entre a liderança heroica, envolta pelas luzes e pelo romantismo, com os intelectuais da segunda metade do século XIX, que se ocupariam de assentar uma proclamada “consciência nacional”? É possível traçar relações entre os emancipacionistas e os arquitetos-administradores da nação?⁵ Se as guerras de Bolívar eram travadas com a espada e a

5 Duas importantes colocações cabem acerca desta pergunta. A primeira considera que Bolívar, em seus escritos, vislumbrou e imaginou um Estado Nacional, mas, anos depois, o Estado Nacional imaginou quem teria sido Bolívar, fazendo uso dessa mesma imagem do herói. A segunda tem a ver com os perfis mencionados. Quando proponho o exercício comparativo entre a ação de emancipacionistas e a dos arquitetos da nação é porque a distinção/oposição constitui seus perfis, ainda assim comunicantes. A figura de Francisco de Santander é exemplar, nesse sentido. Embora reconhecido como administrador das repúblicas, admirado e invocado pelas correntes liberais e tendo exercido o cargo de presidente e vice em lugares, tempos e circunstâncias distintas, o granadino não fazia da questão nacional o centro de suas preocupações. Se expressava preocupações, essas vinham associadas às divisas cundinamarquesas que seguiam para patrocinar as guerras no Peru e Alto Peru. Assim, o problema era externo à Nova Granada: “Se uma ideia de nação teve de se efetivar na segunda metade do século XIX para o “bem” da identidade colombiana, a investigação sobre as independências demonstra que a “identidade nacional” não estava em jogo no projeto de separação da Espanha. No caso de Nova Granada, por exemplo, as províncias que seriam libertadas não guardavam uma estreita relação interna, naturalizada pelo nascimento ou pela experiência de espoliação por parte da Espanha. Antes disso, a espoliação advinha de Bogotá, o “Reino”. A relação entre Venezuela e Colômbia – que passou a ser transferida para a relação entre Bolívar e Santander, orientando as apropriações de um e outro como representantes de projetos políticos para a nação (liberais e/ou conservadores) – não era amistosa. As impressões,

pena, por que parece fazer sentido tomá-lo, sobretudo, como herói e não como intelectual? Conduzir a emancipação o habilitaria como intelectual e herói, a partir de quais pressupostos?

Como podem notar até aqui, as perguntas são muitas e podem ser ampliadas, continuamente. Assim, se, por um lado, seguirão reverberando, por outro, não podem ser integralmente respondidas no breve espaço de que dispomos. Por isso, foi necessário recortar. De forma geral, minha apresentação pretende examinar as três instâncias nomeadas há pouco. Para tanto, o contexto e o lugar tramam a rede. Embora seja essencial não perder de vista a proposta da conferência, a intenção é refletir sobre as combinações entre ideias, política, projetos e atores, na primeira metade do século XIX, *em comparação* à realidade nacional e estatizada da segunda metade do século. Tendo percorrido as instâncias, voltarei à questão inicialmente proposta: é possível apreender Bolívar como intelectual, em meio aos temores e tremores das emancipações? Se sim, o que o abonaria como tal? Penso que a trajetória proposta permitirá determinar singularidades e apresentar uma nova faceta de Bolívar. E que fique claro: digo nova para mim, pois, como sugerido, o missivista, com o qual desenvolvi maior familiaridade, não foi apropriado como intelectual. Como sabido, as cartas ensejavam uma outra leitura, que tinha de se localizar em um entrecruzamento. Naquela abordagem, segui a fronteira porosa entre o público e o privado, entre o íntimo e segredo versus o coletivo e divulgado. Outro alerta é bem-vindo: distinção não impede complementaridade, afinal ambivalências são próprias aos sujeitos modernos. Não tenho

que foram consagradas a partir dos escritos das lideranças da independência, de que a Venezuela era um país de soldados e a Colômbia um país de advogados, patrocinavam o desacordo entre os projetos e os interesses dos patriotas” (FREDRIGO, 2017, p. 29).

dúvidas de que o missivista, que já se encontrou com o primeiro soldado da pátria, também se encontrará com o intelectual.

A singularidade do pensamento emancipacionista e sua circulação – ou a trama entre o contexto e o lugar

Sobre a primeira instância a ser decomposta e sua relação com o lugar e a circulação das ideias, interessa-me produzir uma leitura que nos coloque em contato com o tempo complexo da experimentação das ideias, demarcando a especificidade do pensamento hispano-americano oitocentista. Portanto, não vamos nos assegurar de traçar as linhas da crise colonial. Muito mais importante é compreender de que forma o horizonte de ruptura colocou-se como possibilidade. De que maneira a perspectiva de abandono fomentou um projeto que não podia prescindir de se desapegar da lógica imperial? Como homens comuns, a despeito de integrarem uma elite da terra formada nos espaços imperiais, foram tenazes o suficiente para inventar uma nova forma de ação e utopia? Tratar desses temas significa compreender a ruptura não como uma decorrência da invasão e das guerras, mas, sim, como o eixo do projeto emancipacionista. Ou seja, significa expressar o que nos autoriza anunciar as independências como um projeto revolucionário⁶.

Para as questões colocadas, o tema do abandono é essencial. Ao

⁶ Pese não ter esgotado o tema, é consenso, para a historiografia recente, o caráter revolucionário – e plural – das independências americanas. Especialmente sobre os territórios em que Bolívar atuou, “a despeito de algumas continuidades estruturais que dificultaram a vida administrativa e econômica das novas repúblicas americanas, era impossível às repúblicas atuarem, após o processo de independência, como colônias, imersas no pacto do Antigo Regime. Era inadmissível reacomodar-se, nos mesmos termos, à monarquia hispânica” (FREDRIGO, 2005, p. 166).

contrário de uma leitura tradicional, a colônia tinha seus espaços de atuação política e cultural abertos às elites americanas. Até mesmo o controle de tais espaços por meio das reformas borbônicas não pode, como fator unitário, explicar as independências. Nesse caso, o próprio esforço de centralização é uma expressão do vigor dos poderes locais, centrífugos. A historiografia demonstra que a administração dos territórios americanos dependia de uma estreita complementaridade, mais do que da disputa frontal entre poderes locais e centrais⁷. Dessa perspectiva, o abandono ga-

7 Renata Fernandes (2022, s.p.) anota o amplo movimento direcionado à crítica ao paradigma estadualista. A renovação analítica acompanha a senda aberta por François-Xavier Guerra, concedendo corpo à modernidade política e nuançando, vigorosamente, as ideias sobre a imobilidade e a impermeabilidade do Antigo Regime. Em suas palavras, a autora argumenta: “As críticas ao paradigma estadualista como matriz para compreensão das formas de organização e exercício do poder político na Época Moderna estão no cerne de um amplo movimento de renovação analítica que encontrou, nas últimas décadas, territórios frutíferos nas historiografias de língua portuguesa, espanhola, francesa, anglo-saxã e italiana. No bojo desse movimento, muitas certezas foram dinamitadas. Questionar a escatologia da “centralização” e, com ela, a projeção, no Antigo Regime, dos Estados contemporâneos, ensejou estudos sobre a organização do poder nas monarquias corporativas capazes de redimensionar os poderes do centro, suas estruturas institucionais e as próprias relações coloniais do período. Mais que isso, longe de se esgotar neste recorte cronológico, essa renovação historiográfica propiciou reflexões decisivas para a superação de paradigmas analíticos que imaginavam as revoluções constitucionais e o processo de construção de novos Estados nacionais nas Américas, em particular, espanhola e portuguesa do século XIX, como “fora de lugar” em meio a uma “modernidade política” generalizada. Uma das facetas dessa renovação problematiza as formas de comunicação política entre os centros de poder e os diferentes agentes, corpos e instituições espalhados pelos territórios. De um lado, a imagem das monarquias ibéricas de Antigo Regime como governos centralizados, voluntaristas e unilaterais cede lugar à dos mecanismos e instrumentos de negociação e consenso, entendidos, agora, como imprescindíveis à velha arte de governar. De outro, e em diálogo com tais postulados, aqueles que se ocupam dos processos de estabelecimento de novos ordenamentos políticos no universo ibero-americano do século XIX, têm sinalizado a necessidade de pensar esses fenômenos numa perspectiva historicamente situada, no âmbito da qual novos ideários e práticas políticas, mas também tradições recriadas, emergiram como artífices de experiências construtoras das relações entre indivíduos, grupos político-sociais e o poder”.

nha um contorno político relevante: a ausência do rei ofendia os súditos, ainda mais porque veio pela invasão. Com Guerra (1994, p. 12), podemos afirmar que, além da memória religiosa, os diferentes grupos da sociedade colonial, incluídos os indígenas, partilhavam uma visão comum de sua história política (*translatio imperii*), a que unia as antigas autoridades indígenas ao rei da Espanha. Assim, se houve um senso de oportunidade bem aproveitado pelos *criollos*, foi necessário lidar também com a dor da separação do império, que era compreendido não como o império do outro, mas o seu próprio.

É exatamente por isso que os emancipacionistas tiveram de elaborar uma retórica anti-imperial, americanista, manifestando o trauma da conquista. E a elaboração possível (e eficaz) tornava tema a espoliação das civilizações pré-colombianas. Essa estratégia discursiva expunha um “legado em si problemático” (DONGHI, 1997) para a “elite americana”, herdeira dos conquistadores. Notem, então, que as emancipações preceituam uma alteração na consciência política, que afeta patriotas e realistas, americanos e espanhóis. Uma tarefa ímpar era colocada aos *criollos*: conceder unidade e consistência a um nascimento impuro e punível. Assim Bolívar se manifestou:

Eu sou todo, todo o mal. E logo depois querem que eu continue governando. Sempre seremos de um nascimento punível: brancos⁸

8 A questão racial esteve intrincada ao ordenamento colonial, em razão da escravidão (e, também, da disputa evangelizadora pelas populações indígenas). Nesse sentido, não pode ser interpretada apenas pelo viés econômico e demográfico, devendo ser considerada suas funções disciplinadora e ontológica. Pluralidade é uma marca da história americana, tanto no que diz respeito aos espaços (continental, caribenho, hispânico, francês, anglo-saxão) quanto às populações e suas culturas. Bolívar intitular-se “branco” expressa: (1) para o historiador, as funções mencionadas; (2) para o ator histórico, contemporâneo

e venezuelanos! Com esses delitos não se pode andar por essas regiões [Peru e Alto Peru]. (Carta para Sucre. Babahoyo, 28/09/1829. Tomo VII, R. 2.585, p. 342. Original.).

Justificar a empresa revolucionária e manter-se como o símbolo das lutas contra o espoliador no presente oitocentista (a Espanha) implicava apropriar-se dessa espoliação, apagando a aliança entre conquistadores e a elite americana. Desse modo, a justificativa à ruptura era apenas uma parte da ação direcionada à formação da opinião pública e à organização política. A outra parte relacionava-se ao esforço para se manter como símbolo da luta pela emancipação. Isso significava reposicionar-se, a partir de uma experiência tangível. Para compreender esse reposicionamento, é essencial ter em mente uma relação temporal, que amplia a análise das fontes. Na carta lida, datada de 1829, diante do que observava no Peru e Alto Peru, Bolívar transferiu para si um problema político e coletivo que já havia detectado na Carta da Jamaica (1815) e no Discurso de Angostura (1819).

Inicialmente, atente para a seleção dos documentos: tanto a Carta da Jamaica quanto o Discurso de Angostura, usualmente, aparecem entre os “escritos políticos de Simón Bolívar”. Essa categorização merece ser avaliada, não para ser modificada, mas para se compreender os mecanismos de sua seleção. Acredito que novas leituras e hipóteses possam

de suas guerras temporais, uma distinção compreendida como dado verificável. A identidade étnica envolvia ritos e demarcações sociais, é esse o registro essencial. Segundo biógrafos, o avô de Simón Bolívar, Juan Bolívar, em um rito absolutamente comum aos mantuanos, pagou para obter o título de Marquês de São Luís, o que lhe foi negado, posto que os genealogistas, encarregados de certificar a pureza de sangue da família, encontraram traços índios entre os antepassados investigados.

emergir de um estudo como esse. Escrita no exílio e endereçada a um “cavalheiro da ilha”, a carta da Jamaica foi redigida para ser publicada, sem guardar relação com um destinatário específico, apesar de mencioná-lo. Pelos intérpretes, é apreendida como um escrito político; certamente é. Contudo, uma pergunta parece-me fundamental: por que carta e não manifesto ou discurso? Isso implica o missivista e sua escolha, mas também os organizadores do arquivo bolivariano. Não se trata de uma discussão formalista ou de desconsiderar o conteúdo político das cartas. Pretendo apontar exatamente o contrário: o epistolário bolivariano foi/é uma arma de combate. Por isso mesmo, a classificação dos documentos pode ser um tema de pesquisa instigante, capaz de indicar um contraponto entre o ator histórico e seus intérpretes. Assim, nas mais distintas compilações documentais, vale examinar: como os “escritos políticos” são escolhidos e justificados? Uma vez categorizados, quais são e como divergem tais escolhas?

Voltemos ao texto dos documentos. Há uma distinção entre a carta e o discurso ao Congresso, proferido em Angostura. A distinção a que me refiro não se restringe aos binômios *singular-plural* (eu e nós) e indivíduo-coletivo (Bolívar e americanos). No documento de 1819, uma tríade se apresenta, Há espanhóis-aborígene-criollos. Ela é importante para nossa análise por demarcar fissuras que a retórica americanista tinha de contornar⁹. A complexidade das tramas que uniam e separavam as disputas

⁹ Denomino retórica americanista a narrativa que se ocupa de justificar a emancipação americana, de variados aspectos, advogando e afirmando um lugar para a América (Hispânica) no concerto das nações. Assim sendo, a retórica americanista bolivariana une as questões internas e externas, estabelecendo a unidade e a centralização, de um lado, e a busca de apoios internacionais, de outro. Assumindo argumentos plurais para o que pretende, a “essência” dessa retórica é, frequentemente, a estabilidade das repúblicas americanas, em face da recolonização, das ações da Santa Aliança e do temor do Império Brasileiro. Durante as guerras, integra essa retórica o uso da *leyenda negra* e demais

internas e a retórica americanista, em sua ânsia universal, revelam o que Donghi denominou “legado por si problemático” (1997, p. 06). Bem antes da interpretação historiográfica, o próprio Bolívar expressava o conhecimento de que a elite *criolla*, mais do que marcada pelo nascimento punível e impuro, disputava um lugar em duas frentes, com os espanhóis e com os indígenas, o que tornava o caso dos *criollos* extraordinário e complicado:

A América, ao separar-se da monarquia espanhola, encontrou-se em situação semelhante à do Império Romano, quando aquela enorme massa caiu dispersa em meio ao mundo antigo. Cada desmembramento formou, então, uma nação independente, de acordo com sua situação ou seus interesses, mas com a diferença de que aqueles membros voltavam a restabelecer suas primeiras associações. Nós sequer conservamos os vestígios do que fomos em outros tempos: não somos europeus, não somos índios, mas uma *espécie intermediária entre os aborígenes e os espanhóis*. Americanos por nascimento e europeus por direito, *vivemos no conflito de disputar com os nativos os títulos de posse e de mantermo-nos no país que nos viu nascer, contra a oposição dos invasores*; assim, nosso caso é muito extraordinário e complicado” (Discurso de Angostura, 1819. APUD. SORIANO, 1992, p. 84. Grifos meus.).

Esses escritos manifestam a busca por legitimidade, emergente com o processo das independências. Enquanto integrantes do Império, a legitimidade não era um problema, o mesmo vale para a identidade. Acusar a ordem imperial de trair e espoliar seus súditos explicita não apenas uma estratégia para tornar a ruptura e a guerra palatáveis, mas faz irromper um ressentimento genuíno à autoridade. Assim, a exposição da queixa *criolla*, recursos que exponham os realistas e fortaleçam os patriotas.

tão bem expressa por Bolívar, não era uma reclamação passageira ou um aviso da ganância em partilhar dos lucros da colonização. Ela anuncia o centro da crise colonial no que ela tinha de vigoroso: *a ideia de império*. No caso do trecho da carta de 1829, raça e nascimento apresentam-se como problemas, demonstrando que não são elas categorias ou invenções da história pátria, mas elementos da experiência aprofundada durante as guerras no Peru, quando Bolívar e os demais generais, a exemplo do escrito na missiva, tiveram de questionar-se sobre suas respectivas biografias e trajetórias.

O nascimento punível, porque (im) puro, não encerra apenas uma questão geográfica. A carta escrita a Sucre, datada de 1829, narra os problemas no Peru e Alto Peru, que não se restringiam às discordâncias com as tropas. Bolívar enfrentava tensões com as elites andinas. No caso do Peru, o general se assusta com o fato de, naquela região, haver muitos realistas. Portanto, esse nascimento implica uma dupla interpretação do mundo, que impõe uma conclusão: os *criollos* não se encontravam cá nem lá; eram descendentes de espanhóis na América e americanos na Europa. Na carta a Sucre, há um acréscimo: são puníveis por serem (im) puros, venezuelanos e não peruanos. Insinua-se uma distinção geográfica, política e cultural dessas regiões: uma, organizada pela escravidão e plantações de cacau; outra, marcada pela experiência mais traumática da conquista e colonização, com a destruição do Império Inca. Em Angostura, a complexidade do problema exposto tinha o objetivo de defender a unidade, pois, do ponto de vista da estratégia militar, Bolívar enxergava a Venezuela como vanguarda e a Colômbia como sua retaguarda. No centro dos escritos, vislumbramos a questão étnica e identitária, capturada a partir da experiência com as guerras, anunciando temas e usos distintos, cuja

sustentabilidade residia na ruptura com a ideia de integrar um Império.

Ao mencionar o ressentimento genuíno à autoridade, outra carta – muito provavelmente escrita para ser divulgada – chama minha atenção:

Você sabe que eu governei 20 anos e deles não tenho retirado mais do que poucos resultados certos: 1º A América é ingovernável para nós. 2º Aquele que segue uma revolução ara no mar. 3º. A única coisa que se pode fazer na América é emigrar. 4º Este país cairá infalivelmente nas mãos de uma multidão desenfreada, para depois passar para [as mãos de] tiranos quase imperceptíveis, de todas as cores e raças. 5º Devorados por todos os crimes e extintos por todas as ferocidades, os europeus não se dignarão a nos conquistar. 6º Se for possível que uma parte do mundo volte ao caos primitivo seria este o último período da América. (Carta para Juan J. Flores. Barranquilla, 09/11/1830. Tomo VII, R. 2.781, p. 585-588. Retirada de *Boletim Histórico*, n. 1, Fundação John Boulton.).

Notem que fiz questão de expor uma missiva que equivale a um testamento político; assim ela é utilizada por muitos biógrafos. Escrita após o assassinato de Sucre, anunciado por Bolívar como seu sucessor, o referido trecho não pode ser lido apenas como fruto do luto, da febre, da doença ou da desesperança. Também não se deve creditar o ressentimento à derrota de Bolívar, particularmente se, para tal crédito, a referência for seu desejo frustrado em se coroar¹⁰. Sim, é certo que o mais caro projeto

10 A trama vai formando a colcha: não deve surpreender o fato de que a obra bolivariana seria julgada pela posteridade a partir de binômios. Para um de seus mais críticos biógrafos, Salvador de Madariaga, um espanhol, o binômio principal seria *império versus república*. A crítica, que se tornaria uma extensa polêmica, se assentaria na denúncia do desejo de Bolívar em se coroar. Imediatamente, passar-se-ia da denúncia à sentença: ao querer imitar Bonaparte, Bolívar expunha a falsidade de seu republicanismo e a injus-

de unidade bolivariano, a Grã-Colômbia, se desfazia. Mas há mais para observar.

Sentimentos como a nostalgia, o ressentimento e até o derrotismo são legítimos em ambiência de mudança porque, ao final, anunciam o veto ao retorno de situação anterior. No caso da América republicana, uma restauração não era possível, e Bolívar o sabia. Essa impossibilidade tinha relação com o regime político instaurado, o que evidencia o republicanismo como uma escolha arrojada e consciente, fundamento e resposta do projeto emancipacionista à ruptura. Os revolucionários *criollos* não podiam retomar o perdido, não justamente eles que propuseram a luta contra o que era o centro da organização do Antigo Regime: a vassalagem imperial compartilhada. Continuidades até podiam se fazer presentes, mas a força da mudança invocava criar um cenário inaudito. Assim foi porque, ao contrário do que se possa imaginar, realistas e patriotas não se reuniam em grupos visivelmente homogêneos e impermeáveis.

O que torna o tema das emancipações exuberante é divisar a ação política em disputa, reverberada, incansavelmente, nos séculos seguintes. A independência se refaz, não é obra terminada, se desdobra no tempo. Nesse caso, refazê-la conclama mais do que mobilizar o passado. “Refazer a independência, com efeito, encerra repensar os laços identitários, rever a violência e a exploração colonial, reavaliar os projetos nacionais” (FREDRIGO, SOARES, 2021), fazer ressonar as exclusões. Em diálogo com o espaço público, as comemorações, as polêmicas, as intervenções artísticas

tiça da alcunha de “Libertador”. Os jogos do tempo da política, reavivados mais tarde pela história das nações republicanas, anunciavam a premência de uma solução para o pertencimento.

e/ou intelectuais mantêm a disputa em pauta, atualizando-a¹¹.

O *lugar*, o espaço público, como segunda instância requerida, foi instituído nos oitocentos, a partir da necessidade de efetivar um campo republicano na América. A despeito da tradição hispânica, com seus letrados patriotas e jornais, as emancipações demandavam um espaço público, inexistente na colônia nessa acepção, em razão da prática intelectual distinta (Myers, 2008). O espaço público – e a disputa por sua ocupação – garantiu a libertação e organização das repúblicas¹². A imprensa não é evidência solitária da existência e vigor do espaço público, mas é uma evidência fundamental. Marcus Vinícius de Moraes (2022), em tese recentemente defendida e publicada, esmiúça, vagarosa e profundamente, a circulação de ideias próprias à emancipação – segundo o autor, o maquinário que incita a opinião pública. Cabe, nesse amplo universo, um exame sobre os usos da legenda lascasiana e das crônicas coloniais, bem como uma releitura da ilustração, que, em espaço americano, foi nutrindo e sendo nutrida pelas polêmicas entre patriotas e realistas. Entre outras

11 *Sumando Ausencias*, instalação idealizada por Doris Salcedo após o plebiscito de 2016 (ocasião em que se rejeita o acordo de paz entre o governo colombiano e as Farcs-EP), é uma manifestação justa dessa revisita às independências, que ultrapassa a mobilização do passado. Ao apropriar-se também (mas não só) de Simón Bolívar, a instalação expressa um forte e profundo diálogo entre arte e política, passado e presente, liberdade individual e construção coletiva. Ver: VILELA, 2020; FREDRIGO, SOARES, 2021. Ocorre-me que, embora não tenha sido essa a intenção da performance (pelo menos não a mais visível), a *ausência soma* tempos: (1) a ausência do rei e a ruptura; (2) a ausência/presença do fundador da nação, Bolívar; (3) a ausência/presença, sobretudo, do povo cidadão para o qual se destinavam as mortalhas.

12 Para delimitar o espaço público deve servir o plural, com o objetivo de afirmar a heterogeneidade de práticas em ambiências que iam além dos cafés, das sociedades letradas e das praças. Ritos, festas, procissões, encenações também se encarregavam de fazer circular as ideias, realistas ou patrióticas, durante o processo das independências. Ver: FREITAS NETO, 2022; MORAIS, 2022.

fontes, o autor investiga o uso dos impressos durante as independências, demonstrando a associação entre o periodismo e a opinião pública nascente. Ocupa-se, detidamente, do *Correo del Orinoco*, jornal fundado em Angostura, cujas pautas eram definidas pelos bolivaristas, com a participação vigilante do general. Sobre Bolívar e a imprensa, o autor coloca:

Ele [Bolívar] comentava sobre as matérias: “coloquem coisas úteis”; “texto com muita monotonia”; “estão cheias de cartas”; “aquela infame gazeta”; “os artigos devem ser curtos, agradáveis, picantes e fortes”. Não por acaso, se atribuiu a Bolívar a seguinte expressão, não registrada em seus documentos: “[...] a imprensa é a artilharia do pensamento”, pois venceria batalhas e guerras. Isso, de fato, reforçava a ideia de que a imprensa era uma arma. E as armas, simbolicamente, eram atributos de heróis e de deuses da guerra (MORAIS, 2022, p. 35).

Pelo exposto, o fato é que a singularidade da primeira metade do século XIX americano revela que as soluções propostas, a partir da ruptura, se fazem no tempo da política (PALTÍ, 2020), que exige desembainhar a espada, correr a pena e encontrar meios de circulação da retórica americanista, constituída pelo desejo de mudança. Não há, como nos adverte Paltí, uma racionalidade prévia às ideias, nesse universo convulsionado e, por isso mesmo, as combinações podiam ser as mais variadas (democracia, centralismo, federalismo, unidade, etc), escapando aos binômios que orientam certa narrativa histórica e biográfica. Há, sim, refundação, incerteza e instabilidade. Num espaço como esse, as referidas combinações políticas e intelectuais não podem ser compreendidas se não abandonarmos convicções que nos levam a traçar, indefinidamente, influências e seus

reflexos, esvaziando-as da historicidade, a ponto de sentenciarmos que, na América, as ideias estão fora do seu lugar. Ainda acompanhando Paltí (2020), o tempo das emancipações foi o tempo da política porque essa abarcaria todos os aspectos da existência e a vida comunal responderia refundando-se, recolhendo-se à instância de sua instituição, tal como um marco zero. O que isso nos informa? Certamente que devemos nuançar a visão estatizada, ao menos para a primeira metade do século XIX. Nem a política foi parida pelo Leviatã, nem o Estado assume a forma de ordenar a vida social, sem contraponto e disputa. Como sugerido, essa singularidade abre nosso horizonte de expectativas, arejando o entendimento sobre as independências, os atores e seus projetos. Assentado no republicanismo e no combate público, o rompimento com a metrópole demandaria lideranças capazes de propor uma orientação, enfrentando a opinião pública americana e, como esperado, melindrando-se de sua insubmissão. Ruptura não se dá sem perplexidade e ambiguidade, daí nascem o ressentimento e a nostalgia. Não por acaso, Bolívar cultivaria ambos.

A rede: os generais, a comunidade afetiva e o panteão heroico

Para delimitarmos a terceira instância, a rede, é preciso começar pela divinização de Simón Bolívar. Sim, porque, ao entendermos como se forja um herói, restabeleceremos as ligações entre os emancipacionistas, vislumbrando a comunidade afetiva de generais. Do mesmo modo, um herói precisa de outros – os que não são heróis ou, se o forem, não são iguais a ele. Portanto, a rede de Bolívar se mostra quando examinamos em conjunto dois elementos: a hierarquização dos generais independentistas

e a memória da indispensabilidade¹³. Esses elementos atingem seu clímax no culto à figura heroica. Aos poucos, completamos um quebra-cabeças: (1) qualificamos o projeto emancipacionista, emergente de circunstâncias singulares, conectadas e, não raro, contingentes; (2) afirmamos que as ideias, as guerras, a política e o espaço público forjam emissores, receptores e realizadores do projeto emancipacionista; (3) argumentamos que é fundamental considerar o culto heroico, uma vez que o projeto emancipacionista se dilata no tempo.

Simón Bolívar é figura icônica, em razão das múltiplas apropriações e da transposição de fronteiras geográficas e temporais. Mais recentemente, Enrique Krause (2011) caracterizou o culto cívico a Bolívar como incomum, tanto por não encontrar concorrência com os luminares religiosos – não há, na Venezuela, martirologia comparável à da Virgem de Guadalupe – quanto por ser um culto monoteísta, uma vez que Simón Bolívar é o único divinizado. Embora outros heróis compartilhem o Panteão, como Miranda, Santander, Sucre e Páez, nenhum faz sombra àquele que é a fonte da divindade. Seguindo esse autor, é importante destacar que o culto ganha ares populares muito antes do chavismo. Desde 1842, alimenta-se uma “penitência coletiva pelo pecado de terem deixado Bolívar morrer em solo colombiano” (KRAUSE, 2011, p. 528). Apenas para ilustrar a dilatação temporal do culto, basta anotar que na posse do presidente colombiano, Gustavo Petro, uma relíquia causou comoção e entusiasmo a alguns e constrangimento ao Rei espanhol, envolvendo críticas internacionais e se aproximando de um acidente diplomático¹⁴. Qual relíquia? A

13 Examinei esses dois elementos em minha Tese de Doutorado, defendida em 2005, e publicada pela Editora UNESP, em 2010. Ver FREDRIGO, 2010.

14 Como se trata de uma apropriação, a espada insere-se em um contexto que precisa ser detalhado. A guerrilha contemporânea, M-19, da qual fizera parte Gustavo Petro, havia

espada de Simón Bolívar. Fundamental é pensar nos signos do símbolo: “a espada de Bolívar que representa liberdade e, ao mesmo tempo, o sangue espanhol. Assim como a espada de Cortés que representou a conquista espanhola e o sangue indígena” (MORAIS, 2022).

O corpo, a espada e a palavra integram o culto, que assume significados múltiplos. Para a Venezuela, especialmente com o chavismo, o chamado contemporâneo foi (é) pela “refundação a nação”, tornando o bolivarismo o conceito histórico fundamental no interior de um projeto político, que parecia visar à democracia social e participativa. Em 1999, uma nova Carta Magna e a mudança no nome do país, então República Bolivariana da Venezuela, se encarregaram de expressar a refundação, que conheceria, adiante, um radical desvio (ZANCOPÉ, 2014). Para a Colômbia, a disputa com Santander não sombreou a importância do primeiro soldado da Pátria, assim como não fizera a disputa com San Martín no Peru. Mesmo no dissenso, Bolívar permanece no Panteão, e surge sempre que a unidade latino-americana é mencionada.

Como se forja um herói? No caso de Simón Bolívar, simultaneamente, ele se forjou e foi forjado. Desse movimento, duas conclusões vêm à tona. A primeira quanto à ação propositiva da liderança. O general caraquenho não esteve imune ao desejo de legar à posteridade uma história que demarcasse sua indispensabilidade às independências. Para tanto, dedicou especial atenção ao seu epistolário e à conformação de uma

roubado a espada de Bolívar em 1974, devolvendo-a em 1991, quando o grupo decidiu depor as armas e participar da política institucional. Apesar do pedido do Presidente que seria empossado, para que a espada fosse trazida e exposta durante a cerimônia, Ivan Duque negara tal ato, alegando questões de segurança. Empossado, Petro ordenou que a espada fosse trazida. O Rei da Espanha, convidado na cerimônia, não se levantou e nem aplaudiu o gesto, ação que lhe renderam críticas em seu próprio país.

comunidade de generais. A segunda quanto aos receptores do projeto narrativo bolivariano. Nesse caso, a apropriação é reivindicada por distintos atores, cujos usos visam às reelaborações acerca da emancipação, que criam novas associações entre a liderança e o cenário oitocentista (FREDRIGO, SOARES, 2021).

Particularmente, no século XIX, o culto dependeu da história bélica. Para narrativa, era essencial estabelecer o herói, o seu lugar (a guerra) e os que o acompanhariam. Assim, o lugar é igualmente o lugar da experiência e das alianças. Em seu ato, a guerra é a força-motriz, estabiliza a rede, uma vez que permite a liga e a hierarquização entre os contemporâneos. A guerra lhes dá um porquê, a guerra lhes estabelece honrarias, a guerra lhes forma a consciência, a guerra lhes apresenta dificuldades, ganhos e perdas. Foram as dificuldades cotidianas da guerra e a visibilidade do inimigo, o espanhol, que permitiram o estabelecimento de uma comunidade afetiva entre Simón Bolívar e seus oficiais. Quando a guerra era uma necessidade real a ser enfrentada, o código que unia os cidadãos fazia da morte uma experiência passível de ser suportada mediante a presença do morto na memória da posteridade. O povo, embora tivesse de ser educado para aceitar a simbologia e os valores republicanos, via-se excluído da comunidade de oficiais. No interior dessa “invenção soberana”, o povo, vez ou outra, alardeava o descontentamento com a ordem republicana e o desejo de voltar a pertencer à Espanha.

Sobre a memória da indispensabilidade, sim, Bolívar se pretendia *indispensável* ao povo e à pátria, por isso era incansável quanto às exigências do trabalho. Não havia nenhum outro capaz de substituí-lo, em seu entendimento público e publicizado. No entanto, Bolívar bem sabia de

sua dispensabilidade. Foi a ciência de que outros poderiam ocupar seu lugar que o levou a tecer, delicada e insistentemente, a memória da indispensabilidade¹⁵. Foi o desejo de se destacar, no presente e no futuro, que lhe possibilitou antever a necessidade de se colocar, individualmente, como o homem capaz de empreender as transformações para a América. Em síntese, foi a ciência de que o poder e a vida eram finitos aliada ao desejo de consagrar uma memória à história que permitiram a Bolívar criar um personagem dedicado à posteridade, assim, “morto seguiria vivo, ausente seguiria presente” (MADARIAGA, 1953).

Conclusão parcial: o Libertador foi maior do que o próprio Bolívar. Esteve em lugares que Bolívar jamais esteve e alcançou uma glória que o próprio Bolívar, em vida, não alcançou. Poderíamos nos perguntar: a narrativa desse personagem heroico não é, por si só, uma herança e uma representação criada pelo “intelectual” Bolívar? Alguns lugares ainda não esperam o seu Libertador indispensável? E muitos políticos não se colocam como os “novos Libertadores”? A partir dessas perguntas, torna-se inevitável refletir sobre a (dis) junção entre intelectuais, política e o culto heroico¹⁶.

Uma conclusão aberta

Para encerrar de vez, depois de uma longa travessia, podemos dizer que se o intelectual é frequentemente um mediador, então, sim, Bolívar ocupa um lugar também nessa categorização, desde que considerada a singularidade apontada no segundo item desta apresentação. Sintetica-

¹⁵ Termo cunhado por mim, no terceiro capítulo da Tese mencionada.

¹⁶ Agradeço a Marcus Vinícius Morais pelo debate acalorado e divertido que nos levou a essas perguntas finais.

mente, ele assume essa condição, posto que: (1) alicerçou uma comunidade, capaz de orientar o projeto emancipador; (2) atuou no espaço público nascente, debatendo na imprensa com opositores e adversários; (3) impôs às suas missivas um projeto de memória, tratando de realizar algum controle do presente e uma aposta com o futuro; (4) produziu documentos de teor distinto, em diálogo com congressistas, diplomatas e governantes de vários lugares; (5) deixou pistas à historiografia pátria, se afirmando, simultaneamente, como agente e objeto da intelectualidade latino-americana.

Do mediador o campo exige intervenção, circularidade, apropriação, tradução e atenção às distintas recepções e repertórios, entre outras ações. Em conjunto, tais operações ampliam a tarefa do intelectual, solicitando-lhe uma formação apta não apenas à intervenção dirigida a um grupo/campo unificado, mas à formulação de uma resposta circunstancial, uma vez que as comunidades lhe devolvem o problema, matizado por sua recepção. Dessa maneira, a capacidade crítica deve ser acompanhada de autocrítica e imersão entre diferentes, em especial se tratamos da relação com a política. Nesse último aspecto, Bolívar dialogou com a elite *criolla*, foi seu máximo representante e, ainda, encontrou meios para alcançar as tropas na guerra e o “povo” na imprensa.

Uma última observação, que é, outrossim, uma revelação. Meu incômodo, então manifesto ao fim da escrita deste texto, relaciona-se ao fato de não enxergar, inicialmente, como associar o culto heroico – um domínio sacralizado, a despeito da racionalização – ao papel do intelectual – domínio da secularização e da crítica. Ao me proporem o proble-

ma¹⁷, tive eu mesma de abandonar os binômios e definir a singularidade primordial do contexto. A partir daí, ampliei a perspectiva de intelectual, renunciei à cronologia prototípica latino-americana e alcancei uma conclusão aberta, à espera de que outros pesquisadores proponham novos entrecruzamentos.

Referências

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BOLÍVAR, Simón. *Escritos políticos*. Introdução e organização SORIANO, Graciela. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1992 (Tradução: Jacques Mario Brand, Josely Vianna Baptista).
- CALVINO, Ítalo. A palavra escrita e a não-escrita. In: *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 139-148.
- CORREIA, Adriano. A vitória da vida sobre a política. Dossiê Hannah Arendt, um pensamento atual. *Revista Cult*, n. 9, ano 21, jan. 2018, p. 36-39.
- FERNANDES, Renata Silva. *Petições e poder na Ibero-América: um estudo sobre o peticionamento e o direito de petição entre o Antigo Regime e a Revolução*. Projeto de pesquisa, UFG, 2022 (mimeo).
- FREITAS NETO, José Alves. Apresentação. In: MORAIS, Marcus Vinícius. *Bolívar entre a cruz e a espada: independências e usos do passado colonial*. Jundiaí: Paco Editorial, 2022.
- FREDRIGO, Fabiana de Souza. *Guerras e escritas: a correspondência de*

17 Agradeço ao Fabio Murici dos Santos, Camila Grejo e Antônio Carlos Amador Gil.

- Simón Bolívar (1799-1830). São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- FREDRIGO, Fabiana de Souza. *Guerras de papel*: Francisco de Paula Santander e Simón Bolívar, das peças autobiográficas à relação epistolar. Goiânia: Editora da UFG, 2017.
- FREDRIGO, Fabiana de Souza; SOARES, Gabriela Pellegrino. Apropriate de mim e refaz a independência sempre que preciso: a polissemia e a longevidade do culto bolivariano. *Revista USP*, São Paulo, n. 130, p. 109-126, jul./ago./set. 2021.
- LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y leer textos. In: PALTÍ, Elías José (org.). *Giro lingüístico e história intelectual*. Buenos Aires: Universidad nacional de Quilmes, 2012, p. 237-293.
- MADARIAGA, Salvador. *Bolívar*: fracaso y esperanza. México: Editorial Hermes, 1953. Tomo I.
- MADARIAGA, Salvador. *Bolívar*: victoria y desengano. México: Editorial Hermes, 1953. Tomo II.
- MYERS, Jorge. Introducción al volumem I. Los intelectuales latinoamericanos desde la colonia hasta el inicio del siglo XX. In: ALTAMIRANO, Carlos; MYERS, Jorge. *História de los intelectuales en América Latina*. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo, v. 1. Buenos Aires: Katz Editores, 2008, p. 29-50.
- MORAIS, Marcus Vinícius. *Bolívar entre a cruz e a espada*: independências e usos do passado colonial. Jundiá: Paco Editorial, 2022.
- VILELA, Ana Lucia Oliveira. Pavimentar o chão comum: a utopia melancólica na obra de Doris Salcedo. In: FREDRIGO, Fabiana de Souza; GOMES, Ivan Lima. *História e trauma*: linguagens e usos do passado. Vitória: Editora Milfontes, 2020, p. 239-260.
- ZANCOPE, Tiago Ciro Moral. *A refundação da nação*: bolivarianismo

nos discursos de Hugo Chávez (1999-2000). Goiânia: Editora da UFG, 2014.

Entre Michelet e Kant: Carlos María Ramírez e a reescrita da história nacional uruguaia na segunda metade do século XIX¹

Elvis de Almeida Diana

Doutor em História pela

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Introdução

Conforme já tratado por diversos historiadores recentemente, o conceito de História sofreu uma mudança conceitual entre meados do século XVIII em diante, tendo passado a obter um sentido unívoco, em detrimento da concepção plural própria da ideia de *magistra vitae* (ou “mestra da vida”, dos exemplos a serem seguidos por meio de várias histórias), deixando, assim, de possuir um cunho formal. Essa mudança, grosso modo, ocorreu em contextos e locais variados da Europa e das Américas, e foi marcada por diversas alterações de significados ao longo do tempo,

1 Este trabalho constitui parte da tese de doutorado intitulada “Carlos Maria Ramírez e a construção de uma nova República Oriental do Uruguai: entre a ‘nação ideal’ e a ‘nação real’ (1868-1898)”, desenvolvida sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Adriane Vidal Costa (Departamento de História da UFMG) e defendida em agosto de 2022 junto ao PPGH-UFMG. O supracitado trabalho teve, até o mês de fevereiro do ano de 2022, o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a CAPES – Código de Financiamento 001 (Conforme a Portaria N^o 206, de 4 de setembro de 2018).

além de ter sido uma expressão do advento da modernidade e de seus modos de apreensão.²

Nesse sentido, por meio do aporte teórico-metodológico da História Intelectual, entendemos que as ideias e os conceitos não estão deslocados e que, na verdade, eles circulam e são ressignificados conforme os diversos interesses político-culturais e sociais dos variados períodos e contextos históricos.³ Nesse sentido, acreditamos que o publicista uruguaio Carlos María Ramírez (1848-1898) também tenha expressado esse conceito unívoco de História em seus escritos sobre o passado uruguaio. Mais especificamente, sobre José Artigas, Fructuoso Rivera, Juan Lavalleja, Manuel Oribe e os demais atores e elementos do processo de independência de seu país⁴, o que convergiria com as ideias de unidade e coesão

2 Para análises a respeito deste tema na Europa, mais especificamente na Alemanha, ver: (KOSELLECK, 2006; 2020). Sobre o estudo do termo na Espanha, em Portugal e nos países hispano-americanos entre os séculos XVIII e XIX, ver: (ZERMEÑO PADILLA, 2009; WASSERMAN, 2009). Acerca dessa temática relacionada ao Brasil do setecentos e do oitocentos, ver: (PIMENTA; ARAÚJO, 2014).

3 Alinhamo-nos às considerações teórico-metodológicas de Elías Palti e Adriane Vidal Costa sobre esse ponto, com a finalidade de superarmos os pressupostos da História das Ideias de cunho tradicional na América Latina, essa marcada pela defesa da importação de “modelos” ideológicos europeus que, em tese, não seriam próprios das características culturais e intelectuais dos países latino-americanos e, por isso, foram consideradas meras cópias carregadas de “erros” ou “desvios” em sua inserção em tais locais. Dessa forma, no lugar da referida abordagem tradicional, preferimos seguir os pressupostos teórico-metodológicos que prezam pelos usos das linguagens e conceitos políticos, e suas formas de enunciação, ou seja, os modos de se intervir e de se mobilizar as ideias publicamente e em variados contextos históricos. Assim, isso nos permite compreender a circulação das ideias e conceitos, tal como o de “nação”, “liberalismo” e “republicanismo”, por exemplo, em quaisquer espaços e temporalidades. Sobre este debate, ver: (PALTÍ; COSTA, 2021, p. 5-11; PALTÍ, 2007).

4 Para um panorama mais abrangente sobre as fases do processo de independência do Uruguai, assim como acerca de seus principais eventos e especificidades, conferir os seguintes trabalhos: (CAETANO, 2020; FREGA, 2005; PARÍS DE ODDONE, 2001; ACEVEDO, 1933).

político-sociais defendidas por ele ao longo de sua atuação político-intelectual. Um dos primeiros momentos em que pudemos identificar tais inclinações intelectuais sobre esse conceito unívoco de História radicou na resposta de Ramírez, por meio de seu *Juicio Crítico del Bosquejo Histórico* (1882), à obra *Bosquejo Histórico de la República Oriental del Uruguay*⁵, de autoria de seu conterrâneo e antiartiguista Francisco Berra (RAMÍREZ, 1882).⁶

Um dos pontos iniciais da crítica de Ramírez se ancorou naquilo que, ao que tudo indica, ele entendia como História, ainda em um momento em que o campo historiográfico estava se iniciando no Uruguai (SANSÓN CORBO, 2011b).⁷ Dentro da edificação desse novo âmbito,

5 Segundo Juárez Fuão, o *Bosquejo* de Berra foi publicado originalmente em 1866, tendo essa obra sido objeto de outras três reedições, as quais foram ampliadas e revisadas (FUÃO, 2009a).

6 Esta contenda político-intelectual, travada entre Ramírez e Berra, diz respeito a um contexto histórico, político e intelectual mais amplo, no qual, segundo Carlos Demasi, teve início a construção do primeiro imaginário nacional uruguaio, estabelecido a partir de meados dos anos 1870 (DEMASI, 2001). Tal contexto foi marcado pelo debate público sobre a reescrita da história do país platino e, majoritariamente, pelo combate ao antiartiguismo histórico, iniciado pelos inimigos políticos de Artigas ainda durante o processo de independência da antiga Banda Oriental. Na desconstrução dessa lenda negativa, além do próprio Ramírez, vários outros escritores, publicistas e artistas de então se empenharam na reconstrução da figura do prócer da emancipação em relação à Espanha, tais como Clemente Fregeiro, Francisco Bauza e Juan Zorrilla de San Martín, por exemplo, em contraposição aos ainda antiartiguistas, incluindo o mencionado Berra. Essa retomada da imagem histórica de Artigas, por meio de uma perspectiva positiva, ultrapassou as fronteiras uruguaias, tendo envolvido, também, intelectuais argentinos oitocentistas como Sarmiento, Bartolomé Mitre e publicistas anônimos, e constituiu o objeto de estudo de trabalhos recentes de diversos historiadores, desenvolvidos mediante variados vieses. Para um panorama geral sobre o tema, conferir os seguintes trabalhos: (DEMASI, 2001; FUÃO, 2009a; 2009b; LAURINO, 2001; SANSÓN CORBO, 2011b; 2006; 2004; PIVEL DEVOTO, 1951 apud FREGA, 2005).

7 Ainda sobre a formação do campo historiográfico no Uruguai, conferir o seguinte artigo, também de autoria de Sansón Corbo (SANSÓN CORBO, 2011a).

em um contexto da construção e consolidação da nação, havia as tensões entre a intenção de se dotar de objetividade científica tal discurso sobre a história em detrimento dos valores políticos e subjetivos na formação da identidade uruguaia, ou seja, a “orientalidade”, segundo Carolina González Laurino (2001).

No que tange às inspirações político-intelectuais de Ramírez em relação à escrita sobre o passado em seu momento de atuação, Sansón Corbo (2011b) argumenta que o escritor uruguaio esteve mais alinhado à corrente “erudita”, iniciada ainda na primeira metade do oitocentos. Tal viés possuiu expoentes nos dois lados do Rio da Prata, caracterizou-se pelo rigor na análise das fontes históricas e rivalizou com a “tendência filsofante”, da qual Berra teria feito parte. Essa última tendência se baseou na relativização dos documentos, na busca pelas causas dos acontecimentos e não hesitava em atribuir juízos de valor ou condenar seus adversários, o que o diferenciava da chamada “tendência erudita” (SANSÓN CORBO, 2011b, p. 35).

Por um lado, os iniciadores da vertente “erudita” foram Pedro de Angelis, na Argentina, e Andrés Lamas, no Uruguai, os quais foram sucedidos pelo argentino Bartolomé Mitre e pelos uruguaio Francisco Bauzá e o próprio Ramírez, por exemplo, mediante a inspiração do romantismo de Michelet. Essa referência intelectual do historiador francês teria contribuído para uma “preceptiva metodológica” na produção sobre o conhecimento histórico elaborado por Ramírez e os demais “eruditos” de seu período, caracterizada pela “busca, seleção e crítica de documentos” (SANSÓN CORBO, 2011b, p. 37). Já em relação aos intelectuais da “tendência filsofante”, alguns representantes desse viés foram os “vol-

terianos” Alejandro Magariños Cervantes, ex-professor de Ramírez na Universidade, e o argentino José Manuel Estrada, também inspirados por outros historiadores franceses e ingleses, tais como François Guizot e Henry Thomas Buckle, por exemplo (SANSÓN CORBO, 2011b, p. 37).

Desse modo, Ramírez entendia que a História deveria possuir uma “unidade” racional, uma “síntese”, assim como as Constituições dos estados nacionais. Mas também necessitava ser dotada de pulsação de vida, de uma animação, mesmo que essa, inicialmente, dispusesse-se de modo fragmentado e singularizado, “aos pedacinhos” (RAMÍREZ, 1882, p. 6), visando a

[...] *ressuscitar o passado com os fatos da ação exterior, com os personagens que neles intervêm e os variados agentes íntimos que determinam suas conexões recíprocas, quando o historiador se eleva a uma concepção sintética e dominante, da qual fluem com lógica rigorosa, ainda que, recorrentemente latente, as proporções das formas e a filosofia de sua narrativa* (RAMÍREZ, 1882, p. 6, grifos nossos).⁸

Simpatizante que era de Michelet e de um método que privilegiasse a análise dos eventos singulares inscritos no todo dos processos históricos, Ramírez não concordava com o modo que Berra, em seu livro, concebeu a história nacional. Ramírez reiterou suas reservas ao *Bosquejo* defendendo que uma “filosofia histórica” só seria possível com a utilização das “[...] grandes vistas de conjunto [...]” e de “síntese”, em detrimento da análise “compartimentada” feita por Berra (RAMÍREZ, 1882, p. 9-10). Assim,

⁸ Traduzimos livremente todas as citações diretas em língua estrangeira presentes neste trabalho, tanto as relativas às referências bibliográficas, quanto às das fontes históricas analisadas.

para Ramírez, o historiador deveria ser aquele que estimasse, também, os “nervos” e os “músculos” dos personagens históricos (RAMÍREZ, 1882, p. 10), o que nos remete a linguagens ligadas ao “corpo” e aos sentimentos na História⁹, ou melhor, uma história que fosse “encarnada”, sem perder o seu lado racional. Além disso, para o intelectual uruguaio, também era necessário que se levasse em conta “[...] os sucessos e os personagens no conjunto da ação, no mesmo meio em que se agitam, com o critério que resulta das ideias, paixões e necessidades de cada época [...]” (RAMÍREZ, 1882, p. 10, grifos nossos).

Embora tenha mencionado explicitamente o nome do historiador francês Jules Michelet uma única vez ao longo dos seus escritos sobre a história de Artigas, percebemos que, aqui, Ramírez recorreu, mesmo que de modo implícito, aos postulados político-intelectuais do referido escritor em outras várias passagens. Quando tratou especificamente sobre Artigas, o nome do historiador francês aparece somente na página 27 da edição do *Juicio Crítico* que utilizamos e analisamos neste trabalho (RAMÍREZ, 1882, p. 27). Ramírez também recorreu ao nome de Michelet em outros escritos como, por exemplo, em *Sobre el Facundo* (1873), no qual exaltou tanto o publicista argentino Domingo Faustino Sarmiento, intelectual esse que também foi uma inspiração sua (Cf. DIANA, 2022), quanto Michelet. No mencionado escrito, o intelectual uruguaio afirmou que as “sínteses gigantescas alternadas com generalizações vastíssimas” de Sarmiento só eram comparáveis com as “ressurreições históricas que a

⁹ Aqui, fazemos referências às indicações teóricas propostas por Pierre Ansart a respeito das linguagens políticas que remetiam a sentimentos relacionados às práticas corporais, relacionadas, por sua vez, aos termos “nação”, “pátria” e “vida”, por exemplo (ANSART, 2019, p. 70).

literatura moderna deve a Michelet” (RAMÍREZ, 1873, p. 18).¹⁰

Acreditamos ser válido destacar que Michelet também foi um grande referencial intelectual para o próprio Sarmiento, assim como nos informa Maria Lígia Coelho Prado (2014). Com a menção a esse intelectual francês também do século XIX, Ramírez buscava comparar Sarmiento ao autor de a *Introdução à História da França* (1831), *O Povo* (1846), *História da Revolução Francesa* (1847), entre outras obras.¹¹ Conforme argumenta Afonso Carlos Marques dos Santos, Michelet era um dos autores oitocentistas mais reconhecidos no que tange ao comprometimento pela construção do ideal de “nação” francesa e de sua busca pelo “povo” desse país (SANTOS, 2001, p. 175). Nesse sentido, acreditamos ser possível afirmar que tais comparações entre Sarmiento e Michelet, realizadas por Ramírez, provavelmente se deram justamente por causa desses elementos, mas como forma de pensar a realidade uruguaia.

Assim, acreditamos ser pertinente e necessário destacarmos esse ponto de nossa análise em relação aos demais trabalhos realizados recentemente, quais sejam os de Juarez Fuão (2009a; 2009b) e Tomás Sansón Corbo (2011a; 2006; 2004), principalmente, sobre as polêmicas entre Ramírez e Berra, ou entre Ramírez e outros escritores do período analisado, acerca da figura de Artigas. Embora sejam trabalhos consideravelmente

10 Embora não tenha mencionado o título da obra de Michelet, acreditamos que o livro, lido por Ramírez, seja o *História da Revolução Francesa*, escrito entre 1846 e 1853, e considerado o principal texto do historiador francês. Ver: (MICHELET, [1847], 1989). Inferimos que essa obra de Michelet foi a que serviu como inspiração político-intelectual para Ramírez não somente na referida passagem, mas também quando identificamos a presença das linguagens políticas do historiador francês nos escritos de autoria do publicista uruguaio, acerca das ações históricas de Artigas.

11 Para mais informações sobre a ideia de “nação” e de “História” em Jules Michelet, ver: (SANTOS, 2001).

relevantes para o nosso estudo, percebemos que nenhum desses historiadores deu maior atenção às inspirações político-intelectuais de Ramírez, mais especificamente Michelet e Kant, no debate público estabelecido com Berra e com outros escritores uruguaios e/ou argentinos do mesmo período.¹² Além disso, e tão relevante quanto, os mencionados autores não voltaram sua atenção para a ênfase de Ramírez aos elementos de continuidade, totalidade, unidade e sociabilidade políticas e históricas estabelecidas entre as ações de Artigas e de outros “heróis” pretéritos do país platino, tais como os líderes dos Trinta e Três Orientais atuantes na década de 1820, quais sejam Rivera, Lavalleja e Oribe.

Entre Michelet e Kant: unidade, continuidade, totalidade e sociabilidade na concepção de História de Ramírez

Apesar de algumas ausências, percebidas por nós nos trabalhos supracitados, reconhecemos que Sansón Corbo (2011b) identificou e resumi, de modo considerável, a concepção de Ramírez sobre o conhecimento histórico, principalmente em relação à postura historiográfica de Berra, contida em seu *Bosquejo*. Conforme Sansón Corbo, Ramírez mobilizou um modo de escrever a História que privilegiou os seguintes componentes: a adoção de um aporte teórico-metodológico; uma cronologia, sendo que o historiador deveria estar atento às singularidades e fragmentações,

12 A exemplo da polêmica na qual Ramírez se envolveu quando debateu sobre os atos históricos de Artigas com os articulistas anônimos do periódico argentino *El Sud América*, também na década de 1880 e que, da mesma forma, foi objeto de análise dos autores com os quais dialogamos neste trabalho, quais sejam: (FUÃO, 2009a; SANSÓN CORBO; 2011b; 2004). De qualquer modo, reiteramos que esses autores não se aprofundaram nas inspirações político-intelectuais que Michelet e Kant inscreveram em Ramírez em meio ao debate sobre os “heróis” históricos uruguaios, conforme desenvolveremos melhor adiante.

mas, ao mesmo tempo, ser capaz de sintetizá-los em seu todo; reconstruir, ou “ressuscitar”, o passado de modo literário, a fim de compreender as ações humanas e os processos no tempo (SANSÓN CORBO, 2011b, p. 116).

Desse modo, ainda em diálogo com Sansón Corbo (2011b), identificamos a presença de elementos característicos do pensamento do historiador francês Jules Michelet nos escritos de Ramírez sobre a História e, mais especificamente, acerca de Artigas e os principais líderes dos Trinta e Três Orientais, quais sejam: Frutuoso Rivera, Manuel Oribe e Juan Antonio Lavalleja, os quais iniciaram o levante contra o Império do Brasil que resultou na Guerra da Cisplatina (1825-1828).¹³

Nesse ponto, percebemos que os referenciais político-intelectuais de Ramírez, inspirados em Michelet, situaram-se no “caminho do meio” entre as outras duas tendências historiográficas vigentes no mesmo contexto: o historicismo¹⁴, de caráter mais particularizante e subjetivo, e o positivismo¹⁵, universalizante e objetivo. (BARROS, 2014). Já em relação a Michelet, não há um consenso historiográfico a respeito de uma filiação desse intelectual a uma “escola histórica” específica, como a iluminista/positivista ou a romântica/historicista, embora seu nome tenha

13 Para mais informações sobre esses eventos, conferir as referências que indicamos na nota de número 4.

14 Foi representado por vários intelectuais oitocentistas como Leopold Von Ranke, Friedrich Savigny, Gustav Droysen e Wilhelm Dilthey. No século XX, outros historiadores como Reinhart Koselleck, além de filósofos como Hans-Georg Gadamer e o francês Paul Ricoeur, também foram considerados continuadores dessa tendência, resguardadas suas singularidades teóricas. Para mais informações sobre o historicismo, ver: (BARROS, 2014).

15 Encabeçado, principalmente, por Auguste Comte, na filosofia, e seguido por Thomas Buckle, Hyppolite Taine e Ernst Renan na historiografia do período (BARROS, 2014).

sido vinculado, algumas vezes, a essa última corrente, mesmo que o próprio Michelet tenha recusado isso em sua época. Inclusive, o historiador positivista inglês Hippolyte Taine, em uma resenha que escreveu à obra *História da França*, de Michelet, teceu críticas à postura historiográfica desse último mais no que tange à falta de cientificidade na sua abordagem histórica (Cf. TEIXEIRA, 2015; 2017).

Essas indefinições a respeito do historiador francês nos conduzem, também, a reconhecer tais elementos nos escritos de Ramírez, em maior ou menor grau, pois o “micheletiano” uruguaio buscou tanto uma unidade dos fatos e elementos históricos em seu todo, quanto ter conciliado a racionalidade objetiva com as sensibilidades. Assim, acreditamos que os seguintes comentários de Hervé Martin, acerca mais especificamente da postura intelectual e historiográfica de Michelet, contribuem para que identifiquemos melhor tais traços presentes na escrita da História de Ramírez:

Michelet [...] se dedicou à “ressurreição do passado integral”. Faz-se dele o porta-voz de uma história *outra, diferente*, apta a fazer falar os “silêncios” e conferindo um grande espaço às pulsões irracionais. [...] Michelet afirma aí [no *Prefácio à História da França*] sua ambição, operante desde o início de sua carreira, de ser o *ressuscitador da totalidade nacional em gestação através dos séculos*. [...] A transposição dos valores cristãos parece evidente (MARTIN, 2018, p. 143-145, grifos e aspas do autor, inserção nossa).

A partir desses comentários de Martin sobre as principais características intelectuais de Michelet, podemos compreender melhor tais usos,

por parte de Ramírez, de expressões e linguagens que remetiam ao ato de “ressuscitar o passado” para se escrever a história nacional. Tributária de uma ideia relacionada ao cristianismo, a utilização da “ressurreição” e dos termos correlatos¹⁶, também presentes nos vários escritos de Ramírez, leva-nos a apreender a referida transposição micheletiana dos valores cristãos, destacada acima por Hervé Martin, para o debate político-social e público uruguaio da segunda metade do século XIX. Ainda segundo o autor, é perceptível a presença, nos escritos de Michelet, da defesa da “ambição totalizante”, “unitária”, de “harmonia superior” no “reencontro com a vida histórica” em seu “movimento” temporal característico proporcionado pela ação de “diversas forças” (MARTIN, 2018, p. 146-147, grifos do autor).

Nesse sentido, a partir das ideias de Michelet, a “harmonia superior”, em Ramírez, era estabelecida no decorrer do tempo e dos feitos dos heróis históricos, o que sustentaria a nação uruguaia em seu presente e futuro. Além disso, ainda segundo Martin, seria possível a identificação do “problema histórico” da “ressurreição da vida integral” presente na obra de Michelet, marcado pelo “lento crescimento”, pela “continuidade” no tempo e pelo “movimento da história” (MARTIN, 2018, p. 147), o qual, a nosso ver, aproxima-se do que propõe Ramírez em seus escritos sobre a história uruguaia. Aqui, percebemos as semelhanças contidas nos escritos de Ramírez a respeito de como se escrever a história, mais especificamente em relação à referência à vida, ao corpo e ao movimento, ainda mais se retomarmos o seguinte trecho, o qual consta em excerto que destacamos anteriormente: “Faltam, em sua narrativa [a de Berra], *os músculos e os*

16 Ainda sobre a ideia da “ressurreição” em Michelet, conferir, também, o trabalho de Alcicleide Cabral do Nascimento: (NASCIMENTO, 2003).

nervos que animam a reprodução do passado [...]” (RAMÍREZ, 1882, p. 10, grifos nossos, inserções nossas).

Da mesma forma, a “marcha”, proposta por Michelet, pressupõe tal movimento corporal da História em direção a algo ou a algum lugar e, desse modo, inevitavelmente também retomamos aqui a concepção de Ramírez sobre o processo de independência uruguaio. Conforme já tratamos brevemente em trabalho anterior, Ramírez concebia a atuação de Artigas, em 1811 contra a Espanha, como feitos “precursores” da nacionalidade oriental, a qual teve o seu devido desfecho na segunda metade da década de 1820, com os já mencionados Trinta e Três Orientais durante a Cruzada Libertadora e a emancipação em relação ao Império do Brasil (DIANA, 2021).

Considerando isso, neste trabalho, entendemos que, da mesma forma que Michelet, Ramírez concebia a história enquanto uma área marcada pela “continuidade” ou o “lento crescimento” dos acontecimentos, interligados entre si, na “ressurreição do passado”. Assim, isso não indicaria, a nosso ver, uma expressão de “progresso” estritamente iluminista ou positivista, de caráter mecânico¹⁷, mas sim um “progresso” histórico matizado, de inspiração micheletiana, situado entre os elementos do já mencionado iluminismo/positivismo e os do romantismo/historicismo. Nesse sentido, além desses pontos, Martin também destaca outras características da obra do historiador francês, tais como a “operação de mistura e moagem” dos diversos elementos em algo único e “original”, “[...] na base da fusão e do amálgama, culminando na elaboração de personalidades nacionais diferenciadas” (MARTIN, 2018, p. 147-148, grifos e aspas do autor). Re-

¹⁷ Para uma análise sobre o conceito de “progresso” como expressão do advento da modernidade e das “novas experiências”, ver: (KOSELLECK, 2020, p. 170).

ferenciais político-intelectuais esses que percebemos como presentes, de forma mais ou menos notável, nos escritos de Ramírez.

Além disso, assim como a filosofia da história proposta por Immanuel Kant, no século XVIII, Ramírez buscava, de modo implícito, propor que os atos históricos de Artigas consistiram em uma tentativa de “unir”, “agrupar” “em organismo de província” os povos¹⁸ da região da então chamada Banda Oriental (RAMÍREZ, 1882, p. 100). Uma característica historiográfica que remetia, também, à “história totalizante” das “origens nacionais” de Michelet, conforme já vimos. Nesse sentido, consonante à concepção de Ramírez, Artigas consistiu em uma referência histórica inicial para a desconstrução dos elementos coloniais e da edificação da organização republicana e federalista, elementos esses próprios da modernidade política e os quais teriam formado o substrato político-social para o que viria a ser o Uruguai posteriormente:

18 Embora entendamos que Ramírez, em seu momento de escrita, tenha concebido e defendido a ideia de que o “povo” uruguaio devesse possuir um caráter unitário, não perdemos de vista as considerações que Elías Palti realiza sobre a diferenciação entre os conceitos de “povo” e “povos”, suas linguagens políticas correlatas no momento dos processos revolucionários das independências hispano-americanas e em meio às tensões entre tradição e modernidade. Em sua crítica à François-Xavier Guerra, Palti argumenta que não há uma justaposição entre o conceito tradicional e colonial de “povos”, no plural, que formariam os vice-reinos hispano-americanos, e o de “povo”, no singular, que remeteria à unificação de uma comunidade nacional ligado ao advento da modernidade. Assim, focando na atuação de Mariano Moreno em Buenos Aires dos anos 1810, Palti argumenta que os escritos do revolucionário portenho indicariam uma reformulação de tal dicotomia tradição-modernidade, ao expressar que o novo conceito de “nação”, ligado aos termos “povo” e “povos”, irromperia das próprias convenções linguísticas e conceituais tradicionais e coloniais. Assim, os textos públicos de Moreno poderiam ser tomados como “[...] ponto de partida para observar o complicado processo de recomposição semântica que pressupôs a afirmação de um conceito moderno de nação” (PALTÍ, 2005, p. 337).

É o iniciador e o precursor das decomposições sociais que virão a transformar em democracia federativa, vivaz, incontestável, os órgãos atrofiados de um vasto império colonial. É o primeiro que abrange e unifica as massas camponesas do Prata sob as bandeiras da Revolução [...]
(RAMÍREZ, 1882, p. 100, grifos nossos).

Já no que tange às inspirações de Kant em Ramírez, embora esse não tenha citado explicitamente o primeiro em seus escritos sobre Artigas e os Trinta e Três Orientais, notamos que o intelectual uruguaio recorreu ao nome do filósofo alemão setecentista em publicações anteriores suas: em sua Quinta Conferência de Direito Constitucional, publicada em *La Bandera Radical*, na qual tratou sobre a soberania e a “paz perpétua” possíveis somente no sistema “justo” e “ideal” republicano (RAMÍREZ, 1871, p. 264-265); e na Décima Segunda Conferência, quando sua atenção estava focada em discutir a ideia geral de “liberdade”, no capítulo sobre a “liberdade religiosa” (RAMÍREZ, 1871, p. 250). Apesar dessas escassas citações, acreditamos que tais elementos nos indicam que as propostas filosóficas de Kant também constituíram a concepção de história de Ramírez e estiveram presentes, mesmo que implicitamente, em seus escritos sobre os feitos históricos de Artigas e dos líderes dos Trinta e Três Orientais. Assim, acreditamos ser necessária uma breve explanação sobre alguns pontos do pensamento do filósofo iluminista em Ramírez.

Para Kant, a história deveria ser pensada a partir de dois elementos principais: a universalidade e a racionalidade. O pensador iluminista alemão setecentista entendia ser necessário que o filósofo da história, ou o historiador, apreendesse a lógica que sustentava o curso dos acontecimentos no tempo, evitando-se, assim, os fatores aleatórios e desprovidos

de ordenação racional (BARROS, 2014).

Além disso, constituíam tal pensamento a existência de elementos que contribuíam para o caminhar da história, tais como a tensão entre a “discórdia” e a “concordia”, estabelecida na interação entre os homens, visando-se ao alcance de uma finalidade, a Razão, a qual seria capaz de contribuir para a felicidade humana. Dessa forma, todas as ações humanas no tempo teriam um sentido, um propósito definido, e seriam regidas por leis gerais, um “fio condutor”, assim como na natureza e suas ciências próprias (BARROS, 2014, p. 77-81).¹⁹ Ainda sobre a concepção de história em Kant, Guy BourdÉ (2018) destaca o antagonismo entre a sociabilidade e a insociabilidade como fator de progresso. Ou seja, a possibilidade de desprendimento de um estado “primitivo” em busca da realização de “tarefas difíceis” e “grandiosas”, na construção de uma sociedade/organização civil autônoma, livre e regida por leis justas, em prol do bem coletivo (BOURDÉ, 2018, p. 95).

Com base nas ponderações de BourdÉ sobre a filosofia da história de Kant, podemos perceber que a obra político-intelectual de Ramírez também teria sido orientada por alguns dos pressupostos do pensador alemão, mesmo que de forma mais implícita. Mais especificamente, acerca da necessidade do indivíduo se dispor a contribuir para uma sociabilidade em prol de algo maior, de “tarefas difíceis”, ao se desvincular de sua

19 Sobre este aspecto do pensamento de Kant, podemos relacionar tais postulados do filósofo iluminista com o que propunha Ramírez em algumas de suas lições sobre o Direito Constitucional, mais especificamente sobre a razão e o sentido existente em todas as ações humanas para a organização e ordenação sociais dentro de um Estado Democrático de Direito e na construção da nação republicana. As mencionadas Conferências foram publicadas em vários números do periódico *La Bandera Radical*, criado e dirigido pelo próprio Ramírez no início da década de 1870.

condição “primitiva” em prol de uma sociedade civil capaz de construir uma organização política ideal e racional, baseada em uma Constituição. Aqui, podemos relacionar com o que Ramírez pressupunha acerca do processo de independência uruguaio. O publicista uruguaio considerava o caudilhismo de Artigas como algo “primitivo”, mas próprio de seu tempo e necessário para iniciar a “tarefa difícil” da revolução de independência e da desagregação da ordem colonial espanhola no início do século XIX. Desse modo, era necessário, por um lado, decompor o centralismo da Coroa espanhola para, depois, unificar as partes em torno do federalismo que as proporcionaria a autonomia devida (RAMÍREZ, 1884, p. 76).

Além disso, acreditamos que outro ponto de destaque seja a questão da necessidade da sociabilidade política na construção de uma Constituição ideal e racional, que fosse capaz de proporcionar a “autoridade justa” em sua relação com o tempo. Assim, é inevitável que associemos tal pressuposto filosófico kantiano com o que Ramírez já havia proposto em suas aulas de Direito Constitucional, publicadas por *La Bandera Radical* ainda na década de 1870. E tudo indica que Ramírez repetiu tais postulados em seus escritos sobre Artigas e a história nacional mais de 10 anos depois. Isso, pois, em vários momentos, fez referência às tentativas, por parte do libertador de 1811, de agrupar as províncias e o “disperso” povo oriental (RAMÍREZ, 1882, p. 100), ao federalismo e a soberania propostos pelo prócer, tendo destacado a ausência desses elementos no processo Constituinte de 1828-1830 (RAMÍREZ, 1884, p. 76).

Tais elementos, principalmente o de uma história totalizadora, baseada na unidade dos fatos singulares dados de forma sucessiva, e a necessidade da sociabilidade para a constituição político-social ideal ra-

cional, extraídos de Michelet e Kant, respectivamente, indicam-nos um ponto de discordância implícita estabelecido entre a concepção histórica de Ramírez e a de Sarmiento. Baseando-nos nas ponderações de Jorge Myers (2015) a respeito da ideia de “barbárie” do intelectual argentino oitocentista, a qual, por sua vez, consistiria em um dos componentes da dicotomia rígida que caracterizava sua filosofia da história – ou seja, a “civilização” em oposição à “barbárie” –, temos que:

A contraparte dicotômica daquela “civilização” das cidades era a “barbárie” da campanha, que se caracterizava precisamente por seu caráter profundamente antissocial. O vazio da campanha argentina, as enormes distâncias que separavam um povoado do outro, um rancho do outro, a rusticidade dos meios com os quais seus habitantes deveriam buscar sobreviver, tudo isso teria contribuído para forjar um espaço humano no qual a natureza havia triunfado sobre a capacidade social dos homens.²⁰ Na descrição sarmientina, sempre atravessada por ambivalências e ambiguidades, os hábitos e os costumes dos habitantes da campanha derivavam mais da natureza que os rodeava que de sua condição humana: sendo, por isso, que na descrição elaborada deles, apareciam, às vezes, como homens, lobos dos homens, da metáfora hobbesiana, outras vezes como aquelas quase-bestas, mudas e solitárias, da postulação rousseauiana. [...] Em semelhante âmbito, o político propriamente dito não poderia existir. Em ausência de uma ordem política, não poderia existir tampouco nenhum progresso moral ou social:

20 Ainda sobre a questão da relevância da natureza para a construção da nação nas representações elaboradas por intelectuais latino-americanos oitocentistas, indicamos, também, o artigo de Maria Elisa Noronha de Sá sobre o tema. Nesse trabalho, a autora compara especificamente as expressões da dicotomia “civilização” e “barbárie” nos escritos de Sarmiento e do brasileiro Paulino José Soares de Sousa, o Visconde do Uruguai, publicados durante a primeira metade do século XIX (MÄDER, 2008).

a condição determinante do meio rural do meio argentino era sua “selvageria”, e isso implicava que o progresso – de qualquer tipo que fosse – sempre encontraria nesse meio um obstáculo ao seu pleno desenvolvimento (MYERS, 2015, p. 356-357, aspas e sublinhado do autor).

Considerando a afirmação anterior de Myers, podemos inferir que, quando Ramírez exaltava a figura do “caudilho” Artigas no “agrupamento” histórico dos indivíduos que compunham as populações “dispersas” da Banda Oriental, o intelectual uruguaio discordava implicitamente da dicotomia rígida e da ideia de “barbárie” criados por Sarmiento. Da mesma forma, não compactuava com os referidos determinismos que engendravam os mencionados obstáculos históricos às possibilidades de organização político-social modernas.

Assim, Ramírez buscou, a nosso ver, propor que a figura histórica do libertador de 1811 teria consistido em uma forma de valorizar a sociabilidade e a coesão político-social. Isso, por sua vez, também constituiu, em nossa perspectiva, sua forma de ver a história e, conseqüentemente, consolidava sua discordância com o argumento sarmientino de que os caudilhos rurais e as massas do campo caracterizavam um fator antissocial, de pura “barbárie” e “atraso” para a construção da nação. Nesse sentido, o intelectual uruguaio demonstrou ter concebido Artigas como o “unificador” da população rural que se encontrava dispersa e espalhada, de modo que, assim, fosse desenvolvido um dos princípios de sociabilidade e coesão para a formação desse “organismo” racional e ordenado, em prol da Independência uruguaia.

Ramírez também rebateu algumas afirmações, feitas pelos publicis-

tas anônimos do periódico argentino *El Sud-América*, sobre a relação de Artigas e os Trinta e Três Orientais. Para Ramírez, teria sido impossível que os Trinta e Três tivessem recorrido ao nome de Artigas como símbolo de “heroísmo” nas batalhas da Cruzada Libertadora de 1825, pois o prócer da década de 1810 já não era mais conhecido, em meados dos anos 1820, como o vitorioso da batalha de Guayabos (RAMÍREZ, 1884, p. 172-173).²¹ No entanto, o intelectual uruguaio também não perdeu de vista que alguns dos líderes dos Trinta e Três Orientais, como Lavalleja e Oribe, nunca teriam abandonado a tradição artiguista, iniciada desde quando esses militares foram os subordinados do prócer de 1811. Lavalleja foi combatente e vencedor na batalha de Guayabos, mencionada anteriormente por Ramírez, e comandante militar na invasão portuguesa de 1816 (RAMÍREZ, 1884, p. 179). Considerando isso, Ramírez afirmou que:

[...] o chefe dos Trinta e Três [para ele, Lavalleja], o qual personifica e encarna sua cruzada, [...] *pertencia de corpo e alma à tradição artiguista*. Decidido a redimir a sua pátria do cativo das armas brasileiras, estava disposto a submeter-se a todos os sacrifícios que exigissem a consecução desse grande objetivo [...]; mas tais sacrifícios não alteram as linhas fundamentais de sua personalidade histórica. O que era dom Juan Antonio Lavalleja se não o oficial de milícias formado sob as bandeiras de Artigas, desde 1811 até 1815, que o saúda já como um dos combatentes e vencedores de Guayabos? A invasão portuguesa de 1816 o encontrou como comandante militar na Colônia (RAMÍREZ, 1884, p. 178-179, grifos nossos).

21 Uma breve consideração sobre esse evento. A batalha de Guayabos, ocorrida em 1815, deu-se no contexto das já referidas investidas, por parte do Diretório revolucionário de Buenos, contra Artigas, na qual as tropas artiguistas, a mando, grosso modo, de Rivera e Lavalleja, teriam vencido os soldados de Dorrego, mesmo com uma vantagem de 700 homens que o representante portenho possuía (ACEVEDO, 1933, p. 160).

Desse modo, ao contrário do que afirmava o *El Sud-América*, Lavalleja nunca tinha sido desleal a Artigas, segundo Ramírez, o que expressava, em sua concepção, uma certa continuidade de ação por parte de um dos líderes da Cruzada de 1825. Segundo o polemista uruguaio, um dos “heróis” de 1825 e ex-subordinado militar do prócer de 1811 teria resistido às investidas de Portugal no acampamento de Purificación, foi feito prisioneiro e enviado ao cárcere no Rio de Janeiro, onde encontrou-se com outros presos simpáticos à “causa oriental”. Assim, “[...] Lavalleja, nem mesmo com suas dúvidas sinceras, quis ser infiel à causa do General Artigas. Não figurou entre os chefes que ouviram o canto da sereia portenha para entender-se com Lecor²² e abandonar o solo da pátria ao invasor estrangeiro.” (RAMÍREZ, 1884, p. 179).²³ Da mesma forma que fez em relação às acusações do *El Sud-América* sobre a suposta deslealdade de Lavalleja em relação a Artigas, Ramírez também contestou o mesmo tipo de afirmação do periódico argentino, mas feita acerca da atuação de Oribe ante a tradição artiguista: “Durante a *guerra grande*, deu o General Oribe numerosos testemunhos de que aceitava aquelas tradições nacionais. [...] Entre ele e o general Lavalleja não havia antagonismo a tal respeito [...]” (RAMÍREZ, 1884, p. 184, grifos do autor).

Assim, reiteramos que tais argumentações de Ramírez, a respeito da “fidelidade” de Lavalleja e Oribe a Artigas, representam uma forma de defender uma continuidade e síntese históricas e políticas, entre os

22 Aqui, Ramírez fez uma referência ao militar português Carlos Frederico Lecor (1764-1836), responsável pelas investidas luso-brasileiras durante as guerras ocorridas na região da então Província Cisplatina, entre 1816 e 1828. Conferir: (ACEVEDO, 1933).

23 Neste ponto, Ramírez muito provavelmente se referiu à aproximação entre a Coroa Portuguesa, representada militarmente por Lecor, e os membros do Diretório de Buenos Aires, Balcarce, Pueyrredón e Alvarez, visando a combater Artigas de 1816 em diante. Ver: (ACEVEDO, 1933).

feitos do prócer de 1811 e as atuações dos líderes da Cruzada Libertadora de 1825, ou seja, da manutenção da referida “tradição artiguista”. Ramírez tratou sobre o evento no qual Lavalleja e Oribe “marcharam”, junto com o “povo em armas”, para a região de Durazno, onde radicava a então Assembleia Constituinte, com a intenção de acusá-la de traição à vontade popular. O intelectual uruguaio argumentou ter sido essa uma Constituição que não respeitou a ampla participação dos cidadãos orientais, provavelmente em sua elaboração. Isso, em seu entender, consistiu no fato de que os dois líderes dos Trinta e Três teriam mantido, em suas ações e ideário, os elementos políticos propostos por Artigas há mais de uma década antes da Cruzada Libertadora e os quais teriam, como norte, o caráter popular (RAMÍREZ, 1884, p. 186):

Em Outubro [sic] de 1827, Lavalleja e Oribe, ou seja, os Trinta e Três, acompanhados pelo povo em armas, apresentavam-se em Durazno, onde residia a então assembleia e a declaração caduca, invocando, entre outras razões, que ela *havia traído a vontade dos povos, conspirando-se com os agentes do sistema de unidade para reconhecer uma constituição em que nem tiveram parte os povos nem três mil cidadãos em que naquela oportunidade se encontravam combatendo pela liberdade do país.* [...] recordamos o fato como um novo comprovante de que a memória de Artigas só foi abertamente flagelada por pequenas minorias, obedientes ao jugo luso-brasileiro ou aos prestígios portenhos, e sempre opostas às palpitações espontâneas do coração do povo (RAMÍREZ, 1884, p. 186-187, grifos do autor).

Mais uma vez, Ramírez exaltou um fator de continuação, síntese

se e totalidade históricas entre os principais expoentes dos Trinta e Três Orientais, e as ideias e práticas de Artigas, destacando que Rivera teria sido um dos principais “cruzados” a manifestar-se favorável à implementação dos ideais federalistas. Segundo a ótica de Ramírez, esse fato também contribuiria para “comprovar” que os heróis de 1825 teriam seguido a “tradição artiguista” do federalismo e, conseqüentemente, todos os próceres históricos orientais teriam sido, de fato, simpatizantes da ideia da “federação”, ou melhor, da construção de um “Estado federal”²⁴ nacional (oriental). De qualquer modo, para Ramírez, todos estiveram sob a tradição artiguista do federalismo e que essa ideia também teria sido a principal intenção dos “Cruzados”, mas que, por sua vez, não se concretizou institucionalmente como um elemento oficialmente inserido na primeira Constituição republicana, criada em 1830.

Por fim, o intelectual uruguaio relembrou os usos realizados, por parte dos Trinta e Três, de um símbolo histórico artiguista, que foi a mobilização da bandeira Tricolor de 1815, tremulada, inicialmente, por Artigas durante a primeira fase do processo independentista oriental em relação à Espanha:

Recordamos, também, o fato para evidenciar que os Trinta e Três professavam, em 1827, o ideal da federação, em cujo serviço os já havia precedido o general Rivera, ficando assim comprovado que

24 Acreditamos ser pertinente destacar o alerta que o historiador argentino José Carlos Chiaramonte (2008) faz sobre os usos dos conceitos “confederação” e “federalismo”, e suas linguagens políticas adjacentes utilizados no contexto das independências hispano-americanas. Segundo Chiaramonte, “confederação” expressava mais uma união das então províncias coloniais para fazer frente à ordem monárquica espanhola no contexto das guerras independentistas até, de fato, haver a constituição de um “Estado federal”, o qual seria a união dos Estados devidamente soberanos. Ver: (CHIARAMONTE, 2008).

todos os heróis de nossa emancipação definitiva haviam recebido e respeitado o batismo da tradição artiguista. Todos eram federais e esse sentimento indômito da autonomia federal que o general Artigas soube inocular em nossas massas foi a força mais ativa na nacionalidade oriental. Concluamos. Quando os Trinta e Três desembarcavam, em 19 de Abril de 1825, nas praias da Agraciada, traziam uma bandeira. Qual? A bandeira tricolor de 1815, *a bandeira de Artigas*, que as novas gerações se acostumaram a chamar de *a bandeira dos Trinta e Três*. Podemos dar-lhe indistintamente um ou outro nome, sendo essa nossa melhor resposta aos que lutam por abrir um abismo entre os vencedores de Sarandí²⁵ e o primeiro chefe dos Orientais (RAMÍREZ, 1884, p. 187, grifos do autor).

Consideramos esse último excerto essencial para compreendermos alguns dos pontos da recuperação e ressignificação históricas de Artigas de forma diretamente vinculada aos líderes dos Trinta e Três Orientais, feitas por Ramírez. Contribui para que percebamos, mais uma vez, a presença de elementos político-intelectuais de Michelet e de Kant na concepção do referido publicista sobre a história nacional uruguaia. Em trabalho recente, identificamos a primeira vez em que Ramírez mencionou as ações dos “Cruzados” no supracitado evento histórico da batalha de Sarandí, menção essa feita no ano de 1879, em um discurso público sobre a independência nacional (DIANA, 2021). Essa nova menção, em 1884, por parte de Ramírez à referida contenda bélica, indica uma reiteração

25 Acreditamos ser fundamental destacar, com base nas informações que nos traz Eduardo Acevedo (1933), que a batalha de Sarandí, ocorrida na região de Florida, foi vencida pelas tropas de Lavalleja, no contexto da Cruzada Libertadora de 1825, e consistiu, ao lado da batalha de Rincón, em um dos maiores triunfos militares e históricos realizados pelos Trinta e Três Orientais na campanha da emancipação uruguaia. Ver: (ACEVEDO, 1933).

da união “heroica” que esses líderes históricos teriam tido durante aquele evento. Remete, também, à expressão dessa unidade, síntese e continuidade históricas em sua ressignificação de Artigas, de modo interligado aos heróis de 1825 e visando à construção da sociabilidade/nacionalidade oriental/uruguaia. Em outros termos, é possível verificarmos a ideia da “continuidade” histórica, proposta inicialmente pelo historiador francês, na obra do polemista uruguaio, e da necessidade da “unidade”, da consideração do todo, que deveria existir na produção do conhecimento histórico. Da mesma forma que Kant, em sua filosofia da história.

Considerações Finais

Neste trabalho, sustentamos que a existência de alguns dos referenciais político-intelectuais micheletianos e kantianos, nos escritos de Ramírez, corroboraram para que esse intelectual uruguaio oitocentista reiterasse uma complementaridade histórica entre as atuações de Artigas, no início do processo de independência desse país, nos anos 1810, e os feitos dos Trinta e Três Orientais, de 1825 em diante. A partir dos usos, por parte de Ramírez, de diversos conceitos e linguagens políticos, indicadores de uma continuidade, unidade, sociabilidade e síntese históricas e políticas no tempo, foi possível identificarmos e compreendermos algumas das bases político-intelectuais específicas, mobilizadas por ele, visando à ressignificação da história uruguaia na segunda metade do século XIX.

De certo modo, e em diálogo teórico com Reinhart Koselleck (2014, p. 20), entendemos que a proposição, realizada pelo publicista uruguaio, sobre a interconexão das ações dos “heróis” históricos efetuadas nesses dois momentos do passado nacional, também podem ser concebi-

das como “vestígios da experiência” histórica uruguaia. Assim, tais “vestígios”, inscritos nos acúmulos contidos em suas respectivas singularidades, contribuíram para a continuidade e a constituição do todo histórico²⁶ do processo de independência uruguaia no tempo.

Referências

Fontes históricas

RAMÍREZ, Carlos María. *Artigas*. Debate entre “*El Sud-América*” de Buenos Aires e “*La Razón*” de Montevideo. Montevideo: Editorial de la Librería Nacional de A. Barreiro y Ramos, 1884.

_____. *Juicio Crítico del Bosquejo Histórico de la República Oriental del Uruguay por el Dr. Francisco A. Berra*. Buenos Aires: Imprenta del Porvenir, 1882.

_____. Sobre el “Facundo” (1873). In: BIBLIOTECA DE LA SOCIEDAD DE HOMBRES DE LETRAS DEL URUGUAY. *Carlos María Ramírez*: Apuntes y discursos. Montevideo: Gaceta Comercial, 1948, p. 17-18.

_____. Conferencias de Derecho Constitucional. Quinta Conferencia. Relaciones del Derecho Constitucional con otras ciencias. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 19, 4 de jun. 1871.

_____. Conferencias de Derecho Constitucional. XII. La libertad religiosa. In: *La Bandera Radical*. Revista semanal de intereses generales, año 1, n. 31, 27 de ago. 1871.

26 Aqui, dialogamos, mais uma vez, diretamente com as indicações teórico-metodológicas de Reinhart Koselleck quando trata sobre os “estratos do tempo”. Ver: (KOSELLECK, 2014, p. 20).

MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa: da queda da Bastilha à festa da Federação*. Tradução de Maria Lúcia Machado. Consultoria e introdução de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras/Círculo do Livro, 1989.

Fontes bibliográficas

ACEVEDO, Eduardo. *Anales Históricos del Uruguay*. T. I. Montevideo: Barreiro y Ramos, 1933.

BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História*. II. Os primeiros paradigmas: Positivismo e Historicismo. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BOURDÉ, Guy. As filosofias da história. In: BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé (Orgs. Em colaboração com Pascal Balmand). *As escolas históricas*. Tradução de Fernando Scheibe. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora/Coleção História e Historiografia, 2018.

CHIARAMONTE, José Carlos. Conceptos y lenguajes políticos en el mundo iberoamericano, 1750-1850. *Revista de Estudios Políticos*, Madrid, n. 140, p. 11-31, abr.-jun. 2008.

DIANA, Elvis de Almeida. História dos intelectuais, construções de si e escrita da história: diálogos, tensões e interfaces possíveis para um estudo de caso do oitocentos uruguaio. In: Anais Eletrônicos do XXVI Encontro Estadual da ANPUH-SP - O Futuro do Passado: Memória, História e Historiografia, 2022. Disponível em: encurtador.com.br/jowK0. Acesso em: 19/11/22.

_____. Concretizar a união e a estabilidade: Carlos María Ramírez e os usos da independência uruguaia para a construção da nação no século XIX. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, 21(31), 505-536. <https://doi.org/10.46752/anphlac.31.2021.3960>. Disponível em: ht-

tps://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/3960. Acesso em: 23/10/22.

- FREGA, Ana. La virtud y el poder: la soberanía particular de los pueblos en el proyecto artiguista. In: GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo (Comps.). *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 2005, p. 101-133
- FUÃO, Juarez José Rodrigues. *A construção da memória: os monumentos a Bento Gonçalves e José Artigas*. Tese (Doutorado em História). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009a.
- _____. Carlos María Ramírez sai em defesa de José Artigas: da crítica à (re)construção do herói oriental. *Estudos Ibero-Americanos/PUC-RS*, v. 35, n. 2, p. 37-58, jul./dez., 2009b.
- KOSELLECK, Reinhart. *Histórias de conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social*. Tradução: Markus Hediger. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.
- _____. *Estratos do tempo*. Estudos sobre história. Tradução: Markus Hediger. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2014.
- _____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006.
- LAURINO, Carolina González. *La construcción de la identidad uruguaya*. Montevideo: Ediciones Santillana S.A/Taurus, 2001.
- MÄDER, Maria Elisa. Civilização, barbárie e as representações espaciais da nação nas Américas no século XIX. *História Unisinos*, 12(3), p. 262-270, Set./Dez. 2008.
- MARTIN, Hervé. Michelet e a apreensão “total” do passado. In: BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé (Orgs. Em colaboração com Pascal Balmand). *As escolas históricas*. Tradução de Fernando Schei-

- be. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora/Coleção História e Historiografia, 2018, p. 143-163.
- MYERS, Jorge. Clío filósofa. Los inicios del discurso histórico rioplatense (1830-1852). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 31, n. 56, p. 331-364, mai./ago. 2015. Disponível em: encurtador.com.br/gFPV8. Acesso em: 04/01/22.
- NASCIMENTO, Alcileide. Na trama da Revolução Francesa com Jules Michelet. *Saeculum Revista de História*, n.8/9, p. 143-15, Jan-Dez 2002-2003. Disponível em: encurtador.com.br/hnDQ2. Acesso em 27/11/22.
- PALTI, Elías J.; COSTA, Adriane Vidal. Prefácio - Os lugares das ideias na América Latina. In: PALTI, Elías J.; COSTA, Adriane Vidal (Orgs.). *História intelectual e circulação de ideias na América Latina nos séculos XIX e XX*. 1ª ed. - Belo Horizonte [MG]: Fino Traço, 2021, p. 5-11.
- PALTI, Elías J. *El tiempo de la política: el siglo XIX reconsiderado*. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007.
- _____. Historia de ideas e historia de lenguajes políticas. Acerca del debate en torno a los usos de los términos “pueblo” y “pueblos”. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 21, n. 34, p. 325-343, jul. 2005. Disponível em: encurtador.com.br/blnyK. Acesso em: 23/06/22.
- PARÍS DE ODDONE, M. Blanca. Presencia de Artigas en la Revolución del río de la Plata (1810-1820). In: FREGA, Ana; ISLAS, Ariadna (Orgs.). *Nuevas miradas entorno al artiguismo*. Montevideo, FHCE/UDELAR, 2001, p. 65-85.
- PIMENTA, João Paulo G.; ARAÚJO, Valdeci Lopes. História. In: *Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte, MG:

EDUFMG, 2014, p. 103-120.

PRADO, Maria Lígia Coelho. *América Latina no século XIX: Tramas, telas e textos*. 2ª ed. 1ª reimpr. São Paulo: Edusp, 2014.

SANSÓN CORBO, Tomás. Proceso de configuración del campo historiográfico uruguayo. *História da historiografia*, n. 6, p. 123-141, mar. 2011a. Disponível em: encurtador.com.br/bMZ23. Acesso em 23/06/22.

_____. *El espacio historiográfico rioplatense y sus dinámicas: siglo XIX*. 1ª ed. – La Plata: Publicaciones del Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires, 2011b.

_____. Historiografía y nación: una polémica entre Francisco Berra y Carlos María Ramírez. *Anuario del Instituto de Historia Argentina*, año 6, p. 177-199, 2006. Disponível em: encurtador.com.br/zDW19. Acesso em: 23/06/22.

_____. Un debate rioplatense sobre José Artigas (1884). *Anuario del Instituto de Historia Argentina*, n. 4, p. 187-216, 2004.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Nação e História: Jules Michelet e o paradigma nacional na historiografia do século XIX. *Revista de História*, n. 144, p. 151-180, 2001. Disponível em: encurtador.com.br/pCP12. Acesso em: 04/01/22.

TEIXEIRA, Maria Juliana Gambogi. Jules Michelet: um historiador às voltas com a crítica literária. *Cadernos Literários*, v. 23, n. 1, p. 83-98, 2015. Disponível em: encurtador.com.br/hvwMN. Acesso em: 04/01/22.

_____. Michelet, teórico do romance. *ALEA*. Rio de Janeiro, vol. 19/3, p. 618-635, set.-dez. 2017. Disponível em: encurtador.com.br/xFVY4. Acesso em: 04/01/22.

WASSERMAN, Fabio. Historia – Rio de la Plata. In: SEBÁSTIAN, Javier Fernández (Dir.). *Diccionario político y social iberoamericano*. Madrid: Fundación Carolina/Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales/Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, p. 580-592.

ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. Historia, experiencia y modernidad en Iberoamérica, 1750-1850. In: SEBÁSTIAN, Javier Fernández (Dir.). *Diccionario político y social iberoamericano*. Madrid: Fundación Carolina/Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales/Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, p. 551-579.

Entre a diplomacia e a história: Argentina, Brasil e a crise dos armamentos

Camila Bueno Grejo

Professora adjunta de História da América da
Universidade Federal do Espírito Santo/UFES.

No período compreendido entre os anos finais do século XIX e os iniciais do XX as relações entre Brasil e Argentina foram marcadas tradicionalmente por uma série de oscilações que ora pendiam para a cordialidade, ora para uma aguda rivalidade. De acordo com José Paradiso (2005, p. 52), os países mantinham uma atenção recíproca prioritária que não se baseava apenas em desavenças fronteiriças, mas também em uma atitude preventiva ligada a questões de equilíbrio regional, alimentadas por um legado histórico herdado da antiga rivalidade luso-espanhola.

A Argentina estava ligada ao capital inglês na área do comércio exterior, dos investimentos e dos empréstimos internacionais, enquanto o Brasil, nas últimas décadas do Império, realizava uma política de gradativa aproximação com os Estados Unidos, país que demonstrava, cada vez mais, seu interesse em desempenhar um papel hegemônico na América e ter maior presença no cenário mundial. O Brasil iniciava um processo de estabilização frente às turbulências da primeira década republicana, marcada por desastres políticos e econômicos, tais como o

Encilhamento, os golpes militares, as lutas da época de Floriano, os degolamentos e fuzilamentos sumários na Revolução Federalista, a Revolta da Armada e a Rebelião de Canudos. Portanto, precisava estabelecer políticas econômicas mais sólidas e que proporcionassem o aumento nos preços do café. Em relação à situação externa, o Brasil também buscava ajustar suas intenções e julgava fundamental o estreitamento dos laços com os Estados Unidos tanto pelo aspecto econômico, já que se tratava do principal comprador do café brasileiro, como também para a efetivação de suas aspirações políticas regionais e mundiais.

A Argentina, por sua vez, seguia na corrente oposta. A estabilidade política conquistada desde a consolidação do Estado nacional conjugada ao incentivo da entrada de capital estrangeiro, da expansão da malha ferroviária e do maciço fluxo migratório que alavancou os diferentes setores produtivos, levaram o país a um espantoso crescimento a partir da década de 1860, comparável apenas ao dos Estados Unidos. Tornou-se o principal exportador mundial de grãos e sobrepusera-se à exportação de carne dos Estados Unidos para a Grã-Bretanha (BUENO, 2003, p. 169). O crescimento econômico experimentado no final do século XIX e mantido durante a primeira década do XX inspirou seus dirigentes a desempenhar uma missão civilizadora na América Latina, demarcando sua hegemonia sobre a região. As atenções fora do continente, por sua vez, estavam voltadas para a Europa, sobretudo direcionadas à Grã-Bretanha, e era reativa às pretensões norte-americanas de aumento de influência sobre o hemisfério baseadas na égide do pan-americanismo¹.

1 Para maiores informações sobre o tema, ver MORGENFELD, Leandro. Vecinos en conflicto: Argentina y Estados Unidos en las conferencias panamericanas (1880-

Na primeira década do século XX, a relação política entre Brasil e Argentina era rígida, em grande medida, pelos grupos que estavam à frente do governo argentino. Pode parecer uma afirmação tendenciosa, mas que se sustenta quando observamos que a política externa do Brasil republicano entre os anos de 1902 e 1912 foi liderada, com ampla liberdade, pelo Barão do Rio Branco e seguiu uma linha condutora ao longo desse período. Dentre os preceitos empregados pelo chanceler brasileiro estava a consolidação de uma ideia de harmonia regional, revertendo o intervencionismo monárquico para a abstenção nos assuntos internos das nações vizinhas e de prestígio em relação à estabilidade dos governos instituídos, quaisquer que fossem eles. A Argentina, por sua vez, teve ao menos quatro ministros diferentes ao longo desses anos, e a tendência de cada um deles, e também de seus presidentes, determinava os ânimos das relações com o país vizinho. Situação sintomática que pode ser observada na comparação entre a gestão dos presidentes argentinos Julio Argentino Roca (1898-1904) e José Figueroa Alcorta (1906-1910). O general Roca estabeleceu com o Brasil uma relação de elevado nível de concórdia. Auxiliado por Manuel Gorostiaga, representante argentino no Rio de Janeiro, trocou visitas com o presidente Campos Sales e desestimulou, de maneira concreta, a ação das correntes antibrasileiras que agiam no interior da república platina. Roca, demonstrando intensa confiança na amizade entre as nações, recebeu de maneira natural os projetos de reconstrução da Marinha brasileira, em 1904, indicando boas oportunidades de compra para o Brasil, sobretudo de navios encomendados pelo Chile, mas que não seriam incorporados à Marinha do país andino.

1955). Buenos Aires: Ediciones Continente, 2011.

Contudo, o fim do mandato presidencial de Julio Roca e a retirada de Gorostiaga do Rio de Janeiro despertaram a dormente rivalidade. O vice-presidente, Figueroa Alcorta, assumiu a presidência no início de 1906 em virtude do falecimento do titular, Manuel Quintana, e designou Estanislao Zeballos, rival histórico de Rio Branco², para chefiar, pela terceira vez, o Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto. As relações diplomáticas argentinas no período em que Zeballos esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores foram marcadas por disputas territoriais, rivalidades acadêmicas, antagonismos pessoais e político-partidários (PAREDES, 2011, p.116-117). Sua atitude beligerante durante o avanço da década de 1900-1910 e o aumento das tensões internacionais, que acabaram desembocando na Primeira Guerra Mundial, contribuíram para que a Argentina vivesse sua versão própria e local da Paz Armada.

A convulsão política e econômica dos primeiros anos da República brasileira, principalmente em relação às consequências da Revolta Federalista e da Revolta da Armada, prejudicou intensamente os meios e técnicas do Exército e da Marinha, notadamente desta última que vira sua frota tornar-se incapaz de cumprir suas obrigações mais básicas. Essa breve constatação confirma

2 A primeira desavença entre Zeballos e Rio Branco ocorreu em 1875, quando o enviado especial argentino no Rio de Janeiro, Carlos Tejedor, retornou à Argentina sem se despedir do Imperador. Na ocasião, o futuro Barão do Rio Branco defendeu, pelas páginas de *A Nação*, que não houve “nenhuma ofensa internacional ao Brasil. Houve apenas uma *gaucherie*”. Em Buenos Aires, os ânimos se exaltaram. Zeballos, através do jornal *Nacional*, respondeu ao jovem Paranhos, traduzindo erroneamente *gaucherie* como *gauchada*, afirmando: “Um dos diários mais importantes do Brasil qualificou de *gaucherie* a retirada do Sr. Tejedor. Este modo dese exprimir não é mais do que uma macacada de má lei. É melhor ser gaúcho do que macaco.” Com a Questão de Misiones-Palmas, resolvida em 1895, havia se iniciado um novo período de embates entre os dois personagens que se estendeu até 1912, com a morte de Rio Branco.

a inevitabilidade da reconstrução da armada brasileira. Diante disso, desenvolveu-se, entre os anos de 1904 e 1906, um programa naval que compreendia a compra de navios, cujos modelos eram os das melhores esquadras da época, que recolocariam a Marinha brasileira entre as principais forças marítimas do continente. A Argentina, por sua vez, estava condicionada pelos Pactos de Maio, situação que contribuiu para que ecoassem no país denúncias acerca da insuficiência de sua defesa e da urgência na adoção de medidas para o reequipamento militar com vistas a impedir a supremacia naval do país vizinho. Zeballos transformou essa insatisfação em um dos motes de sua gestão e buscou com veemência a ampliação do poderio naval argentino para conter, pela força de imposição, qualquer tentativa de ingerência brasileira na Argentina, mas também nos demais países do Cone Sul. Instaurava, assim, um ambiente de corrida armamentista na América do Sul. A postura antibrasileira e acentuadamente belicista de Zeballos foi alimentada pela intensa aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos, o que causava temores de uma tentativa de imposição de hegemonia regional, e, sobretudo, pela sanção da lei de armamentos navais no Brasil em 1904 e, posteriormente, em 1906, que causou grande comoção em Buenos Aires.

Os antagonismos pessoais entre o Barão do Rio Branco e Estanislao Zeballos acabaram por se confundir com a oposição histórica das duas nações, o que elevou a tensão a tal ponto que a paz entre os países ficou ameaçada. Foram intensas as discussões entre os diplomatas e os representantes em Buenos Aires e no Rio de Janeiro sobre a questão naval, observando-se uma grande exaltação da opinião pública de ambos os lados. Essa ebulição foi incitada, em grande medida, pela utilização

que os dois ministros faziam da imprensa para movimentar o cenário político. Zeballos tinha influência acentuada sobre periódicos que demonstravam constantemente sua postura antibrasileira, a exemplo do *La Prensa*, *El Sarmiento* e o *La Razón*, além da propriedade da *Revista de Derecho, Historia y Letras*, uma das principais vozes do ministro argentino. O Barão do Rio Branco, por sua vez, possuía uma atuação histórica na imprensa brasileira e que se tornara ainda mais sólida com sua atuação no Ministério das Relações Exteriores, escrevia nos principais jornais do Rio de Janeiro, a exemplo do *Jornal do Commercio*, *O Paiz* e *A Notícia*, além de influenciar diretamente nas pautas e na edição desses periódicos. Nesse sentido, optamos por analisar esses artigos, publicados tanto na imprensa brasileira como na argentina, no intuito de compreender como se desenrolou a crise armamentista que abalou as relações políticas dos dois países.

Seguindo a perspectiva de Clodoaldo Bueno, o espírito da época favoreceu o recrudescimento das antigas rivalidades entre Brasil e Argentina. O rearmamento transformou-se em um componente da disputa pelo prestígio e por uma suposta posição de liderança na América do Sul, contribuindo para criar um ambiente de elevada tensão, típico das corridas armamentistas. Entre os anos de 1904 e 1908, parte da imprensa argentina, comandada pelo influente Estanislao Zeballos, desenvolveu uma forte campanha a favor do rearmamento naval argentino, em contraposição ao que se fazia no Brasil. O *La Prensa*, um dos órgãos de imprensa mais exaltados desse debate, sugeria o rompimento do pacto de equivalência naval firmado entre Argentina e Chile, em 1902, apontando para a necessidade de formar uma grande armada.

Outro ponto de preocupação do *La Prensa* residia na aproximação entre Brasil e Estados Unidos e a elevação mútua das representações desses países a Embaixadas. Para o periódico, essa ação, somada com o projeto naval brasileiro, apresentava graves riscos para a Argentina e os demais países da América do Sul.

Contudo, a preocupação do jornal *La Prensa* não se manifestava apenas em relação a esses dois fatores, mas, também, no que dizia respeito à exitosa política de prestígio internacional desenvolvida pelo chanceler brasileiro. Na década em que ficou à frente do ministério, o Barão do Rio Branco alcançou diversas vitórias, tais como (i) a consolidação das fronteiras, com considerável ganho territorial para o Brasil; (II) o já citado estreitamento dos laços com os Estados Unidos, reforçado pela elevação das legações a Embaixadas; (iii) a criação do primeiro cardinalato da América Latina, que sediou a III Conferência Pan-Americana com a participação do Secretário de Estado norte-americano e (iv) a orientação, junto com Rui Barbosa, da defesa dos direitos das pequenas nações na III Conferência de Paz de Haia. Os sucessivos triunfos de Rio Branco, quando somados ao desenvolvimento do Projeto Naval, causavam temores na Argentina de uma possível tentativa de estabelecimento de hegemonia na América do Sul.

Reagindo às acusações do *La Prensa*, o Barão do Rio Branco também utilizou a imprensa brasileira como um instrumento para demarcar seu posicionamento político, por meio do qual rebatia as acusações tecidas pelos jornais argentinos. Publicou em *O Paiz* um artigo anônimo com uma veemente resposta, entremeada por ironias, que refutava as críticas do jornal platino, além de apontar para o processo de reestruturação

naval argentina, que se deu em meados de 1890, e para a reação sóbria e de respeito à soberania do país platino apresentada pelo governo brasileiro à época.

É imperativo indicar que Rio Branco demonstrava preocupações com o rearmamento brasileiro desde os anos finais do Império e engrossava as fileiras daqueles que apoiavam o projeto de reconstrução, mesmo que por questões de prestígio. Quando analisava os litígios fronteiriços com a Argentina já afirmava que “se os argentinos aproveitarem a ocasião teremos de passar por grandes vergonhas. Não temos esquadra, não temos torpedos, não temos Exército e os argentinos têm tudo isso.” (RIO BRANCO apud BUENO, 2003, p. 220) Já como chanceler, voltou a marcar seu posicionamento em um discurso por ocasião de uma homenagem que lhe foi prestada pelo Exército Nacional, publicado em 1906 no *Jornal do Commercio* e apontou para a relação íntima entre a diplomacia e a guerra, sendo a segunda a continuação imediata da primeira.

Para Zeballos, a lei de armamentos brasileira tratava-se de uma questão de Estado e, por isso, afirmava compreender as motivações brasileiras –apresentadas pelo periódico carioca *O Paiz*–segundo as quais o Brasil precisava de uma esquadra que satisfizesse suas aspirações legítimas e nobres. Conforme havia sido especulado por grande parte da imprensa brasileira, existia a expectativa de que Zeballos tomasse a iniciativa de uma campanha contrária à nova lei brasileira.

A apreensão de Estanislao Zeballos residia na possibilidade do Brasil constituir uma força superior a todas as frotas sul-americanas reunidas, a qual poderia vir a ocupar, àquela época, o sétimo lugar entre as potências marítimas mundiais. Nesse sentido, argumentava que o Brasil se ar-

mava para superar a força naval argentina, bastante superior à sua e a mais importante da América do Sul. Ressaltou, contudo, que não concebia um propósito de ataque à Argentina, apesar de reconhecer a rivalidade alimentada pelos brasileiros.

Defendia que a Argentina se posicionasse diante da postura adotada pelo Congresso brasileiro e considerava a existência de três caminhos diplomáticos possíveis de serem trilhados para a resolução do impasse. O primeiro, e preferido por Zeballos, consistia na negociação de um plano de desenvolvimento naval proporcional, econômico e racional que afastasse o perigo recíproco; o segundo residia em convidar o Chile, em nome da lealdade aos Pactos de Maio, a contribuir com a Argentina, realizando pressões sobre o Brasil e forçando seu governo a desistir de lançar a América do Sul em uma nova era armamentista. O terceiro, por sua vez, propunha que fosse denunciado o pacto argentino-chileno –baseado na limitação de armamentos –e que fosse adotado o mesmo critério estabelecido pelo Brasil e ratificado por sua imprensa: a necessidade de proteção.

Para Zeballos, a Argentina estava destinada a ser uma nação moderna com um povo viril, mas ele não era o único a professar a superioridade do país. José Ingenieros também o fazia, porém, a partir da superioridade da “raça argentina” explicada, por ele, com base em quatro fatores: a amplitude de seu território, a fertilidade de seu solo, seu clima temperado e sua raça branca. Esses fatores permitiriam que a Argentina superasse Brasil e Chile, seus adversários na região, consolidando, conforme defendia Ingenieros, a influência moral e material da Argentina na América do Sul. (INGENIEROS, 1956, p. 120). Com o acirramento dos

ânimos, Rio Branco voltou a utilizar a imprensa para defender a posição brasileira. Dessa vez, o *Jornal do Comercio* foi o condutor das posições do diplomata que, com um artigo anônimo, contrapôs as práticas exaltadas e virulentas de um grupo reduzido da sociedade argentina à calma e ao bom senso demonstrados.

Nesse sentido, difundiu um plano que previa a exigência de o Brasil dividir seus navios e, advertia o governo argentino que, caso tal solução não fosse acordada, deveria ser preparada uma invasão ao Rio de Janeiro, com a mobilização da esquadra argentina e de 50.000 reservistas do exército (DORATIOTO, 2000, p. 140). A proposta de divisão foi amplamente divulgada pelo diplomata argentino na *Revista de Derecho Historia y Letras*.

Para infelicidade do diplomata argentino, suas intenções de intervenção no Rio de Janeiro foram transmitidas e publicadas pelo jornal *La Nación*, periódico que compunha uma frente oposicionista a Zeballos em seu próprio país. As reações no Brasil e no Uruguai foram imediatas. A pressão externa sobre o presidente Alcorta cresceu e tornou-se ainda mais acentuada pela ação da imprensa de oposição a Zeballos, representada por, além do já citado *La Nación*, *El Diario* e *El Pais*, os quais tinham um desempenho significativo sobre grande parcela da opinião pública argentina. Tornou-se insustentável a manutenção do chanceler que, em junho de 1908, acabou deixando o ministério. A queda de Zeballos não deve ser considerada apenas como resultado de pressões externas, pois ele havia se indisposto, ao longo de sua carreira, com setores políticos argentinos e, também, de opinião pública, especialmente no tocante aos armamentos. Conforme demonstrou Etchepareborda

(1982, p. 48-51), o próprio Zeballos reconheceu que sua saída do ministério esteve relacionada a intrigas de um círculo pequeno, uma espécie de ministério privado que cercava o presidente Alcorta. Sua renúncia deve ser compreendida, ainda, como uma alternativa a um conflito armado com o Brasil, isto é, como uma medida para evitar perturbações à paz estabelecida na região. Entretanto, isto não significou a interrupção de seus projetos de equilíbrio naval e, tampouco, pôs fim à tensão entre os dois maiores países sul-americanos que continuavam a alimentar as disputas pela hegemonia na região.

Não buscamos negar aqui que tanto o Barão do Rio Branco quanto Estanislao Zeballos tiveram a pretensão de que seu país conquistasse uma posição de liderança na América do Sul. Contudo, ambos possuíam concepções diferentes em relação à conquista desse posto e de como o poderio militar se encaixaria nessas aspirações. O Chanceler brasileiro fundamentava sua política na busca por soluções diplomáticas para as situações que se apresentavam, mas, apesar de sua veia pacifista, não negava a importante função de sustentáculo que um poderio militar, com capacidade e credibilidade para dissuadir possíveis agressões, possuía no cenário das relações externas. O ministro argentino, por sua vez, permeado por um intenso alarmismo belicista, apoiava seus argumentos na existência de um “Destino Manifesto” argentino, com o qual se acreditava que o país estava fadado a ser uma nação moderna e com uma raça superior à de seus vizinhos e, dentro dessa aspiração, o fator bélico era elemento fundamental para proteger as fronteiras e expandir a cultura argentina para aqueles que dela precisassem. O processo de reconstrução da Marinha brasileira surgia, assim, para opor essas duas concepções e movimentar os setores

políticos dos dois países. Entretanto, esse debate não ficaria restrito a essa esfera oficial. Era de se esperar que ele chegasse também aos diferentes setores que constituíam a opinião pública brasileira e argentina e que essa se tornasse elemento importante na sustentação das posições apresentadas por cada um dos diplomatas. Para obter sucesso nesse aspecto, era imperativo a busca por enfraquecer e “desconstruir” a imagem e o discurso do adversário. Mais que isso, era necessário buscar não só o apoio interno, mas também conquistar alguma simpatia e apoio no outro país. A breve apresentação desses artigos, divulgados tanto na imprensa brasileira quanto na argentina, permite-nos observar uma interessante diferenciação na forma como os representantes dos dois países utilizaram as possibilidades discursivas da imprensa para colocar em prática tal objetivo. O Barão do Rio Branco imprimiu à sua conduta diplomática o costumeiro caráter racional e pragmático, utilizando a imprensa, de forma anônima, para extravasar suas opiniões de forma mais veemente e incisiva, extrapolando, em alguns momentos, para a ironia. Essa atitude protegia sua imagem e lhe conferia grande popularidade frente ao contexto internacional, até mesmo no interior da sociedade argentina. Estanislao Zeballos, por sua vez, fixou, em diversos momentos, de forma atabalhoada, uma postura belicista e agressiva acerca da questão naval brasileira, contribuindo para a instabilidade nas relações entre os dois países. Sua ação na imprensa se dava de forma mais incisiva que a de Rio Branco, pois, ao assinar os artigos carregados de restrições ao Brasil e que marcavam a rivalidade com o Barão do Rio Branco, criou uma atmosfera oposicionista não apenas fora da Argentina, mas, também, dentro do país. Sua intempestividade dificultava a existência de simpatias pelas reivindicações

argentinas. Ademais, não podemos deixar de considerar que era uma batalha injusta, pois Zeballos gozava do apoio de uma parte restrita da sociedade argentina, enquanto Rio Branco, por seus constantes sucessos no ministério, era sustentado pela quase unanimidade da sociedade brasileira.

Referências

- BANDEIRA, Moniz. *A presença dos EUA no Brasil: dois séculos de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- BUENO, Clodoaldo. *Política Externa da Primeira República: os anos de apogeu (de 1902 a 1918)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- CERVO, Amado Luiz. Apresentação. In: BUENO, Clodoaldo. *A República e sua Política Exterior (1889-1902)*. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. A política platina do Barão do Rio Branco. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 2, n.43, p. 130-149, 2000.
- ETCHEPAREBORDA, Roberto. *Zeballos y la política exterior argentina*. Buenos Aires: Pleamar, 1982.
- FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando. Brasil e Argentina. *Um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- INGENIEROS, José. *Sociología argentina*. Buenos Aires: Editorial Tor, 1956.
- LA PRENSA. Equivalencia naval. *La Prensa*, 10 de novembro de 1904.
- _____. El Brasil en el continente. *La Prensa*, 15 de janeiro de 1905.
- _____. Por la seguridad nacional. *La Prensa*, 13 de noviembre de 1906.

- MORGENFELD, Leandro. *Vecinos en conflicto: Argentina y Estados Unidos en las conferencias pan-americanas (1880-1955)*. Buenos Aires: Ediciones Continente, 2011.
- PARADISO, José. *Um lugar no mundo. A Argentina e a busca de identidade internacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- PAREDES, Rogelio. Estanislao Zeballos canciller: entre la diplomacia colonial y la guerra moderna (1878-1908). In: FERNÁNDEZ, Sandra; NAVARRO, Fernando (Orgs.). *Scribere est agere. Estanislao Zeballos en la vorágine de la modernidad argentina*. Rosário: Quinta Pata & Camino Ediciones, 2011.

María Lugones: os feminismos e a interseccionalidade na sua produção intelectual

Daiene Solange Dalamora

Mestranda em História

Universidade Federal de Minas Gerais (MG)

Para começar

Há pouco mais de um ano cursando mestrado, fui arguida por diferentes pessoas nas oportunidades que *gozei* em apresentar o meu objeto de pesquisa. Muitos desses questionamentos me impulsionam no processo de estudo e escrita sobre María Lugones, sua obra e sua interlocução com outros autores, a academia e a imprensa. De acordo com José Costa D'Assunção Barros, a pesquisa produz uma relação intersubjetiva entre pesquisador e objeto de pesquisa¹. No caso deste trabalho, ela perpassa também pela alteridade de sua recepção na academia. Quero esclarecer que, nesta imersão pelo mundo de María, pela sua intelectualidade, sua teoria relacional e conceitual, suas práticas políticas, suas hipóteses epistêmicas, sua proeminência na pesquisa sobre a interseccionalidade, os gêneros, os feminismos e a colonialidade/decolonialidade, tracejei algumas respostas que obtive neste rumo de investigação. Estes resultados foram atingidos, especialmente por aquilo que denomino como uma *história*

1 BARROS, 2011, p. 11.

subjetiva/objetiva, que de modo bem simples deseja capturar os aspectos subjetivos de María, de sua produção intelectual e de seus interlocutores. Da mesma maneira, demanda a objetividade histórica na sua intenção epistemológica de lidar com a comprovação por meio das narrativas de suas fontes.

O caminho que optei para o desenvolvimento deste estudo é atravessado pela história dos intelectuais na definição de Jean-François Sirinelli, que entende esta tipologia de história como comprometida com os movimentos sociais e vinculada à biografia. De acordo com o autor, ao nos perguntarmos “como as ideias vêm aos intelectuais”, se faz necessário estudarmos desde a “cúpula da *intelligentsia* até a sociedade civil” analisando sua influência na coletividade nacional e sua “assimilação – ou não – na cultura política de sua época”.² Segundo Ana Maria Veiga, no contexto contemporâneo brasileiro as aplicações e os debates sobre o pensamento de Lugones intensificam sua relevância para os feminismos e o compromisso com as agendas das “grandes reivindicações sociais – o fim do racismo, do sexismo, do classismo, da homofobia, de todos os tipos de preconceitos.”³ Ao passo que, no panorama latino-americano, Karina Bidaseca e Michelly Aragão Guimarães Costa afirmam que a vida e a obra de María ecoa nos feminismos. Sua trajetória e escrita sugerem uma práxis interseccional de resistência contra as violências que sofrem as mulheres de cor.⁴ Segundo Pedro DiPietro, Joshua Price, Catherine Walsh, Leonor Lugones entre outros, nos Estados Unidos

2 SIRINELLI, 2003, p. 258-259.

3 VEIGA, 2022, p. 12.

4 BIDASECA & COSTA, 2022, p. 9-10.

En la primera mitad de la década de 2000, María se integró al grupo modernidad/(de)colonialidad. Encontró un colectivo para teorizar y caminar lo decolonial con la compañía de Aníbal Quijano, Walter Dignolo, Arturo Escobar, Edgardo Lander, Nelson Maldonado-Torres, Zulma Palermo y Catherine Walsh, entre otros/as/es.⁵

Seu papel no grupo foi situar o gênero e a sexualidade não apenas como categorias analíticas, mas enquanto constitutivos estruturais juntamente com a raça e o poder colonial. Sua crítica ao modelo da colonialidade introduzido por Aníbal Quijano encontrou imperfeições, no que diz respeito a heteronormatividade e ao dimorfismo biológico. Com isso, ampliou o conceito de *colonialidade do poder* com o de *colonialidade do gênero*. María “não cedeu do seu desejo” de criticar a colonialidade presente no espaço latino-americano, como também o fez em recinto geopolítico de poder norte-americano.

Em suma, nesta concisa comunicação, a minha intenção é produzir uma história sobre María e sua produção intelectual por um saber localizado⁶. Minha pesquisa e minha escrita não tencionam para uma relatividade ou uma totalidade, mas para uma parcialidade. Uma história intelectual e política atravessada pela psicanálise, que tem em vista contar sobre o processo de identificação de María e sua teorização a partir das formulações do feminismo negro, do feminismo das mulheres de cor, do feminismo separatista lésbico norte-americano e do feminismo decolo-

5 *Página12*, 24/07/2020.

6 Do ponto de vista objetivo, tenciono para a noção de *saber localizado* proposto por Donna Haraway. Na qual a sua crítica feminista da epistemologia aponta para o privilégio da perspectiva parcial, responsável, identificada com o objeto, objetiva a partir de uma objetividade corporificada. HARAWAY, 1995, p. 07-41.

nial. Segundo Sigmund Freud, a identificação é um mecanismo psíquico que perpassa pelo “complexo de Édipo” e é expressada pelo vínculo afetivo do sujeito com o outro e o inclui no seu lugar social.⁷ A pergunta que faço é: de que maneira María identificou-se e tornou-se mulher de cor nos Estados Unidos? E como a partir desse lugar, ela escreveu sobre os feminismos e a interseccionalidade?

Trajectoria intelectual de María Lugones

Como uma professora que nos orienta sem nos obrigar, apenas conduzindo uma livre conversa, sentada na sala da propriedade de arquitetura rural em área urbana que, María Cristina Lugones contou a sua história. Na Avenida Dom Bosco, localizada na fronteira dos distritos de La Matanza e Morón em Buenos Aires na Argentina, um dos imóveis da sua família. Foi neste endereço que, a filósofa e feminista concedeu uma entrevista à jornalista Claudia Acuña da revista MU.⁸ Este diálogo entre María e Claudia tornou-se uma referência para outras publicações sobre a intelectual. Um fato simbólico que ocorreu em 2019, na antiga residência de veraneio dos Lugones. Neste lugar, María rememorou a sua infância e adolescência, ao mesmo tempo em que, teceu lembranças da sua trajetória intelectual enviesada por uma práxis feminista plural e decolonial.

A teórica “viajante”⁹ nasceu em 26 de janeiro de 1944, também em

7 FREUD, 2020, p. 137-138.

8 *Revista MU* (138) ago./2019, p. 6-7.

9 Em 1987 foi publicado o ensaio “World'-Travelling, and Loving Perception”, de autoria de María Lugones pela revista *Hypatia*. Neste trabalho, a filósofa delineia seu conceito de *viajar-“mundos”*. Segundo ela esta ideia tem por objetivo subverter as espacialidades que atravessam os sujeitos oprimidos e delimitam seus espaços. A proposta é um deslocamento das subjetividades. Uma viagem psíquica e relacional a partir da identifi-

Buenos Aires. Segunda filha de Mercedes Leonor Renau e Zenón María-Lugones e, irmã da primogênita Leonor Mercedes Lugones, de Zenón Roberto Lugones e do caçula Alejandro Luis Lugones.¹⁰ Na sua memória ficaram guardadas as brincadeiras de criança, como subir em árvores, jogar bola e a percepção de que seus irmãos eram mais fortes do que ela. O que a irritava muito, admite em conversa com Acuña.¹¹ Atingida pela fragilidade, respondia ao afeto com o sentimento de raiva. Anos mais tarde, reitera em *Peregrinajes* (2021) ter sido uma leitora muito cuidadosa de Aristóteles e, por isso, passou boa parte da sua vida tentando sentir a raiva de acordo com o princípio aristotélico do *meio termo*, buscando manter a capacidade de controle dessa emoção.¹² Ela sempre se preocupou em alinhar teoria e prática.

María conta na entrevista que, nos anos 1960, sua família como de costume passou o verão na Quinta. Ao começar a sua narrativa de si, que ampara a base da sua teoria, ela aponta em direção à uma pequena janela. Vítima de uma conjuntura e de uma estrutura relacional, cultural e histórica que favorece os homens, especialmente os brancos, heterossexuais e de posições social e econômica privilegiadas, a feminista recorda que pela fresta lhe passavam a comida, quando ficou trancada em um dos cômodos da propriedade. Aos 17 anos de idade decidiu ser honesta com os seus genitores. Contou para eles sobre o seu desejo sexual em relação à um rapaz pelo qual se sentia atraída. O resultado deste ato foi seu confi-

cação. A capacidade de peregrinar para os interesses, práticas de resistência e demandas das mulheres, umas com as outras. É de extrema importância destacar que o conceito de *viajar*-“mundos” não é apenas da ordem da metáfora ou da abstração. O sentido é teórico-prático, portanto, discursivo. LUGONES, 2021, p. 131-161.

10 FEMENÍAS, 2020, p. 3.

11 *Revista MU* (138) ago./2019, p. 6-7.

12 LUGONES, 2021, p. 170.

namento, em um quarto de funcionários da antiga fazenda. Segundo ela, a razão pela qual escolheu revelar a verdade foi justamente a segurança. Caso ocorresse alguma coisa, não poderia pedir ajuda a ninguém se estivesse mentindo. Na mesma noite em que expôs seu desejo, o seu pai a trancou no cômodo.¹³

Segundo a filósofa, a punição permitiu conhecer suas habilidades e convicções que serviram de impulsionamento para o seu percurso intelectual.¹⁴ Tomarei esta sentença como fio simbólico de entrelaçamento na construção de uma *história subjetiva/objetiva* atravessada pela teoria conceitual psicanalítica, com intuito de traçar a subjetividade de María e de seus interlocutores, do mesmo modo, uma episteme histórica e feminista objetiva localizada da sua trajetória intelectual.

María passou muito tempo trancada no quarto e resistiu ao poder do seu pai, conseguiu quebrar o vidro da janela e fugir. Correu em direção ao ponto de ônibus e pediu ao motorista carona até o centro da cidade. Foi à casa do seu namorado, este que traiu a sua confiança e a entregou para sua família. A complacência entre os homens na cena montada. Ela foi internada pelo pai em um manicômio.¹⁵ Durante a sua narrativa sobre este trágico episódio, María não disse nada sobre qualquer tipo de intervenção materna, nem sobre sua mãe estar a favor ou contra as atitudes repressoras do seu pai. Apenas diz que ela estava lá, no carro no qual levaram-na para a instituição psiquiátrica.

Ao analisar o comportamento de Mercedes pela perspectiva do silêncio como um ato e, ao mesmo tempo, o silenciamento epistêmico

13 *Revista MU* (138) ago./2019, p. 6-7.

14 *Revista MU* (138) ago./2019, p. 6-7.

15 *Revista MU* (138) ago./2019, p. 6-7.

feminista da crítica ao patriarcado e a responsabilidade das mulheres, posso evidenciar quatro proposições. A primeira, o silêncio “infamiliar” na compreensão freudiana. A segunda, o “real” como aquilo que escapa a palavra, portanto, não pode ser falado e nem escrito de acordo com a teoria-conceitual lacaniana. A terceira, o “não dito” da “operação historiográfica” cerceuniana, como o silêncio epistemológico que tinha por objetivo tamponar as posições profissionais, políticas ou institucionais no intuito de gratificar todo o grupo de intelectuais. A quarta, o silenciamento das mulheres nas conjunturas e estruturas de poder sobre este gênero na teorização de Joan Scott.

Segundo Sigmund Freud, no ensaio *O infamiliar*, podemos desenvolver uma sensação infamiliar ocasionada pelo silêncio. Uma das manifestações mais antigas deste estranhamento é a nossa relação com a morte. “Dois fatores nos informam bem sobre esse silêncio: a força de nossas reações emocionais originárias e a incerteza de nosso conhecimento científico.”¹⁶ Ao nos apropriarmos desta teoria freudiana na primeira hipótese, ou seja, “nossas reações emocionais originárias” a dicotomia entre silêncio/som também pode ganhar corpo como alteridade. O silêncio como desencadeador da angústia infantil, fato da história libidinal que não desaparece completamente na vida adulta.¹⁷ O silêncio como resposta à um contexto de desamparo recalcado que se repete. Neste caso, podemos vincular o silêncio na cena de María à não atribuição da responsabilidade de sua mãe quanto à sua privação de liberdade, devido ao seu posicionamento político feminista. A reflexão sobre o silêncio de Mercedes permaneceu no buraco do “real”, da ordem do não inscrito.

16 FREUD, 2019, p. 72.

17 FREUD, 2019, p. 82.

Enquanto que, na segunda hipótese, da “incerteza do nosso conhecimento científico”, para compreendermos a epistemologia historiográfica nos contratempos da objetividade feminista, podemos entender que, o fenômeno do “infamiliar” também pode afetar as historiadoras e os historiadores dessa temática. Estes profissionais, que ao se depararem com um dos atores sociais das suas fontes em silêncio ou silenciado, passam a questionar esse lugar, uma posição historicamente conferida às mulheres. Em outras palavras, a (o) historiador (a) na infamiliaridade com seu objeto de pesquisa pode questionar a falta de voz das mulheres – em determinados períodos históricos – como sujeito na alteridade, podendo vir a colocá-las no fazer historiográfico, portanto, na sua escrita.

Um dos mais valorosos conceitos da teoria lacaniana não é definido pelo princípio da realidade freudiana, mas pela descoberta de Freud em relação à função da repetição. No livro onze, *O Seminário: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, Jacques Lacan afirma, “o real é aquilo que retoma sempre ao mesmo lugar – a esse lugar onde o sujeito, na medida em que ele cogita, onde a *res cogitans*, não o encontra.”¹⁸ Essa coisa pensante que resiste à simbolização e que pode ser apresentada na forma do trauma. Ao apropriar-se da teoria aristotélica, Lacan diz que na rede de significantes, o que Aristóteles entende por “tique”, é para ele o encontro com o “real”. A função da “tique” é justamente o encontro faltoso, da repetição e do traumático na investida de encontrar uma resposta cabal. Na sua interpretação do conceito de “real”, Christian Dunker delinea como uma estratégia lacaniana que não se define em ordem ontológica, entretanto, não corresponde à uma inviabilidade no plano do pensamento

18 LACAN, 1985, p. 52.

“é que este não replica uma impossibilidade no plano da linguagem.”¹⁹

Ao compreender o “real” como um desencontro com a palavra, impossível de ser materializada na linguagem, alcanço o mate de que não tenho acesso ao “real” dos afetos, da linguagem ou do discurso de Mercedes. A entrevista cedida por María não corresponde ao “real” de sua mãe. Apesar de não ser passado pelo método de provação, o “real” como presença é o que mata a palavra e, portanto, pode colocar no fato o silêncio. O fato é que não sabemos qual o “real” ato de Mercedes em relação à internação de sua filha. Seria ele mesmo o silêncio? Ou a ausência da palavra foi de María, da imprensa ou da historiografia?

Na escrita da história e no traspassamento da fronteira entre história e psicanálise, Michel de Certeau é um dos autores mais importantes na estratégia de resistência contra o enfraquecimento da disciplina por meio do seu confinamento. Seu vínculo com a Escola Freudiana de Paris e sua apropriação da teoria psicanalítica de Freud e Lacan nas suas formulações sobre a escrita historiográfica, me permite visualizar uma conexão entre o “infamiliar” freudiano, o conceito de “real” lacaniano e o “não dito” da “operação historiográfica” certeaniana. A similaridade entre as três terminologias confluuiu à um entendimento histórico e heterológico, enquanto, um discurso sobre o outro. Segundo Certeau, o discurso histórico transverte, o outro objeto, em significantes inteligíveis, ao mesmo tempo confere à historiografia a missão social de ir para além do presente. A história está localizada no limite do que ela se propõe e do que ela recebe, portanto, em um “efeito do real no texto e o não-dito implicado pelo fechamento do discurso.” Lugar no qual a história não pode deixar para não

19 DUNKER, 2016, p. 259.

morrer como uma ficção.²⁰

Dito isso, argumento que apesar de María não dizer qual era o posicionamento de sua mãe referente às atitudes de seu pai, isto não representa que ela não tenha pensado sobre isso. Talvez fosse interessante para ela, enquanto uma teórica feminista, uma narrativa na qual o silêncio “infamiliar/real/não dito” de sua mãe fosse coerente com seu próprio discurso, portanto, com o seu silêncio “infamiliar/real/não dito”. Ainda no âmbito da narrativa política feminista, alego a possibilidade de relevância para *Lavaca*,²¹ casa virtual que também possui fluxo de periódicos impressos e se auto intitula como potencializadora da autonomia das pessoas e de suas organizações sociais, promover a liberdade das mulheres através do discurso feminista.

Por um lado, defendo a existência de interesses para imprensa alternativa, feminista e contra hegemônica que enfatiza a opressão de Zenón sobre María, no aspecto da crítica patriarcal. Uma agência de notícias cúmplice da responsabilidade de Mercedes quanto à internação de sua filha. Portanto, um silêncio “infamiliar/real/não dito” que oculta os interesses políticos da imprensa. Por outro lado, acredito que esta estratégia é importante para o engajamento público e político do feminismo. Uma sagacidade indispensável e uma apropriação das mulheres sobre as narrativas de denúncia de suas opressões de autoria dos homens, ocupando os espaços públicos.

Sobre a análise do discurso histórico, que neste trabalho está atrelado ao discurso da imprensa enquanto instituição, Certeau atribui a terminologia do “não dito” ao silêncio epistemológico da historiografia. Se-

20 CERTEAU, 1982, p. 54.

21 Agência de notícias e editora que mantém a revista MU, de Buenos Aires.

gundo ele, é inviável examinar a história no código científico autônoma da instituição, ou ainda, idealizar uma renovação da disciplina puramente pela alteração conceitual. Na verdade, é necessário repensar os estudos históricos por meio de uma teoria crítica e de uma “repolitização” das ciências humanas, como indica Jurgen Habermas.²² Como parte da “operação historiográfica”, o silêncio desta epistemologia visava gratificar o grupo inteiro de intelectuais, sem perturbar essa relação com exigências sociais e posicionamentos profissionais ou políticos.²³ Apreendendo esta formulação certereuniana à epistemologia histórica feminista, percebemos alguns obstáculos enfrentados pelas historiadoras e historiadores diante do silenciamento das mulheres no retorno do recalcado do discurso da história e da historiografia. Mas que na atualidade tem tido esforços significativos no rompimento com a lógica dessa repetição. A historiografia contemporânea está atenta nas análises discursivas e nas suas implicações políticas sobre os feminismos.

Prosseguindo em direção à quarta proposição, o gênero como marcador de análise das conjunturas e estruturas de poder que silenciam as mulheres, alinhada ao pensamento foucaultiano, Joan Scott define o gênero, também, como uma norma regulamentadora sobre suas próprias definições e resistências nos indivíduos e nos grupos. Sua ideia fundamental é a de conceituar o gênero enquanto uma categoria analítica útil à história das mulheres, mas também, à história. A historiadora argumenta que no campo aberto pela crítica das ciências humanas, do empiricismo e do humanismo articulado pelos pós-estruturalistas, as feministas foram ao encontro de sua própria articulação teórica, juntamente com cientistas

22 CERTEAU, 1982, p. 62.

23 CERTEAU, 1982, p. 58.

e políticos, abordar o gênero, enquanto categoria de análise, nesse amplo espaço.²⁴

Scott produz uma teoria analítica do gênero que é dividida em duas partes, que estão interligadas, mas devem ser pensadas de maneira distintas. A primeira enunciação define o gênero, em uma suposição psicanalítica, como um componente das relações sociais apoiado na diferença sexual. A segunda enunciação, mais complexa, compreende o gênero como um elemento primário que proporciona sentido para as relações de poder. Esta parte está subdividida em quatro subgrupos: os símbolos que produzem representações do gênero; os conceitos normativos que permitem a interpretação do significado dos símbolos; uma análise que inclua os aspectos políticos, institucionais e sociais; e por último, o ponto de vista da identidade subjetiva. A historiadora não descarta a importância da teoria lacaniana para reflexão, mas acrescenta que as historiadoras e os historiadores precisam analisar as formações das identidades com a relevância da investigação histórica.²⁵

Ao aplicar a teoria de análise do gênero de Scott à figura de Mercedes no discurso da imprensa e da academia, chego à seguinte percepção: a mãe de María foi reduzida enquanto mulher em narrativas que a descreveram apenas como esposa e mãe de quatro filhos e que, estava lá quando levaram uma de suas filhas para o manicômio. Essas são as informações coletadas sobre Mercedes, que foram publicadas em revistas e artigos acadêmicos digitais. Mesmo no trabalho acadêmico de tonalidade biográfica *María Lugones (1944–2020): in memoriam*, de María Luisa Femenías, não encontramos nada além disso. Mercedes foi silenciada pelo discurso jor-

24 SCOTT, 2019, p. 66.

25 SCOTT, 1995, p. 86-87.

nalístico e acadêmico. A sua figura foi mencionada apenas como parte das narrativas de María.

O argumento deste silenciamento se fortalece quando os mesmos trabalhos da imprensa ou da academia de narrativas biográficas retratam Zenón. Segundo Acuña, depois da entrevista que a levou a compartilhar lágrimas com María, ela foi à procura de dados sobre a pessoa responsável pela internação de sua própria filha em uma instituição psiquiátrica. As informações que encontrou levaram-na a saber que Zenón foi o primeiro reitor da Faculdade de Bioquímica da Universidade de Buenos Aires. Elegeu-se como presidente do Centro Estudantil em 1932 e como presidente da Federação Universitária em 1934. Foi reeleito reitor em 1962 e renunciou em 1966 para renegar a incursão do governo de Juan Carlos Onganía Carballo, que significou o fim da autonomia das universidades, que tinha sido conquistada pela Reforma Universitária de 1918.²⁶ Femenías levanta dados bem próximos, porém, acrescenta que, após a restauração da democracia, Zenón foi nomeado reitor novamente em 1986 e morreu dez anos mais tarde.²⁷ Como podemos perceber, Zenón não foi reduzido apenas à história da vida privada. Foi descrito como um homem de engajamento político, de vida pública, para além do seu papel de pai e marido. Enquanto que Mercedes, nas vozes do discurso da imprensa ou da academia foi afetada pela invisibilidade ou pela figuração. De outro modo, denegar voz à mulher no espaço público é tão excludente quanto detratar sua atuação no ambiente privado. A mulher mãe e esposa também tem uma história que deve ser contada. Será que era essa a história de Mercedes? O “real” matou sua voz, sua palavra. O “real” do não basta

26 *Revista MU* (138) ago./2019, p. 6-7.

27 FEMENÍAS, 2020, p. 2.

contar a história das mulheres, a historiografia e a imprensa precisam saber fazê-lo.

Contrapondo os discursos da imprensa e da academia, em *Pilgrimages* (2003) e em *Peregrinajes* (2021), María escreve sobre sua mãe em diferentes momentos. Algumas passagens de seu texto são como *flashbacks*, uma “escrita de si”²⁸ preenchida pelas memórias que tinha da sua relação com a sua mãe. Essas lembranças sobre Mercedes são grande inspiração no processo de teorização sobre ideias-chaves da autora, como: *identificação, arrogância e viajar-“mundos”*.

Mamá a veces, seguido, decía cosas que no tenían sentido o eran falsas, como esa vez con el pequeño jarrón que yo había tenido que darle a la maestra de cuarto grado y se me había quebrado antes de llegar a la escuela y ella pegó y colocó en un estante. “Bueno” - dijo - “me pregunto cuándo y como se ompió”, como si hubiera pasado recién y no cuarenta años atrás. Se movía alrededor de personas y tareas diciendo cosas que no admitían ningún rescate interpretativo, a menos que una estuviera prestando atención a ver dónde aparecía la resistencia. Después de meses preguntándole, me dijo: “lo hago para recordarme a mí misma que nadie está escuchando”. Esa era mi madre, una resistente poderosa a cualquier clase de amor barato que alguien le ofreciera, amor fácil por parte de gente que no estaba dispuesta a ir hasta el final.²⁹

28 Segundo Angela de Castro Gomes, o gênero da *escrita de si*, pode incluir desde diários, biografias, autobiografias às entrevistas de histórias de vida. Esta tipologia de narrativa, que dirige ao leitor em primeira pessoa do singular e revela traços da intimidade do seu autor. Pode ao mesmo tempo expressar a sua subjetividade e atribuir à experiência de vida do autor do documento um “efeito de verdade”. À sinceridade do autor é concedida a legitimidade de “prova”. No entanto, ao historiador cabe assumir que esta documentação não é exatamente a verdade, mas o ponto de vista do autor em relação ao que houve. GOMES, 2004, p. 14-15.

29 LUGONES, 2021, p. 38-39.

Mercedes é “pintada” por María como alguém capaz de criar histórias para certificar que não está sendo ouvida. O amor do outro sendo testado como resistência. Um reconhecimento de alteridade. Neste momento, aparece uma demanda da qual nos questionamos; como então podemos aprender ouvir o outro? Considerando o processo da escuta como um deslocamento e uma demanda de amor. Isto, “não é nem mesmo uma resposta suficiente, porque o amor demanda o amor. Ele não deixa de demandá-lo. Ele o demanda ... mais ... ainda. Mais, ainda, e o nome próprio dessa falha de onde, no Outro, parte a demanda do amor.”³⁰ A memória afetiva e subjetiva de não se sentir escutada de Mercedes, pelo menos do ponto de vista da narrativa de María, pode ser compreendida como uma resposta de situações e contextos anteriores.

Ainda no sentido da resistência, María teorizou filosoficamente carregando em si um aspecto de recalçamento dos seus afetos em relação ao tratamento repressivo de seu pai. Este que não conseguiu compreender o desejo da filha, levado pela moralidade do seu tempo, no qual as mulheres enfrentam aquilo que Michel Foucault denominou de a economia dos discursos sobre o sexo, que trabalha com a dicotomia repressão versus liberação do sexo. Como resposta ao discurso de María e também da cultura na qual estava inserido, Zenón interna a filha no manicômio. Na instituição colocaram nela uma camisa de força e a amarraram na cama. Seu corpo recebeu tratamento de choques de insulina e entrou em coma algumas vezes. Em uma das ocasiões, a feminista perdeu a consciência por dez dias. Pararam com os choques de insulina e começaram com os eletrochoques. Depois, as pílulas, até não conseguir mais mexer com o

30 LACAN, 1985, p. 13.

próprio corpo e se perguntar por que estava ali.³¹

Em suas lembranças do tratamento psiquiátrico angustiante, María diz na entrevista, que não era avisada antes de cada sessão de eletrochoque. Apenas diziam para as internas irem ao banheiro. Quando retornavam não sabiam mais de quem seria a vez. Uma delas falava em momentos de devaneios: “não posso porque estou ocupada”.³² A oração era repetidamente enunciada, como quem busca acolhimento em si mesma, na tentativa de isolar e acalmar seu próprio sofrimento, uma maneira pela qual enfrentou a violência que estava sendo submetida. Este ato transmitiu simultaneamente – naquela sala – a barbárie dos tratamentos psiquiátricos, a repressão da sexualidade das mulheres, o enquadre histórico da loucura feminina como depósito de sujeitos fora da norma e um sentimento coletivo da força que as unia para impulsionar a resistência. O amparo uma com a outra – entre as internas do manicômio – também serviram de inspiração para a teorização de María.

Quando saiu da instituição psiquiátrica, María mudou-se para Los Angeles nos Estados Unidos iniciando a sua formação acadêmica como filósofa. cursou seu mestrado defendendo dissertação intitulada “Moralidade e Relações Públicas” pelo Departamento de Filosofia da Universidade de Wisconsin em Madison, no ano de 1973. Em 1978, logrou seu doutorado em filosofia com segunda menção em ciências políticas, pela mesma Universidade. Sua tese tinha como temática a moralidade e as relações pessoais e institucionais baseada no conceito de amizade em Aristóteles na obra *Ética a Nicômaco*. Marcus George Singer, prestigiado filósofo sobre questões relacionadas à ética foi seu orientador. Trabalhou

31 *El Salto Diario*, 16/10/2020.

32 *Revista MU* (138) ago./2019, p. 6-7.

como professora na Carleton College de 1972 a 1994 em Minnesota, e na Universidade de Binghamton em Nova York de 1993 a 2020. Integrou o Comitê Científico do Programa de Estudos da Mulher na Carleton até 1989. Atuou como diretora do Programa de Filosofia, Interpretação e Cultura (PIC) e do Programa de Estudos de Área da América Latina (LACAS) na Universidade de Binghamton. Nos anos 1990, cofundou a Escola Popular de Nortenha em Valdez, Novo México. Ainda em vida, teve o seu trabalho reconhecido, especialmente sobre as suas investigações teóricas e de campo sobre o gênero nas comunidades andinas da Argentina e da Bolívia. Em 2016, foi nomeada Filósofa Distinta do Ano pela Society for Women in Philosophy. O Rock Ethics Institute em 2018, sediou uma conferência dedicada a ela, denominada “Toward Decolonial Feminisms: A Conference Inspired by the Work of María Lugones”. Em 2020, María recebeu o Frantz Fanon Lifetime Achievement Award da Associação Filosófica do Caribe.³³

Ensaçando do escuro e tornando-se mulher de cor

María enuncia que faz diferença o lugar do qual ela escreve. Nem sempre ela escreve do mesmo lugar. Segundo ela, algumas vezes escreve do lugar da “brincadeira”, onde se promovem novas possibilidades para as pessoas, outras vezes escreve do lugar do “entre”, que pode ser o lugar da peregrinação e da fronteira. Mas, também escreve do lugar de “dentro”, local da resistência e da passagem “ao outro lado”, que é o lugar onde tanto a luz como a escuridão se fazem presentes. O traspassamento “ao outro lado” é justamente o lugar onde a ensaísta e feminista nos conta que

³³ *Página 12, 24/07/2020.*

reside. Segundo ela, suas sensações nesse lugar são de raiva, dor, urgência, prisão e de “fazer as paredes tremerem com as palavras”. A filósofa admite que escreve de um lugar escuro e, deste lugar ela vê as mulheres brancas/anglo do outro lado, do lado iluminado.³⁴

Segundo a historiadora Lissell Quiroz, María era descendente de imigrantes europeus, que fizeram parte da onda migratória da Argentina, entre 1880 e 1940. A crescente migração aumentou a população branca do país e reduziu o número de indígenas e afrodescendentes. Seus pais eram da Catalunha. A família de sua mãe era de Barcelona e havia se estabelecido recentemente na Argentina.³⁵ Como as identificações sociais partem de um contexto histórico e são suscetíveis à uma certa variação temporal, política e relacional. A mudança de María para os Estados Unidos a torna uma mulher não branca ou uma mulher de cor. Latino-americana residente em espaço geopolítico de poder majoritariamente nas mãos de pessoas brancas/anglo. A intelectual perdeu sua condição social de “superioridade racial” pelo deslocamento geográfico, que configura junto com ela uma estrutura racial de poder.

Lélia Gonzales produz um marcador de análise que ela nomeia de “racismo por denegação”, uma modalidade de racismo velado que tem como destino as populações latino-americanas. Segundo ela, a América Latina “é mais ameríndia e amefricana do que outra coisa”. Sobretudo a colonização luso-espanhola desta fração do continente americano, deve ser olhada com cuidado no que concerne a sua formação histórica racial. A conquista moura da península ibérica do século VIII, deixou uma forte herança racial e cultural negra e africana na constituição desta região.

34 LUGONES, 2003, p. 65.

35 *Hypotheses*, 27/08/2020.

Uma ocupação de quase oito séculos.

Por aí se entende por que o racismo por denegação tem, na América Latina, um lugar privilegiado de expressão, na medida em que Espanha e Portugal adquiriram uma sólida experiência quanto aos processos mais eficazes de articulação das relações raciais.³⁶

Desse modo, María Lugones ocupa um lugar de ambiguidade na história política e dos intelectuais nas Américas. Uma mulher branca na Argentina, de cor nos Estados Unidos e vítima do duplo racismo por denegação, seja como hispânica ou latina. Sua escrita ensaística é de cor, de um lugar escuro e de uma “percepção-boomerang”³⁷. Sem dúvida, de identificação e, ao mesmo tempo, plural. Um ensaio da própria vida e das pessoas subordinadas pela colonização e pela colonialidade.

Os feminismos e a interseccionalidade na produção intelectual de María Lugones

Nos grupos feministas norte-americanos de estudo e engajamento político da década de 1970, María passou a investigar suas próprias experiências e de outras mulheres nos seus processos de conscientização e práxis dos feminismos negro e separatista lésbico. Seu pensamento filosófico apontava para a necessidade de formação comunitária do enfrentamento político e intelectual do racismo e do heterossexismo. A partir das teorias feministas de Audre Lorde e Elsa Brakley Brown, a intelectual passou a

36 GONZALES, 2020, p. 131.

37 Recomendo a leitura do ensaio “Percepción-boomerang y mirada colonial: reflexiones cautelosas sobre la hostilidade horizontal”, para maiores esclarecimentos.

questionar e criticar a ideia universal da categoria de mulher. Segundo ela, o feminismo branco hegemônico da “segunda liberación de la mujer de los años 70” foi um empenho contra as posições e os estereótipos da subordinação das mulheres brancas da classe média. Seus anseios concebiam os desejos de um corpo branco que pensava apenas sobre as questões relativas ao gênero e nada mais.³⁸ Neste mesmo período, María passou a participar de um grupo feminista com Claudia Card e diz que se apaixonou por ela. Card foi uma das primeiras membras ativas da Midwest Society for Women in Philosophy e foi precursora na articulação da filosofia feminista lésbica. Dessa forma, engajou-se no ativismo do separatismo lésbico e abraçou o movimento como uma maneira de demonstrar seu amor pelas outras mulheres na sua diversidade.³⁹

Durante os anos 1980 e 1990, María publicou uma série de ensaios que teorizavam sobre os feminismos a partir de uma variabilidade de perspectivas. Estes textos carregam investigações teóricas e práticas dos feminismos nas suas dimensões filosóficas, políticas, sociais, antropológicas, históricas e linguísticas. Ao mesmo tempo, promovem discussões sobre a práxis feminista no seu aspecto comunitário e relacional. Em 2003, foi publicado uma reunião desses ensaios no livro *Pilgrimages/Peregrinajes: Theorizing Coalition against Multiple Oppressions*, pela editora Rowman & Littlefield. Em 2021, esta mesma obra foi reproduzida em sua versão em espanhol pela editora Del Signo. Um trabalho pertinente para os debates dentro e fora da academia seja no espaço latino-americano, especialmente na Argentina, ou ainda, nos Estados Unidos, onde foi produzido pela primeira vez. Com uma linguagem filosófica e pedagógica

38 LUGONES, 2008, p. 95.

39 *Revista MU* (138) ago./2019.

sobre a resistência e a coalizão intersubjetiva das pessoas. Uma crítica ao racismo e ao etnocentrismo que “viaja” pelas múltiplas realidades, incoerências e desconfortos e no tange a luta do feminismo antirracista e plural pela justiça social.

A lógica do feminismo pluralista parte do princípio de que precisamos reconhecer a diferença entre as mulheres. Para María, as feministas brancas ignoraram a diferença nas suas teorizações. Ao teorizar, entenderam que as mulheres são todas iguais. Atualmente, parte delas começaram a admitir a diferença. Como exemplo, ela certifica o trabalho de Elizabeth Spelman. Outra parte, por outro lado, permanece encarcerada pelo racismo, não somente do ponto de vista contextual, mas também do racismo que trazem dentro de si e daquele no qual teorizam. Assim, o racismo e a teoria são inseparáveis, da mesma forma a teoria e o contexto de teorização.

María torna evidente na sua escrita a importância da identificação na práxis feminista na resistência ao racismo estrutural. De acordo com ela, tomando a teoria de Marilyn Frye como referência, as mulheres brancas acreditam piamente na sua própria bondade e retidão. Assim, como creem na benevolência das outras pessoas brancas. No entanto, o mesmo não ocorre na relação com as pessoas não brancas. As mulheres brancas não criam expectativas quanto à decência e ao cuidado das mulheres de cor. Isso bloqueia a identificação. Reconhecer a si própria no espelho da mulher de cor assusta a mulher branca e acorda seu fantasma. A identificação requer interação autoconsciente. As mulheres do feminismo branco hegemônico impossibilitaram a identificação porque temiam a pluralidade. O pluralismo fala sobre um mundo oculto no qual as noções básicas

de responsabilidade, intencionalidade e voluntariedade não são suficientes para clarificar a ideia das pessoas que se localizam na diferença. A resposta da lógica do feminismo pluralista tem por objetivo ativar uma estratégia criativa resistente capaz de apreciar a ambiguidade da diferença. Quando as intelectuais feministas não teorizam considerando a pluralidade, acabam por dar lugar ao fantasma que imita grosseiramente sua própria imagem.⁴⁰

Para compreendermos como María passou das teorizações e metodologias dos feminismos plurais para o feminismo decolonial, precisamos retornar à entrevista concedida à Claudia Acuña, nela a filósofa diz que conheceu Aníbal Quijano na Universidade de Binghamton em Nova York, quando lecionava no Departamento de Literatura Comparada e ele era professor do Departamento de Sociologia. Quijano passou a frequentar suas aulas interessado pela diversidade dos seus alunos e pelos debates. Do mesmo modo, conheceu o trabalho teórico de Quijano e decidiu teorizar a partir dele.⁴¹ Nos anos 2000, ela integrou o grupo de pensamento crítico composto por intelectuais latino-americanos, *Modernidade/Colonialidade*.⁴²

Os intelectuais do grupo *Modernidade/Colonialidade* iniciaram o pensamento, as investigações, as análises críticas, os debates e a escrita sobre o colonialismo a partir de três pilares: o eurocentrismo, o racismo e a modernidade. O sociólogo peruano Aníbal Quijano e o semiólogo argentino Walter D. Mignolo introduziram as noções de *colonialidade do poder, do ser e do saber* para evidenciar que no projeto europeu de colonização

40 LUGONES, 2021, p. 65-75.

41 ACUÑA, 2021, p. 366.

42 *Página12*, 24/07/2020.

das Américas estava pautado a exploração racial para o acúmulo de capital global. Atualmente, os países latino-americanos supostamente independentes permanecem subordinados ao modelo moderno colonial, que controla a raça, o sexo, a autoridade de quem detém o conhecimento e o poder e as subjetividades. O programa da decolonialidade proposto por estes intelectuais criou um conjunto de categorias explicativas e analíticas, cuja a função é fazer além de uma crítica ao modelo/moderno colonial, também propor referenciais teóricos e ações práticas de intervenção contra a colonialidade de dentro e de fora da academia.

Em termos textuais a ideia teórica do feminismo decolonial emerge a partir do ensaio de María Lugones, *Colonialidad y género* de 2008. Neste trabalho, a autora critica e expande o conceito de *colonialidade do poder* de Quijano, introduzindo o gênero como marcador de análise e a noção de “sistema moderno-colonial de gênero” na criação da teoria conceitual de *colonialidade de gênero*. O feminismo decolonial pretende abordar o movimento das mulheres de libertação contra a opressão patriarcal e colonial. Nesta aspiração, este feminismo incluiu a seguinte pergunta de Elsa Barkley Brown: de quais mulheres estamos falando? As mulheres não são oprimidas da mesma maneira na concepção da interseccionalidade. Este feminismo aponta que a mulher branca/anglo é subordinada ao patriarcado, no entanto, isso não impede a participação delas no racismo e no heterossexualismo normativos, institucionais e estruturais. Dessa forma as mulheres não são todas subordinadas da mesma maneira se acrescentarmos as categorias de raça, classe e sexualidade. A crítica de Lugones evidenciou igualmente a cumplicidade dos homens que também são vítimas da dominação colonial na violência dirigida às mulheres de cor.

De acordo com Cláudia de Lima Costa, para produzir sua análise sobre a colonialidade do gênero, Maria partiu do conceito de interseccionalidade, que foi criado originalmente com esta nomenclatura pela professora de direito Kimberlé Crenshaw, em seu artigo *Demarginalizing the Intersection of Race and Gender* de 1989. Ainda segundo Costa, outras teóricas feministas já atribuíam uma concepção da ideia de interseccionalidade, sem nomeá-la à Sojourner Truth.⁴³ No ensaio *Rumo a um feminismo decolonial*, Maria apropria-se da conhecida versão da pergunta de Truth “Não sou uma mulher?”, para teorizar sobre as “diferenças coloniais”. Ao utilizar o termo colonialidade, a intelectual não entende gênero apenas no que se refere às mulheres, mas também a maneira como as pessoas são classificadas. Isso incluiu as reduções das subjetivações e as tentativas de tornarem os sujeitos colonizados em não humanos. E justamente por isso, a filósofa afirma que a resposta colonial para Truth é categoricamente “não”.⁴⁴

A decolonialidade dos gêneros tem por objetivo converter a crítica da subordinação de gênero “racializada, colonial, capitalista e heterossexista” em práticas sociais que partem da compreensão histórica subjetiva e intersubjetiva das pessoas. O feminismo decolonial é também um movimento em direção a coalizão que impulsiona o conhecimento um do outro, suas relações e suas sociabilidades baseados na diferença colonial.⁴⁵ Sua importância concentra-se no reconhecimento dos processos colonizadores e de colonialidade que oprimem as pessoas interseccionadas. Assim como, o feminismo negro, o feminismo decolonial inclui de modo

43 COSTA, 2022, p. 2.

44 LUGONES, 2019, p. 361-362.

45 LUGONES, 2019, p. 363 e 365.

mais abrangente às múltiplas realidades das pessoas.

Referências

Fontes

- Nº 138 da *Revista MU*, publicada na página virtual da Lavaca, ago/2019.
- ACUÑA, Claudia. Maestra: María Lugones, teórica feminista. In: LUGONES, María. *Peregrinajes: Teorizar Uma Coalición Contra Múltiples Opciones*. Traducción: Camilo Porta Massuco. Buenos Aires: Del Signo, 2021, p. 365-374.
- FEMENÍAS, María Luisa. María Lugones (1944-2020): In memoriam. *Polémicas Feministas*, nº 4, 2020, pp. 1-9.
- ‘Weychafe’: María Lugones, la guardiana de la vida. *El Salto Diario*, 16/10/2020.
- “María Lugones (1944-2020): penser le genre et la sexualité en perspective féministe décoloniale”. Lissell Quiroz, *Hypotheses*, 27/08/2020.
- Homenaje a la investigadora y lesbofeminista María Lugones: la filósofa peregrina. Vários autores. *Página 12*, 24/12/2020.
- LUGONES, M. *Peregrinajes/Pilgrimages: Theorizing Coalition Against Multiple Oppressions*, New York, Rowman & Littlefield Press, 2003.
- LUGONES, María. *Peregrinajes: Teorizar Uma Coalición Contra Múltiples Opciones*. Traducción: Camilo Porta Massuco. Buenos Aires: Del Signo, 2021.
- LUGONES, María. *Colonialidade e gênero*. Tabula Rasa. Bogotá – Colombia, Nº 9: jul-dez, 2008, p. 73-101.
- LUGONES, María. *Rumo a um feminismo decolonial*. In: Org.: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista hoje: conceitos*

fundamentais. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019, p. 357-377.

Bibliografia

- BARROS, José Costa D'Assunção. Subjetividade e Relativismo na História. *Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL)*, v. 2 nº 1 jan./abr. 2011, p. 7-19.
- BIDASECA, Karina; COSTA, Michelly Aragão Guimarães. “Viajar-mundos hacia María Lugones”. *Revista Estudos Feministas, Florianópolis*, v. 30, n. 1, e85054, 2022.
- BROWN, Elsa Barkley. Polyrythms and Improvization: Lessons for Women's History. *History Workshop*, No. 31 (Spring, 1991), pp. 85-90.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Tradução de: *L'écriture de l'histoire*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- _____. *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- COSTA, Claudia de Lima. Interrogando Lugones: reflexões sobre um debate inconcluso. *Revista Estudos Feministas, Florianópolis*, v. 30, n. 1, e85070, 2022.
- DUNKER, Christian Ingo Lenz; Coordenação: Daniel Kupermann. *Por que Lacan?* – 1ª ed. São Paulo: Zagodoni, 2016.
- FOUCAULT, Michel. O dispositivo de sexualidade. In: *História da Sexualidade. I – A vontade de saber*. São Paulo: Graal, 2006, p. 73-123.
- FREUD, Sigmund. O infamiliar. In: *O infamiliar / Das Unheimliche (1919)*. Trad. Ernani Chaves, Pedro H. Tavares e Romero Freitas. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, p. 51-90.
- _____. Psicologia das Massas e Análise do Eu (1921). In: *Cultura, so-*

- cidade, religião: O mal-estar na cultura e outros escritos*. Trad.: Maria Rita Salzano Moraes. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 137-232.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: RIOS, Flávia & LIMA, Márcia (orgs.). *Por um feminismo-afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 127- 138.
- HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In *Cadernos Pagu* (5), 1995, p. 07-41.
- LACAN, Jacques. *O Seminário: livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1988.
- _____. *O Seminário: livro 20: mais, ainda*. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1985.
- MIGNOLO, Walter. La descolonización del ser y del saber. In: MIGNOLO, Walter; MALDONADO-TORRES, Nelson & SHIWY, Freya. *(Des) Colonialidad del ser y del saber (Videos indígenas y los límites coloniales de la izquierda)* – 1ª ed. – Buenos Aires: Del Signo, 2006, p. 25-30.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e **América Latina**. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americana*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2005, p. 117-142.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul-dez. 1995.

- SIRINELLI, Jean- François. Os intelectuais. In: REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996. p. 231-270.
- VEIGA, Ana Maria. Fraturando o locus - a influência de María Lugones no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 30, n. 1, e85049, 2022.

Vendas de alimentos e negociação do trabalho nas áreas urbanas: Autonomia e limites escravistas em Demerara, Cuba e Peru no século XIX a partir de Emília Viotti da Costa, Rebecca Scott Carlos Aguirre

Larissa Penelu Bitencourt Pacheco
Universidade Estadual de Feira de Santana

Introdução

No contexto posterior ao desenvolvimento das lutas por independência dos territórios coloniais americanos, como um todo, depois do período que vai de 1776 a 1824, um novo conjunto de sentidos para as relações sociais da escravidão acompanharam as mudanças das sociedades européias e o capitalismo, movimentado em novos fluxos comerciais no Atlântico, com maior intensidade na exploração do trabalho nas colônias. O colonialismo foi desintegrado a partir de forças sociais diversas, incluindo-se o antiescravismo que envolveu grupos radicais, mediante as lutas dos próprios trabalhadores escravizados, o abolicionismo ancorado em conflitos políticos e interesses das metrópoles, o disputado ideário democrático e um conjunto de forças que, não necessariamente apontam para uma “contradição principal” (BLACKBURN, 1998).

O próprio antiescravismo, assim estudado por Robin Blackburn (1998), sustentado no contexto das Revoluções burguesas, caminhou jun-

to ao escopo teórico abolicionista de modo diverso e se constituiu com práticas revestidas de diversas roupagens, cada uma apropriada para as relações nos quais os senhores, ameaçados por novas concorrências de investimentos no âmbito do capitalismo, se dispuseram a reagir e reconstituir relações coloniais na época contemporânea. O modo como se compuseram as transformações nas relações de trabalho já foi fruto de comparações, em busca das intersecções e divergências sobre a escravidão vigente no continente, seja sob o domínio das Leis de Madri, ou da Grã-Bretanha¹. Alguns autores encontraram aproximações e indícios de contato nas respostas escravistas que foram dadas ao momento em que a desagregação da escravidão parecia o caminho mais “moderno” nos vários territórios do continente. Além disso, a historiografia da escravidão já mostrou que, metodologicamente, é cada vez mais viável perceber os mecanismos de oposição, negociação e enfrentamento vindo da parte dos sujeitos envolvidos em situações de aprofundamento das tentativas de exploração dos trabalhadores, seja no campo ou nas nascentes áreas urbanas, a partir de tensões frente às contradições em que se viam envolvidos. Tal caminho direcionou as questões sobre o mundo do trabalho no cotidiano da escravidão e apresentou elementos que se destacaram na observação das ações dos trabalhadores, vistas como centro desagregador das relações escravistas, ou, no mínimo, indica seus principais pontos de atrito, quando as pessoas escravizadas as levam aos limites.

No âmbito desse texto, considero duas autoras e um autor, Emília Viotti da Costa, Rebecca Scott e Carlos Aguirre, a partir dos textos “Co-roas de Glória, Lágrimas de Sangue: Rebelião dos Escravos de Demerara em 1823” (1998); “Emancipação Escrava em Cuba: a transição para o tra-

¹ Ver, por exemplo, MARQUESE, 2004.

balho livre, 1860-1899” (1991)” e “Agentes de su própria emancipacion: manumission de esclavos em Lima, 1821-1854” (1991), para explorar alguns elementos direcionadores da interpretação das lutas sociais promovidas por homens e mulheres envolvidos nas relações constituintes da escravidão, em período entendido como sendo de “transição” para novas relações exploração de trabalho escravo nas plantações e nos mercados, mediante a conjuntura do capitalismo em expansão. Apesar da ampla dimensão de temáticas que seus textos e suas escolhas teórico-metodológicas proporcionaram, bem como a amplitude das relações históricas de cada um dos territórios e sociedades por ele e elas analisados, pretendo apenas indicar um ponto específico: a construção de olhares que atribuíram autonomias nos movimentos dos trabalhadores escravizados ou que buscaram enfrentar os limites das lutas por liberdade, nas sociedades em que analisaram, pensando fundamentalmente no trato que as pessoas tiveram com a negociação de compra de sua liberdade, a partir da organização de recursos materiais próprios. Assim, vinculam-se a essa chave a discussão sobre as possibilidades de produção desses recursos, dentro e fora de fazendas e de relações de trabalho que se modificavam no bojo da transformação do próprio sistema escravista. Tentei observar mais de perto como elas e ele indicaram a viabilidade dessas relações em mercados de alimentos, ou pequenas feiras, trocas em portas e caminhos de fazendas.

Tais autoras e autor não foram escolhidos aleatoriamente, mas por revelarem situações que ora se aproximam, quando selecionamos a condição social da escravidão nas colônias espanholas, ora representaram marcos de estudo sobre os traços da divisão do trabalho e da rotina do trabalhador escravizado em uma colônia pouco estudada como Demerara, no Caribe, enfrentando as intersecções entre a presença Britânica e Ho-

landesa na região, ou em áreas mais específicas do território colonizado, como a cidade de Lima pós-independência, que apresentou um desenvolvimento urbano mais característicos das áreas de abastecimento interno. Indico inicialmente alguns elementos de escrita e trajetória de cada um, explorando seus argumentos sobre o quesito, indicando alguns pontos de contato e mostrando como foi tratado o tema da venda de alimentos no mercado de trabalho urbano.

Agradeço essencialmente aos estudantes de História da América II, da Universidade Estadual de Feira de Santana, cujas questões e sugestões sobre as leituras levaram à escrita desse texto, como forma de possibilitar, inclusive, um retorno às suas dúvidas pela via da organização desse pequeno artigo como um material de consulta para a leitura do conjunto dos textos. Ao longo do período de trabalho remoto, durante a pandemia, pude contar com a colaboração de Edna, Victória, Gabriel, Antônio, Natanael, e tantas e tantos outros que não me deixaram sozinha frente à tela, entre uma notícia ruim e outra péssima, não apenas por solidariedade acadêmica, mas porque se identificaram com as questões propostas, vindas de suas próprias experiências de pesquisa e leitura.

Domingo é dia de ir à feira: cotidiano, catequese e resistência escrava em Demerara

No trabalho de Emília Viotti da Costa, para o qual o espaço de elogios e contextualização seriam redundantes, devido a repercussão de seu texto, a autora nos surpreende com a análise da escravidão em fazendas caribenhas na conjuntura da crise da escravidão britânica e a entrada de holandeses no circuito da produção açucareira na região de Demerara e

Essequibo, Na Guiana. “Coroas de Glória...” foi publicado pela Oxford em 1993 e chegou no Brasil quando a Cia das Letras movimentou o cenário das publicações sobre a História Social da Escravidão, em 1998, revelando um terreno promissor para comparações e para a ampliação da percepção do cenário da escravidão frente ao capitalismo.

O livro apontou para um momento fundamental da expansão do abolicionismo que estava posto nas Câmaras Britânicas e repercutia dentro de sociedades missionárias, como a Missionary London Society, a partir da recepção do escopo teórico de Edward Palmer Thompson que indicou a autora que: a) os sujeitos subalternizados participam da história a partir de uma série de entraves sociais postos, limites e arrancam dos mesmos possibilidades reais de ação e reação, o que muitas vezes os deixa a mercê de atitudes consideradas conservadoras, b) o protestantismo e suas vertentes populares apresentavam interpretações as mais diversas sobre as relações de trabalho, mas não dispunham, ainda de uma compreensão da experiência religiosa dos sujeitos escravizados, o que lhes deixa cegos a certas posturas de resistência escrava, movidas pelo aporte de religiões de matriz africana, c) os limites da abordagem sobre o tema da ação missionária de Jonh Smith, acusado de ser o agente principal da rebelião de mais de 10 mil escravizados em Demerara em 1823, e a necessidade de reler as fontes, pois necessário observar o papel das milhares de pessoas que se envolveram na cena histórica da luta contra as imposições da escravidão. Nesse sentido, o abolicionismo passa a ser apontado em seus limites, como também, paradoxalmente, é tratado como sendo uma força fundamental para o termino da escravidão no Caribe.

Para Emília Viotti da Costa, a condenação de John Smith pela re-

belião em Demerara é uma espécie de falsa polêmica, uma vez que os próprios missionários tiveram vários conflitos com os senhores das fazendas e com os trabalhadores em prol da manutenção de seu papel evangelizador. A obra, entre muitas outras observações que podem ser feitas, mostra o quanto homens e mulheres demoraram a aceitar, ou não aceitaram, as determinações da rotina cristã para a catequese e as orações, tendo em vista que seria preciso, na maioria das vezes, se desligar de uma parte de sua rotina anteriormente prevista para se dedicar ao espaço da igreja e do culto. Mais uma vez, Viotti da Costa indicou que essas relações são contraditórias, porque, tendo em vista que as pessoas precisavam se afastar dos seus trabalhos, poderiam representar alguma ameaça para a manutenção da escravidão. Porém esse afastamento ocorreria nos dias em que a própria sociedade escravista lhe atribuíra algumas horas para o plantio, colheita e para vendas em feiras, momentos em que seria possível encontrar alguma espécie de autonomia, seja nos roçados, seja na ida à feira aos domingos.

Como a própria autora diz, havia uma espécie de “guerra fria” permanente entre senhores e “escravos” no contexto caribenho, tendo em vista que a discussão sobre abolição britânica vinha repercutindo fortemente em todas as áreas de trabalho e plantio. As reuniões que ocorriam à noite, nas fazendas, eram controladas pelos senhores, havendo açoites que eram considerados “inapropriados”. As pessoas escravizadas possuíam a sua própria interpretação, segundo Viotti, a respeito da sua rotina. Nesse aspecto, o ensinamento religioso, as suas atividades de subsistência e outras ações como reuniões próprias e contatos com familiares concorriam para definição do melhor aproveitamento de suas horas de rotina.

Diante dos conflitos entre Missionários e Colonos e entre os Co-

lonos e os Escravos, como diz a autora, ocorreu uma elaboração anterior a 1808 sobre o que poderia ser chamado de um costume, um jeito de negociação com as regras do jogo da escravidão, que estariam passando por uma importante transição nas décadas de 1820 e 1830 e as pessoas terminaram por reagir dentro da própria escravidão ao açoitamento e a intensificação do trabalho e das exigências feitas com o aprofundamento do capitalismo por senhores britânicos cada vez mais interessados em se consolidar no mercado açucareiro. Suas ações alteraram, segundo Viotti, o “equilíbrio de forças” (1998, p.68). Muitos estavam interessados em cortar o que consideravam como sendo “privilégios” dos escravos e assim,

Para os escravos, todas essas mudanças significaram mais horas de trabalho, um ritmo mais rápido, menos tempo para cultivar seus próprios pomares e hortas ou para ir à Igreja e ao mercado – diminuindo assim os suprimentos de comida e roupas -, uma supervisão e castigos mais rigorosos, e separações mais frequentes da família e da parentela” (COSTA, 1998, p.69)

A imagem de uma colônia de holandeses mais passivos também é contestada pela autora, que mostra que houve, na verdade, uma situação nova de enfrentamento de seus senhores diante da expansão capitalista britânica. Porém, Viotti da Costa considera que houve uma semelhança maior entre a escravidão praticada pelos holandeses com a escravidão ibérica, quando a complementação da produção com as hortas e a produção própria dos víveres colocava os escravos em uma situação peculiar, criando “galinhas, patos, cabras, perus, e (mais raramente) porcos” (COSTA, 1998, p.85). As famílias plantavam provisões em áreas destinadas para

isso e, nos domingos, levavam para as feiras, ocorridas em Mahaica ou em Georgetwon. Segundo Viotti da Costa, “As feiras eram mais do que um lugar de trocas comerciais. Eram um local de reunião e socialização, um lugar para encontrar amigos, jogar, beber e participar de outras formas de entretenimento” (COSTA, 1998, p.85). E assim, era essa produção que foi considerada por Viotti como sendo a que mostrava alguma oportunidade de juntar dinheiro, também alugando a si próprios e prestando-se a outros serviços aos domingos. Essa situação veio a se modificar com a abolição do tráfico e a intensificação das exigências do trabalho das fazendas, a instituição do governo britânico, a correlação com o controle da rotina esperado dos missionários e o fluxo do mercado internacional. Em Georgetown essa característica mais “urbana” era ainda mais forte, com a presença de muitos artesãos e pessoas que possuíam barracas nas feiras.

Além do controle sobre o trabalho, a rotina e os padrões festivos e religiosos passaram cada vez mais a serem avaliados como certos ou errados. Comportamento, crenças, práticas, rituais, danças, rezas, tudo isso foi julgado pelos missionários que pretendiam classificar essas ações sob uma nova leitura protestante e moralista e regulavam a rotina das pessoas. Contra essas ações as pessoas reagem “de todas as maneiras possíveis” (COSTA, 1998, p.117), seja em resistências cotidianas e as inúmeras rebeliões, como a de 1823, que agregou uma série de fatores em divergência. Entre esses, o fato de que os espaços e as brechas já negociadas na rotina e nos costumes não seriam facilmente revogáveis em nome da ampliação da produção capitalista açucareira nas fazendas.

Conucos e vendas de alimentos: limites de observação em Cuba

A abordagem da historiadora norte-americana Rebecca Scott sobre a escravidão em Cuba rompeu com algumas tendências que vinham sendo indicadas na historiografia cubana e cubanista, a partir de fora. A partir de pesquisas feitas ao longo da década de 1970, a autora revisitou a narrativa sobre o término da escravidão na Ilha através de uma busca da ação dos sujeitos envolvidos no processo, para além das atuações parlamentares em Madri, ou das divergências escravistas apresentadas pelos plantadores cubanos para o encerramento do ciclo colonialista da escravidão, enriquecendo a sua escolha pela via de uma virada em prol da história social². Segundo Piqueras (2016, p.224),

O argumento de Scott liberava o processo de abolição das determinações econômicas e deixava o caminho livre para enfatizar as relações proprietário-escravo, ou, mais precisamente, a relação escravo-escravidão, condição por sua vez para concentrar a atenção na atitude do escravo destinada a conquistar a liberdade, para a qual utilizará um extenso e variado repertório de medidas, um conjunto de estratégias perfeitamente definidas

Rebecca Scott é professora de História e de Direito. O texto que ora nos referimos fez uma espécie de transição na abordagem do tema. Preocupada com o tema das lutas posteriores ao processo de abolição da

2 Envolta em um complexo debate das ciências sociais e das pesquisas a respeito da escravidão em Cuba, Scott amplia a noção do sistema escravista como um conjunto produtivo e parte para entender as diversas relações do trabalho que se desdobram em iniciativas tomadas pelos sujeitos para levar as negociações das suas condições de vida aos limites da política da escravidão (PIQUERAS, Jose Antônio. 2016, p.222)

escravidão em Cuba, que foi considerado como sendo “lento e gradual”, a autora retornou para o campo de discussão sobre a própria relação entre a produção açucareira e as condições de exploração do trabalho para tratar das lutas sociais, do conflito e dos entraves que se dispunham nas relações para além da política metropolitana e as decisões de parlamentares que representavam a ilha.

Os próprios trabalhadores, sob o regime do *patronato*, resistiram a uma política construída como um dos elementos transitórios para a fundamentação de contratos de trabalho que garantissem aos proprietários uma recuperação de seus recursos, sem que seus lucros fossem interrompidos pelo fluxo das alterações internacionais da divisão do trabalho e da pressão internacional britânica. As alternativas de lutas também indicaram que, na plantation açucareira, a recusa a uma série de elementos de obediência e integração ao sistema tecnológico das usinas colocou trabalhadores afro-cubanos, *culles* chineses, trabalhadores *coartados* em situações muito semelhantes até o término da instituição escravista e mais além (após 1868). A economia que se sustentou basicamente a partir do modelo de trabalho escravo, deu também espaço para outras relações de trabalho que copiavam a coerção e os vínculos de sazonalidade, tempo de trabalho e colheita, castigos e outros elementos que pareciam estar ficando para trás com as promessas antiescravistas. Na verdade, estas fundamentavam barreiras sociais frente aos sujeitos livres de cor e empreendiam as vias do branqueamento da cidadania. Ao analisar os processos que culminaram no término da escravidão, ou no seu adiamento, a partir das situações de tensão diversas no território cubano, a autora mostra que as visões de homens e mulheres sobre as possibilidades de negociação de sua existência dentro da escravidão eram levadas aos extremos quando se

expunham as contradições de exercício de escolha já construídas nesse mesmo sistema. A recusa ao trabalho nas fazendas de açúcar pelo coartado, o vislumbre de aproximação entre as famílias e a mobilização para criticar a posição ambígua dos senhores era uma escalada que colocava a correlação de forças em disputa.

Rebecca Scott indicou que houve alguma flexibilidade nessas relações à medida que elas se localizavam exatamente nas determinantes dos entraves em que são sustentadas e a rigidez das relações sociais da escravidão. Portanto, a oposição entre uma visão de uma escravidão que foi esmaecendo a partir de um “gradualismo” e as lutas por emancipação levou a autora a buscar a conexão de variantes em ambos os lados da sociedade escravista.

Um dos elementos comuns no caso de Cuba e da relação para o término da escravidão em Lima, analisados por Carlos Aguirre, como mostraremos adiante, é a permanência da escravidão após um conjunto de situações abolicionistas promovidas no contexto pós-independência. Mesmo que a escravidão ainda não houvesse sido abolida em Cuba, assim como em Lima, a mobilização pela compra da liberdade se apresentava cada vez mais como uma realidade mediante a alteração ocorrida no mercado de trabalho. Enquanto nas fazendas de açúcar a promoção da alta concorrência internacional na produção monocultora levava os plantadores a exigir um contingente cada vez maior de pessoas para trabalhar, a solução apresentada para a falta de trabalhadores geradas com as interrupções do tráfico abriram espaço para novos circuitos de trabalho e circulação de pessoas. Em Lima, por comparação, a quebra da produção monocultora de açúcar, provisoriamente, movimentou outro cenário agrí-

cola, em favor de redes de abastecimento interno e da busca por exploração de trabalhadores sob o regime de pagamentos de jornais (*jornaleiros*) e quantias que os faziam se mobilizar em termos financeiros frente aos seus *amos*.

O antiescravismo britânico encontrou uma série de entraves ao longo das lutas por independência na América de Colonização Espanhola (BALCKBUN, 2002), mas veio a ganhar força em espaços cujo cenário da dependência entre sistemas de enclave e exploração de trabalho escravizado não estavam necessariamente correlacionados. No Peru, essa foi a situação. Em Cuba, as vias se tornaram mais complexas, uma vez que o atrelamento com Madri dispunha novas forças comerciais e escravistas no cenário Atlântico do século XIX (MARQUESE, 2009).

Dentre o conjunto dos sujeitos selecionados por Scott para intervir no debate sobre o “não-evento” da independência de Cuba no contexto das guerras Napoleônicas e movimentos reformistas ibéricos e a longevidade de seu sistema escravista, estavam os “escravos, libertos e insurgentes”, mostrando que as questões internas relevaram a natureza dos eventos políticos que se sucederam. A escravidão de plantation em Cuba possuía divisões sociais particulares e alternativas de emancipação que precisavam ser compreendidas dentro das mesmas. Assim, a questão que envolveu o cultivo da subsistência dos trabalhadores, nos *conucos*, tem forte relação com os tipos de tensão ali existentes, o papel do catolicismo na leitura desse processo, a sazonalidade de produção de açúcar (SCOTT, 1991, p.25). Apesar dessa condição, é preciso anotar que a indústria açucareira não representava a ampla parcela da sociedade e da economia, mesmo figurando como o referente de maior peso nas decisões sobre a

continuidade da escravidão. A produção do gado, de alimentos, de café e outros insumos representava um contrapeso, nesse sentido, com aspectos que ampliavam a visão sobre as relações sociais da escravidão. Scott considerou a forte presença feminina entre as pessoas negras livres, uma condição bastante anotada entre os pesquisadores da escravidão no contexto, sendo um elemento bastante comum na área urbana, inclusive, sabemos ser o contingente de mulheres predominante nessas áreas.

Nesses interstícios, a condição para a construção de uma força material para emancipação era extremamente limitada, porém a autora é uma das que demarcaram as possibilidades contingentes dessa perspectiva, uma vez que a relação entre trabalhadores, trabalhadoras e proprietários se conforma cada vez mais por dentro das relações materiais e seus entraves, descolando-se em partes do conjunto coercitivo extra econômico típico do regime colonialista. Tanto na zona rural, como na zona urbana, essa possibilidade era bastante difícil, mas sua existência indicava um novo conjunto de ações por parte das pessoas que com ela negociavam. Scott quis mostrar que, a despeito de outras leituras, como as de Fernando Ortiz, o regime de *coartacion* ou o regime do patronato não tornou mais fácil a vida das pessoas escravizadas, mas mobilizou um novo espaço para negociação de suas agências de autonomia, enquanto os mesmos encontravam essas barreiras como limites, ainda mais porque, os obstáculos raciais para a mobilidade desses sujeitos eram cada vez mais fortes.

As diferenças dentro da ilha eram patentes e nesse caso, por exemplo, o setor Leste cubano apresentava um número mais expressivo de pessoas negras livres. Como a maior parte das pessoas escravizadas estavam

nas fazendas, as relações de mobilidade, bem como seus entraves, foram menos visualizadas do que os urbanos. É fundamental, portanto, que não sejam indicadas condições universais para essa análise, no caso cubano. Por esse motivo, Scott se perguntou se as áreas produtoras de gado e de alimentos representavam outra realidade para a mobilidade na escravidão e conclui que não, apesar de serem compostas e movimentadas em outros sentidos. Uma quantidade maior de mulheres também se fazia presente nas áreas de criação, o que era um dado para entender como elas tratavam os entraves das relações nas quais estavam envolvidas.

O auto-resgate gradual (a *coartacion*) era realizado a partir de variações de preços e possibilidades de compra e, uma vez que as mulheres eram o grupo maior de pessoas que poderiam estar sob essa relação, sua posição no grupo dos trabalhadores é movimentada para compreender a compra da liberdade. Elas de movimentaram e adquiriram as poucas oportunidades de obter parcela de sua liberdade e transitar em serviços em outras fazendas, mas essa ação eventual não indicou que houve um desgaste substancial à estrutura geral da escravidão cubana, já que não poderia ser vista de forma isolada dentro do sistema.

Com base no conjunto das forças de oposição ao sistema escravista, Scott revelou tensões sobre o papel que teriam as áreas de produção de alimentos para subsistência e para o comércio. Nos *conucos*, próximos às áreas monocultoras, era possível conduzir uma produção voltada para o sustento da população escravizada, mas sua mobilização material para acesso a recursos próprios não foi uma realidade concreta. Mesmo no âmbito dos comércios nas portas das fazendas, essas trocas eram um caminho para um ganho material (ainda que pequeno), porém não extrapolou os

limites da escravidão. Considerando ainda que os *conucos* foram perdendo força ao longo do tempo, uma vez que os senhores passaram a adquirir reservas de alimentos fora das áreas de plantação, importando uma parte desses víveres, essa mudança indica que os proprietários constituíram uma visão de que era importante conter uma área de produção que ficava sob a responsabilidade dos trabalhadores. Ou seja, enquanto o *conuco* pode ser um instrumento de subsistência da própria escravidão, aos poucos pode ter sido subvertido dentro do novo contexto de sobrevivência e compra de liberdade, à medida que as pessoas negociavam suas vidas em termos materiais, uma possível ameaça.

Essas considerações de Scott dizem respeito a uma crítica da “escravidão católica” e ao modo de se perceber, a partir de um sistema escravista hispânico, que essas relações agregariam uma autoregulação do controle do trabalho, os conectando à terra, evitando grandes rupturas, por meio da ideia de que a propriedade alavancava o próprio ritmo da produção açucareira a partir da contenção dos custos internos. Haveria assim uma alternativa de quebra com a desumanização do sistema escravista, quando as pessoas se organizaram em famílias, mesmo nos barracões. Assim, não entraremos em todo o debate do seu livro e de sua obra, nem toda sua repercussão, mas indicando apenas artifícios mobilizados pela autora para discutir o tema em voga naquele contexto, em 1991, a respeito da mobilização do trabalhador escravizado em prol de sua autonomia.

O valor da visita à cidade: a saída das propriedades em busca do pecúlio em Lima

No início dos anos 1990, o trabalho de pesquisa de Carlos Aguir-

re, Peru, esteve altamente conectado com a proposta de Rebecca Scott. Diferente dos contatos que percebemos entre os três autores, a partir dos temas e das revisões que vieram a se consolidar na abordagem do tema da escravidão diante das alterações do mercado de trabalho capitalista, mesmo sem uma alusão direta de um autor ou autora para outro ou outra, o caso de Aguirre apontou para um diálogo forte e assumido com o modo de abordagem de Rebecca Scott.

Em “Agentes de su própria emancipación: manumission de esclavos em Lima (1821-1854)”, de 1991, buscou questionar abordagens anteriores, desta vez com base nos documentos de alforria (manumisión), examinando as afirmativas anteriormente consolidadas e que argumentavam que tal liberdade teria sido adquirida nos anos finais da escravidão em Lima, tendo em vista a bondade de senhores (amos) e a negociação passiva dessa oferta. Mais uma vez a visão do paternalismo no sistema escravista ibérico procurava explicar a conjuntura do aumento da compra das alforrias. Além disso, Aguirre discutiu o grande protagonismo atribuído à Castela na consolidação dos trâmites finais da escravidão para os antigos territórios coloniais, reavivando o protagonismo dos trabalhadores e das trabalhadoras. No tempo em que ele escreveu, essas ações estavam sendo avaliadas no conjunto de uma historiografia altamente apegada a noção de uma escravidão em áreas urbanas e no território limenho como sendo uma espécie de resqúicio de uma prática que jamais tenha sido a base de sustentação daquela economia e, sendo assim, poderia ter sido visualizada com alguma atribuição de amenidades nas relações entre senhores e pessoas escravizadas, além da passividade das trocas finais de alforrias.

O que Carlos Aguirre mostrou foi que trabalhadores e trabalha-

doras moveram inúmeras estratégias para lutar pela liberdade diante das mudanças econômicas e dos trâmites de acesso à alforria diante das crises de produção e de negociação de novas condições de acesso ao mercado de trabalho. Assim, esse protagonismo é construído por dentro das próprias relações sociais da escravidão e dentro de seus limites, algo semelhante ao que Emília Viotti da Costa sugeriu.

Mesmo depois da liberdade declarada oficialmente para todos os peruanos maiores de 25 anos e da tentativa de fortalecer juridicamente a ideia de que os ex-escravizados poderiam aos poucos se tornarem assalariados, a escravidão manteve-se assegurada para os anos em vários espaços do território do novo país até 1854, ou ainda além, em algumas áreas na costa norte do Peru. Com algumas comparações, Aguirre começou a propor que as ações de luta por liberdade, na compra da alforria, também repercutiram coletivamente para a desintegração do próprio conjunto da escravidão. Seu estudo destacou a atuação dos próprios escravizados, como disse, no contexto das “últimas décadas” do regime escravista no Peru.

A longevidade do sistema também poderia ser atribuída ao conjunto de elementos que compunham a gradual interrupção da escravidão, prevista pelos proprietários, em reações aos movimentos mais intensos, como as *cimarronajes*, as lutas e os motins, mas os conflitos de ordem jurídica, contravenções e resistências de âmbito cultural constituíram, para ele, as ruínas das relações escravistas, quando os trabalhadores e trabalhadoras buscaram levar as brechas da relação aos seus limites.

A independência da região, em 1821 reserva um capítulo por muito tempo considerado conservador diante das lutas anticoloniais empreen-

didadas na conjuntura e foi importante, para Aguirre, destacar os elementos regionais na economia peruana, indicando assim situações diversas no conjunto das relações sociais da escravidão. Lima, do final do século XVIII ao contexto das independências, não estaria em uma completa crise econômica, uma vez que os setores internos e o mercado de produção de alimentos geraram um contingente cada vez mais expressivo de riquezas. Esse é um tema que já foi trabalhado por Alberto Flores Galindo e Carlos Aguirre retomou, para mostrar que a economia urbana e o consumo se acentuaram na última quadra do século XVIII e direcionaram as lutas por liberdade para outras direções. Se destacava, portanto, o fluxo de mercados de suprimentos na capital, gerados pelo crescimento de “pequenas e médias haciendas” e chacras. Com a crise da produção açucareira, durante as guerras de independência, houve uma queda do deslocamento de trabalhadores escravizados na área, é bem verdade, e os plantadores de cana disputaram a manutenção do sistema escravista.

A transformação da escravidão, para Aguirre, ocorreu com a permanência de uma presença significativa da escravidão urbana e a um acréscimo cada vez maior no quantitativo de alforrias. Se destacou, portanto, o papel da agricultura limenha, mais próxima dos mercados urbanos, nos anos de “término” da escravidão. Ocorreu uma mudança no caráter da propriedade, que se deslocou das mãos dos antigos produtores durante as guerras de independência. A maioria das pessoas escravizadas possuía como seus senhores proprietários com modestos recursos e já dispostos a negociação monetária da liberdade. Eram, portanto, pequenos proprietários. (AGUIRRE, 1991, p.38)

O debate sobre a compra da liberdade ganhou uma maior con-

textualização no interior de um conjunto de variantes. Ao contrário das abordagens que teriam indicado uma compaixão dos amos na oferta da liberdade e da carta de alforria, Aguirre mostrou que as cartas cedidas representaram uma força menor no conjunto das alforrias que foram compradas após uma árdua labuta pelo acesso aos pagamentos e outras relações de trabalho onde as pessoas conseguiram adquirir alguma possibilidade de negociação.

O conjunto das estratégias de acumulação para a compra da liberdade é que precisavam ser consideradas. O menor preço para as mulheres escravas poderia ser um dos fatores que reforçaram o maior alcance da liberdade comprada por elas, além das questões de maternidade. Porém, em geral, homens e mulheres tiveram que adquirir os recursos para comprar a liberdade em Lima. Tais mecanismos foram adquiridos no mercado de trabalho. No caso feminino, como amas de leite ou em serviços domésticos ou talvez até por laços amorosos (AGUIRRE, 1991, p.40). Mas ele já indicava, naquele artigo, outras variantes (idade, nascimento, relação com a propriedade...), além das diferenças por sexo em cada situação.

O amo precisava “outorgar a liberdade” para o trabalhador que comprovasse que poderia cobrir seu próprio custo (AGUIRRE, 1991, p.42). Diante disso, o conjunto das estratégias para demonstrar a obtenção desse dinheiro poderiam ser as mais diversas. Em alguns casos, além de contatos com familiares, a disputa no mercado de trabalho urbano foi uma força que alavancou os processos de busca por formas de ganho nos mercados e serviços urbanos. Os trabalhadores começaram cada vez mais a sair para “buscar jornal” como carregadores, aguadeiros, e vendedores ambulantes. Nesse caso, Aguirre considerou a participação no mercado

ambulante urbano como sendo uma das principais fontes de acesso ao pagamento de um salário, cuja parcela era inclusive paga ao seu senhor (AGUIRRE, 1991, p.43).

Mesmo assim, segundo ele houve

Casos de esclavos que buscavam por todos los médios impedir que sus amos los retiren del médio urbano para llevarlos a las haciendas, pues con ello perdían sus ingresos como jornaleros y cierta dosis de autonomia em relación com los amos (AGUIRRE, 1991, p.43)

Aguirre admitiu que, naquele contexto, ele ainda carecia de mais dados sobre o custo de vida e o que os pagamentos representavam como poder aquisitivo, mas indicou que as pessoas poderiam negociar suas condições dentro de um limite, amortizando o seu valor e garantindo, aos poucos, uma condição de compra. Ao visualizar que a ida à cidade conduzia o trabalhador e a trabalhadora a um objetivo de arrecadar o quantitativo referente ao seu próprio preço de mercado, como para negociar suas condições de vida em outros termos, supôs, como Rebecca Scott, que essa relação se aprofundava monetariamente, quebrando paulatinamente com sua face conectada ao Antigo Regime.

Além disso, mesmo nessas condições, quando devia parte de seus pagamentos arrecadados no mercado aos seus amos, o jornalista se “aproximava de uma forma de trabalho contratual e tratava diretamente com seu próprio valor”. Podemos nos perguntar também se, a partir das premissas levantadas por Aguirre naquele contexto, os trabalhadores das

fazendas poderiam acessar tais condições, mesmo sem sair para coletar pagamentos por jornada, mas em plantações, nas chacras, na criação de animais ou na participação da vendagem dos produtos das haciendas em Lima, além de furtos (AGUIRRE, 1991, p.47).

Carlos Aguirre publicou logo depois o livro “Agentes de su própria libertad” (1993) e, sem seguida, teceu uma série de reflexões a respeito da abordagem do tema e da formação social peruana a partir da projeção do protagonismo das pessoas que foram escravizadas para a construção do término da escravidão. Também passou a se aproximar cada vez mais da História Intelectual, questionando a abordagem da ação dos subalternos, inclusive, juntamente com Charles Walker apontou para uma forte semelhança entre os estudos sobre as relações de trabalho em áreas de abastecimento, compreendendo a sobrevivência e as experiências da população livre no contexto da produção de gado³.

Conclusões

Acreditamos que a comparação pode ser um caminho para compreender os percursos e os entraves encontrados pelos trabalhadores submetidos à escravidão para promover recursos de compra de sua liberdade, quebrar mitos de observação que pressupõem leituras pacíficas e enfrentar o dilema dos limites estruturais dessa forma de alcance de outra condição de vida no interior da sociedades escravistas do século XIX, especialmente após os movimentos de alteração do cenário dessas negociações dentro do capitalismo.

3 Aguirre escreveu *Criminalidad e violência em el Peru, siglos XVIII-XX* e WALKER, Charles; AGUIRRE, Carlos (et. Al). *Cimarronaje, bandoleirismo y desintegración esclavista na Lima: La Siniestra* Ensaio, 2019.

Buscando entender como a relação da escravidão no contexto está diretamente vinculada à ampliação de um mercado de trabalho para pessoas livres e um novo cotidiano para as escravizadas, o combate com a escravidão foi um aprendizado que pode ser comparado no continente, em algumas situações, uma vez que se conectaram ao cenário internacional do capitalismo.

Carlos Aguirre, Emília Viotti da Costa, como Rebecca Scott, mostraram o quão significativo foi pensar nos mercados urbanos e trocas nas portas das fazendas, estradas e caminhos internos das redes da escravidão, como forma de acessar um novo conjunto de relações sociais que cresceu por dentro da escravidão, principalmente ao longo do crescimento das lutas por independências e os aprofundamentos da produção para o mercado. Todos se esforçaram por apontar entraves encontrados na totalidade das relações que lastreavam o esforço de cada um dos trabalhadores e trabalhadoras em alcançar seus objetivos, que, no final das contas, se conectaram coletivamente.

Referências

AGUIRRE, Carlos. *Agentes de su propia libertad*. Los esclavos de Lima y la desintegración de la esclavitud, 1821-1854. Pontificia Universidad Católica del Perú, Fondo Editorial, 1993.

AGUIRRE, Carlos. Agentes de sua própria emancipação: alforria de escravos em Lima. Notas, *Jornal de Ciências Sociais*, número 29, 1991.

BLACKBURN, Robin. *A Queda do Escravismo Colonial. 1776-1848*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião*

dos escravos de Demerara em 1823. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A escravidão caribenha entre dois Atlânticos: Cuba nos Quadros das Independências americanas In PAMPLONA, Marco A.; QUINTERO, Ines; MADER, Maria Elisa. *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Nova Granada, Venezuela e Cuba*. São Paulo: Paz e Terra, 2009)

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do Corpo, Missionários da Mente*. Senhores, letrados e controle dos escravos nas Américas, 1660-1860. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

PIQUERAS, Jose Antonio. Escravidão histórica e capitalismo na historiografia cubana. In MARQUESE, Rafael Bivar e SALLES, Ricardo (orgs). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

SCOTT, Rebecca. *Emanipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre 1860-1899*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

Debates indigenistas peruanos na revista América Indígena (1942-1946)

Natally Vieira Dias

Professora Adjunta da Universidade Estadual de Maringá - Paraná
Pós-doutoranda pela Universidade Federal de Minas Gerais

Este trabalho apresenta resultados iniciais de uma pesquisa de estágio pós-doutoral que desenvolvo atualmente, vinculada ao grupo de pesquisa “História Intelectual: narrativas, práticas e circulação de ideias” (CNPq-UFMG). A pesquisa analisa os debates indigenistas peruanos desenvolvidos nas décadas de 1940 e 1950 nas revistas *América Indígena* e *Perú Indígena*, que eram órgãos oficiais do Instituto Indigenista Interamericano (I.I.I.) e do Instituto Indigenista Peruano (I.I.P.), respectivamente.

Meu foco neste artigo serão os debates travados entre autores peruanos durante a primeira metade da década de 40 na revista *América Indígena* (AI), que contava com a colaboração de intelectuais de todo o continente. Por apresentar-se aberta a diferentes perspectivas indigenistas, a publicação permitia a ocorrência de debates e até mesmo polêmicas em suas páginas.¹

1 Além do caso peruano, que analiso, o desencadeamento de polêmicas entre autores nas páginas da revista AI também foi identificada no caso estadunidense. Ver a respeito:

O período aqui abordado corresponde aos anos iniciais do meu recorte da pesquisa, que se inicia em 1941, quando surge a revista AI, e abarca os anos anteriores à fundação do I.I.P. (1946-1947)², que criou sua própria revista. Um levantamento quantitativo permite observar que os artigos de autores peruanos na revista continental se concentraram principalmente em dois momentos: antes da fundação do I.I.P., em 1946, e depois do golpe do general Manuel Odría, em fins de 1948. A análise quantitativa (Tabela 1) mostra a existência de um certo hiato nas publicações de autores peruanos em AI entre os anos de 1947 e 1948, período que abarca a inauguração do I.I.P. (1947) e o surgimento de sua revista *Perú Indígena* (1948).

No período inicial do I.I.P., possivelmente esperava-se que a instituição indigenista nacional, com seu periódico oficial, se tornasse o espaço privilegiado de intervenção e debate sobre o indigenismo no país. Na prática, porém, o I.I.P. funcionou por pouquíssimo tempo da forma como foi idealizado durante a “primavera democrática”, representada pelo governo de José Luis Bustamante y Rivero, iniciado em 1945 e deposto justamente pelo golpe de 1948.

SANTOS, 2021.

2 O I.I.P. foi oficialmente criado por uma Resolução Suprema do governo nacional peruano datada de maio de 1946, mas a instalação da instituição ocorreu somente em 1947. Os documentos oficiais de criação da instituição foram reproduzidos na 1ª edição da revista *Perú Indígena*, de setembro de 1948.

Tabela 1

ANÁLISE QUANTITATIVA:

Artigos de intelectuais peruanos publicados na revista *América Indígena*, do Instituto Indigenista Interamericano (1941-1956)

1941 a 1946 (antes da fundação do I.I.P.)	1947 e 1948 (após a criação do I.I.P., antes do golpe do gen. Manuel <u>Odría</u>)	1949 a 1956 (durante o governo <u>Odría</u>)
9 artigos	1 artigo	16 artigos
Total: 26 artigos (61,5% durante o governo do gen. <u>Odría</u>).		

No seu curto período de existência sob o governo democrático, a direção do I.I.P. foi encabeçada pelo reconhecido indigenista Luis E. Valcárcel e composta por outros importantes nomes que haviam surgido no cenário nacional ligados ao indigenismo radical da década de 20, como Uriel García, José Antonio Encinas e José Sabogal, entre outros que, como bem observa Osmar Gonzáles, passaram “da rebelião à participação no *establishment*.” (GONZÁLES, 2012, p. 41).³ Após o golpe de Odría, a direção do I.I.P. foi rapidamente destituída e a instituição inserida no novo panorama autoritário que se impôs no país

Como já mencionado, meu foco neste trabalho é o período anterior à criação do I.I.P. Minha proposta é mostrar que as discussões e polêmicas travadas entre intelectuais do Peru na revista continental nesse período permitem identificar a existência de uma intensa disputa entre diferentes perspectivas indigenistas no país na primeira metade da década de 40.

³ As traduções das citações em língua estrangeira são minhas.

A análise dos debates e disputas desse período são de grande importância para se compreender as transformações da discussão em torno da questão indígena no país depois dos anos 30. Trata-se de um momento em que as propostas indigenistas mais radicais, que chegaram a ser hegemônicas no indigenismo peruano das primeiras décadas do século XX e que são as mais conhecidas – que envolveram autores como José Carlos Mariátegui, por exemplo, e se desenvolveram em diálogo com as vanguardas artísticas –, deixavam de ser predominantes no cenário nacional.

Existem muitos estudos sobre o indigenismo radical peruano, principalmente dos anos 20. Mas, ao contrário disso, há pouquíssima produção sobre as décadas de 40 e 50, por exemplo, e inclusive não há quase nada publicado sobre o próprio I.I.P.⁴ Como observa a historiadora Laura Giraudo, “o mais surpreendente do caso peruano”, quando se pensa nos anos 40, “é que, em poucos anos, parecia haver desaparecido toda uma longa história indigenista.” Como destaca a autora, o tema do indigenismo no Peru desse período é algo que “ainda falta ser esclarecido [pela historiografia].” (GIRAUDO, 2011, p. 82.)

A proposta da minha pesquisa é justamente tentar entender melhor esse contexto, identificando as vertentes indigenistas que estiveram em disputa no cenário peruano da época. Um elemento importante nessa análise é levar em conta que o debate indigenista no Peru desse período também ganhou uma dimensão continental, que não era inexistente nas primeiras décadas do séc. XX, mas que se tornou central a partir da criação do I.I.I., em 1940.

4 Entre os poucos trabalhos existentes sobre o I.I.P., desatacam-se os artigos de Osmar Gonzáles, 2011; 2012.

O indigenismo peruano em conexão com o interamericano

Em todo o continente, a dimensão continental do indigenismo se tornou um elemento fundamental a partir do início dos anos 40, com a criação do I.I.I. Mas no caso peruano, alguns elementos fizeram com que a relação do país com o indigenismo interamericano, representado pelo I.I.I., fosse ainda mais estreita.

Em primeiro lugar, o Peru esteve na base do projeto de criação de uma instituição indigenista continental desde o início. O projeto de criação do I.I.I. foi articulado pelo mexicano Moisés Sáenz a partir de fins dos anos 30, quando ele atuava como representante diplomático do México em Lima. Mas a conexão de Sáenz com o indigenismo peruano remonta ao início dos anos 30, antes mesmo de sua gestão diplomática, quando ele foi enviado pelo governo mexicano para analisar a situação dos indígenas em vários países latino-americanos, incluindo o Peru, do que resultou, no caso desse país, na obra *Sobre el indio peruano y su incorporación al medio nacional* (1933). A partir de meados dos anos 30, Sáenz teve uma estada mais duradoura no país andino, atuando como representante diplomático do México. Entre idas e vindas ao seu país natal, atuou como diplomata em Lima de 1936 até sua morte, em 1941.

Ou seja, no contexto da criação do I.I.I. e no breve período em que atuou como o primeiro diretor da instituição (entre 1940 e 1941, quando faleceu), Sáenz esteve em intenso contato com o indigenismo peruano e o país andino teve importante participação na organização da instituição indigenista continental. O Peru não apenas fez parte do Comitê Executivo que organizou o I.I.I., como foi um dos primeiros países a criar um instituto indigenista nacional vinculado ao Instituto Interamericano,

ainda na década de 40, como já mencionamos. Isso aconteceu, em grande medida, porque durante o I Congresso Indigenista Interamericano – que foi realizado em Pátzcuaro, no México, em 1940, – ficou decidido que o II Congresso Indigenista Interamericano ocorreria na cidade de Cuzco, no Peru, em 1949.

O I.I.I. foi criado, a partir do Congresso de Pátzcuaro, como uma instituição que buscava reunir os indigenistas de todos os países americanos, e isso aconteceu, em boa medida, por meio da publicação da revista AI.⁵ Esse periódico publicava tanto artigos científicos, principalmente antropológicos, com estudos sobre grupos indígenas específicos, quanto textos de cunho político-social, de caráter propriamente indigenista, que denunciavam as difíceis condições de vida dos indígenas no continente e buscavam propor ações para solucionar a situação.

Em relação aos artigos dos autores peruanos em sua participação nos primeiros anos da revista continental, que são o meu foco aqui, chama a atenção a predominância de artigos de cunho político sobre os científicos. Entre 1941 e 1946, foram publicados 9 artigos de autores peruanos na revista AI. Desse total, 8 (quase 90%) versavam sobre temas políticos, propriamente indigenistas, enquanto apenas 1 era resultado de um trabalho científico, do arqueólogo Julio C. Tello, a respeito de elementos culturais da sociedade inca.

Entre os artigos políticos, que são os que particularmente me interessam para mapear as vertentes indigenistas em disputa no cenário peruano do período, foi possível identificar duas discussões entre autores

5 Sobre a constituição do I.I.I. e a respeito da revista AI e o papel que cumpriu na articulação de uma rede indigenista transnacional em torno da instituição, consultar respectivamente: GIRAUDDO, 2011; DIAS, 2018.

do Peru na revista AI, como mostrarei a seguir.

As discussões indigenistas peruanas travadas em *América Indígena*

O primeiro artigo de um autor peruano publicado na revista do I.I.I. apareceu já na segunda edição do periódico, em janeiro de 1942. Tratou-se do texto intitulado “*Historia de la labor gubernamental en favor de los indígenas peruanos*”, assinado por Gerardo Bedoya Saez, que trabalhava na Direção de Assuntos Indígenas do Peru. Além de ser funcionário da instituição indigenista peruana, a revista destaca, em sua apresentação do autor, que ele havia participado do I Congresso Indigenista Interamericano, que deu origem ao I.I.I., como parte da delegação oficial de seu país. (AI, vol. II, nº 1, jan. 1942, s/p.).

Como se percebe pelo título, o autor buscou destacar o histórico de ações oficiais no Estado peruano em relação aos indígenas. Após fazer um amplo relato da situação de concentração de terras e exploração dos indígenas no país desde a colonização, argumentou que após a Independência não houve mudanças substantivas desse quadro e que somente no século XX é que começaram a ser feitos esforços governamentais efetivos. Nesse sentido, o funcionário da instituição indigenista oficial peruana destacou a importância da criação da Seção de Assuntos Indígenas no país, em 1921, e, principalmente, em 1937, o surgimento da Direção de Assuntos Indígenas, da qual ele era um representante.

Fica evidente que o grande objetivo desse artigo era fazer propaganda do governo peruano e sua ação indigenista no cenário continental, através da revista AI. A presença desse tipo de intuito propagandístico nas páginas da revista do I.I.I. não foi uma especificidade do Peru, mas tam-

bém pode ser observado em relação a outros contextos nacionais, como no caso do próprio Brasil, como destacou Danielle Longo (2020) em trabalho sobre o indigenismo brasileiro na revista nesse mesmo período.

É interessante observar que, tanto no caso peruano quanto no brasileiro, o primeiro artigo de cada um desses países na revista AI foram exatamente artigos de propaganda, assinados por figuras ligadas ao indigenismo oficial.⁶ No caso do artigo de Gerardo Bedoya, chama a atenção o fato de o texto aparecer na publicação continental logo após uma imagem fotográfica de um indígena peruano (Imagem 1), o que permitia que a foto ajudasse a agregar sentido ao texto, apesar de a imagem não ser parte integrante do artigo.

Imagem 1 – *América Indígena*, vol. II, nº 1, jan. 1942, p. 20.



6 No caso do Brasil, o primeiro artigo do país na revista AI foi assinado pelo próprio diretor do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), Vicente de Paula Teixeira Fonseca Vasconcelos, e publicado já na 1ª edição da revista, em outubro de 1941. (LONGO, 2020, p. 44.)

As fotografias de indígenas foram bastante comuns na revista *AI* desde o início. Em trabalho sobre o discurso visual da revista, Larissa Foss Sochodolhak (2018) destaca que, na maior parte dos casos, essas imagens apareceram na publicação de forma independente dos textos, sendo acompanhadas somente de legendas explicativas. Dessa forma, a autora identifica uma “predominância do visual e sua quase completa independência em relação ao textual”, sendo capaz de produzir, por meio dessas imagens, um “discurso visual fotográfico sobre ‘o índio’.” (SOCHODOLHAK, 2018, p. 474.)

Em relação à imagem que antecede o texto propagandístico do indigenismo oficial peruano, podemos observar que, como a maioria das imagens presentes na publicação, ela não é parte integrante do artigo. No entanto, ao contrário do que ocorreu na maioria dos casos, de acordo com Sochodolhak (2018), essa fotografia, ao ser colocada imediatamente antes do artigo, praticamente funcionava como uma ilustração do mesmo e permitia reiterar o sentido positivo do indigenismo oficial peruano apresentado no texto, ao exibir a imagem de um indígena sorridente vestido com roupas típicas andinas, identificado como sendo da região de Puno, no Peru. Se considerarmos que essa associação entre imagem e texto não era algo tão comum na revista, podemos imaginar que a referida fotografia possa inclusive ter sido sugerida pelo próprio autor, representante da Direção de Assuntos Indígenas do Peru, para acompanhar seu artigo.

A publicação do referido artigo propagandístico do indigenismo oficial peruano acabou por gerar uma longa polêmica, que se estendeu nas páginas da revista *AI* ao longo de três anos. A querela se instaurou até bastante tempo depois da publicação original, quando o texto em questão

foi rebatido indiretamente por um artigo de Vladmiro Bermejo, que era uma figura intelectual identificada ao indigenismo radical das décadas anteriores. Seu texto em AI, publicado em abril de 1944, foi intitulado “La ley y el indio en el Perú” e se tratava de um fragmento de uma obra anterior, *El indio ante el problema jurídico peruano*, de 1935, conforme destacou na publicação continental.

No texto publicado em AI, Vladmiro Bermejo rebatia veementemente a ideia de que a existência leis e órgãos dedicados à questão indígena peruana seriam suficientes para resolver o problema essencial que afligia os indígenas. Citando nominalmente Mariátegui como referência na análise do assunto, Bermejo argumentou que se deveria buscar a solução dos problemas indígenas a partir da resolução da questão da concentração de terras, do problema do *gamonalismo*,⁷ e que, sem isso, nunca seria resolvida a questão indígena. Em suas próprias palavras: “confiar a reabilitação jurídica do índio, como relação social, à escola, à administração, à legislação tutelar, ao melhoramento racial, etc., [tudo isso não passa de] uma bela utopia, enquanto exista o *gamonal* que contravém sempre o cumprimento estrito das leis.” (BERMEJO, AI, vol. IV, nº 2, abr. 1944, p. 109.)

Esse artigo de Vladmiro Bermejo gerou uma resposta oficial da Direção de Assuntos Indígenas do Peru, publicado em AI na edição de janeiro de 1945, intensificando, então, a polêmica. Nesse caso, a Direção enviou seu texto de forma explicitamente oficial, por meio da Embaixada peruana no México, como foi informado a publicação, e rebateu nominal-

⁷ O termo *gamonalismo*, usado por vários autores peruanos, remete ao fenômeno social do latifúndio e a consequente opressão social dos camponeses e/ou indígenas, que muitas vezes eles também identificam como uma condição “feudal.”

mente as ideias de Bermejo. O texto da Direção de Assuntos Indígenas do Peru foi publicado em AI com o mesmo título do artigo de Bermejo (*La ley y el indio en el Perú*), acrescido da expressão “*aclarando conceptos*.” Na sua perspectiva, tratava-se de um esclarecimento público e oficial sobre as ideias contidas no texto de Vladimiro Bermejo.

No seu texto oficial, a Direção acusava Bermejo de ser “unilateral”, de simplesmente tomar parte da defesa dos indígenas, sem “estudar o problema a partir de uma ótica sociológica”, ou seja, sem a suposta objetividade científica. O artigo argumentava que a questão do latifúndio no Peru era “um produto”, uma herança, da colonização e que os governos republicanos se esforçaram ao longo do tempo para criar leis para coibir os abusos contra os indígenas. Após citar diversas leis, o texto concluía, desde de sua perspectiva oficial e com um tom um tanto quanto paternalista, que era “enorme o bem e o amparo que o governo presta[va] ao indígena.” E terminava afirmando que, dessa forma, ficavam “esclarecidos e retificados os conceitos apresentados no artigo tantas vezes mencionado [no próprio texto]”, que era o artigo de Vladimiro Bermejo. (Dirección de Asuntos Indígenas de Peru, AI, vol. V, nº 1, jan. 1945, p. 51-55.)

Nesse caso, tratou-se de uma polêmica explícita, com críticas nominais ao autor que se queria rebater. De forma muito distinta, o segundo debate entre peruanos que identificamos em AI na primeira metade da década de 40 não se tratou exatamente de uma polêmica entre autores, mas de um confronto entre dois ideais que sintetizavam duas propostas indigenistas muito distintas. De um lado, a perspectiva de um indigenismo crítico e progressista, que em muito remontava a propostas do indigenismo radical década de 20, sobretudo a valorização das culturas

indígenas; de outro, uma posição bastante conservadora em termos indigenistas, que buscava a “incorporação indígena” à civilização ocidental.

O autor identificado à proposta progressista era o advogado peruano Hildebrando Castro Pozo, cujos ideais que permearam toda a sua trajetória intelectual podem ser descritos como um “socialismo de raiz coletivista e democrática”, como destacam Osmar Gonzáles e Benjamín Blass (2008, p. 35). Durante sua juventude, ainda na década de 10, ele participou do movimento estudantil ligado à reforma universitária, atuando em conjunto com organizações sindicais de orientação anarquista na luta pela jornada de 8 horas de trabalho. No início dos anos 20, já formado em Direito, chegou a ocupar alguns cargos no serviço público, incluindo o de chefe da Seção de Assuntos Indígenas, criada no início do governo de Augusto Leguía. Nesse período, ajudou a promover vários congressos das comunidades indígenas. (RAMOS RAU, 2006, p. 97; GONZÁLES; BLASS, 2008, p. 36.)

Durante os anos 20, Castro Pozo acabou sendo preso e exilado devido ao endurecimento do regime de Leguía. Nesse mesmo período, aproximou-se de Mariátegui e, em 1930, tornou-se um dos membros fundadores do Partido Socialista do Peru em Piura, sua cidade natal. Pouco depois, foi eleito deputado para o Congresso Constituinte, após o fim do *oncenio* de Leguía, e atuou no Legislativo pelo Partido Socialista até 1936, desempenhando uma forte oposição à nova ditadura representada pelo governo de Sánchez Cerro. (Gonzáles; Blass, 2008, p. 37.)

Foi nesse período que publicou sua principal obra, intitulada *Del ayllu al cooperativismo socialista*, de 1936. Seu artigo publicado em AI em início dos anos 40 é claramente uma decorrência da referida obra, porém

o autor não usa a expressão “socialista” no título, nem mesmo no próprio texto. O artigo de Castro Pozo foi publicado em AI em abril de 1942 com o título: “*El aylllo⁸ peruano debe transformarse en cooperativa agropecuaria.*”

Como boa parte do indigenismo radical que havia sido hegemônico no Peru nos anos 20, o autor defendia que os *ayllus* andinos deveriam ser não somente preservados, mas revitalizados, mantendo seus ideais comunitários. Castro Pozo propunha que a produção das comunidades indígenas deveria passar a se estruturar na forma de cooperativas agropecuárias, com a utilização de novas tecnologias. Embora o texto não mencione a palavra socialismo, o ideal dos *ayllus* como base de uma organização social mais justa e cooperativa permanece o mesmo de toda a obra desse autor.

O mais interessante em relação ao seu artigo publicado em AI é que ele aparece na revista com uma nota explicativa de que se tratava do texto da “comunicação apresentada [por Castro Pozo] no Primeiro Congresso Indigenista Interamericano. Pátzcuaro, 1940.” (CASTRO POZO, AI, vol. II, nº 2, p. 16.) Apesar de o título se referir ao “*ayllu* peruano” e as reflexões se basearem em estudos do autor sobre a realidade nacional do Peru, a abordagem conferida ao texto foi eminentemente continental. Não há dúvidas de que tal perspectiva se apresentava em consonância com o contexto de sua exposição, tanto no Congresso Indigenista Interamericano, quanto na revista continental. Mas é importante destacar que uma perspectiva “indoamericana” já se fazia presente no pensamento desse autor muito antes de sua apresentação no I Congresso Indigenista Interamericano.

A identificação continental de Castro Pozo remontava aos inícios

8 Apesar de nesse texto especificamente a grafia empregada ter sido *ayllo*, a mais comumente usada tanto pelo próprio Castro Pozo quanto por outros autores é *ayllu*.

de sua própria trajetória intelectual, dentro do processo de reforma universitária. Já durante sua atuação como deputado pelo Partido Socialista, este se aproximou, em sua atuação opositora, a setores ligados ao APRA – Aliança Popular Revolucionária Americana, cujas origens também remontavam ao reformismo universitário e sua faceta “americanista”. Certamente essa identificação, aliada à sua posição indigenista crítica, foi importante para que ele participasse do Congresso de Pátzcuaro como um dos “convidados especiais” do México, a partir de uma lista produzida por Moisés Sáenz como estratégia para garantir a presença de personalidades com posições indigenistas mais progressistas, que certamente não fariam parte das delegações oficiais de seus países.⁹

Em seu texto, lido no Congresso de Pátzcuaro e reproduzido em AI, o autor peruano ressaltou a importância dos *ayllus* andinos e demais comunidades nativas, “que ainda perduram em alguns países do continente”, como “a mais importante instituição econômico-social indígena.” Além de se manterem vivas na atualidade, destacou: “coexistem em nosso tempo com as [instituições] que nós organizamos e, o que é mais importante, levando a cabo uma função social de valiosa transcendência para o futuro da raça que as instituiu.”¹⁰ (CASTRO POZO, AI, vol. II, nº 2, p.

9 Além de Castro Pozo, os outros peruanos que participaram do Primeiro Congresso Indigenista Interamericano como convidados, a partir da lista de Moisés Sáenz, foram Uriel Garcia e José Antonio Encinas, que posteriormente fizeram parte da direção inicial do I.I.P., além de José María Arguedas, que na época ainda era um jovem escritor, mas já bastante identificado ao indigenismo crítico. Para maiores informações sobre a lista elaborada por Sáenz, que incluía nomes de diversos países do continente, ver: GI-RAUDO, 2011, p. 34-39.

10 O uso da palavra “raça” por Castro Pozo não carregava um sentido racista. Muito ao contrário disso, como observam Gonzáles e Blass (2008), ao longo de toda a sua obra, ele “se afasta muito claramente [...] da visão racial que prevalecia sobre o social”, ainda presente em boa parte da intelectualidade da época. Em seu pensamento, a questão

12.)

Na perspectiva do autor peruano, a comunidade indígena teria o papel crucial de servir como “suporte ao desenvolvimento de um novo estado cultural indígena”, porém simplesmente “conservar a Comunidade [indígena] tal como exist[ia]” implicaria deixá-la vulnerável às “maquinações do *gamonalismo*.” Portanto, sua proposta era de que as comunidades “deve[ria]m ser transformadas, mas não desaparecer.” Ele refutava a ideia de uma reforma agrária que significasse a mera repartição das terras em lotes individuais, argumentando que isso fatalmente levaria à submissão econômica dos indígenas em relação àqueles que tinham condições de adquirir grandes quantidades de terras, como, segundo ele, já acontecia na costa peruana, “onde a Comunidade [indígena] desapareceu e o índio e mestiço vivem economicamente escravizados.” (CASTRO POZO, AI, vol. II, nº 2, p. 15.)

Para Castro Pozo, as comunidades indígenas que persistiam ao longo de séculos deveriam ser inseridas no novo contexto de “industrialização da agricultura” por meio de “um grande fundo comunal” que permitisse a aquisição de modernas máquinas agrícolas, gerando um baixo preço de custo para a produção, tornando-a competitiva no mercado. Em sua concepção, essa nova configuração não suplantaria “os dois grandes fatores sobre os quais se baseia toda cooperação: acervo e propriedade rural coletivos e intenção e trabalho combinados para realizar o bem comum de todos os *comuneros*.” (CASTRO POZO, AI, vol. II, nº 2, p. 15.)

étnica se cruza com a classista, configurando uma “postura bastante moderna quando analisa a condição humana, pois baseia sua análise no social e promove a interação cultural, longe de egoísmos chauvinistas ou romantizações anacrônicas.” (GONZÁLES; BLASSA, 2008, p. 39.)

Como se pode perceber, as ideias desse autor estavam longe de se apresentarem como um ideal romantizado de retorno ao passado indígena ou uma negação completa da modernidade. O que se buscava era preservar a lógica das relações produtivas baseadas no comunitarismo, mas inserindo-as no processo inexorável de desenvolvimento tecnológico.

O texto de Castro Pozo publicado em AI em 1942 acabou inserido em um debate quando, em 1946, apareceu na mesma revista um texto diametralmente contrário ao seu argumento. Apesar de não citar nominalmente o seu artigo, o texto em questão, intitulado “*Un latifundio del sur – Contribución al conocimiento del problema social*” e assinado pelo médico social de origem alemã, Maxime Kuczynski Godard, rebatia explícita e enfaticamente a proposta de revitalização dos *ayllus*.

Maxime, cujo nome de nascimento era Max Hans e tinha ascendência judaica, havia deixado a Alemanha devido à ascensão nazista, passando a assinar Maxime, para evitar a identificação de sua origem germânica. Ele chegou ao Peru em 1936 e ali se estabeleceu pelo resto da vida. Inicialmente, foi acolhido por Carlos Enrique Soldán, diretor do Instituto de Medicina da Universidade de San Marcos, com quem colaborou na revista *La Reforma Médica*, dirigida pelo médico peruano. A partir de início dos anos 40, passou a exercer diversos cargos ligados ao governo na área de salubridade, inicialmente na região amazônica e depois, também, na serra peruana. (CUETO, 2000, p. 42-55.) Tendo se radicado no Peru, Kuczynski passou a se identificar como peruano.¹¹ A revista AI, por

¹¹ Maxime Kuczynski – cujo filho Pedro Pablo chegou a ser, décadas depois, presidente do Peru – trabalhou em diversos cargos ligados ao Ministério de Saúde peruano até 1948, quando foi preso pela ditadura de Manuel Odría, acusado injustamente de ser aprista. Depois desse episódio, não voltou a trabalhar para o governo, tendo terminado seus dias atendendo como médico em seu consultório próprio. (CUETO, 2000, p. 61.).

exemplo, quando da publicação de seu artigo, em 1946, o apresenta como “Peruano. Doutor em Medicina e Ciências Naturais.” (AI, “Colaboradores”, vol. VI, nº 3, jul. 1946, s./p.)

Em seu referido artigo publicado na revista AI, o médico peruano-alemão apresentou vários dados estatísticos, que provinham do trabalho que desenvolveu nas regiões de Cuzco e Puno, onde se deparou com a situação de superexploração vivida pelos indígenas. Conforme destacou no referido texto, seu trabalho como “higienista” (assim se identificou) o levava a “ocupar[-se] do padecimento social grave como o terreno essencial do qual brotam seus próprios problemas [médico-sanitários].” Por essa razão, desenvolveu uma investigação a respeito de um enorme latifúndio na região de Cuzco, que ele descreveu como “uma gigantesca *hacienda*”, composta por terras do que “originalmente foram 6 *ayllus*.” (KUCZYNSKI GODARD, AI, vol. VI, nº 3, jul. 1946, p. 259.)

No texto decorrente desse estudo que publicou em AI, Kuczynski buscou levantar argumentos gerais sobre a questão indígena relacionada ao problema do latifúndio, partindo de suas observações sobre o caso específico por ele analisado. Apesar de reconhecer a existência de uma “exploração implacável” sobre os indígenas, identificada por ele como “uma condição feudal”, que transformava latifundiários e nativos em “duas facções profundamente opostas”, para ele não lhe competia tomar partido de nenhum dos lados, tendo em vista seu papel como um cientista, que deveria ser um “observador estritamente neutro.” (KUCZYNSKI GODARD, AI, vol. VI, nº 3, jul. 1946, p. 263-264.)

Mas, apesar do argumento de uma suposta neutralidade científica, Kuczynski não deixou de expressar sua visão a respeito da problemática

social e propor uma solução, que passava pela crítica veemente ao ideal de revitalização dos *ayllus* como algo sentimentalista e sem possibilidade de aplicação prática. Em suas próprias palavras:

Parece-me muito falso ceder a movimentos mais sentimentais que racionais e propagar o restabelecimento de “comunidades indígenas.” Essa não é a solução do dilema atual [...]. A “comunidade indígena” dificilmente por sua própria atividade poderia se desenvolver e progredir, como desejamos no interesse do camponês e do Estado. [...] Se não queremos um camponês economicamente escravizado, tampouco é ideal que o vislumbremos “livre”, mas ocioso, arcaico, “indígena.” [...] Os interesses dos 3 ou 4 milhões de peruanos que hoje **ainda** são “indígenas”, coincidem estritamente com os da nação. [...] O verdadeiro problema nacional é a incorporação dessa massa, tanto no sentido cultural quanto econômico. (KUCZYNSKI GODARD, AI, vol. VI, nº 3, jul. 1946, p. 272-3. Grifo meu.)

Em seu conjunto, a argumentação apresentada pelo médico peruano-alemão expressa de modo exemplar uma posição indigenista bastante disseminada naquele momento na América Latina, identificada ao ideal de “incorporação indígena” à civilização ocidental, entendida como a única moderna e superior. Nessa perspectiva, a identidade indígena era entendida como algo transitório, que deixaria de existir com o avanço do processo de incorporação cultural. Aqueles que “ainda” eram indígenas deveriam ser transformados em camponeses cultural e economicamente inseridos no Estado nacional. Tal processo de incorporação era identificado como algo essencial para se consolidar uma nação moderna, entendida

como culturalmente homogênea.

O debate peruano em diálogo continental

Quando o texto de Kuczynski foi publicado na revista AI, em 1946, o paradigma da incorporação havia se tornado o dominante dentro do I.I.I., ao contrário da concepção que havia guiado Moisés Sáenz e os demais articuladores – entre eles os peruanos – dos inícios da instituição continental. O Congresso de Pátzcuaro e as resoluções oficiais constantes da *Acta Final* do evento erigiram um indigenismo politicamente engajado na luta por uma reforma agrária que permitisse aos indígenas não apenas o acesso à terra, mas a manutenção de sua posse comunal, e pelo respeito e valorização da diversidade cultural indígena dentro dos países do continente.¹² No entanto, esse indigenismo bastante progressista não foi o que de fato se consolidou no I.I.I. Com a morte de Sáenz e ascensão do arqueólogo e antropólogo mexicano Manuel Gamio à direção da instituição, prevaleceu a sua lógica de se “forjar a pátria” por meio da mestiçagem cultural, que não passava de uma expressão do paradigma da incorporação indígena.¹³

Mas enquanto esse panorama indigenista bastante conservador prevalecia em boa parte do continente, no Peru de meados da década de 40 foi o indigenismo crítico e progressista que se tornou o oficial durante o

12 Em grande medida, o ideal de pluralismo cultural e justiça social, que marcou o indigenismo de Pátzcuaro, encontra-se expresso na última obra de Moisés Sáenz, *México íntegro*, de 1939.

13 Sobre a lógica da “incorporação indígena” em Manuel Gamio e o afastamento de Moisés Sáenz dessa perspectiva, consultar: AGUIRRE BELTRÁN, 1990, p. 155-156. A respeito do indigenismo defendido por Gamio à frente do I.I.I., ver: DIAS; BOA-VENTURA, 2021.

governo de Bustamente y Rivero (1945-1948), eleito pela Frente Democrática formada por partidos e movimentos sociais de oposição. A criação do I.I.P., nesse contexto, significou a implementação institucional de boa parte dos ideais progressistas que haviam sido dominantes não apenas no Peru nas décadas anteriores, mas também no indigenismo interamericano em seus inícios.

Com a direção do I.I.P. nas mãos de importantes nomes ligados ao indigenismo radical dos anos 20, como Luis E. Valcárcel e José Sabogal, e outros que também haviam se ligado ao projeto original do I.I.I., como Uriel García e José Antonio Encinas, a instituição indigenista peruana foi criada alinhada aos ideais de Pátzcuaro,¹⁴ apesar de esses já não serem os vigentes dentro do próprio I.I.I. Uma ausência importante nessa lista de integrantes da direção do I.I.P. é Hildebrando Castro Pozo, que foi um dos peruanos mais atuantes no Congresso de Pátzcuaro, tendo apresentado ali sua proposta de revitalização das comunidades indígenas sob a forma de cooperativas agropecuárias, que foi publicada em AI em 1942, como já destacamos. Castro Pozo faleceu em 1945, portanto antes da criação do I.I.P. No entanto, sua proposta esteve na base do programa da nova instituição indigenista peruana.

O I.I.P. foi criado, em 1946, tendo como projeto central “enfrenta[r] e resolve[r] o problema da terra.” Como afirmou o diretor Luis Valcárcel no discurso de inauguração da instituição, que foi reproduzido na

14 O I.I.P. apresentou-se, na edição inaugural de sua revista *Perú Indígena*, em 1948, como um órgão vinculado ao I.I.I. Explicitando sua relação direta com o projeto original da instituição interamericana, publicou na íntegra o texto da Convenção que instituiu o I.I.I. no contexto do Congresso de Pátzcuaro, em 1940. Esse documento ocupou as primeiras páginas da revista peruana, antes da reprodução da própria Resolução de criação do I.I.P.

primeira edição de sua revista oficial, essa era uma condição primordial para que se concretizasse uma “efetiva mudança progressista [*sic*].” (VALCÁRCEL, PI, ano 1, vol. 1, set. 1948, p. 30.) A proposta oficial era que o I.I.P. fosse o órgão responsável pela aplicação do Artigo 211 da Constituição de 1933, que estabelecia que o Estado deveria outorgar terras às comunidades indígenas que não as tivessem em quantidade suficiente. Nesse sentido, caberia ao I.I.P. tanto a elaboração do orçamento quanto a execução técnica das investigações sobre as reclamações de terras pelos indígenas. (PI, ano 1, vol. 1, set. 1948, p. 74-75.)

Em relação à forma de propriedade das terras que seriam outorgadas às comunidades, o diretor Valcárcel explicou em seu referido discurso que não se propunha a dotação de lotes individuais às famílias indígenas, mas sim “a reconstituição da Comunidade Agropecuária de antiquíssima tradição peruana sobre as bases da moderna técnica das Granjas Coletivas.” (VALCÁRCEL, PI, ano 1, vol. 1, set. 1948, p. 30.) Como se pode perceber, tratava-se da mesma lógica dos argumentos de Castro Pozo, de se manter a estrutura dos *ayllus*, mas dotando-os de novas tecnologias agrícolas.

Portanto, quando o texto de Maxime Kuczynski foi publicado na revista AI, em 1946, rebatendo enfaticamente a lógica de revitalização dos *ayllus*, ele respondia não apenas às ideias levantadas anteriormente por Castro Pozo na mesma revista, mas principalmente à sua efetivação no cenário peruano daquele momento. Nesse sentido, podemos identificar o contexto peruano como microcosmo de um debate que marcava o continente em meados dos anos 40, opondo dois grandes projetos indigenistas que disputavam hegemonia.

De um lado, estava um indigenismo identificado a projetos de homogeneização cultural e desligado das questões sociais mais profundas, como foi o indigenismo oficial interamericano sob a liderança de Gamio, que marcou fortemente o cenário continental pelo menos até a década de 60. Para se ter uma ideia da desconexão dessa corrente indigenista com a luta indígena, o tema da terra foi praticamente ignorado nos editoriais e artigos publicados pelo diretor Gamio na revista AI durante sua longa gestão, de 1941 a 1960. (DIAS; BOAVENTURA, 2021, p. 564.).

De outro lado, havia uma outra matriz indigenista, identificada ao engajamento na busca por justiça social e respeito à diversidade cultural, que havia ganhado repercussão continental no Congresso de Pátzcuaro, em 1940, mas já fazia parte da luta social em diversos contextos nacionais nas décadas anteriores. Esse indigenismo pluralista e engajado continuou existindo, apesar de ofuscado em grande parte do continente.

Ao contrário da maioria dos países americanos, o Peru foi um lugar onde o indigenismo progressista conseguiu se firmar oficialmente, ainda que por um curto espaço de tempo. Essa experiência, apesar de efêmera e muito sintomaticamente destruída pelo autoritarismo, permanece como parte do rico histórico – pouquíssimo estudado – de uma tradição indigenista crítica e progressista que perpassou o continente desde a primeira metade do século XX e que, por vezes, chegou a assumir o lugar de um projeto oficial.

Referências

Fontes

- I.I.I. México-DF. *América Indígena: órgano trimestral del Instituto Indigenista Interamericano*. (edições de 1941 a 1946).
- _____. *Acta Final del Primer Congreso Indigenista interamericano*, 1940. Suplemento del *Boletín Indigenista*. Março de 1948. Disponível em: <https://www.pueblos-origenarios.ucb.edu.bo/digital/106000093.pdf> (Acesso em 03/01/2023.)
- I.I.P. Lima, Peru. Perú *Indígena: órgano del Instituto Indigenista Peruano*. Ano I, nº I, setembro de 1948. Ano 1, vol.1, set. 1948.
- SÁENZ, Moisés. *México íntegro* [1939]. México: CONCACULTA, 2007.
- _____. *Sobre el indio peruano y su incorporación al medio nacional*. México: SEP, 1933.

Bibliografía

- AGUIRRE BELTRÁN, Gonzalo. *Crítica Antropológica: hombres e ideias*. México: FCE, 1990.
- CUETO, Marcos. Un médico alemán en los Andes: la visión médico-social de Maxime Kuczynski-Godard. *Allpanchis*, Centro de Estudios Peruanos de la Universidad Católica San Pablo (Arequipa), nº 56, 2000, p. 39-74.
- DIAS, Natally Vieira. *América Indígena e Boletín Indigenista: as publicações oficiais do Instituto Indigenista Interamericano e as vicissitudes da formação de uma rede intelectual transnacional em torno da instituição indigenista continental (1941-1945)*. In: COSTA, Adriane Vidal; MAÍZ, Claudio (orgs.). *Nas tramas da “cidade letrada”*: sociabilidade dos intelectuais latino-americanos e as redes

transnacionais. Belo Horizonte: Fino Traço, 2018, p. 233-265.

DIAS, Natally V.; BOAVENTURA, Nathália Alves L. Manuel Gamio e seu projeto indigenista para o México e a América Latina através dos periódicos *Ethnos* e *América Indígena* (1920-1960). Revista Eletrônica da ANPHLAC, Nº 31, ago./dez. de 2021, p. 537-575.

GIRAUDO, Laura. Un campo indigenista transnacional y casi profesional: la apertura en Pátzcuaro (1940) de un espacio por y para los indigenistas. In: GIRAUDO, Laura; MARTÍN-SÁNCHEZ, Juan (eds.). *La ambivalente historia del indigenismo: campo interamericano y trayectorias nacionales (1940-1970)*. Lima: IEP, 2011, p. 21-98.

GONZÁLES, Osmar. The Instituto Indigenista Peruano: a New Place in the State for the Indigenous Debate. *Latin American Perspectives*. University of California, vol. 39, nº5, set., 2012, p. 39-44.

_____. El Instituto Indigenista Peruano: una historia por conocer. In: GIRAUDO, Laura; MARTÍN-SÁNCHEZ, Juan (eds.). *La ambivalente historia del indigenismo: campo interamericano y trayectorias nacionales (1940-1970)*. Lima: IEP, 2011, p. 133-157.

GONZÁLES ALVARADO, Osmar; BLASS RIVAROLA, Benjamín. Hildebrando Castro Pozo y la visión moderna sobre el ser humano. In: RIVARA DE TUESTA, María Luisa (coord.). *La intelectualidad peruana del siglo XX ante la condición humana*. Tomo II. Lima: s./e., 2008, p. 33-50.

LONGO, Danielle T. V. *O indigenismo brasileiro na revista América Indígena: órgão trimestral del Instituto Indigenista Interamericano (1941-1945)*. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, 2020. Dissertação de Mestrado, 94p.

- RAMOS RAU, Demetrio. Hildebrando Castro Pozo, “Pensadores nor-
teños.” *Pueblo continente*. Revista Oficial de la Universidad Privada
Antenor Orrego, Trujillo-Peru, vol. 17, nº 1, jan-jun, 2006, p. 97-
102.
- SANTOS, Guilherme Gomes dos. *O indigenismo de John Collier na re-
vista América Indígena: órgão trimestral del Instituto Indigenis-
ta Interamericano (1941-1963)*. Programa de Pós-Graduação em
História, Universidade Estadual de Maringá, 2021. Dissertação de
Mestrado, 142p.
- SOCHODOLHACK, Larissa Foss. Imagens do “índio” na revista *Amé-
rica Indígena: órgão trimestral del Instituto Indigenista Interame-
ricano (1941-1960)*. *Anais do XIII Encontro da ANPHLAC*. Maria-
na-MG: ICHS, 2018, p. 468-480.

Americanismo, construção de barragens e expansão hegemônica dos EUA no século XX

Jamile Silva Silveira

Mestre em História – Universidade Federal da Bahia

Doutoranda – Universidade de Coimbra

Docente – Universidade do Estado da Bahia

Introdução

Em 1933, foi criada a Tennessee Valley Authority (TVA) nos Estados Unidos através de um grande projeto de intervenção na região considerada mais pobre do país, banhada pelo rio Tennessee, uma das maiores bacias hidrográficas do país. Destaco nesta iniciativa, a criação de “um novo conceito regional - a bacia do rio como unidade integral”, com amplo planejamento para o desenvolvimento da área, efetivado por meio de agência governamental “que tinha uma responsabilidade especial, nem nacional nem estadual”, e sim de toda uma região: *O Tennessee Valley*. Tratava-se de um projeto pioneiro nos EUA, pois foi “a primeira vez, que um presidente e o Congresso” criariam “uma agência que foi dirigida a ver os problemas de uma região como um todo”. (SELZNICK, 1949, p. 5 e 12)

A partir da década de 1940, a TVA representou mais do que uma empresa estadunidense. Era um símbolo da modernidade que orientaria

o progresso dos países não desenvolvidos, a partir dos parâmetros dos EUA, ou em reconstrução no pós-II Guerra Mundial. Neste contexto, os conceitos de eletricidade e desenvolvimento caminhavam juntos com a garantia de que a tecnologia melhoraria significativamente as condições de vida da população. Diante desta constatação, o *modelo TVA* foi exportado a diversos continentes como peça-chave na reconfiguração da luta de classes e expansão capitalista em escala mundial.

Corroboro com o historiador David Ekbladh ao considerar que este movimento internacional foi um “novo modelo de colonização”, uma “modernização com controle e melhoria”, um estabelecimento da “hegemonia global americana”, que comprovaria a tese: “o capitalismo humano é possível”. (EKBLADH, 2010, p. 2). Assim, as cooperações técnicas estendidas à América Latina exerciam o papel de educar as classes dominantes e subalternas para as transformações advindas da implementação dos grandes projetos de desenvolvimento. No caso da expansão hegemônica estadunidense, foi necessário implementar a “luta contra o velho” criando a necessidade destas transformações através da “coerção mecânica” ou até por um consenso mecânico exercido pelas diversas instituições públicas e privadas. É precisamente esta atuação estadunidense o objetivo central deste texto.

Análises sobre o “americanismo” gramsciano e a construção de barragens

Christopher Sneddon nominou de “*Concrete Revolution*” o seu estudo sobre o planejamento das grandes barragens que fizeram com que os principais rios do planeta fossem represados. Dialogando com a geografia e a história ambiental, considera que a compreensão destas grandes cons-

truções é inseparável da análise dos projetos tecnológicos, transformações socioecológicas e interesses políticos. Esta abordagem é conceituada pelo autor por “tecnopolítica”. Sobretudo no período da Guerra Fria, estes projetos foram incentivados pelos EUA em países considerados “subdesenvolvidos”. Além da América Latina, o Sneddon aponta que no “contexto de descolonização da África e Ásia, os EUA criaram assistência técnica para o desenvolvimento destes países”, através do *United States Bureau of Reclamation*. Naquele contexto, fazia parte da política externa estadunidense a transferência de tecnologia para seu modelo de desenvolvimento e alianças geopolíticas com estes regimes pós-coloniais, inclusive com o Oriente Médio, pois a União Soviética ainda oferecia modelos de desenvolvimento eficazes a estes estados independentes. Era uma atuação entre os Estados nação, que compreendia organizações financeiras internacionais e organizações não governamentais. (SNEDOON, 2015, p. 2).

O Bureau nos EUA aos poucos foi convertido no ator crítico da transformação da região de “atividade econômica marginal” em “importante polo industrial e agrícola”, que o projetou como a entidade “capaz” de representar as ações de assistência técnica estadunidense em seu processo de expansão hegemônica global. Um instrumento eficaz desta assistência técnica foi a concretização das Missões, nas quais realizavam diversas intervenções nos países assistidos como revisão e análise de projetos, estudos de engenharia, relatórios e cursos. (SNEDOON, 2015, p. 4)

As Missões exerciam o papel de *educar* as classes para as transformações advindas da implementação destes grandes projetos. Antônio Gramsci, ao analisar o impacto da industrialização na vida social, formulou a seguinte questão: “Mas todo novo modo de viver, no período em que

se impõe a luta contra o velho, não foi sempre, durante um certo tempo, o resultado de uma coerção mecânica?” (GRAMSCI, 2007, p. 262). No caso da expansão hegemônica estadunidense, foi necessário implementar a “luta contra o velho” criando a necessidade destas transformações através da “coerção mecânica” ou através do *consenso mecânico* exercido. O fenômeno do “americanismo” como é destrinchado por Gramsci, que através do capitalismo atuava na dimensão ideológica-cultural ou ético-política, subsidia e amplia múltiplas olhares sobre as barragens difundidas no globo naquele contexto.

Partindo da análise sobre a atuação do americanismo na Europa nos anos 1930, Gramsci considerava uma “coerção mecânica” a introdução deste padrão de desenvolvimento nas mais diversas camadas sociais, pois era “um processo ininterrupto, frequentemente doloroso e sangrento, de sujeição dos instintos (naturais, isto é, animais e primitivos)”, como o exemplo da questão sexual, “a normas e hábitos de ordem, de exatidão, de precisão sempre novos, mais complexos e rígidos, que tornam possíveis as formas cada vez mais complexas de vida coletiva”. Este conjunto de fatores era “a consequência necessária do desenvolvimento do industrialismo”. Gramsci, a partir da leitura de Taylor e sua intenção de transformar o trabalhador no “gorila amestrado”, reflete que este “expressa com brutal cinismo” as intenções da sociedade estadunidense que visava:

[...] desenvolver em seu grau máximo, no trabalhador, os comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísica do trabalho profissional qualificado, que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico

maquinal. Mas, na realidade, não se trata de novidades originais: trata-se apenas de fase mais recente de um longo processo que começou com o próprio nascimento do industrialismo, uma fase que é apenas mais intensa que as anteriores e se manifesta sob formas mais brutais, mas que também será superada através da criação de um novo nexos psicofísico de um tipo diferente dos anteriores e, certamente, de um tipo superior. (GRAMSCI, 2007, p. 266).

No caso dos “industriais americanos do tipo Ford”, a leitura de Gramsci era que não havia preocupação com a “humanidade” ou “espiritualidade” do trabalhador, pois, “no nível imediato”, seriam esmagadas. A “humanidade e espiritualidade” que se refere poderiam somente “se realizar no mundo da produção e do trabalho”, na “criação produtiva”, pois neste momento “a personalidade do trabalhador se refletia inteiramente no objeto criado, quando era ainda muito forte a ligação entre arte e trabalho”. Mas, para Gramsci, “é precisamente contra este ‘humanismo’ que luta o novo industrialismo”. (GRAMSCI, 2007, p. 267)

Era preciso a transformação da “coerção mecânica”, enquanto imposição externa do novo modelo social civilizatório, em uma *necessidade* dos trabalhadores, tornando-se interno, a partir de sua iniciativa. Neste campo atuaram diversos instrumentos de convencimento para construção deste consenso, para neutralizar ou *pacificar* as contradições oriundas das classes nestas sociedades a partir de suas especificidades locais, apontando essa mudança como única alternativa viável. Para tanto, a disseminação do método fordista foi o recurso essencial ao americanismo.

[...] o método Ford é “racional”, isto é, deve se generalizar; mas,

para isso, é necessário um longo processo, no qual ocorra uma mudança das condições sociais e dos costumes e hábitos individuais, o que não pode ocorrer apenas através da “coerção”, mas somente por meio de uma combinação entre coação (autodisciplina) e persuasão, sob a forma também de altos salários, isto é, da possibilidade de um melhor padrão de vida, ou talvez, mais exatamente, da possibilidade de o padrão de vida adequado aos novos modos de produção e de trabalho, que exigem um particular dispêndio de energias musculares e nervosas. (GRAMSCI, 2007, p. 275).

A partir deste estudo de Gramsci sobre as relações sócio-históricas concretas da expansão do capitalismo e suas formas de dominação burguesa na década de 1930, reflito acerca do papel da TVA na difusão das ideias americanistas a partir da década de 1940. Ou seja, o americanismo reorganizou as formas de produção, mas, principalmente, impactou diretamente o conjunto da vida social, o cotidiano e o modo de vida dos trabalhadores e o modelo TVA de desenvolvimento propunha exatamente estas transformações como já foi demonstrado a partir da experiência prática no Vale do Tennessee.

Perry Anderson, também sobre expansão hegemônica estadunidense, estudou as raízes intelectuais desta. Para o autor, “os Estados Unidos foram um caso único entre as nações e, simultaneamente, uma estrela-guia para o mundo: são uma organização historicamente sem precedentes ao mesmo tempo que servem de exemplo convincente às outras”. (ANDERSON, 2015, p. 13) Isso se intensificou após a eclosão da guerra europeia em 1939.

A atuação do americanismo em escala global foi implementada de

acordo com as especificidades continentais do período. No caso da recuperação econômica da Europa ocidental e do Japão, os EUA mantiveram o sistema do livre-comércio garantindo poder estadunidense e princípios de sua hegemonia imperial. Os EUA, enquanto Estado, agiria como um “guardião do interesse geral de todos os capitais” onde “sacrificaria” o necessário o “ganho nacional” para garantir uma “vantagem internacional” pois havia a confiança no “saldo final positivo mais à frente”. Assim foi criado o Plano Marshall, com recursos em por volta de 13 bilhões de dólares em “fundos de contrapartida para recuperação europeia”, no qual estas questões políticas foram transmutadas por resolução dos problemas técnicos oriundos da II Guerra. Entretanto, havia condicionantes para acesso a estes investimentos. Estes deveriam ser “controlados por executivos de empresas dos EUA e vinculados à compra de bens norte-americanos”, além disto, a existência do Plano exerceu uma pressão para uma “integração europeia”. (ANDERSON, 2015, p. 54 e 56)

Seu aparente sucesso foi extremamente gratificante para os americanos. Mas havia um entendimento inicial de que, embora muitas partes do globo pudessem usufruir de benefícios semelhantes aos produzidos pelo Plano Marshall, sua reprodução simplesmente não era possível fora das áreas industrializadas. A Europa Ocidental, apesar da destruição que sofreu, manteve uma profunda infraestrutura tecnológica e humana sobre a qual se reconstruiu. Os esqueletos de fábricas, redes elétricas e redes de transporte, foram todos mantidos. Ainda mais importante, um grande número de profissionais bem treinados e técnicos experientes, engenheiros, gerentes, e burocratas habilitados estavam disponíveis. Psicologicamente, esses indivíduos já possuíam as perspectivas e criaram as instituições que tornaram suas sociedades modernas. O que os

européus precisavam era de fundos e organização para colocá-los de volta ao trabalho. (EKBLADH, 2010, p. 93).

Esta intervenção ainda esteve relacionada com a implementação dos projetos de grandes barragens na Europa e Oriente Médio a partir da década de 1950. Havia um plano para o rio Ródano na França e para o Indo no Paquistão. Em Israel, existia um Plano de Desenvolvimento da Jordânia. Todos estes baseados nos planos da TVA. Por outro lado, na Rússia, a União Soviética também realizava um plano nestes moldes sobre o rio Volga e o mar Cáspio. (HELFMAN, 1960, p. 150)

Havia uma clareza, entre os intelectuais do projeto de expansão estadunidense, que a estratégia à nível global deveria ter amplitude e adaptabilidade maior, especialmente nos territórios da Ásia, África e América Latina, que não tinham grandes centros industriais. Possuíam “baixos níveis de alfabetização e eram muito mais atrasados em termos de estrutura social”. Porém, eram um tesouro de recursos naturais para o desenvolvimento das “economias avançadas” e tecnologia militar, com “o petróleo no Oriente Médio, estanho e borracha no sudeste da Ásia, urânio e cobalto na África Central e cobre e bauxita na América do Sul”. Exercer uma relação de domínio nestes territórios era essencial. (ANDERSON, 2015, p. 67)

A “política da boa vizinhança” junto aos Estados latino-americanos

No final da década de 1930, foram estabelecidos acordos com países da América Latina objetivando aumentar as exportações dos EUA e ao mesmo tempo reduzir as barreiras estadunidenses quanto as importações.

Durante a II Guerra isso se intensificou pois os EUA adquiriram o máximo possível que era produzido pelos latino-americanos, como exemplo o manganês do Brasil. (SCHOULTZ, 2018, p. 143-145) Neste contexto dinâmico, ainda nos anos 1940, o presidente Truman estabeleceu um plano de 4 pontos, que incluía o apoio a Organização das Nações Unidas – ONU, auxílio ao Programa de Recuperação Europeia (ERP), o fortalecimento de acordos com o atlântico norte e o Rio de Janeiro e, por último, o estabelecimento do Programa de cooperação técnica internacional entre os Estados Unidos e os países latino-americanos, conhecido posteriormente por *Ponto IV*. No mesmo discurso de posse, no qual anunciou o Ponto IV, o presidente fez referência ao modelo TVA que transformaria os rios e vales subdesenvolvidos em todo o mundo, pois este possuía o conhecimento técnico para seu desenvolvimento. Se tratava de “fornecer tecnologia em menor escala, sob medida para as necessidades desses países menos desenvolvidos”. “Usando a TVA como guia, os novos programas dos EUA reivindicavam inclusão”, criando um contraponto durante a Guerra Fria, tornando “qualquer empresa americana necessariamente mais flexível, alerta, competitiva e, por extensão, mais eficaz do que seus concorrentes”, o que tranquilizava os liberais estadunidenses. (EKBLADH, 2010, p. 100-101)

No início da década de 1940, nos Estados Unidos também pairava entre os discursos propostas de criação das Nações Unidas, de um Banco (que, posteriormente, seria o Banco Mundial) e uma TVA internacional. Estas seriam organizações atuantes em escala global para aplicação do modelo de desenvolvimento em áreas *atrasadas* em todo o mundo e pela *instauração da paz* no pós-II Guerra. No caso das Nações Unidas, seus comitês regionais serviriam como plataformas dos programas de moderni-

zação estadunidenses. Para David Ekbladh, o conceito de “modernização” nem sempre esteve vinculado a tecnologia, mas fundamentalmente a forma de pensar dos indivíduos, pois foi sempre construída no processo social. Esta *modernização* sob a liderança estadunidense mundial objetivava sobretudo o impacto profundo e extenso nas sociedades, com alterações nos padrões de vida, implicando em uma intensa *modernização* da mentalidade. A “necessidade de mudanças reais nos hábitos arraigados (sociais, econômicos e pessoais) por meio de um esforço consciente deliberado”, reconfigurando as relações sociais, fazia parte da proposta do *New Deal*. (EKBLADH, 2010, p. 12, 52 e 89)

No detalhamento da expansão do modelo da TVA para outros países, os materiais de divulgação e propaganda eram para o exterior, mas ao mesmo tempo para dissipar divergências internas entre as classes estadunidenses que desconfiavam destas ações. David Lilienthal, um dos mentores do *modelo TVA*, em defesa deste modelo de desenvolvimento declarou:

Quando os norte americanos virem que o aumento da produção deste vale ajudou, digamos, a população de Ohio, em vez de deservi-la, verão que se dará mais ou menos o mesmo se os mexicanos, brasileiros, russos e chineses, cada um a seu talante, desenvolverem os próprios recursos e comerciarem conosco e entre si. (LILIENTHAL, 1972, p. 228-229)

A existência naquele contexto de outros modelos de desenvolvimento, como o comunismo e fascismo, eram uma ameaça para os EUA e ao estabelecimento da sua “ordem mundial”. Apesar destes modelos pro-

piciarem a construção de grandes barragens, gerarem eletricidade e alterarem a qualidade de vida da população, representavam perigos políticos.

Neste momento de disputas ideológicas, “os liberais tinham que demonstrar que eram mestres em modernização, em casa e no mundo” e a TVA simbolizava este propósito surgindo como salvadora dos liberais. Portanto, as ideias de desenvolvimento eram a nova missão global dos EUA. Era necessária uma “intervenção sistemática nas áreas mais pobres do mundo” para o caminho livre ao movimento das matérias primas e comércio, “assegurando a estabilidade de uma ordem mundial liberal”. Para isto, o planejamento era fundamental porque seria seguro para esta “sociedade livre” e possibilitaria tal expansão. Desse modo, “o motor da história seria os EUA” pois deveriam “assumir as rédeas da liderança global para se proteger”. (EKBLADH, 2010, p. 67-68)

Ressalto que neste processo, a atuação conjunta do Estado e entidades do capital privado estadunidense foi fundamental. Ekbladh anuncia que um “mosaico de fundações, grupos voluntários, missionários, grupos de defesa e universidades (agrupados sob a rubrica geral de organizações não governamentais – ONGs)”, além das empresas, participaram ativamente no projeto e atuaram com o Estado para a construção do consenso junto a sociedade civil (nacional e internacional). Para o autor, a educação foi fundamental para pacificar e demonstrar a benevolência estadunidense junto a povos, em grande maioria, latino-americanos. Assim, o paternalismo dos EUA foi sustentado, sobretudo, a partir da atuação das instituições privadas em diversos programas educacionais e de saúde, como o caso da família Rockfeller e do Andrew Carnegie. (EKBLADH, 2010, p. 23)

As instituições privadas foram largamente responsáveis pela criação e difusão do *modelo TVA*. Por conta disto, de 1930 a 1970, essas organizações privadas implementaram diversas missões no exterior, gerando “impactos duradouros sobre como o desenvolvimento internacional seria concebido e implementado”. Foram estas as missões de desenvolvimento e as cooperações técnicas. Deste modo, o projeto de modernização estadunidense foi implementado primeiro pelo Estado, mas, a partir da década de 1950, foi conduzido pelas instituições e grupos privados. O grupo Rockefeller financiou viagens de estrangeiros para Knoxville que, em 1937, chegaram a 600 visitantes. (EKBLADH, 2010, p. 6-9, 22-23, 72)

Neste período de crescente visibilidade, a questão do financiamento de projetos em outros países nos moldes da TVA também foi debatida. Stringfellow Barr, em seu trabalho amplamente divulgado em 1954, afirma que “embora a própria TVA não tenha ido a um Banco, no entanto, o governo que a financiou ia com bastante frequência”. Defendia a criação de uma *Autoridade Pública Internacional*, pois “tudo que eles [outras nações] pedem agora é um Banco, ou de qualquer forma, alguma instituição de crédito, que vai emprestar dinheiro para seus governos”. O Banco Mundial poderia continuar com a política de empréstimos para projetos financiáveis pelo tempo que quiser, mas teria uma “Autoridade de Desenvolvimento com uma política bancária mais liberal e mais social”, do que a apresentada pelo Banco Mundial. Esta Autoridade emprestaria dinheiro para os governos de países subdesenvolvidos, em projetos socialmente desejáveis, ou faria doações definitivas onde tais projetos não fossem auto-liquidantes. (BARR, 1952, p. 147) Isto demonstra que a internacionalização da política estadunidense, inclusive econômica, atravessava o projeto de mundialização do modelo da TVA.

Lilienthal, considerava seu papel fundamental no processo de reconstrução mundial no pós-guerra, identificando a autarquia como “centro de instrução para técnicos estrangeiros”. (LILIENTHAL, 1972, p. 222) Mas, geralmente, o *modelo TVA* deveria sofrer adaptações de acordo com cada realidade, porque “os seres humanos quase que em todos os cantos do globo, querem ver as alterações que aspiram ser efetuadas, ‘à sua moda’, em seus próprios países” (LILIENTHAL, 1972, p. 223). Isto demonstra a relevância da difusão do modelo e da concepção da TVA como algo inovador em plena expansão mundial.

Para se adequar ao *modelo TVA* eram necessários alguns requisitos. O ponto de partida seria a elaboração de um “plano de desenvolvimento”, solicitado pelo governo beneficiário e preparado por técnicos concedidos pelos credores internacionais. Os esquemas seriam confirmados por peritos do governo assistido, mas sempre sujeitos ao exame dos engenheiros do organismo mutuante. A TVA, do mesmo modo, fez uso de consultores privados e assessoria técnica especializada do governo na elaboração de seu plano. Isto demonstrava que o país receptor do modelo da TVA poderia proceder da mesma forma, contando com especialistas estrangeiros, realizando treinamento de pessoal em suas escolas técnicas, ou enviando aos EUA indivíduos para formação. (FINER, 1944, p. 223-224)

Dentro do debate sobre projetos de desenvolvimento, analisados por Albert O. Hirschman, analisa que os planos comumente rejeitados, por conta de dificuldades e incertezas, podem se tornar atraentes durante o processo de tomada de decisões. Isto ocorre, através do método no qual o projeto é associado diretamente a uma experiência utilizada com sucesso em outros lugares. Assim, após a II Guerra Mundial, “qualquer

esquema de desenvolvimento de Vale de rios, como o Rio São Francisco no Brasil, o Rio Papaloapan no México, o Cauca na Colômbia, o Dez no Irã ou Damodar na Índia, foram apresentados como uma possível cópia da Autoridade do Vale do Tennessee”, pois para o projeto ser aceitável se apresentava como réplica pura de empreendimento de sucesso de um país avançado. Considera esta abordagem política e econômica como *Técnica da Pseudo-Imitação*. (HIRSCHMAN, 1967, p. 21) Mas, David Ekbladh afirma que “as pessoas dentro dos países que receberam auxílio dos EUA não eram receptores passivos dessas ideias”. De formas variadas, “eles negociaram, colaboraram ou resistiram a esses esquemas – em todas as ações que moldaram ativamente os resultados”. (EKBLADH, 2010, p. 11)

Os instrumentos utilizados para ramificação da hegemonia estadunidense

Uma série de programas do Departamento de Estado dos EUA foram fundamentais para a expansão hegemônica estadunidense, com base nas experiências das ONGs em vários países que atuavam com esta finalidade. Nelson Rockefeller esteve à frente, através de sua Fundação, por conta da capacidade de inserção nos problemas sociais, pois o modelo de desenvolvimento econômico em curso deveria assegurar a estabilidade social destas regiões.

Pode-se perceber o esforço de construção desta hegemonia mundial, analisando o processo de expansão das políticas governamentais e a mobilização das instituições privadas estadunidenses. Para a Fundação Rockefeller, os problemas da modernização industrial seriam resolvidos através da melhoria tecnológica na educação, saúde e agricultura, além do

que o envolvimento com a própria tecnologia ajudaria na transformação psicológica necessária para modernizar as pessoas. (EKBLADH, 2010, p. 103)

Mas qual era a origem do financiamento para elaboração e aplicação desses planos? Sobre a política de recursos adotada neste período pelo governo estadunidense foi a criação de fundos financeiros internacionais.

Em 24 de novembro de 1943, o Tesouro dos Estados Unidos publicou uma proposta de criação de um Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento. O “*Bank of Reconstruction and Development of the United and Associated Nations*” prevê a criação de um fundo de 10.000 milhões de dólares para ser usado para colaboração com, e como complemento para, empresas privadas de investimento a longo prazo com o objetivo de estimular o desenvolvimento de recursos produtivos de países subdesenvolvidos; o fundo deve ser usado como garantias de investimento ou como empréstimos diretos feitos pelo Banco onde o mutuário falhou ao obter créditos de fontes privadas em condições razoáveis. (FINER, 1944, p. 216).

Essa foi a criação do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. A partir disto, foram gerados dispositivos e combinações alternativas acessíveis para estes financiamentos. Os valores do Tesouro dos EUA destinados ao BIRD incluíam propostas deste banco que garantiam “capital privado a qualquer governo membro, e através do Governo, a qualquer uma das suas subdivisões políticas ou empresas industriais do país membro”, além do que o BIRD poderia participar com “empréstimos feitos com capital privado ou realizar empréstimos com re-

curso próprios”. Existia uma diferença nesta relação, já que a TVA não precisou reembolsar o governo dos EUA, mas no caso dos empréstimos internacionais era necessário um prazo extenso para reembolso dos financiamentos como, por exemplo, 20 anos para que os encargos não pesassem os orçamentos dos países. (FINER, 1944, p. 225-227)

Mas, para a difusão do americanismo e de modelos de desenvolvimento, o investimento foi ação não só do Estado e de instituições públicas. Aqui surge um ponto importante neste debate de expansão do padrão TVA: o papel das Fundações filantrópicas e sua atuação na política externa dos EUA. A espinha dorsal da expansão global da hegemonia estadunidense, desde meados do século XX, foram as Fundações filantrópicas privadas. Pós 1930, as Fundações entrelaçaram seus objetivos na formulação da política externa dos EUA, no Conselho das Relações Exteriores (*Council on Foreign Relations*) e Associação da Política Externa (*Foreign Policy Association*), no movimento de “conversão de organizações privadas em braços efetivos do Estado”.

Inderjeet Parmar aprofunda a análise sobre esta atuação, visando compreender o trabalho coletivo das elites em propiciar uma reestruturação global, um refazer-se, provocada pelos EUA, transformando o mundo a sua imagem. Utilizando documentação das Fundações, sua pesquisa considera mais importante a ação das três grandes: Rockefeller, Carnegie e Ford. Estas possuem como estratégia central a construção hegemônica através da penetração cultural e intelectual, para incorporar o liberalismo nas instituições nacionais e internacionais. A partir do arcabouço teórico gramsciano sobre o papel dos intelectuais, Parmar endossa que estes “desempenham um papel vital no desenvolvimento da autoconsciência eco-

nômica política e social de seu grupo social específico ou de sua classe e de ideias sobre a organização da sociedade, para melhor consolidar posições de classe”. Os intelectuais orgânicos trabalham na elaboração de um “consenso para a ‘harmonização’ de forças sociais e econômicas divergentes e a perpetuação de sistemas desiguais de poder nacional e global”. (PARMAR, 2014, p. 11) Portanto, a expansão do americanismo pressupunha uma estabilidade política interna e externa, buscando o apaziguamento dos conflitos entre os grupos para o estabelecimento dos seus projetos.

Considerações

Como visto, o processo de expansão do modelo da TVA para outras nações cruza toda a sua história. A memória difundida pela autarquia é de que, na época, a TVA era conhecida mundialmente como líder em desenvolvimento de recursos e assistência técnica estrangeira. Disseminar um discurso sobre sua importância internacional, no contexto de estabelecimento da guerra fria, comprova a consolidação da política imperialista dos EUA frente às demais nações.

É salutar ressaltar que, neste período os EUA intensificaram a política internacional que resultou na criação de grandes instituições para o desenvolvimento do capitalismo, como o Grupo Banco Mundial

Referências

ANDERSON, Perry. *A política externa norte-americana e os seus teóricos*.

São Paulo: Boitempo, 2015.

BARR, Stringfellow. *Citizens of the World: America and the World revo-*

- lution. Garden City, NY: Doubleday & Company Press, 1952.
- EKLADH, David. *The Great American Mission: Modernization & the construction of an American World Order*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2010.
- FINER, Herman. *The TVA: Lessons for International Application*. Montreal: International Labour Office, 1944.
- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- HELFMAN, Elizabeth S. *Water for the World*. New York: David McKay Company, 1960.
- HIRSCHMAN, Albert O. *Development Projects Observed*. Washington, DC: The Bookings Institution, 1967.
- LILIENTHAL, David E. *TVA: A Democracia em Marcha*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- PARMAR, Inderjeet. *Foundations of the American Century: The Ford, Carnegie & Rockefeller Foundations in the Rise of American Power*. New York: Columbia University Press, 2014.
- SCHOULTZ, Lars. *In Their Own Best Interest: A History of the U.S. effort to improve Latin Americans*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2018.
- SELZNICK, Philip. *TVA and the Grass Roots: a Study in the Sociology of Formal Organization*. University of California, 1949.
- SNEDOON, Christopher. *Concrete Revolution: Large Dams, Cold War Geopolitics, and the US Bureau of Reclamation*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2015.

Descolonizar os sistemas de justiça: análise das decisões do Tribunal Constitucional Plurinacional Boliviano

Aline de Souza Vasconcellos do Valle¹

Doutora – FESVV/ES

Nas primeiras duas décadas do presente século, o campo jurídico mundial foi impactado pelo surgimento do movimento que ficou conhecido internacionalmente como “Novo Constitucionalismo latino-americano” ou “Constitucionalismo andino”, que estabeleceu mudanças profundas nas estruturas do pensamento constitucional ocidental, rompendo padrões consagrados pela hermenêutica jurídica ao implantar novas formas de interpretação das normas, além de impactar profundamente as teorias sobre a hierarquia entre as normas presentes nos diferentes ordenamentos nacionais, propondo novos modelos de normatividade e de Estado.

Este “Novo Constitucionalismo latino-americano”, foi impulsionado por Constituições como a Carta do Equador (2007) e a Constituição Plurinacional da Bolívia (2009), que estabeleceram como princípios basilares para a implementação da justiça em tais países o respeito

¹ Bolsista do Programa de Pesquisa Produtividade da FESVV.

às cosmovisões indígenas e afro-americanas, o ecocentrismo, com novas visões sobre a interpretação dos Direitos Humanos e a reformulação dos modelos estatais.

O impacto propiciado por estas novas constituições, estabelecendo princípios étnicos ancestrais como fundamentos de seus ordenamentos, se encontra na oposição frontal a preceitos basilares do campo jurídico, historicamente caracterizado pela rigidez e pelo tradicionalismo, visto que cabe ao campo jurídico/normativo o poder de impor o que é proibido, permitido ou obrigatório em determinada sociedade, sendo frequentemente acompanhado por forte carga simbólica, historicamente construído para impedir às camadas excluídas a possibilidade de compreensão, participação na elaboração, implementação e interpretação das normas, numa relação entre iniciados e profanos, onde a visão científica, rígida e tradicional dos iniciados, conhecedores do Direito e participantes do campo jurídico, exclui a possibilidade de atuação e reivindicação dos demais indivíduos, não sendo esta uma relação acidental, perpetuando estruturas que por meio do formalismo e da linguagem distanciada do mundo profano, ou seja, do senso comum, serviram ao estabelecimento de discursos poderosos e providos de meios físicos para se fazer respeitar como visão considerada legítima e obrigatória (BOURDIEU, 2007, p. 249).

Na Bolívia, este processo de reformulação estatal por meio do Direito, foi impulsionado pela luta das populações indígenas por respeito aos seus direitos étnicos. A história boliviana foi marcada por inúmeros movimentos de resistência indígena diante da violência do processo colonizador, seguido por grandes episódios de resistência indígena duran-

te o período republicano, como o movimento dos “*caciques apoderados*”, no início do século XX, quando ayllus e comunidades indígenas de La Paz, Oruro, Potosí, Cochabamba e Chuquisaca, reivindicando o respeito e a restituição de terras comunais usurpadas pelo sistema de *haciendas*, buscaram a retomada das demarcações originais dos ayllus e seu respeito não apenas como propriedade territorial, mas como espaço social, com grandes rebeliões indígenas tomando várias cidades (ALBÓ, 2012, P. 34-35), chegando em 1920 à constituição de um governo comunal de Jesús de Machaca, com clara intenção de tomar o poder político e a administração do *pueblo*, quando 12 *ayllus* exerceriam a instância máxima do poder político local (ALEJO, 2003). Além disso, em 1952 aconteceram levantamentos indígenas e camponeses sem precedentes, apoiados pelo Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) que juntamente com a Central Obreira Boliviana (COB) formaram uma aliança e derrubaram o regime instalado no país até aquele momento, que se caracterizava pela exclusão do indígena (BELLO, 2004, p. 94).

Em 1953, o Movimento Nacionalista Revolucionário, institucionalizou um amplo processo de reforma agrária como decorrência da reforma agrária “de fato” feita por indígenas que reivindicavam seus direitos. A chegada do MNR ao poder foi o início de um novo olhar sobre a política boliviana quanto ao indígena, passando do desejo de extermínio de tais populações, ao intento de estabilização do que era visto como o “problema índio” por meio da educação, do acesso à terra, e da cooptação por mecanismos sindicais. Este projeto de integração dos indígenas à cultura branca acabou fortalecendo a consciência étnica pelas novas gerações, conhecidos como “netos da revolução” uma vez que o acesso à educação formal em centros urbanos intensificou a percepção do preconceito existente

em relação aos indígenas e da necessidade de retomada étnica. Concomitantemente, junto à juventude rural, a percepção do avanço do trabalho assalariado, da desigualdade fundiária e dos mecanismos políticos paternalistas de contenção das lideranças indígenas, propiciou a atuação dessa juventude junto aos sindicatos indígenas formados pelo MNR (chamados de sindicatos camponeses) que num segundo momento, formaram organizações indígenas independentes. Este processo de ressurgimento étnico a partir da década de 1970 teve como uma de suas principais demandas o reconhecimento das autonomias indígenas pelo Estado (REGALSKI, 2005, p. 127-128).

Durante a década de 1980, o processo de redemocratização do país propiciou o surgimento de várias organizações indígenas, com objetivos e fundamentos organizacionais diferenciados como a CSUTCB (Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia) com papel preponderante na luta pela democratização do país, com vários enfrentamentos entre os membros da organização e o exército, a CIDOB (Central de Povos e Comunidades Indígenas do Oriente Boliviano), defendendo as formas ancestrais e tradicionais de organização, reunindo 80% dos povos indígenas da região do Oriente, Chaco e Amazônia da Bolívia, o CONAMAQ (Conselho Nacional de Ayllus e Markas do Qullasuyu) tendo como característica um apelo maior à forma histórica de organização andina, rechaçando a participação por meio de sindicatos camponeses/indígenas, buscando manter as instituições e nomes tradicionais dos *ayllus* de cada região, além do movimento cocaleiro, originado por meio da política de alocação de indígenas e demais trabalhadores desempregados nas terras baixas, tendo início com a política do MNR para ocupar regiões pouco povoadas, passando por períodos de incentivo

à cultura da folha de coca, com a posterior pressão norte-americana para a erradicação das plantações (LINERA, 2010, p. 394).

Esse processo de fortalecimento de organizações indígenas e ressurgimento étnico aconteceu paralelamente à chegada ao poder de governos que assumiram políticas de cunho neoliberal, caracterizando o final dos anos de 1980 e a década de 1990 como cenário de lutas e negociações entre governo e organizações indígenas, que movimentaram o cenário político nacional por meio de marchas e bloqueios que traziam demandas por direitos étnicos e por um novo olhar sobre a natureza e a própria sociedade. Não por acaso, as pressões internacionais para que o país implantasse medidas quanto às questões étnicas, levou o governo boliviano a ratificar a Convenção 169 da OIT sobre direitos indígenas em 1991, além de estabelecer reformas legislativas sobre a participação eleitoral de indígenas e reconhecimento de territórios (BELLO, 2004, p. 142).

Estes movimentos, identificados como “novos movimentos sociais”, apresentavam fundamentação em elementos étnicos indígenas e se estabeleceram com diferentes formas de organização, atuação, diferentes demandas e interesses, com o declínio dos aspectos e características que estiveram ligados aos movimentos operários, afastando-se dos discursos fundamentados apenas nas relações de trabalho e de classe (GOIRAND, 2009, p. 331) . Muitos destes movimentos **vão aprofundar suas demandas, buscando** mudanças mais profundas, com questionamentos sobre as estruturas sociais, o consumo, a utilização desregrada dos recursos naturais, defendendo a visão da natureza como sujeito de direitos e centro da vida humana.

Neste contexto, a Guerra da Água em 2000 e a Guerra do Gás em

2003 são momentos emblemáticos da história boliviana e da participação dos movimentos indígenas e do movimento cocalheiro, questionando a privatização e a desigualdade na distribuição dos recursos naturais presentes no país. Logo após a Guerra do Gás, dirigentes indígenas, pequenos proprietários rurais, assalariados do campo, lideranças de movimentos pelos direitos das mulheres se reuniram em Santa Cruz, formando um pacto para atuar junto à assembleia constituinte que passaram a reivindicar. Entre as bases de formação da constituição que desejavam estavam o estabelecimento de um processo participativo e fundacional, ou seja, com liberdade para estabelecimento dos fundamentos de funcionamento do Estado sob novas bases, sem estar atrelado aos poderes e instituições historicamente estabelecidos na Bolívia (GARCÉS, 2010, p. 36).

As organizações reunidas ao redor do Pacto de Unidade foram fundamentais à chegada de Evo Morales ao poder em 2006 e a convocação da Assembleia Constituinte por meio da Lei 3.364, esteve estreitamente ligada aos movimentos indígenas, que tiveram papel fundamental em sua aprovação, por meio da forte pressão social representada pelo Pacto de Unidade, atuando desde a elaboração de uma proposta de Lei para a efetivação da convocatória da Assembleia constituinte, até a entrega em 2006 de um rascunho de Constituição elaborado pelos movimentos sociais e indígenas, após a realização de congressos para a elaboração da proposta (CARRASCO ALURRALDE, 2008, p. 23-24).

Durante todo o processo constituinte do qual os membros do Pacto de Unidade participaram ativamente por meio de vigílias, protestos e atuação de seus representantes na constituinte, foi possível identificar o estabelecimento do modelo de Estado, o ordenamento territorial, os

recursos naturais, terra e território, a representação política e os direitos coletivos indígenas, como temas centrais de interesse das organizações indígenas que buscavam a autonomia (GARCÉS, 2010, p. 03).

Por outro lado, os conflitos na Assembleia Constituinte foram intensos, com forte oposição à implementação de direitos étnicos e aprofundamento de movimentos conservadores e de direita conhecidos sob o nome de “Movimento da Meia Lua boliviana” grupo de políticos que em sua maioria representavam os interesses dos departamentos de Pando, Beni, Santa Cruz y Tarija, liderados pelo PODEMOS – Partido Democrático Social e dedicados em ampliar a participação do capital privado no país e garantir o direito de exploração de recursos naturais em terras indígenas, defendendo a proeminência do poder dos departamentos (que correspondem aos estados da federação no Brasil) em relação ao poder central, utilizando-se de recursos midiáticos e de discursos de ódio para fomentar o preconceito e a perseguição aos indígenas, com vários episódios de violência, tortura, assassinatos de indígenas durante o processo constituinte, realizados pelo denominados participantes cívicos, grupos de manifestantes ligados aos ideais da “Meia Lua” e PODEMOS que faziam vigílias e protestos junto à Assembleia constituinte, muitas vezes para impedir as sessões (CARRASCO ALURRALDE, 2008, p. 23-24).

Em 2008, após dois anos de boicotes às sessões da Assembleia Constituinte, quando o país se encontrava à beira de uma guerra civil fomentada pelo preconceito aos indígenas, os governantes da “Meia Lua” boliviana realizaram um referendo de autonomia “de fato”, com um incisivo discurso de secessão. No mesmo ano, em 11 de setembro, em *El Porvenir*, departamento de Pando, aconteceu o “Massacre de Pando”,

quando manifestantes indígenas que marchavam para a capital departamental de Cobija, para protestar contra o governo departamental e a crise política instalada no país, foram vítimas em uma emboscada onde cerca de 20 indígenas foram mortos e mais 30 desapareceram. As investigações identificaram a participação de políticos defensores da autonomia departamental no planejamento do massacre, liderados pelo representante do departamento Leopoldo Fernández (SCHAVELZON , 2012, 420).

Após o massacre, o papel de pressão dos organismos internacionais, a crescente demanda da população pelo fim da violência pressionaram a oposição a negociar, com a necessidade de várias concessões feitas pelo MAS e pelos representantes dos direitos indígenas na Assembleia Constituinte, diante da urgente necessidade de contenção dos conflitos sociais, levando os membros do Congresso a aprovar o texto constitucional e a lei para o referendo constituinte em 21 de outubro de 2008, com a consequente aprovação da Constituição política do Estado em 25 de janeiro de 2009 por meio do referendo constituinte (SCHAVELZON , 2012, 420).

A Constituição boliviana de 2009 (CB/2009) reconheceu o plurinacionalismo, o pluralismo jurídico e a jurisdição indígena sem hierarquias em relação à jurisdição ordinária (Art. 179,I). O conceito de plurinacionalismo estabelecido pela Constituição boliviana reconhece a existências de diferentes nações dentro do mesmo Estado, com direito autônomicos e com livre determinação, ou seja, direito em estabelecer autonomias indígenas e implementar seus sistemas políticos, eleitorais, as bases de sua educação, sistemas de julgamento e de elaboração de normas, além da necessidade de consulta prévia às populações locais para a efetivação de medidas governamentais que venham a interferir em territórios de

autonomias indígenas. Contudo, tais direitos não implicam em secessão em relação ao Estado Nacional boliviano ou desrespeito à Constituição.

Quanto ao pluralismo jurídico (Art. 190), pode ser visto como consequência da livre determinação das autonomias indígenas, pois é pensado como a coexistência de diferentes fontes e sistemas de justiça dentro de um mesmo Estado, com o estabelecimento de normas indígenas, tribunais indígenas, em igualdade hierárquica em relação à jurisdição ordinária (comum), inovando o cenário constitucional latino-americano, onde predomina o monismo jurídico, ou seja, o poder estatal como fonte precípua da normatividade. Tais inovações motivaram a criação do Tribunal Constitucional Plurinacional (TCP), órgão especializado em dirimir os conflitos entre as diferentes jurisdições, além da Lei de Deslinde Jurisdicional, para delimitar o âmbito de atuação da justiça indígena em suas relações com a justiça ordinária.

O Art. 191 da CB/2009 determinou a elaboração da Lei de Deslinde Jurisdicional, com início de sua elaboração em 2010. Durante o processo de elaboração e votação desta lei, os discursos contra os direitos indígenas foram retomados pela oposição e pela mídia, com associação da justiça indígena à linchamentos, denominando-a de “justiça selvagem”, “justiça bárbara”, com a proliferação de notícias falsas sobre as consequências da aprovação desta lei (SANTOS, 2012, p. 25). Diante do cenário de medo que se estabeleceu junto à população, o projeto de lei passou por várias limitações, diminuindo o âmbito de atuação da justiça indígena, determinando que sua atuação deveria corresponder a fatos ocorridos dentro dos territórios indígenas, apenas para indivíduos da própria autonomia e quanto aos assuntos tradicionalmente indígenas (BOLÍVIA,

2010, b, Art. 08).

Além de deixar sem solução aspectos como os possíveis conflitos entre a jurisdição indígena e a jurisdição ordinária, não estabelecendo regras sobre possíveis casos envolvendo indígenas e não-indígenas, ou conflitos entre indígenas de diferentes etnias, ao limitar a atuação da jurisdição indígena aos assuntos “tradicionalmente” indígenas, a Lei de Deslinde Jurisdicional desconsiderou a dinâmica da vida dentro das autônias, visto que todos os assuntos da vida estão interligados, religiosidade educação, tradições orais, economia, são considerados em conjunto e cotidianamente, não existindo, entre os membros de tais comunidades “assuntos tradicionalmente indígenas”.

Contudo, é preciso ressaltar que a Lei de Deslinde Jurisdicional impediu a modificação das decisões das autoridades indígenas por outras jurisdições, com grande importância do papel exercido pelo Tribunal Constitucional Plurinacional boliviano, cabendo ao TCP julgar os possíveis conflitos entre a jurisdição indígena e a jurisdição ordinária e realizar a revisão de questionamentos sobre as sentenças indígenas. Deste modo, diante das limitações aos direitos indígenas durante a Assembleia Constituinte e as mutilações sofridas pela Lei de Deslinde Jurisdicional, coube ao TCP a interpretação das normas diante das demandas e contradições que somente a realidade concreta traria ao Tribunal.

O Tribunal Constitucional Plurinacional foi criado em 2010 pela Lei n. 27 ou *Ley del Tribunal Constitucional Plurinacional*, formado por meio do Princípio Indígena da Complementariedade, ou seja, sete magistradas e sete magistrados titulares, com a mesma quantidade de suplentes, por um período de seis anos, sem direito à reeleição, dentre os

quais, ao menos dois magistrados e magistradas deveriam ser indígenas, sendo obrigatório que todos os magistrados e magistradas fossem fluentes em ao menos uma língua indígena, além de possuir título de advogado, sendo eleitos pela Assembleia Nacional. Dentre suas atribuições, estão as de resolver os conflitos de competência entre a jurisdição indígena originária e a jurisdição ordinária, os conflitos entre o governo plurinacional e as autonomias, assim como, os conflitos entre estas, com decisões obrigatórias e irrecorríveis (BOLÍVIA, 2010, Art. 13, a).

Tendo como base o papel do Tribunal Constitucional Plurinacional para a efetivação do processo de descolonização da justiça na Bolívia e efetivação do pluralismo jurídico, realizaremos a análise de duas decisões emblemáticas deste tribunal, quais sejam, a Sentença Constitucional Plurinacional 1422/2012 e a Declaração Plurinacional 030/ 2014, refletindo sobre os aspectos originais da hermenêutica promovida pelo TCP.

A sentença Constitucional Plurinacional 1422/12 demonstra a atuação do Tribunal Constitucional Plurinacional diante de caso ocorrido na comunidade de Poroma, situada no departamento de Chuquisaca, formada em sua maioria por elementos *quéchua*, com a concentração de elementos não-indígenas na parte urbana da cidade, onde aconteceu a expulsão de uma família indígena, como decorrência da atuação do pai em pequenos furtos, com posterior reparação do dano. No caso em questão, a junta de vizinhança (órgão muito presente nas cidades bolivianas, reunindo membros da parte urbana das pequenas cidades), decidiu pela expulsão da família da comunidade, motivo pelo qual, tal família promoveu apelação ao Tribunal Constitucional Plurinacional buscando sua manutenção no local, além de denunciar ações contra a integridade moral,

física e psíquica dos membros da família, desrespeito aos valores de proteção às mulheres e crianças, desrespeito ao direito à água (houve corte do abastecimento de água em sua casa), entre outros.

Diante do caso em questão, o Tribunal Constitucional Plurinacional requisitou peritagem antropológica, com a atuação de um grupo interdisciplinar de profissionais como historiadores, antropólogos e sociólogos, para o levantamento e análise dos arranjos políticos e sociais na comunidade de Poroma, pesquisa sobre a existência de formas ancestrais de solução de conflitos, além de análise sobre os elementos formadores da cosmovisão da população indígena daquela região.

Com o amplo levantamento sobre a ancestralidade da comunidade indígena envolvida, sua cosmovisão, assim como análise do contexto organizativo da comunidade, qual seja, da coexistência de organismos de origem indígena (ayllus, marka) com organismos com a presença de indígenas mas sem estrutura tradicional (junta de vizinhança, central sindical), além de estudos sobre o estatuto da comunidade indígena envolvida e do sistema de resolução de conflitos estabelecido de forma ancestral, foi possível ao TCP desenvolver sua decisão por meio de método inovador, que identificou como Interpretação Intercultural (Tribunal Constitucional boliviano, 2012).

O TCP desenvolveu e denominou como método jurídico interpretativo a “ponderação intercultural”, inovando no campo jurídico ao buscar os valores plurais para alcançar os fins almejados pela decisão, em sua relação com os meios empregados, para num segundo momento verificar a harmonia dos fins e meios utilizados na decisão com os valores plurais identificados na comunidade como parte de sua cosmovisão. Todas essas

etapas tiveram como fundamento seguir o Princípio indígena do “Bem Viver” ou *Suma Qamaña*, incorporado à Constituição de 2009, que traduz a ideia de uma vida boa em comunidade, como parte integrante da natureza, podendo ser traduzido pela expressão “que se viva bem” (CO-NAMAQ, 2012).

Segundo a decisão, a ponderação intercultural observou a coerência entre a decisão adotada e a cosmovisão ancestral da comunidade, a proporcionalidade entre a decisão da comunidade e o fato que a ensejou e a necessidade estrita da decisão.

Assim, buscando a cosmovisão indígena da comunidade alvo da demanda, o TCP identificou a presença do conceito de *ch’uwanchar*, termo aimará que significa “resolver um conflito para fazer voltar à ordem uma desordem causada pela conduta não adequada”, estabelecendo que esta conduta inadequada implica sair do *thaki o ñan*, que é um valor da cosmovisão de Porona para a aplicação da justiça na comunidade, significando que todos os elementos da natureza apresentam um caminho a trilhar. Nesta visão, a harmonia da natureza e da comunidade dependem em grande medida do retorno à ordem, da resolução dos conflitos, da retomada da harmonia e do equilíbrio por meio do *ch’uwanchar*, sendo fundamental a reinserção daqueles que saíram do caminho (*thaki*), como forma de equilibrar a vida da comunidade como um todo, sendo preceito fundamental a reorganização, a readequação e a ressocialização. Além disso, de acordo com o estatuto da comunidade de Poroma, a possibilidade de expulsão somente seria viável diante de ampla reincidência dos indivíduos nos mesmos delitos, além de estabelecer diferentes graus de julgamento, sendo necessária a presença de várias autoridades indígenas,

além da votação por diferentes âmbitos da comunidade, o que não ocorreu no caso em questão, motivos que levaram o TCP a revogar a decisão de expulsão da família apelante, determinando seu direito de retornar à comunidade e a necessidade de reparação pelos danos sofridos (Tribunal Constitucional Boliviano, 2012).

A sentença Constitucional Plurinacional 1422/12 foi inovadora no sentido de trazer novos elementos, novas fontes comprobatórias para a formação do convencimento e decisão pelo tribunal plurinacional, enfatizando a necessidade de compreensão e aprofundamento quanto às dinâmicas indígenas que envolvem os fatos jurídicos das diferentes comunidades. Assim, a hermenêutica utilizada pelo TCP não se fundamentou nas escolas tradicionais que buscam o significado de palavras, conceitos presentes nas normas, indo além, buscando interpretar a harmonia da decisão com os modos de vida e visão de mundo da comunidade, com suas vivências, em decisões multidimensionais, pois compreendem várias dimensões do vivido, rompendo com os padrões de colonialismo e de distanciamento da realidade, comumente empregados pela hermenêutica tradicional (Tribunal Constitucional Boliviano, 2012).

Sobre a Declaração Plurinacional 030/ 2014, foi emitida pelo TCP diante da consulta prévia das autoridades da nação indígena de Uru Chipaya, localizada na província de Sabaya, no departamento de Oruro, apresentada em 21 de maio de 2014, onde consultam o TCP sobre a possibilidade de aplicação de suas normas e procedimentos próprios para a destituição e mudança de seu representante municipal, conforme sua jurisdição indígena, uma vez que o mesmo foi escolhido como representante por meio de procedimentos próprios dos Uru Chipaya (Tribunal

Constitucional Boliviano, 2014).

Diante da consulta, o Tribunal Plurinacional procedeu a formação de grupo multidisciplinar para realizar a perícia quanto aos aspectos históricos, antropológicos, políticos e sociais da nação Uru Chipaya. Primeiramente, cabe destacar a riqueza de detalhes das análises realizadas pelo grupo multidisciplinar quanto à nação Uru Chipaya, cuja ancestralidade na região remonta 2.500 anos a.C, sendo citada na Declaração 030/2014 como a cultura mais antiga da América (Tribunal Constitucional Boliviano, 2014).

O grande debate suscitado nesta consulta esteve no questionamento feito pelos opositores da destituição de autoridades por normas e procedimentos próprios, questionando um possível desrespeito à democracia e defendendo a utilização dos processos ordinários para destituição de autoridades de cargos públicos, ou seja, denúncias feitas ao poder público e judicialização perante a justiça comum.

Cabe ressaltar que o embate entre os interesses partidários e o direito à autonomia dos territórios e municípios indígenas para escolher suas autoridades e seu modo de governo por procedimentos próprios foi uma constante desde a promulgação da Constituição de 2009 e o início do reconhecimento de municípios e territórios indígenas em 2010. Isso porque, se por um lado os discursos de Evo Morales no cenário internacional o colocavam como defensor dos povos indígenas, por outro lado, internamente, o MAS, Movimento ao Socialismo, tinha suas próprias metas de alcançar o máximo possível de vitórias nas eleições municipais, lançando candidatos por meios partidários, fato que muitas vezes, causou conflitos entre indígenas do mesmo município, com os candidatos do MAS se

opondo à realização de eleições por procedimentos próprios das comunidades e reivindicando eleições pelo sistema partidário. Assim, é possível observar que a Consulta feita pelos povos Uru Chipaya trouxe importante questionamento sobre a construção da política nos anos pós-constitucionais, sendo relevante não só para o caso concreto vivido pela comunidade Uru Chipaya, mas para a formação de entendimento do TCP sobre a possível preponderância dos parâmetros eleitorais e políticos não-indígenas sobre as comunidades étnicas e seus procedimentos próprios.

A declaração do Tribunal Constitucional diante da consulta da nação Uru Chipaya se dividiu em três momentos: uma forte fundamentação sobre as bases de funcionamento do novo ordenamento jurídico boliviano e sua tarefa de pensamento e ação fora dos marcos da “razão jurídica colonial”, devendo nascer da vida concreta das comunidades, ressaltando a garantia constitucional ao exercício da jurisdição indígena sem hierarquias em relação às outras jurisdições, uma crítica profunda ao constitucionalismo ocidental, incluindo nesta crítica as vertentes modernas do neoconstitucionalismo, defendendo a construção de um constitucionalismo próprio, baseado em *Suma Qamaña* e, por último, análise dos princípios da nação Uru Chipaya (Tribunal Constitucional Boliviano, 2014).

Seguindo tal roteiro de análise, o Tribunal Constitucional reconheceu a competência e o poder da comunidade de Uru Chipaya para a destituição de sua autoridade política por meio de procedimentos próprios, com fundamento no Art. 11, II, 3 da Constituição boliviana de 2009, que estabeleceu o direito dos povos e nações indígenas ao exercício comunitário da democracia. O Tribunal Constitucional interpretou o comando do Art. 11, II, 3 da Constituição de 2009 como o direito de decisão comuni-

tária para qualquer tomada de decisão, seja para eleger, seja para destituir o eleito, onde a participação não deve ser por meio do voto individual, e sim por meio do consenso coletivo, este último, constituindo prática comum entre os grupos indígenas, onde o resultado de prolongados debates em diferentes grupos e diferentes níveis de assembleias indígenas visam o consenso coletivo e não a vitória da maioria sobre a minoria, como acontece na democracia republicana em seus parâmetros de raiz europeia e tradicional.

Considerações Finais:

As primeiras décadas do presente século foram marcadas pela proeminência da Bolívia como espaço de ebulição da luta por direitos étnicos e pelo surgimento de formas inovadoras de pensamento e aplicação do Direito, revolucionando as escolas sobre o pensamento constitucional, bem como a própria hermenêutica jurídica.

Não obstante as dificuldades e limites aos direitos indígenas impostos ao longo do violento processo de elaboração da Constituição de 2009, bem como as mutilações sofridas durante as votações da Lei de Deslinde Jurisdicional de 2010, a conquista do direito constitucional à autonomia e jurisdição indígena sem hierarquias em relação aos outros âmbitos de jurisdição, propiciaram aos indígenas bolivianos os fundamentos para a continuidade de sua busca por efetivação do direito à livre determinação. Neste processo, as práticas interpretativas efetivadas pelo Tribunal Constitucional Plurinacional são ferramentas importantes para a implementação das autonomias, visto que coube a este tribunal a interpretação dos direitos autonômicos, dentre eles o direito à jurisdição indígena,

realizando a ponderação entre diferentes valores e interesses presentes no cotidiano da sociedade boliviana.

Referências

- ALBÓ, Xavier. *Tres municipios andinos caminbo a la autonomía indígena: Jesús de Machaca, Chayanta, Tarabuco*. La Paz: CIPCA - cuadernos de investigación n. 78, 2012.
- ALEJO. Estaban Ticona. Pueblos indígenas y Estado boliviano. La larga historia de conflitos. 2003. *A Gazeta de antropologia*. Disponível em: <https://www.ugr.es/~pwlac/G19_10Esteban_Ticona_Alejo.html>. Acesso em 20 nov. 2022.
- CARRASCO ALURRALDE, Inés Valeria; ALBO, Xavier. Cronología de la Asamblea Constituyente. *Tinkazos*, La Paz, v. 11, n. 23-24, marzo 2008, p. 25. Disponível em: <<http://www.scielo.org/bo/pdf/rbcst/v11n23-24/v11n23-24a08.pdf>>. Acesso em 28 out. 2022.
- CONAMAQ ORGÁNICO. *Mandato Orgánico, Político e Ideológico del Primer Encuentro Nacional de Pueblos Indígenas*. (CIDOB, APG, CNAMIB Y CONAMAQ). 2013.
- BELLO, Alvaro. *Etnicidad y ciudadanía en América Latina*. La acción colectiva de los pueblos indígenas. Santiago de Chile: CEPAL, 2004.
- BOLIVIA. Constitución (2009). *Constitución Política [del] Estado*. 2009. Disponível em: <http://www.oas.org/dil/esp/Constitucion_Bolivia.pdf>. Acesso em 14 jun. 2022.
- _____. *Ley n. 27 “Ley del Tribunal Constitucional Plurinacional, 6 de julio de 2010”, a. Art. 13 -14*. La Paz: Sala de Prensa. Disponível em: <<https://www.lexivox.org/norms/BO-L-N27.html>>. Acesso em 14 jun. 2022.

BOLIVIA. *Ley n. 73 “Ley de Deslinde Jurisdiccional” de 29 de dezembro de 2010*, b. La Paz: Sala de Prensa. Art. 4. 2010. Disponível em: <<https://tsj.bo/wp-content/uploads/2019/11/ley-073-deslinde-jurisdiccional.pdf>>. Acesso em 26 jul. 2020.

_____. Tribunal Constitucional Plurinacional de Bolivia. *Declaración Constitucional Plurinacional 0030/2014 de 28 de mayo de 2014*. Sucre, 2014. Disponível em: < [https://buscador.tcpbolivia.bo/_buscador/\(S\(ufh42yy1gctfpd1ygnrwoog2\)\)/WfrJurisprudencia1.aspx](https://buscador.tcpbolivia.bo/_buscador/(S(ufh42yy1gctfpd1ygnrwoog2))/WfrJurisprudencia1.aspx)> Acesso em 20 nov. 2022.

_____. Tribunal Constitucional Plurinacional de Bolivia. *Sentencia Constitucional Plurinacional 1422/2012 de 24 de septiembre de 2012*. Sucre, 2014. Disponível em: < [https://buscador.tcpbolivia.bo/_buscador/\(S\(ufh42yy1gctfpd1ygnrwoog2\)\)/WfrJurisprudencia1.aspx](https://buscador.tcpbolivia.bo/_buscador/(S(ufh42yy1gctfpd1ygnrwoog2))/WfrJurisprudencia1.aspx)> Acesso em 20 nov. 2022.

GARCÉS, Fernando. *El Pacto de Unidad y el Proceso de Construcción de una Propuesta de Constitución Política del Estado*. 2010. Disponível em: <<http://www.museo.umss.edu.bo/wp-content/uploads/2015/08/Garces-F-2010-El-pacto-de-unidad-y-el-proceso-de-construccion-de-una-constitucion.pdf>>. Acesso em 04 nov. 2022.

GARCÍA LINERA, Álvaro. *Sociología de los movimientos sociales en Bolivia*. Estructuras de movilización, repertorios culturales y acción política. La Paz: Plural Editores, 2010.

GOIRAND, Camille. *Movimentos sociais na América Latina: elementos para uma abordagem comparada*. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 22, n. 44, pp. 323–354, 2009. p. 331.

PNUD. *No lo habíamos imaginado así*. Una historia de diálogo, conflicto y pacificación em Bolívia. p. 11. Disponível em: <<http://www.onu>>.

- cl/es/wp-content/uploads/2016/06/BCPR_Bolivia-No-lo-hab%C3%ADamos-imaginado-asi_2011.pdf>. Acesso em 01 dez. 2018.
- REGALSKI, Pablo. Territorio y Interculturalidad: la participación campesina indígena y la reconfiguración del espacio andino rural. In: LÓPEZ, Luiz Enrique, REGALSKI, Pablo (org.). *Movimientos indígenas y Estado en Bolivia*. La Paz: Plural Editores, 2005. pp. 127-128.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Cuando los excluidos tienen derecho: justicia indígena, plurinacionalidad e interculturalidad. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ, José Luis Exeni (ed.). *Justicia indígena, plurinacionalidad e interculturalidad en Bolivia*. Abya Yala. 2012. pp. 11 - 48.
- SCHAVELZON, Salvador. *A Assembleia Constituinte da Bolívia: Etnografia do Nascimento de um Estado Plurinacional*. La Paz: Plural Editores, 2012. p. 419. Disponível em: < <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/coediciones/20130214112018/ElnacimientoDelEstadoPlurinacional.pdf>>. Acesso em 01 nov. 2022.

Imprensa e memória na ditadura chilena: a representação dos fatos noticiados entre os diários El Mercurio, La Segunda e a revista Análisis

Myllena Silva Prado

Bacharel e licenciada em História pela
Universidade Estadual Paulista (FCHS/Franca)..

Introdução

“Las jornadas que culminaron con un cambio de régimen en el país dejan una lección objetiva: la prensa puede salvar a un país de cualquier peligro en la medida que permanezca vigilante, que refleje toda la realidad y permita, con sus opiniones, mantener el rumbo que mejor satisfaga las verdaderas aspiraciones de la mayoría ciudadana¹.”

(Silva Espejo,² 1975:10).

1 “Os dias que culminaram numa mudança de regime no país deixam uma lição objetiva: a imprensa pode salvar um país de qualquer perigo na medida em que se mantém vigilante, que reflete toda a realidade e permite, com as suas opiniões, manter o rumo que melhor satisfaz as verdadeiras aspirações da maioria dos cidadãos”. Traduzido com www.DeepL.com/Translator.

2 René Silva Espejo formou-se em 1927 como professor de Espanhol e Filosofia, e em 1931 entrou para o jornal *El Imparcial*, do qual se tornou diretor, cargo que também ocupou no *El Mercurio*, primeiro como editor (1946) e depois como vice-diretor em 1952.

Na manhã de 11 de setembro de 1973 se iniciava a crônica de um golpe anunciado que mudaria a história de milhões de chilenos pelos próximos anos. O golpe de Estado encabeçado pelo general Augusto Pinochet e as forças militares, acabara de depor o presidente Salvador Allende, acusado de conduzir o país pela “via inconstitucional e comunista” (STEVE, 2009). Inaugurado este novo regime, assumia a junta militar governada pelo comandante do exército Augusto Pinochet, o comandante da marinha, José Toribio Merino, o comandante da aeronáutica, Gustavo Leigh e o comandante dos carabineiros³, César Mendoza, que dirigia a polícia nacional chilena. Tal junta governou o país até 1980 e criou um plano econômico que pudesse reverter as reformas aplicadas por Allende. Este projeto implicaria na instauração de uma nova forma de dominação e de um novo modelo de acumulação capitalista, orientada a resolver a crise de poder vivida pelo sistema (CRUZ, 2015).⁴ Optou-se assim, por uma “nova fase da sociedade capitalista moderna”, uma economia orientada para o mercado externo, à industrialização e novas condições e demandas da ordem capitalista mundial. Neste processo, os meios de comunicação foram de imediato um dos principais alvos das transformações e fiscalizações do governo. Em 1973, Pinochet mandava cessar todas as emissoras, incluindo as “rádios emissoras allendistas”, também relacionadas à Unidade Popular:

La supresión de diarios, revistas y radios ligados a la Izquierda y a organismos sociales; la confiscación de sus bienes; la detención, asesinato y exilio de periodistas, fueron acompañadas de una censura de contenidos

3 Polícia ostensiva (uniformizada) do Chile, responsável, ainda, por atuar na área de defesa civil naquele país.

4 Leia-se o capítulo “Una dictadura para cuidar los ricos” de Eduardo Cruz Prensa y Sociedad en Chile, Siglo XX. Editorial Universitaria, 2015. Enlaces.1ª ed. - Santiago.

que, durante mucho tiempo, no solo impidieron a los sectores populares la posibilidad de su expresión masiva, sino que además fueron eliminados, incluso, como fuentes de información o protagonistas de noticias⁵. (CRUZ, 2015, p. 175).

Nesse contexto, a imprensa passou a sofrer maior pressão estatal, pois o mesmo queria exercer sobre ela o seu domínio e disseminar os seus ideais. Como veremos nas próximas páginas desta investigação, *El Mercurio* e *La Segunda*, assim como outros periódicos da época⁶, foram os jornais que, desde o início do golpe, apoiaram o governo e se tornaram os “diários oficiais” do regime – auto censurando e omitindo notícias e acusações que se opunham ao mesmo – incluindo os casos de violência contra os direitos humanos⁷. Em contrapartida a esses periódicos, algumas revistas que hoje são consideradas pela historiografia chilena como “revistas de la oposición a dictadura⁸”, tentaram protestar e denunciar em suas revistas as atrocidades do governo, bem como da DINA⁹ e outras

5 “A supressão de jornais, revistas e rádios ligadas à esquerda e organizações sociais; o confisco dos seus bens; a detenção, assassinato e exílio de jornalistas, foram acompanhados por uma censura de conteúdos que, durante muito tempo, não só impediram os sectores populares de terem a possibilidade de expressão em massa, como também foram eliminados, mesmo como fontes de informação ou protagonistas de notícias”. Traduzido com www.DeepL.com/Translator.

6 Podem ser destacados os seguintes periódicos: *La Tercera*, *La Nación* e *Las Ultimas Noticias*.

7 Ver mais em: “Histórias de violações dos direitos humanos na Era Pinochet: sequestros, desaparecimentos forçados e autoritarismo”. Anna Flavia Arruda Lanna Barreto; Natália Silva Teixeira Rodrigues de Oliveira. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2019.1.31552>.

8 Tais revistas incluem: *Ercilla*, *Hoy*, *Apsi* e *Análisis*. Disponível em: <https://memorias-daditadura.org.br/imprensa-alternativa/>. Acessado em: 22/04/2022.

9 A Dirección de Inteligencia Nacional ou DINA foi a polícia secreta do Chile durante a ditadura de Augusto Pinochet. Estabelecida em novembro de 1973 como uma unidade de inteligência do Exército chileno chefiada pelo coronel Manuel Contreras e pelo

instituições do Estado¹⁰ em direção às mulheres, *mapuches*¹¹, *poblaciones*¹² e outros grupos minoritários daquele período. A revista *Análisis* por exemplo, fez acusações fortes contra o jornal *El Mercurio* que, segundo ela, “o diário mentia e camuflava os torturadores da ditadura em suas páginas”¹³.

É diante desse confronto midiático entre as narrativas – ou melhor, entre as notícias dos jornais oficiais do governo e as notícias das revistas de oposição – que a imprensa jornalística acabou proporcionando mais uma batalha na ditadura, uma “batalha de memórias” (STEVE,2009). Via-se de um lado, as vítimas e seus familiares que foram apreendidos por lutar contra o regime desacreditados das construções de suas narrativas, e de outro, uma opinião pública que era conduzida a acreditar que o regime era eficiente na eliminação dos possíveis “comunistas” ou dos “terroristas” - como foram retratados pela imprensa oficial, os presos políticos, movimentos de esquerda e grupos minoritários que eram contrários ao governo. Não é de se duvidar que, e aqui vale um ponto para uma outra análise investigativa, a imprensa jornalística por meio de suas narrativas diárias, seja uma das, senão a principal engajadora da opinião pública que levou a ampla participação eleitoral, cujo 44,01% “Sim”, votaram ao Plebiscito

vice-diretor Raúl Iturriaga , a DINA foi então separada do exército e transformada em unidade administrativa independente em junho de 1974 sob os auspícios do Decreto 521. A DINA existiu até 1977, após o que foi rebatizada de Central Nacional de Informaciones (Inglês: National Information Center) ou CNI.

10 CNI; Imprensa oficial; Tropas militares.

11 Povo indígena da região centro-sul do Chile e do sudoeste da Argentina.

12 A intensa migração para Santiago levou à formação de inúmeros povoados que, construídos com base em resíduos como latas, cartão e madeira velha, brotaram tão rapidamente e numa escala tal que foram chamados “callampas” (povoados de ocupação).

13 Preguntas Al Mercurio. [artículo] *Análisis* N° 66 ‘Oposicion: los 21 del año’, pp. 02-04. Disponible em Memoria Chilena de la Biblioteca Nacional Digital de Chile <http://www.memoriachilena.gob.cl/> > Accedido en: 15/03/2022.

Nacional de 1988 pela continuação de Pinochet no governo.

A “liberdade de imprensa” nas décadas de 1970 e 1980 no Chile

Se porventura a historiografia chilena da ditadura dos anos 70 procurou defender a imagem de uma autonomia da imprensa durante a ditadura pelo discurso do progresso, da modernidade e a mercantilização plena de todas as esferas da vida individual e social (CRUZ, 2015)¹⁴, isso não se passou de mera ilusão (SALINAS, 1986)¹⁵. O ano de 1972 e 1984 em Santiago no Chile, foram os períodos em que mais se obteve o controle social dos mercados sobre a imprensa e setores populares, o que provocou uma queda brusca de ao menos 5 periódicos em circulação nacional. (CRUZ, 2015). Não somente isso, em 1978, havia 40 diários em todo o país filiados à *Asociación Nacional de la Prensa* (ANP)¹⁶, regredindo a 28, em 1984. Não se tratava, contudo, somente de uma diminuição quantitativa motivada apenas por razões de repressão política, senão também por mecanismos de mercado, já que dito processo foi acompanhado pelo crescimento dos grandes monopólios – em especial da empresa jornalística *El Mercurio*¹⁷ – que tentavam transformar a imprensa editorial num ideário individualista e de estrutura e conteúdo de diários que fugissem da realidade e abarcasse o espaço de entretenimentos, esportes, etc.

14 Professor universitário na Universidad de Chile, Estación Central, Região Metropolitana de Santiago, Chile.

15 SALINAS, Raquel. La autonomía de la prensa: una ilusión, en VV.AA., Investigación sobre la prensa en Chile (1974-1984). CERC-ILET, Santiago de Chile, 1986.

16 A Associação Nacional da Imprensa (ANP) é a associação das editoras de mídia impressa do Chile. Atualmente agrupa 45 jornais e 19 revistas. É membro do CONAR (Conselho de Autorregulamentação e Ética Publicitária).

17 Jornal chileno fundado por Agustín Edwards Mac-Clure, em 1º de junho de 1900, na capital do país, Santiago, com publicação diária por todo o país.

El Mercurio foi um vértice de influência significativa na economia durante a ditadura e modelo da recomposição da “imprensa liberal” que almejavam às grandes empresas (URIBE, 2009)¹⁸. Era ela pois, “una empresa familiar” que em 1978 já controlava 77% do gasto publicitário na imprensa escrita. Os “homens de Edwards” evidenciam a potência de *El Mercurio* na economia nacional e dão conta de que os interesses econômicos do grupo se fundem com os do Estado: “Fernando Léniz, Álvaro Bardón, Joaquín Lavín, entre otros, son cerebros de la reforma económica que impulsó la dictadura ya la que *El Mercurio* pondría la orquesta a través de su cuerpo de Economía y Negocios dirigido pelos mesmos protagonistas”. (URIBE, 2009, p.29.) *El Mercurio* expandia seu crescimento não só na economia, mas na mudança do conteúdo e formas do diário. Na realidade, como explica Uribe, os diários durante o regime terminaram por propiciar um ideário individualista e de estrutura e conteúdo que fugissem da realidade e abarcasse o espaço de entretenimentos e esportes fazendo com que seus leitores se desviasse de qualquer aspecto que influísse a política (URIBE, 2009).

Com a ascensão desse e de outros monopólios do mercado, outras normativas do governo também foram aplicadas como o caso do Decreto Ley N° 1281, que facultava aos chefes de La Plaza para suspender mídias ou o Bando 107¹⁹, modificado posteriormente pelo 122, que obrigava a pedir autorização para fundar qualquer publicação, assinalando que “La fundación, edición y publicación, circulación, distribución y comercialización en cualquier forma de nuevos diarios, revistas, periódicos e impresos

18 Armando Uribe (Santiago do Chile, 28 de outubro de 1933 – 23 de janeiro de 2020) foi um poeta, advogado, diplomata e professor universitário chileno.

19 Junta Militar que, segundo a Portaria n.º 107 de 11 de Março de 1977, tinha competência para autorizar a abertura de um novo meio de comunicação.

en general deberán contar con la autorización previa de la jefatura de zona de emergencia” (CRUZ, 2015, p.179). Constantemente, o regime foi criando um arsenal de normas restritivas, ampliando e reformulando leis anteriores como foi com a Constituição de 1980 que estabeleceu uma série de disposições que limitaram a atividade periodística e a LSE (Ley de Seguridad Interior del Estado) - objeto de numerosas reformas dirigidas a ampliar as condutas puníveis e aumentar substancialmente as penas, especialmente para os delitos contra a ordem pública. O que interessa destacar, diante de todas essas normativas é que a política autoritária do regime até a imprensa foi se aglutinando ao conjunto das empresas e aos jornalistas até que os mesmos estivessem em uma posição contrária (CRUZ, 2015).

A luta pela liberdade de imprensa é mais notória na década de 80 quando foram realizados congressos pela *Asamblea Nacional del Colegio de Periodistas*²⁰. Nos dias 12, 13 e 14 de outubro de 1979 foi então aprovada uma “*Carta sobre La Libertad de Prensa*” reiterando que: “ el ejercicio pleno de la libertad de prensa debe ser garantizado por una estructura institucional y económica que, evitando la concentración del poder informativo y el monopolio estatal o privado, garantice un efectivo acceso a la propiedad de los medios” (CRUZ, 2005, p.182)²¹. Posteriormente, em 1983, se

20 O Colegio de Periodistas de Chile AG, fundado em 11 de julho de 1956 com a promulgação da Lei da República n. 12.045, atualmente é a única entidade que reúne jornalistas no Chile. Seu objetivo é a promoção da comunicação e defesa da plena liberdade de expressão, imprensa e informação, no âmbito do respeito integral aos direitos humanos contemplados na Declaração Universal dos mesmos.

21 “[...] o pleno exercício da liberdade de imprensa deve ser garantido por uma estrutura institucional e econômica que, embora evitando a concentração do poder de informação e o monopólio estatal ou privado, garanta o acesso efetivo à propriedade dos meios de comunicação social”. Traduzido com www.DeepL.com/Translator

efetuiu o IV Congresso Nacional que ratificou explicitamente a oposição a toda legislação restritiva do regime e proclamou o direito inalienável do povo a expressar-se através dos meios de comunicação social.

Até aqui observamos que o jornal *El Mercurio* foi um dos jornais que mais se destacaram durante a ditadura, não só por transcender as barreiras do jornalismo e se tornar um grande monopólio editorial, mas principalmente por se tornar um dos “portas vozes” oficiais do governo, sendo declaradamente contrário ao governo anterior, da Unidade Popular (UP). O periódico apoiava os três princípios básicos do liberalismo que, segundo o seu presidente, Agustín Edwards Eastman, sustentavam sua linha editorial: a defesa da propriedade privada, o respeito à economia de livre mercado e o papel subsidiário do Estado. Uribe considera que o objetivo editorial de *El Mercurio* em apoiar o regime estaria mantido em uma linha conciliadora com o político e que por isso devia estar do lado da ordem e para isso, o jornal representaria sempre o governo de turno:

No es necesario incurrir en el error de tratar cuestiones que afecten directamente la lucha política, pues cualquier día cambia la combinación que actualmente gobierna y el diario no debe verse jamás en el caso de estar en oposición. El gobierno representa el orden y un diario serio no debe de estar nunca en pugna con el orden (URIBE, 2009, p.33)²².

Além dos fatores ideológicos já mencionados, o apoio de *El Mer-*

22 “Não é necessário cometer o erro de lidar com questões que afetam diretamente a luta política, pois a atual combinação governante pode mudar a qualquer dia e o jornal nunca se deve encontrar na oposição. O governo representa a ordem, e um jornal sério nunca deve estar em conflito com a ordem”. Traduzido com www.DeepL.com/Translator

curio ao governo, segundo Uribe, se tratava também de um “assunto de sobrevivência”, uma vez que o regime não o colocaria em perigo, como a UP para o diário, poderia o colocar: “*Protegerse a sí mesmo ha sido la real lucha de El Mercurio*” (URIBE,2009, p.33)²³.

A Operação Colombo e o assassinato dos membros do MIR (julho de 1975)

A exemplo de *El Mercurio*, outros jornais da época como *La Segunda*, *La Tercera*²⁴, *Las Últimas Noticias*²⁵ e *La Nación*²⁶ optaram por se filiar ao governo, encobrendo relatos e notícias das atrocidades que o governo praticava à população. Dentre esses acontecimentos, esteve o assassinato de 119 membros do Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR)²⁷

23 “Proteger-se tem sido a verdadeira luta do *El Mercurio*”. Traduzido com www.DeepL.com/Translator

24 “Inicialmente, *La Tercera* estava vinculado ao Partido Radical, mas, em 1965, desvinculou-se do partido, tornando-se um jornal independente de qualquer partido político, governo ou religião. Em 1970, o jornal foi um dos mais ferrenhos opositores ao governo Salvador Allende e, em 1973, apoiou o golpe militar de 11 de setembro e, depois, o regime militar do general Augusto Pinochet, com *El Mercurio* e com *La Nación*”.

25 “O jornal foi fundado em 15 de novembro de 1902 pelo proprietário do *El Mercurio*, Agustín Edwards Mac Clure, depois de ter feito uma viagem aos Estados Unidos para acompanhar o andamento da imprensa. A partir dessa viagem, Edwards implementaria uma série de reformas em sua empresa, começando com a transformação do *El Mercurio* em jornal matutino, e criando *Las Últimas Noticias de El Mercurio* “*The Latest News of El Mercurio*” (postado à tarde). O primeiro diretor de *Las Últimas Noticias* foi o escritor Joaquín Díaz Garcés”.

26 “Durante a década de 1980, o *La Nación* se tornou o meio oficial do governo Augusto Pinochet, em várias ocasiões, incluindo vários relatórios governamentais e publicações propagandísticas. Além disso, e seguindo a exemplo do modelo imposto pela revista *Ercilla*, começou a entregar livros gratuitos de escritores consagrados”.

27 O Movimento Esquerda Revolucionário nasceu em 1965 como uma organização política de viés marxista-leninista e guevarista chileno. Atuou como um movimento de tipo vanguardista dos setores operários e camponeses até a década de 1970.

pela DINA na Operação Colombo²⁸ que ocorreu no Chile entre os anos de 1974 e 1975. Jornais como o *El Mercurio*, *La Segunda*, *La Tercera*, *La Nación* e *Las Últimas Noticias*, lançaram os seguintes títulos em sequência: “Guerra entre miristas”; “Exterminados como ratones”; “El MIR ha asesinado a 60 de sus hombres”; “Purga mirista en Argentina”; “Purga en el MIR”. A justificativa dada por esses jornais ao desaparecimento de homens e mulheres do MIR, que eram os opositores da Ditadura de Pinochet, se dava por um suposto enfrentamento entre os próprios membros fora do país.

La Segunda, em conjunto a Álvaro Puga, mostrava-se numa tendência conservadora e de direita apoiando à Operação Colombo com a disseminação de notícias que meneassem a opinião pública a acreditar em tais narrativas. Em diversas manchetes deste período *La Segunda* se mantinha firme na defesa contra o comunismo e na personificação da imagem de Pinochet como o “salvador da democracia em Chile” como fora o artigo publicado em dia 31 de janeiro de 1986: “Libro de Pinochet pone el acento en la necesidad de la lucha ideológica contra el comunismo” que ressalta suas convicções políticas e a intenção jornalística de mostrar a sociedade que o novo regime não significava uma ‘tiranía arbitraria’ como era falado, e sim, de um novo conceito de ‘democracia autoritária’, protegida, integradora e tecnificada que “reorganizaria o país novamente eliminando seus comunistas”. *La Segunda* foi um jornal fundado em 1931, cuja empresa *El Mercurio S.A.P* é proprietária e cujos donos são a família Edwards, chefiada por Agustín Edwards Eastman. Seu filho, Cristián

28 A Operação Colombo é considerada o primeiro episódio da Operação Condor, que foi uma coordenação entre as ditaduras militares dos países do Cone Sul para eliminar opositores.

Edwards del Río, é o vice-presidente da empresa e o jornal atualmente adere à assinatura online.

A Revista *Análisis*, contudo, cuja editora ainda não era ativa nesse período, publicou anos depois um artigo sob título “Detenidos-Desaparecidos: El general Pinochet debe más de 119 explicaciones”²⁹ para interpor tais narrativas falsas construídas por aqueles jornais. Neste artigo, a revista deixa claro o sentimento de inquietude e desespero dos familiares das vítimas que saíram às ruas com cartazes pedindo ao presidente Pinochet respostas sobre o acontecido. Depois de dez anos sem uma resposta afirmativa sobre o caso, *Análisis* atacou o jornal *La Nación* – que havia registrado em seu diário o caso enquanto ‘un expurgo mirista en Argentina’ – e defendeu que em 1975, o regime tentou ocultar o problema dos “detidos desaparecidos”, para o qual desenhou um elaborado plano, em que contou com o apoio da imprensa uniforme e do Poder Judicial.

Análisis foi uma das “revistas opositoras” fundada no final dos anos 70 pela Academia de Humanismo Cristiano (AHC) - organismo criado pelo Arcebispo de Santiago e conduzido pelo cardeal Silva Henríquez para oferecer um espaço livre à investigação e reflexão em distintas áreas das Ciências Sociais e das Humanidades. A revista desde o seu início passou por ativas fiscalizações do Estado e manteve-se sob a tutela das autoridades impostas pela ditadura. Seu primeiro número saiu sob o nome de Academia sem solicitar a permissão das autoridades do governo e também pelo mecanismo de uma circulação restringida via inscrição em dezembro de 1977. O segundo número passa a chamar-se *Análisis* dirigido por Juan Pablo Cárdenas, que assinala que “el primer año circulábamos

²⁹ “Detido-Desaparecido: General Pinochet deve mais de 119 explicações”. Traduzido com www.DeepL.com/Translator

entre suscriptores de Santiago, el segundo, com suscriptores nacionales y extranjeros y el tercer año ya estábamos en provincias y en quioscos”³⁰. A revista passou por significativas modificações em sua direção e editora, além de constantes ameaças e repressões por parte do governo, mas manteve-se firme no seu objetivo de tornar público, os atos praticados pelo governo à sociedade.

Em setembro de 1983, a revista perdeu o patrocínio da Academia de Humanismo Cristão, enfrentando a difícil barreira de obter permissão para criar um novo meio e assim, as publicações mensais tiveram que lidar com a recusa de grandes gráficas e organizar uma rede de pequenos centros para sua produção³¹. Os Estados de Sítio impostos em meados da década de 1980 significaram o encerramento das publicações durante a qual foi publicado o boletim *Prensa Libre*, que foi distribuído pessoalmente a seus assinantes e atingiu 150 números. O ataque a Augusto Pinochet resultou no momento mais difícil que a equipe de Análisis teve de enfrentar, devido ao assassinato de José Carrasco³², jornalista e editor internacional da publicação. Todavia, diante desse cenário calamitoso, a revista resistia o quanto podia mostrando-se relutante em adotar a rota consensual e participar do plebiscito de 1988 propiciando a sua queda constante das vendas e seu encerramento definitivo em 1993. Diante do

30 “No primeiro ano circulamos entre assinantes em Santiago, no segundo ano entre assinantes nacionais e estrangeiros, e no terceiro ano já estávamos nas províncias e nas bancas de jornal”. Traduzido com www.DeepL.com/Translator

31 O apoio financeiro para o lançamento e operação da revista nesta ocasião, ocorreu de embaixadas, governos europeus e da Fundação Ford.

32 José Humberto Carrasco Tapia foi um jornalista chileno que lutou contra a censura imposta pela ditadura militar do general Augusto Pinochet no Chile. Líder do Movimento da Esquerda Revolucionária (MIR), foi jornalista de revistas, jornais e televisão durante as décadas de 1960 e 1970, incluindo *Punto Final*, *Gol y Gol* e *Analysis* e editor internacional da revista *Analysis*.

confronto entre as narrativas dessas mídias que se perduraram por mais de uma década, foi em 30 de maio de 2007 que a Justiça do Chile condenou à prisão 106 militares e policiais da Direção de Inteligência Nacional (DINA) por sequestrar e assassinar os 119 militantes do MIR que foram contrários à ditadura de Augusto Pinochet.³³

El estrangulador de Marta Ugarte (agosto de 1976)³⁴

O caso da jovem militante Marta Lidia Ugarte Román não foi diferente. A professora e membro do Comité Central del Partido Comunista de Chile foi em 9 de agosto de 1976 detida por agentes da DINA e, posteriormente, permaneceu confinada no setor denominado La Torre, em Villa Grimaldi. A Cruz Vermelha Internacional solicitou à Secretaria Nacional de Detentos, SENDET, informações sobre a detenção e, na ocasião, o presidente da Suprema Corte sustentou que o serviço de inteligência não tinha presos com esse nome. Em 12 de setembro de 1976, saiu a notícia no diário *El Mercurio* sobre a descoberta do corpo de uma mulher desconhecida, que havia sido encontrada por um pescador na praia de La Ballena, em Los Molles. Na notícia, *El Mercurio* presume a causa da morte por estrangulamento: “Con un pañuelo y este alambre el misterioso asesino ultimó a la desconocida”³⁵. O artigo do jornal também faz

33 Matéria disponível em: <http://www.adufpel.org.br/site/noticias/justia-chilena-condena-106-agentes-da-ditadura-priso>. Acessado em: 25/03/2022.

34 Crimen en las Playas de los Molles. Asesinada hermosa joven. Galeria de Prensa Daniel Arrieta y Alejandra Matus. Disponible en Los casos de la vicaria Los Archivos del Cardenal <http://www.casosvicaria.cl/temporada-uno/un=-padre-desesperado/?fbclid=IwAR1QcXsgQ-KOzMb8NiJwFbTxusF62e90np6E7wHbm5CbYbqQQni3MdCb-dhY>. Accedido en 15/03/2022.

35 “Com um lenço e este fio, o misterioso assassino matou a desconhecida”. Traduzido com www.DeepL.com/Translator

uso de adjetivos como “atractiva mujer” e “hermosa joven” para atribuir “justificativa” devassa do suposto estrangulamento à mulher. De acordo com as informações, a mulher teria sido assassinada por vários criminosos, bem como, falava-se em crime passional. Presumivelmente, ela teria morrido dias antes de ser encontrada.

No jornal *Las Últimas Noticias* – fundado em 15 de novembro de 1902 pelo proprietário do *El Mercurio*, Agustín Edwards Mac Clure – também porta-voz do governo, o título dizia: “Bestial Crimen en La Playa: Estrangulan a hermosa joven”³⁶. O mesmo complementa a notícia do jornal *El Mercurio*, dizendo que a jovem havia sido encontrada despida e com sinais de brutal violência no corpo. Dias depois, o jornal publicou uma nova notícia dizendo que a vítima seria uma turista estrangeira. Na revista *Análisis*, não há uma menção específica sobre o caso já que a revista passou a circular somente nos finais dos anos 70, mas posteriormente a esse período são recorrentes as menções ao nome de Marta Ugarte – enquanto membro e importante militante do Partido Comunista. Em março de 1991, a publicação do Relatório da Comissão da Verdade e Reconciliação³⁷, o Relatório Rettig, referia-se ao caso de Marta Ugarte, indicando que seu corpo:

?A Comissão concluiu com a convicção de que Marta Ugarte foi

36 Estrangulan a hermosa joven. *Últimas Noticias*. [artículo]. El rol de los medios en la Operación Colombo. Disponível em Ciper Chile. <https://www.ciperchile.cl/2008/05/29/el-rol-de-los-medios-en-la-operacion-colombo/> Acesso em: 25/04/2022.

37 Ainda em 1990, ano em que chegou ao fim a ditadura comandada pelo general Augusto Pinochet, foi instituída no Chile, pelo então presidente Patricio Aylwin, a Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação. Entre seus objetivos, estava prestar esclarecimentos a respeito das violações de direitos humanos cometidas entre 11 de setembro de 1973 e 11 de março de 1990, período em que o governo ditatorial esteve à frente do país.

detida e desapareceu à força por agentes violadores do Estado, que exerceram seus direitos humanos, o que é confirmado pelo fato de que seu corpo apareceu por acaso e seus captores tentaram escondê-lo jogando-o no mar.

Movimento Contra La Tortura Sebastián Acevedo (novembro de 1983)

A desintegração do Chile oficial começou em maio de 1983 (STEVE, 2009). Em “Grandes convulsiones: la guerra de la memoria en las calles, 1983-1986” o historiador Steve Stern sustenta que as lutas que estremeceram o Chile, durante a ditadura de Pinochet, levantaram uma cultura nas ruas de guerra pela “memória”, desestabilizando a legitimidade do regime militar: “[...] una romería, una huelga de hambre, un funeral o un escándalo público operaban como “nudos de memoria” que aparecían de súbito para interrumpir el flujo tranquilo del hábito, la apariencia del control”³⁸ (STEVE, 2009, p. 316). Essas manifestações massivas se oficializaram, segundo Steve, no começo de maio de 1983 e ficaram conhecidas como “Las protestas nacionales sociales”. Pese a repressão estatal, houve protestos de rua massivos em quase todos os meses entre maio de 1983 e outubro de 1984, até que a declaração do estado de sítio de novembro modificou em forma radical as coordenadas da organização, da comunicação e os riscos. Também um segundo ciclo de protestos sucedeu ao primeiro entre setembro de 1985 e julho de 1986: “Movidas por un ánimo menos exaltado y expansivo, eran expresión de una rutina ya conocida en

38 “[...] una peregrinación, una greve de fome, un funeral ou um escândalo público funcionavam como “nós de memória” que de repente pareciam interromper o fluxo calmo do hábito, a aparência de controle”. Traduzido com www.DeepL.com/Translator

la que participaba una comunidad comprometida”³⁹. (STEVE, 2009).

É diante desse cenário de manifestações que se afloraram na década de 1980 em Chile, diante da crise do cobre e em tons de oposição às torturas, aos crimes de mortes e as ameaças às liberdades de expressão provocadas pelo governo militar de Augusto Pinochet, que Sebastián Acevedo Becerra se tornou mais uma vítima do regime:

Al caer la tarde del viernes 11 de noviembre de 1983, Sebastián Acevedo, un obrero de la construcción de cincuenta años, se paró frente a la Catedral, situada en la Plaza de Armas de Concepción, y se roció parafina por todo el cuerpo gritando a los transeúntes que se iba a quemar si la CNI no devolvía a sus dos hijos, un joven e una muchacha. (STEVE,2009,p.327)

O pesadelo se tornou realidade quando Bezerra ateou fogo sobre seu corpo com queimaduras de 90% do corpo e morreu antes de meia noite no hospital de Concepción, sem ter obtido respostas sobre o paradeiro de seus filhos. Ainda hospitalizado sua filha María Candelaria foi liberada, “oficialmente, fue solo coincidencia que la soltaran en ese momento”⁴⁰ (STEVE,2009) e conseguiu falar por telefone com seu pai antes de morrer. Diante desse caso, o jornal *La Segunda* deu exclusividade para a reação do Pinochet, que lamentou a morte de Acevedo e justificou seu ato como provindo de uma falha mental e psicológica do mesmo.

39 “Movidos por um humor menos exaltado e expansivo, foram uma expressão de uma rotina familiar na qual uma comunidade empenhada participou”. Traduzido com www.DeepL.com/Translator

40 “Oficialmente, foi apenas uma coincidência que ela tenha sido libertada nessa altura”. Traduzido com www.DeepL.com/Translator

Ainda sobre a acusação à *Central Nacional de Informaciones* (CNI), o jornal reiterou a posição do Chefe de Estado, dizendo que os que pedem a dissolução da CNI são aqueles que tenham alguma situação que o possa afetar, especialmente os comunistas, os socialistas marxistas que estariam envolta de todas essas coisas.

O diário *El Mercurio* que já vinha retratando em seus diários esse ato de protesto enquanto “o mais sério desafio que havia enfrentado o governo em dez anos”, censurou um artigo detalhado que havia escrito o corresponsável da região, Julio Arroyo Kuhn e sepultou em suas páginas interiores um resumo do suicídio sem mencionar a tortura. O diário também noticiou o pensamento de Pinochet sobre a CNI: “CNI no será Disuelta”⁴¹; “Este organismo (CNI) les da seguridades a todos ustedes, a todos los ciudadanos”⁴², agregou o Presidente. *El Mercurio* também informou a opinião pública através da *División Nacional de Comunicación Social*⁴³ supostos envolvimento dos filhos de Acevedo em grupos de comunistas em ataques ao país: “Hijo de suicida estaba implicado en plan terrorista”⁴⁴. Em toda medida que não viam maneiras de censurar qualquer informação sobre o caso, os mesmos produziam novas narrativas que pudessem encobrir o acontecido e a CNI.

A repercussão do caso gerou comoção pública. *La Comisión Nacio-*

41 “A CNI não será dissolvida”. Traduzido com www.DeepL.com/Translator

42 “Este organismo (CNI) dá garantias a todos vós, a todos os cidadãos”. Traduzido com www.DeepL.com/Translator

43 Foi um órgão dependente do Subsecretário Geral do Governo chileno estabelecido durante a ditadura militar, funcionando desde o final de 1973 até 12 de fevereiro de 1992. Substituiu o antigo Gabinete de Informação e Radiodifusão da Presidência da República.

44 “Filho de bombista suicida estava envolvido em conspiração terrorista”. Traduzido com www.DeepL.com/Translator

nal *Contra La Tortura*⁴⁵ demonstrou repúdio diante do caso e da imprensa, e, em novembro de 1983, alguns dias depois do suicídio de Acevedo, mudaram o nome do grupo que passou a chamar-se *Movimiento Contra La Tortura Sebastián Acevedo*⁴⁶ (STEVE,2009), provocando um gigantesco engarrafamento de trânsito em frente as oficinas de *El Mercurio* e com faixas que diziam “ Que la CNI devuelva a mi hijos”; “Tortura en Chile: verguena mundial”; “Aquí se tortura” e “*El Mercurio* es cómplice”. O grupo cresceu significativamente até os seus trezentos participantes, denunciando o silenciamento da verdade por meio dos meios de comunicação. A Comissão levantou cartazes com nomes das vítimas da tortura, dos desaparecidos, além dos casos que não haviam sido informados ou apenas mencionados ou distorcidos pelo diário, e pontuaram cada nome com um grito de infâmia, “*El Mercurio* es cómplice!”.

A revista *Análisis* apoiou tais protestos convocando um clamor nacional que pedia o “Fin de la CNI” e atacava diretamente a imprensa oficial e as autoridades governamentais que tratavam o suicídio de Acevedo pejorativamente como “El caso bonzo”:

El sacrificio de Acevedo no remeció la conciencia de las autoridades, que optaron por el camino fácil de declararlo “loco”, pero sí remeció la del país y obligó a la CNI a poner en manos de las autoridades judiciales no sólo a los hijos de Acevedo sino, además, poner fin, temporalmente al menos, a la persecución contra

45 Criada para esclarecer a identidade de pessoas que sofreram privação de liberdade e tortura por razões políticas, por atos de agentes do Estado ou pessoas a seu serviço, no período entre 11 de setembro de 1973 e 11 de março de 1990, durante a ditadura militar do general Augusto Pinochet.

46 O grupo reivindicou a memória de Sebastián Acevedo. Sebastián Acevedo é registrado no Relatório Rettig como vítima da violência política da época.

militantes de la Izquierda, del PC, especificamente, que se había iniciado con el asesinato de Víctor Hugo Huerta Beiza, después de haberlo sometido a tortura. (ANÁLISIS, 2ª Edición, 1983, p.5)⁴⁷

São explícitas e diretas em cada página da revista e de seus números as denúncias das narrativas construídas pela imprensa oficial e pelo governo estatal, cuja ambição pelas referidas autoridades – e como referiu Álvaro Puga em uma cena do documentário *El diario de Agustín* – se traduzia que: “Na história chilena, 600 ou 800 mortes não são importantes. Matar comunistas em determinado momento era uma necessidade biológica para que os militares continuassem funcionando e era necessário para restabelecer o equilíbrio do país” (El Diario de Agustín). Desde então inúmeras narrativas eram construídas pelos diários de *El Mercurio*, *La Segunda* e os jornais oficiais para omitir os atentados as vítimas da ditadura provocadas pela CNI e as tropas militar.

Ainda neste período, a revista *Análisis* acusava mais uma vez à imprensa oficial de anunciar um suposto ataque de bombas no Parque O’ Higgins, quando neste local seria realizado mais uma concentração pacífica – planejada pela Aliança Democrática⁴⁸ e apoiada por todas as forças

47 “O sacrificio de Acevedo não abalou a consciência das autoridades, que optaram pela forma fácil de o declarar “louco”, mas abalou a consciência do país e obrigou a CNI a colocar nas mãos das autoridades judiciais não só os filhos de Acevedo, mas também a pôr fim, pelo menos temporariamente, à perseguição contra os militantes de esquerda, especificamente o PC, que tinha começado com o assassinato de Víctor Hugo Huerta Beiza, depois de o ter submetido à tortura”. Traduzido com www.DeepL.com/Translator

48 Em 1983 formou-se a Aliança Democrática (Republicanos, Liberais, Social. Democracia, Democracia Cristã, Partido Radical, União Socialista Popular, Partido Socialista Setor Briones ou Núñez), o Movimento Democrático Popular (Partido Socialista Setor Almeyda, Partido Comunista, MIR e outros grupos menores); o Bloco Socialista se dissolveu dois anos depois (Partido Socialista da Aliança; Esquerda Cristã, MAPU,

políticas opositoras que colaboraram em sua organização. Estima-se que nesta manifestação, reuniram-se cerca de 500 mil santiaguinos. “Fue una fiesta donde se expresó el sentir popular unitario”. Ainda assim, os chilenos que participavam desse protesto com a urgência de dizer basta as torturas, aos rebaixamentos, as prisões e de pôr fim a CNI, sofreram constantes ataques dos policiais após a concentração, que, segundo escreve a revista, “se sintieron en la obligación de usar después de la concentración sus bombas lacrimógenas, palos y guanacos”⁴⁹. *Análisis* ainda noticiou que, neste evento, apareceu para surpresa dos assistentes e organizadores da concentração a chegada até o parque do diretor de *El Mercurio*, Agustín Edwards, quem se fez acompanhar pelo ex secretário geral do governo e o atual executivo desse diário, Jovino Novoa: “Vieron com sus propios ojos lo que ocurría”⁵⁰. Escreveu então a revista que logo o jornal noticiou que “La cifra de manifestantes no pasaba de 85 mil”⁵¹.

A chegada do Papa Juan Pablo II (abril de 1987)⁵²

Nesta ocasião, o Papa Juan Pablo II visita o território chileno para ir de encontro às autoridades e a sociedade chilena em procissão de paz. O chefe espiritual dos católicos é rememorado por todos os seus fiéis e in-

MAPU Operário-Camponês, Convergência Socialista independentes).

49 “Sentiram-se obrigados a usar as suas bombas de gás lacrimogêneo, paus e guanacos após a manifestação”. Traduzido com www.DeepL.com/Translator

50 “Eles viram com os seus próprios olhos o que estava a acontecer”. Traduzido com www.DeepL.com/Translator

51 “O número de manifestantes não foi superior a 85.000”. Traduzido com www.DeepL.com/Translator

52 Juan Pablo habló para Chile. [artículo] *El Mercurio*. Disponível em El sitio de noticias online en Chile <https://www.emol.com/fotos/2242/#492729/Juan-Pablo-II-visita-Chile>. Acesso em: 28/03/2022.

terrogado pelos partidos opositores do regime que enviavam cartas sobre a situação interna do país. Após ter se reunido com Augusto Pinochet em ato cerimonial no Palácio de La Moneda e participado de conferências com o episcopado do Chile, Pablo II se reúne às 17 horas no parque O'Higgins em um encontro multitudinário no país. Ali, o papa beatificará a irmã Teresa de Los Andes e celebrará uma eucaristia ante a uma multidão que se calcula em 800 mil pessoas. Juan Pablo e os numerosos corresponsáveis estrangeiros que os tem visitado se levaram uma impressão nítida do repúdio nacional ao Ditador e seu Regime, assim como os propósitos da justiça e liberdade das grandes maiorias. “En ninguna otra visita papal puede haber quedado más clara la distancia que aquí media entre el Gobierno y el pueblo”⁵³, noticiava Análisis.

Ocorre que nesse momento, a poucos minutos da chegada do ônibus que trasladou até o Parque os periodistas, alguém deu aviso de uma maleta de aspecto suspeito que estava abandonada na área destinada à imprensa. Quando o veículo entrou por entre os assistentes, os primeiros incidentes começaram de imediato provocando conflitos entre a multidão e os policiais. Nas páginas do jornal *El Mercurio* em 09 de abril de 1987 o primeiro título da capa é publicado: “Identificados Violentistas del PC en el Parque”⁵⁴. Neste artigo, *El Mercurio* acusa os jovens que, supostamente, teriam causado os “excessos” durante a missa do Papa João Paulo II. Com isso, Iván Barra e Jorge Jaña foram torturados no Quartel de Borgoño embora, posteriormente, tenha sido comprovado que eles nunca

53 Concentración en Parque O'Higgins convocada por la Alianza Democrática, 18 de noviembre 1983 . Disponível em Memoria Chilena, Biblioteca Nacional de Chile <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-86162.html> . Acesso em: 10/02/2022.

54 “Violadores de PC Identificados no Parque”. Traduzido com www.DeepL.com/Translator

participaram de tais eventos. Meses depois, os jovens processaram Agustín Edwards Eastman por calúnia com publicidade, dando início a uma disputa judicial cujo desfecho teve implicações históricas: descobriu-se que Edwards teve contato direto com a CNI e, pela primeira e única vez, foi declarado culpado⁵⁵. Análisis, em contrapartida, registrou que não houve nenhuma tentativa de ataque pelas correntes opositoras ao governo e defendeu que:

Quienes hayan sido los provocadores y cualesquiera que fueran sus intenciones, recibieron el enérgico repudio por su acción irresponsable y criminal que - aparte de faltar el respeto a los católicos allí presentes - arriesgó sin sentido la vida y la seguridad de las personas. Impactados los periodistas se formularon otra interrogante: ¿a quién puede beneficiar hechos de esta naturaleza? (ANÁLISIS, 1987, p.7)⁵⁶

Conclusão

Com base no que se apresentou até este presente artigo, com a amostra de algumas notícias confrontadas entre os jornais El Mercurio, La Segunda e a revista Análisis, assim como de outros jornais que deram repercussão sobre os casos (La Tercera, La Nación, Las Ultimas Noti-

55 Ver caso completo em: https://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/_ed769_um_jornal_no_banco_dos_reus/. Acessado em: 26/04/2022; E <https://www.theclinic.cl/2017/03/05/dia-agustin-edwards-fue-declarado-reo-la-historia-los-jovenes-desafiaron-al-dueno-mercurio/> Acessado em: 26/04/2022.

56 “Quem quer que fossem os provocadores e quaisquer que fossem as suas intenções, eram vigorosamente repudiados pela sua ação irresponsável e criminosa que - para além de desrespeitarem os católicos presentes - arriscaram insensatamente a vida e a segurança das pessoas. Os jornalistas chocados colocaram-se em outra questão: “Quem se beneficia de tais atos? Traduzido com www.DeepL.com/Translator

cias) e de jornais internacionais tal como o argentino *Lea* e o brasileiro, *Novo O’Día*, pode-se reter algumas possíveis conclusões em torno da atuação da imprensa durante as duas décadas do regime e principalmente de como a representação das notícias em torno de cada veículo favoreceu uma ou mais opinião política e partidária naquele período. É notório que dentre os casos mencionados, (o desaparecimento dos membros do MIR; o estrangulamento de Marta Ugarte; o suicídio de Acevedo; os alardes no Parque O’Higgins e a chegada do Papa) os jornais *El Mercurio* e *La Segunda* assumiam ideologicamente uma posição a favor do governo e do ditador Augusto Pinochet. Os jornais com apoio e investimento do Estado e da CIA, investiram antes mesmo do golpe em campanhas publicitárias contra o presidente Allende e sua gestão, dando continuidade a essa ação pelos próximos anos que seguiram a ditadura (URIBE, 2009) propagando notícias que eram contrárias a quaisquer partidos de esquerda ou daqueles que se opunham ao governo. Tais notícias que foram representadas neste artigo, provam que tais jornais colaboraram com a violação dos direitos humanos que resultou na morte de ao menos 3.200 chilenos e 33 mil⁵⁷ pessoas torturadas e presas por razões políticas na ditadura (URIBE, 2009).

A maioria do Conselho Editorial e do Conselho de Redação do *El Mercurio* e de *La Segunda* – que faz parte da mesma empresa *Mercurio S.P.A* – tomaram cargos no governo durante a ditadura e estavam a par das notícias que deveriam ou não ser publicadas. Foi o caso por exemplo do colunista Hermógenes Pérez de Arce, conhecido por suas colunas ao

57 Dados disponíveis em: <https://www.dw.com/pt-br/chile-condena-20-ex-agentes-por-crimes-durante-a-ditadura-militar/a-45604044>. Acessado em: 26/04/2022.

El Mercurio nas quartas-feiras, onde teve mantido uma defesa do regime militar, em geral, e de Augusto Pinochet, em particular (URIBE,2009). La Segunda em termos de diagramação representou grande parte de seus títulos e capas do jornal de modo sensacionalista, na medida que provocasse um choque em seu leitor e que o mesmo acreditasse em tal matéria escrita. Desse modo, conseguia atrair atenção do público em suas publicações vespertinas. A revista *Análisis*, de modo antagônico, foi uma revista que durante a década de 80 no Chile declarou sua oposição fortemente ao governo e ao regime. Ela buscou a todo instante veicular notícias do cotidiano do regime e da tortura que eram omitidos pela imprensa oficial e ao mesmo tempo rebatia aquelas notícias que a imprensa oficial colocava como verdade, principalmente a que envolveram os grandes protestos e manifestações contra a ditadura durante a década de 80 e as mortes e desaparecimentos dos presos e exilados políticos da ditadura.

O confronto entre os fatos-notícias conduzidos por esses veículos demonstram como esse período instável que foi a ditadura no Chile, colocou em xeque a grande imprensa e a neutralidade de suas informações. (CAPELATO, 2015). A opinião pública em meio à “batalha de memórias” desencadeada pelo partidarismo dessas mídias - foi sendo corrompida na transparência dos fatos e manipulada por essas vertentes ideológicas. A despeito dessas análises, também se prescinde uma outra em torna da memória individual e da memória coletiva que é legada, diante das narrativas um tanto quanto ambíguas transmitidas por esses veículos. Jacques Le Goff⁵⁸ em sua obra *História e Memória* aponta que:

58 Historiador francês que se dedicou ao estudo da Idade Média. Fez parte da terceira geração da Escola dos Annales, dedicando grande parte de sua obra à História das Mentalidades.

Finalmente, os psicanalistas e os psicólogos insistiram, quer a propósito da recordação, quer a propósito do esquecimento (nomeadamente no seguimento de Ebbinghaus), nas manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição, a censura exercem sobre a memória individual. Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. (LE GOFF, p.368)

E completa que,

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. O esquecimento e silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação de memória coletiva. (LE GOFF, p.368)

Com isso Le Goff atenta para os riscos da manipulação da memória coletiva pelos grandes poderes (governo, mercado, imprensa) nas sociedades históricas, cujo potencial pode tornar a memória da ditadura, assim como dos direitos humanos, dos crimes de mortes e torturas – seja pelos olhos dos que viveram quanto dos que vivem no presente atual – como algo que deve ser esquecido ou que foi “necessário”⁵⁹.

Repercussão dos casos em outros jornais e mídias (1973-1990)

“Detenida en mayo 1976 y desaparecidos hasta hoy” Largometraje documental. 90min, 2008, (Santiago, Chile). Disponível em *El Diario*

⁵⁹ “Prácticamente limpamos os marxistas do país.” Augusto José Ramón Pinochet.

de Agustín <https://cinechile.cl/pelicula/el-diario-de-agustin/> Acceso em: 23/03/2022.

“El cuerpo de Marta Ugarte fue el único de los cientos de cuerpos de detenidos desaparecidos lanzados al mar, que apareció en una playa. Para ocultar este sistema de exterminio la DINA realizó el montaje de un crimen pasional”. *El Diario de Agustín*. Disponible em: <https://cinechile.cl/pelicula/el-diario-de-agustin/> Acceso em: 23/03/2022.

El Papa calificó de provocación brutal primitiva los incidentes del Parque. [artículo] Diario La Epoca. El Diario de Agustín. Largometraje documental. 90min, 2008, (Santiago, Chile). Disponible em *El Diario de Agustín* <https://cinechile.cl/pelicula/el-diario-de-agustin/> Acceso em: 23/03/2022.

Estrangulan a hermosa joven. Últimas Noticias. [artículo]. El rol de los medios en la Operación Colombo. Disponible em *Ciper Chile*. <https://www.ciperchile.cl/2008/05/29/el-rol-de-los-medios-en-la-operacion-colombo/> Acceso em: 25/04/2022.

González, Cornelio. Entre la fiesta y la tensión: el Papa Juan Pablo II en Chile . [Diario La Epoca] Disponible em *Memoria Chilena, Biblioteca Nacional de Chile* <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-81502.html> . Acceso em: 28/03/2022.

Operación Neltume: Desenredando la madeja [artículo] La Ercilla. Disponible em *Museo de la Memoria y los Derechos Humanos* <http://www.bibliotecamuseodelamemoria.cl/gsd1/collect/textosym/index/assoc/HASH03f0.dir/00000583000001000005.pdf> Acceso em: 28/03/2022.

Plan terrorista preparaba hijo del suicida a lo bonzo. *Galeria de*

Prensa Daniel Arrieta y Alejandra Matus. Disponível em Los casos de la vicaria Los Archivos del Cardenal <http://www.casosvicaria.cl/temporada-uno/un-padre-desesperado/?fbclid=IwAR1QcXsgQ-KOzMb8Ni-JwFbTxusF62e90np6E7wHbm5CbYbqQQni3MdCbdhY>. Acesso em: 15/03/2022.

Terroristas chilenos no interior da Argentina. [artículo] La Tercera. El rol de los medios en la Operación Colombo. Disponível em *Ciper Chile* . <https://www.ciperchile.cl/2008/05/29/el-rol-de-los-medios-en-la-operacion-colombo/> Acesso em: 15/03/2022.

La vendeta chilena; Los que callaron para siempre [artículo] Revista Lea. Disponível em *Museo de La Memoria y Los Derechos Humanos* <https://web.museodelamemoria.cl/sobre-las-colecciones/pieza-del-mes/revista-lea/> Acesso em: 23/03/2022.

Referências

- CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana & PRADO, Maria Ligia Coelho (orgs.). *História das Américas: fontes e abordagens históricas*. São Paulo: Humanitas, 2015.
- STEVE, J. Stern. *Grandes convulsiones: la guerra de la memoria en las calles, 1983-1986*. Luchando por mentes y corazones. Las batallas de la memoria en el Chile de Pinochet. (1973-1998). Ediciones Universidad Diego Portales, Santiago, 2009.
- CRUZ, Eduardo Santa. *Prensa y Sociedad en Chile, Siglo XX*. Editorial Universitaria, 2015. Enlaces. 1ª ed. - Santiago.
- LE GOFF, J. *História e Memória*. São Paulo: Ed. Unicamp, 1996. [origi-

nal dos ensaios: 1987-1982] [original do livro: 1982].

URIBE, Armando. *El Diario de Agustín: cinco estudios de casos sobre El Mercurio y los Derechos Humanos (1973-1990)*. 1ª ed. - Santiago: LOM Ediciones; 2009.

Revolución Marica: a homosexualidade anticapitalista e revolucionaria na revista do grupo argentino Frente de Liberación Homosexual

Álvaro de Souza Carneiro Salles

Graduado em História, UFES, Espírito Santo

Introdução

Podemos marcar no século XX o surgimento de um novo grupo social. A homossexualidade, antes apenas um rotulo médico, uma patologia, se tornou uma identidade. O que antes eram indivíduos considerados doentes passaram a se identificar como uma comunidade com uma história em comum. “As minorias sexuais tornam-se multidões.” nas palavras de Paul Preciado (PRECIADO,2011, p 14).

Por definição heterogênea, a comunidade LGBTQ+ produziu uma vasta quantidade de materiais acadêmicos e panfletários buscando recuperar uma história da homossexualidade que teria sido apagada da “história oficial”, fazendo leituras anarquistas, psicanalíticas, marxistas ou assimilationistas sobre a dissidência sexual e reflexões sobre quais deveriam ser os objetivos da comunidade. Buscar aceitação e assimilação com o mundo heterossexual ou renegá-lo e criar uma identidade própria? Lutar para que casais homoafetivos possam se casar legalmente e constituir uma fa-

mília nuclear ou pelo fim dessas instituições? Qual o lugar da dissidência sexual e de gênero no mundo capitalista e em sociedades majoritariamente cristãs? Qual o lugar da dissidência sexual em relação ao nacionalismo? Tais perguntas até hoje ecoam nos debates da comunidade.

Esse trabalho surgiu não só da vontade de contribuir para a vasta produção acadêmica já feita acerca da história dos sujeitos LGBT+ como também do desejo de aumentar o número de textos em língua portuguesa sobre a história do movimento na América Latina. O foco será na publicação considerada como sendo a primeira latino americana voltada para o público homossexual: a revista argentina *Somos*. Publicada em forma de fanzine pela *Frente de Libertación Homosexual* (FLH) entre os anos de 1973 e 1975 junto com o manifesto *Sexo y Revolución* e panfletos distribuídos pelo grupo, a revista fazia parte do projeto político comunista do grupo que via na homossexualidade um potencial revolucionário. O presente trabalho foca na visão de revolução sexual e homossexualidade revolucionária que era divulgada pelo grupo nas suas publicações e a difícil relação da FLH com demais grupos de esquerda.

Por ser uma revista com seis volumes que surge como resultado da coalizão de dez grupos tão diferentes (trabalhadores homossexuais, estudantes, poetas, anarquistas, homossexuais cristãos, feministas e grupos lésbicos) a *Somos* trata de uma vasta gama de assuntos. Para este trabalho o recorte será em textos referentes a homossexuais masculinos e em textos que falam da homossexualidade no geral. A quantidade de artigos referentes à lesbianidade e feminismo argentino renderia um trabalho próprio.

Metodologias

Le Goff, em seu texto *Documento/Monumento*, define o monumento como uma herança do passado:

(...) monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, atos escritos. (...) O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos (LE GOFF, 1990, p 535).

O texto faz um histórico sobre a relação do trabalho do historiador com as suas fontes e da preferência do positivismo pelo documento (definido por Le Goff como um material da memória escolhido pelo historiador, ao contrário do monumento) tomado como sendo “o fundamento do fato histórico, ainda que resulte da escolha, de uma decisão do historiador, parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica. A sua objetividade parece opor-se à intencionalidade do monumento.” (LE GOFF, 1990, p 537)

Esta objetividade é botada em xeque pelos historiadores pertencentes à escola dos *Annales* que consideravam a própria existência do documento e a forma como este chegou às mãos do pesquisador como sendo uma refutação desta aparente “imparcialidade”. Para Le Goff em cada documento existe um monumento, esse nunca seria inocente, objetivo ou inócuo e sempre traria consigo uma bagagem acerca do seu momento, cultura e imagem que quer passar para o futuro (LE GOFF, 1990, p. 546). O documento funciona como um “Inconsciente cultural” como o autor

cita. Apenas a análise do documento enquanto monumento permite o acesso do pesquisador a esse inconsciente, ao que o documento não diz. Independente da veracidade do documento ou não (LE GOFF, 1990, p.548). “O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente - determinada imagem de si próprios”. (LE GOFF, 1990, p. 549)

A revista *Somos* (assim como panfletos, fanzines e jornais LGBTQIA+ que surgiram ao longo do século XX) pode ser vista como um monumento da história LGBTQIA+. Um legado voluntário e involuntário que, para além do discurso feito como resposta a alguma questão contemporânea ao momento em que foram escritos, guardam em si também a imagem que o grupo possuía de si mesmo, suas projeções para o futuro, indícios de como funcionavam suas relações sociais.

Trabalhar com jornais e revistas envolve uma sensibilidade diferente da que se precisa para trabalhar com livros. Beatriz Sarlo em seu texto *Intelectuales y revistas: razones de una práctica* pontua a diferença primordial entre uma revista e um livro: a revista é sempre relativa ao presente, sua escrita, seus temas, a sua organização, tudo é fruto de uma busca de não apenas representar o presente, mas intervir e modificá-lo diretamente (SARLO, 1992, p 14). Sempre que uma revista é criada é porque, naquele determinado momento, se sentiu que isso era algo necessário e que a conjuntura pedia por uma ação imediata.

Como a própria autora diz: “nada mais velho do que uma revista velha” (SARLO, 1992, p. 9), as revistas perdem rapidamente a sua aura e “envelhecem de modo quase patético”, tudo o que é publicado nelas já é publicado sabendo que rapidamente se tornará datado e desatualizado.

Talvez justamente por isso são de grande utilidade para o historiador pois nela é visível a visão de futuro que aquele presente guardava além de ser uma fonte importantíssima para estudiosos da intelectualidade latino-americana, pois esses eram os locais onde eles digladiavam com suas ideias. A revista *Somos*, por exemplo, nos possibilita ver o que homossexuais tanto da academia quanto de sindicatos viam como sendo essencial para se denunciar e debater na Argentina no contexto do início dos anos 70.

Para analisar as revistas a autora aponta vários pontos que não serão usados neste trabalho devido à natureza das fontes. Sarlo fala da importância de analisar não somente os textos, mas toda a composição da revista, o uso de fotografias, a ordem dos textos e o editorial pois a revista, mais do que só publicar textos, também busca “mostrar” os textos (SARLO, 1992, p. 11). A revista *Somos* por não ser uma revista oficial não contém várias características típicas de revistas: ela por exemplo não conta com índice e nem com editorial, a maior parte das imagens são desenhos feitos direto no papel mimeografado, e a grande maioria dos textos era anônima ou assinada com pseudônimos. Aproximando-se assim mais de um panfleto do que de uma revista.

Ainda que num primeiro momento o Grupo Nuestro Mundo tenha produzido panfletos com o objetivo de conscientizar heterossexuais acerca da naturalidade da homossexualidade, a revista *Somos*, produzida anos depois, não possuía este publico alvo (INSAUSTI, 2019 p. 4) .O público da revista também era bem claro: os homossexuais. Ela não tinha o objetivo de levar o debate para um público heterossexual, mas sim informar aos homossexuais sobre formas de lidar com a repressão policial, acontecimentos internacionais, o potencial revolucionário da sua sexuali-

dade e compartilhar diferentes experiências não heteronormativas através de textos literários ou jornalísticos-. Tal público relativamente restrito e a forma independente de produção e distribuição permitiu à revista mais liberdade na hora de abordar temas tabus como a repressão aos homossexuais cubanos, prostituição masculina, sexo em banheiros públicos entre outros.

Apesar das peculiaridades da revista em questão, seguirei em grande parte o método de analisar a ordem dos textos (mostrando assim quais assuntos a FLH considerava como sendo mais importantes), o objeto revista e o texto em si e a forma como ele captura expectativas dos membros da organização e representa o presente dos envolvidos. As edições da revista *Somos* serão usadas como um monumento que carrega, para além dos assuntos imediatos, as expectativas da sua época e a visão de um grupo que pouco a pouco estava passando a se ver como uma comunidade mais ampla.

Sexo y revolución: A Argentina, as esquerdas e a homossexualidade no século XX

A história da Argentina no século XX pode ser descrita como marcada por turbulências. Seis golpes militares, uma longa história com lutas de sindicatos, de momentos de crescimento econômico seguidos por crises de desemprego e inflação além de ter sido palco de um dos acontecimentos mais marcantes da história da América Latina: o Peronismo. A devoção causada pelo casal Juan e Eva Perón é algo inigualável em toda América e a sombra de influência dos Perón marcaria todo o resto do século XX sendo constantemente citada em gritos e palavras de ordem

durante os protestos que ocorreram nos governos que se seguiram.

Após nove anos de governo, Juan Perón é deposto em 1955 após um golpe militar e obrigado a fugir para a Europa num exílio que durou 17 anos. Durante esse tempo longe do país outro golpe militar ocorreu e levou ao poder Juan Carlos Onganía, ditador que não só instaurou leis de cunho moralizante (proibição da minissaia por exemplo) como também retirou o direito às greves, congelou salários, tirou a autonomia de universidades e abriu o país para o capital estrangeiro. As revoltas que seu governo gerou acabaram levando a criação de grupos paramilitares de esquerda como os a FAP (Fuerzas Armadas Peronistas) e os Montoneros (organização de guerrilha urbana de extrema esquerda), grupos que, ainda que fossem fortemente inspirados pelo pensamento marxista e por Fidel Castro e Che Guevara, pediam o retorno de Perón e do governo democrático. O governo militar apoiado fortemente numa cartilha moral, católica, conservadora e anticomunista não foi capaz de criar um plano econômico e conter a inflação. Onganía passou a sofrer uma pressão popular crescente inclusive de setores da sociedade que num primeiro momento apoiaram seu governo.

A ditadura de Onganía teve seu fim em 1970, Juan retornou do exílio com a sua nova esposa, Maria Estela “Isabelita” Perón, e foi eleito presidente novamente em 1973. Apesar do otimismo inicial, o novo governo decepcionou a grande parte dos grupos guerrilheiros do período: Perón foi categórico ao se mostrar como não sendo de esquerda e condenando as guerrilhas. As medidas implantadas no novo governo não foram capazes de conter a inflação e a *Campaña de Moralidad* foi alvo de grande crítica entre grupos homossexuais da época.

Em meio a esse tumultuado contexto surge o grupo *Nuestro Mundo* em 1967, criado por Hector Anabitarte, ex-membro do partido comunista, tendo o motivo de sua expulsão sido justamente a sua homossexualidade. Sendo pioneiro na América Latina o grupo reunia militantes de classe média baixa e sindicalistas que se reuniam para debates políticos acerca de opressões sociais, culturais e sexuais e para produzir boletins promovendo a libertação gay.

A primeira formação do grupo *Nuestro Mundo* ocorreu entre homossexuais de classe média baixa (vários deles membros de sindicatos), jovens vindos do interior e ex-membros do partido comunista. Green (2003, p. 26) aponta que as experiências anteriores dos participantes foram essenciais para a criação do grupo, pois já eram familiares com operações clandestinas e semi-clandestinas e com visões marxistas-leninistas de “encorajar ações políticas vanguardistas em nome da consciência política ainda embrionária na classe trabalhadora”, que se tornaram indissociáveis das ações do grupo.

A coalizão do grupo *Nuestro Mundo* com demais grupos da época formou em 1971 a *Frente de Libertación Homosexual* (FLH). Resultado da união com demais grupos interessados nos ideais de revolução sexual e do fim da repressão aos homossexuais como o *Bandera Negra* (um grupo anarquista), o *Grupo Safo* (grupo de lésbicas), o *Grupo Eros* (grupo de estudantes universitários, poetas e com certa experiência na militância de esquerda) e grupos de homossexuais cristãos.

Em 1973 a FLH cria a revista *Somos*, publicada bimestralmente em formato de fanzine numa tiragem de aproximadamente 500 exemplares. As edições eram bastante rústicas tendo os primeiros números cerca de

30 páginas. Os dois últimos exemplares - publicados em dezembro de 1975 e em janeiro de 1976 - tiveram esse número drasticamente reduzido para apenas cinco páginas (KLOCKER, WILD;2018; p 357). Além da revista, também foi produzido o manifesto *Sexo y Revolución* em 1973, que deixa clara a vertente anticapitalista seguida pelo grupo mas crítica ao marxismo tradicional. Também publicam diversos panfletos como *La juventud y la miseria economica y sexual* que buscavam denunciar os males do capitalismo e os rumos que o governo Argentino estava tomando que, na visão deles, se aproximava perigosamente do fascismo. Utilizando uma escrita que mistura elementos poéticos, literários e jornalísticos, a revista buscava tanto espalhar as ideias revolucionarias do grupo quanto também denunciar violências e censuras, advogar pelo fim dos decretos policiais usados contra população homossexual, noticiar acontecimentos internacionais relacionadas a movimentos e pessoas gays e lésicas, criar um sentimento de comunidade entre a população homossexual portenha e colocar a FLH como um grupo de esquerda legítimo (KLOCKER, WILD; 2018; p 358).

Apesar de ter sido uma organização de esquerda, revolucionária e com tendências peronistas, a FLH era rechaçada por organizações marxistas e peronistas tradicionais. De forma generalizada, esquerda mundial não via a homossexualidade com bons olhos e, com frequência, agia de forma homofóbica. Em seu livro *Heróis e Exílios* Tom Ambrose fala sobre como desde Karl Marx e Frederich Engels já era possível ver uma forte reprovação à homoafetividade. Engelsem especial era conhecido por condenar o que considerava como “abominável prática da sodomia” (2011, p.150). Embora a União Soviética em um primeiro momento tenha descriminalizado a prática da sodomia, o governo de Stalin passou a conectar

sodomia com traição e, inclusive, coma ascensão do fascismo chegando a ser razão para exílio na Sibéria. Ambrose cita uma frase do escritor russo Maximo Gorki que declarou ao jornal *Pravda* “destrua os homossexuais e o fascismo desaparecerá” (AMBROSE, 2011, p. 151).

Durante praticamente todo o século XX parte majoritária da esquerda marxista reprovou a homossexualidade sob a justificativa de se tratar de uma perversão burguesa e algo contrarrevolucionário. James Green em seu texto “*Quem é o homem que vai me matar?*”: *Homossexualidade, masculinidade e luta armada revolucionária nas décadas de 60 e 70 do século passado* aponta um diferencial na esquerda latino-americana: a revolução cubana e seus líderes revolucionários. A existência de um país socialista na América teve uma influência clara na esquerda e nos grupos guerrilheiros latinos. Che Guevara e Fidel Castro se tornaram símbolos não só da revolução, mas também da masculinidade e do “novo homem” que surgiria junto ao comunismo.

A popularidade da imagem de Che Guevara, de longos e esvoaçantes cabelos, barba cerrada e boina preta, personificava a masculinidade revolucionária. Ele era um rebelde com uma causa, disposto a deixar seu país e amigos, pegar um rifle e sacrificar sua própria vida em nome de sua luta. (GREEN, 2013, p. 4).

A relação do grupo com o peronismo sempre foi marcada por tensões. O texto *Sufoco na Argentina: Um Histórico da Repressão aos Homossexuais na Terra de Videla*, publicado no jornal *Lampião de Esquina* destaca o papel que os decretos policiais criados por Perón que puniam “contrações” como prostituição, vadiagem e outros comportamentos “imorais”

foram usados para perseguir homossexuais não apenas em seu governo mas nos que se seguiram nas décadas posteriores (SUFOCO,1980,p.15). Sendo usado com maior ou menor intensidade dependendo do grau de conservadorismo do governo vigente. Ainda que a FLH tivesse proximidade com o peronismo por ver nele um potencial de apelo para as massas, a ligação direta de Perón com os decretos policiais e as políticas de moralidade de seus governos tornava essa relação espinhosa e unilateral.

Um acontecimento que representa a tensa relação da FLH com os demais grupos peronistas e de esquerda do período foi a recepção de Perón ao retornar de seu exílio. Com o anúncio do retorno de Perón e de que novas eleições presidenciais seriam feitas, uma marcha em grande escala foi organizada para recepcioná-lo no aeroporto em junho de 1973. A FLH participou da caminhada carregando uma faixa escrita “*Para que reine en el pueblo el amor y la igualdad - Libertad a los presos políticos. FLH*”. Segundo relatos, durante o percurso o grupo foi isolado por militantes que temiam serem confundidos como sendo parte do grupo (BAZAN, p 355). A marcha terminou de forma violenta quando peronistas de vertentes diferentes entraram em confronto resultando em intervenção do exército interveio e em um tumulto que forçou o avião que levava Perón a pousar em outro aeroporto de Buenos Aires. O evento ficou conhecido como Massacre de Ezeiza.

Um dos responsáveis pelo Massacre de Ezeiza, tenente coronel Jorge Osinde, chegou a declarar publicamente que a Juventud Peronista (JP) e Montoneros eram “homossexuales y drogacitos”. A resposta dada pela organização foi a criação das palavras de ordem “*No somos putos/ no somos faloperos/ somos soldados de Evita y Montoneros*”, deixando clara a impossi-

bilidade de existir uma relação entre a FLH com elas (BAZAN, p. 365).

Organizações como PRT/ERP e os Montoneros possuíam códigos morais rígidos que ditavam como deveria ser o comportamento do “homem novo”. Textos como *Código de Justicia Penal Revolucionaria* (1975) e *Moral y proletarización* (1972) descrevem como os militantes deveriam se comportar em relação, entre outras coisas, ao seu parceiro, ao amor, as responsabilidades e a moral sexual (GONZALEZ, p. 7). Não apenas coisas como a homossexualidade e o adultério eram reprovadas como também a própria ideia de uma revolução sexual.

Em meio ao agressivo cenário da Argentina dos anos 70, que se encontrava assolada pela inflação e pela crise política, e sendo atacados tanto pela esquerda quanto pela direita, os membros da FLH cavaram para si um espaço. Embora fosse um grupo com viés anticapitalista e revolucionário não poupavam críticas à esquerda (inclusive ao regime cubano e aos decretos policiais criados no governo Perón) e, na revista *Somos* e em seu manifesto *Sexo y Revolución* eles apresentam a visão bem própria que tinham do papel da sexualidade na revolução e, ao contrário da visão comumente pregada por membros da esquerda da época, viam a homossexualidade como algo intrinsecamente anticapitalista.

“Miséria sexual”: Liberação sexual e revolução

A revista *Somos* não foi a primeira publicação da FLH. Ainda em sua formação original, o grupo *Nuestro Mundo* chegou a publicar no ano de 1968 um boletim homônimo que descrevia como *Boletín editado por homosexuales de Buenos Aires*. Entre 1968 e 1970 foram lançadas quatro edições do boletim com cerca de quatro páginas cujo conteúdo difere

muito do que se encontraria na revista *Somos*. A publicação buscava sensibilizar o leitor das violências sofridas pelos homossexuais colocando-os no lugar de vítimas e buscando se legitimar através do discurso científico (INSAUSTI, 2018, p. 4).

Publicado antes da junção de *Nuestro Mundo* com demais grupos que formaram a FLH, esses textos são bons exemplos da mudança de perspectiva que ocorreu dentro da organização. Como Santiago Joaquin Insausti aponta em seu artigo, eles buscavam não apenas inspirar compaixão e empatia nos leitores com estes relatos, mas também usar argumentos científicos para provar a naturalidade da homossexualidade.

Esse discurso iria se alterar radicalmente com o surgimento da FLH e o envolvimento de grupos de estudantes de filosofia e letras, anarquistas e feministas. O formato da revista *Somos* possui similaridades com o boletim *Nuestro Mundo* (continuou a tratar de assuntos culturais, relatos pessoais, a realizar denúncias e a trazer notícias internacionais), mas, criada num momento de redemocratização e de fortes agitações políticas na Argentina (formação de grupos guerrilheiros e novo governo de Perón) a revista *Somos* iria disputar lugar com o regime de sexualidade heteronormativo (VESPUCCI, 2011, p. 176). Grande parte das propostas que a FLH defendia e a ideologia do grupo podem ser encontradas no manifesto *Sexo y Revolución*. Publicado em 1973, o texto se trata de um dos vários panfletos feitos pelo grupo para além da revista *Somos*, mas nele se encontra resumida toda a visão do grupo em torno da homossexualidade, sexo, marxismo e revolução.

O manifesto, escrito de forma mais teórica que os conteúdos normalmente presentes na revista, aponta a repressão sexual como um meio

de dominação capitalista, pois, a partir do momento em que a repressão de algo natural como a sexualidade é normalizado (“introducir la dominación del sistema en la mente” como é dito no panfleto) outras opressões também são. As crianças são uma parte essencial dessa análise pois ela possui uma sexualidade referida como “perverso polimorfo”, sentindo impulsos que precisam ser controlados e dominados pela família. A instituição familiar é considerada a base desse sistema por ser responsável por oprimir a sexualidade infantil e por reproduzir relações de poder que existem nas fábricas e no mundo exterior. A figura paterna, por exemplo, é comparada com a polícia e com o capitalista que explora os trabalhadores, mas no seu caso esse estaria oprimindo e explorando a esposa e os filhos (SEXO Y REVOLUCION, p 5-6).

Essa dominação resultaria no que o texto chama de “genitalización”, a redução da sexualidade apenas nas áreas da genitália. Dessa forma o corpo deixa de ser algo com potencial para gerar prazer e se torna “en instrumento de producción alienada, dejando a la sexualidad sólo lo indispensable para la reproducción.”(SEXO Y REVOLUCION, p 6). Dentro de um sistema que privilegia o gozo apenas para o homem (SEXO Y REVOLUCION, p. 3), a mulher é reduzida ao papel de reprodução e relações sociais são controladas através da divisão entre comportamentos considerados aceitáveis ou perversos. Nessa leitura uma mudança apenas econômica não seria capaz de por fim a opressão e a desigualdade. Fazendo uso do slogan popularizado pela segunda onda feminista, o panfleto afirma que o pessoal é político e que a liberação da sexualidade é essencial para uma sociedade menos desigual: “El sexo mismo es una cuestión política” (SEXO Y REVOLUCION, 1973, p. 9).

Ao falar sobre o local ocupado pelo homossexual (tanto homem quanto mulher) nesse sistema o manifesto diz:

Aquellos individuos que no cumplen con el rol sexual establecido, los homosexuales, son vividos como un máximo peligro por este sistema, en tanto que no sólo lo desafían, sino que desmienten sus pretensiones de identificarse con el orden de la Naturaleza. Nada en las ciencias biológicas nos autoriza a sobrevalorar una forma de relación sexual en detrimento de otra. La desexualización del cuerpo humano es obra de la cultura (SEXO Y REVOLUCION, 1973, p. 7).

A homossexualidade, então, teria um potencial revolucionário e anticapitalista por ser uma forma de existir em que a sexualidade está ligada apenas ao desejo e ao prazer, não à reprodução. “El amor homosexual en cambio, solo produce amor, no puede producir ninguna otra cosa que amor(...)” (SOMOS 6,1975, p 10) Por essa razão a homossexualidade seria inútil ao capitalismo que a despreza e a estigmatiza como “degenerada” e “anormal”.

O documento reforça temas abordados ao longo das edições da revista *Somos*: a homossexualidade como algo natural, crítica aos movimentos de esquerda que atacam os homossexuais, crítica ao machismo (que oprime também homens homossexuais) e à exploração da mulher. O uso de citações de obras de Marx e de conceitos como estrutura e superestrutura coloca o panfleto como mais uma forma da FLH de se afirmar como uma organização de esquerda legítima e que disputa o discurso acerca de como uma revolução deveria ser.

O formato de manifesto faz *Sexo y Revolucion* ser mais duradouro do que edições regulares da revista *Somos* que, por lidarem com assuntos imediatos, tiveram menos chance de manter a sua atualidade e relevância nos meses posteriores. O potencial de uma resposta imediata a alguma situação do presente permite observar como o tema da revolução era abordado de diferentes formas. Dentro da lógica da FLH, libertação, homossexualidade e família são três temas indissociáveis pois essa só seria possível com a destruição da família e como a participação dos homossexuais (INSAUSTI, 2010, p. 176).

Na revista podemos ver o tema sendo abordado de forma direta em *Los Homosexuales Somos Hermosos o qué es ser un hombre?* que abre a terceira edição da *Somos*. Os papéis sociais de homens e mulheres são questionados e tratados como uma construção, não algo natural: “Son tan naturales como los de una actriz o un actor en el teatro”. O homem é criado para ser dominador, autoritário e competitivo e os homossexuais, especialmente as “locas” (homossexuais afeminados), se esforçam para serem reconhecidos dentro desse tipo de masculinidade (ou para serem “passáveis” como o texto diz). Vários homossexuais se disfarçavam de “opressores” (termo usado constantemente ao longo da revista) mesmo sem terem realmente os privilégios destes. As “locas” e “maricas”, segundo a visão da FLH estariam fazendo uma “rebelião silenciosa” contra a noção da masculinidade e feminilidade como algo natural.

La lucha contra el macho opresor, dominador de mujeres, de homosexuales y del mundo recién comienza. La identidad homosexual de que hablamos no puede salir más que de nosotros mismos, de nuestra unidad, de nuestra solidaridad, de nuestro orgullo, y de

nuestro creciente amor entre nosotros. Este será uno de nuestros aportes fundamentales a la revolución que se construya día a día. (SOMOS n. 3, 1974, p. 7).

O trecho é seguido pela tradução de uma lista escrita pela feminista bissexual norte-americana Kate Millet (que na época se declarava lésbica). Publicado na revista nova iorquina *Gay Magazine* o texto elenca oito pontos que precisam ser mudados pela revolução sexual, tais como: a reavaliação do que é considerado masculino e feminino, fim da opressão das crianças, fim do patriarcado, liberdade e “completo status humano” para a mulher e permitir que o sujeito possa construir a sua personalidade sem os limites do que é considerado homem e mulher. (SOMOS n. 3, 1974, p. 8). A sequência dos dois textos não apenas reforça a proximidade da FLH com o movimento feminista da época como também reforça a percepção do patriarcado e dos papéis atribuídos aos homens e às mulheres como sendo a base da opressão não só de mulheres heterossexuais e homens homossexuais mas de toda a sociedade.

Se a denúncia e a revolta eram necessárias para uma revolução, para a libertação sexual era necessário o fim da vergonha. “*Somos rescata la sensibilidad y la emotividad dela subcultura homosexual porteña*” como diz Santiago Insausti. A construção do que podemos considerar um “orgullo marica” é perceptível nas ilustrações de homens e mulheres se acariciando, ilustrações de homens semi-nus, nas capas das revistas (como a primeira edição com a ilustração de um gaúcho afeminado e a capa da quarta edição com uma figura andrógina) e nos artigos e poemas exaltando as relações homossexuais e criticando aqueles que reproduzem comportamentos de homens héteros.

É válida a comparação entre o texto *Reportaje* publicado no boletim da *Nuestro Mundo* em 1970 e o texto de mesmo nome que se encontra na revista *Somos* nº 3 de 1974. Enquanto o primeiro buscava uma sensibilização do leitor com o relato de um homossexual falando como a sua condição o condenava à solidão, a *Somos* n. 3 entrega o oposto.

O relato *Reportaje* publicado no *Boletim Nuestro Mundo* é composto de um parágrafo que consiste na descrição feita por um homem de 49 anos, casado e homossexual falando da incapacidade de relacionamentos homossexuais serem prolongados. Ao ser perguntado se um homossexual pode ser feliz ele responde “no en la medida que viva pendiente de un afecto” e que mesmo os momentos de felicidade são estragados pela insegurança de não saber por quanto tempo isso vai durar. O homem completa dizendo que mesmo com a possibilidade da mudança de sexo o homossexual estaria condenado a uma vida dupla: “En su vida, pueden sentirse más cómodos, pero en el plano sentimental seguirán frustrados como antes, pues no serán aceptados como un hombre o una mujer normales.” (NUESTRO MUNDO,1970,p.4).

Já o relato publicado na *Somos* é de um homossexual anônimo que pertence a um dos grupos integrantes da FLH. Ele descreve a sua relação com a religião (dizendo que os evangelhos em si não criticavam a homossexualidade e por isso não via como sendo contraditório), os seus primeiros amores, a vez que foi preso e a sua relação com a militância da FLH. Ele frisa no início como gosta de ser homossexual e poder fazer algo para ajudar pessoas iguais a ele. No primeiro parágrafo ele diz:

Charlando, estando en el Frente, llegué a comprender que me sien-

to feliz de ser homosexual. Antes no me aceptaba, luchaba por no serlo. Hice una pila de cosas por no ser homosexual. Me metí en un convento, con yogas, budistas, psicólogos, psiquiatras, Ahora siento como un palcer en serlo. He llegado a la conclusión de que no soy un enfermo, un condenado o un monstruo. Me siento feliz. A partir sentri, vivir, una relación nueva, no vergonzante, con otros homosxuales, leer literatura liberacionista (lloré cuando leí el ‘Homosexual y su liberación’, ‘El Señor es mi pastor y El sabe que soy homosexual’), participando en el grupo del Frente, reflexionando sobre el ser humano, su naturaleza, me siento como assumiendo naturalmente mi homosexualidad. Puedo afirmar que siento placer en ser homosexual. (SOMOS n. 3, 1974, p. 17).

O relato não busca denunciar uma opressão sofrida pelo narrador ou buscar compaixão de um leitor heterossexual através da descrição da angustia de um homossexual, mas sim apresentar ao leitor a perspectiva de que homossexuais devem se orgulhar de quem são e que existe a possibilidade de serem felizes apesar das situações adversas. Ainda que a *Somos* possua uma quantidade considerável de artigos, reportagens e crônicas relatando violências contra homossexuais e histórias trágicas, ela também possui textos em tom mais cômico comentando tópicos relacionados a sexualidade (como a listagem de sinônimos para “sexo” e o teste para ver o nível de imoralidade do leitor) e relatos de companheirismo. A identidade homossexual sendo produzida pela revista não era apenas baseada na opressão sofrida, mas também no prazer e nas possibilidades vindas dele.

Ao criticar as medidas moralistas da direita argentina “mais papista que o próprio papa” que censurava filmes e livros e em seguida colocar um “teste de imoralidade” em que, ao final, quem pontuasse mais era con-

vidado a entrar em contato com a redação a *Somos* não apenas critica a permanência de práticas ditatoriais na Argentina como também coloca o homossexual do lado oposto (SOMOS n 2, 1974, p 10-13). O homossexual é o oposto do moralismo e da repressão, ele é imoral e uma ameaça para os opressores justamente por mostrar que formas de existir fora do que é considerado a norma são possíveis.

A visão da FLH ia na contramão do que movimentos de esquerda latino-americanos da época acreditavam, não apenas por reivindicarem a participação de homossexuais dentro destes agrupamentos, mas também por serem contrários à noção do “corpo de sacrifício” como explicado por Green e por Vespucci. O corpo para a FLH não deveria ser alvo de privações em nome de uma revolução, mas sim um espaço a ser explorado e com múltiplas possibilidades de gerar prazer. E não apenas isso, como a masculinidade, considerada essencial para a revolução por grupos de esquerda, era vista como sendo um instrumento do capitalismo que reforça a opressão.

Parte da visão revolucionária da FLH envolvia também a solidariedade internacional. Na sua segunda edição publicaram o texto *La Situación de los Homosexuales en Cuba* na qual denunciavam a perseguição dos homossexuais pelo regime cubano. O texto critica duramente as políticas do país contra a população homossexual e afirma que uma revolução só será completa se for também sexual.

Si el gobierno cubano orienta y organiza la vida sexual de la población como los nazis e sus divisiones blindadas, está cometiendo un trágico error, que algún día, hasta puede comprometer la misma revolución en su conjunto. Una revolución que no garantiza el de-

recho inalienable de todo ser humano a disponer de su cuerpo, será una triste caricatura de liberación humana. (SOMOS n 2, 1974, p. 18-19)

Outro exemplo dessa rede de comunicação foi o contato com outras organizações de direitos gays e lésbicos após a FLH ser atacada pelo jornal peronista de direita *El Caudillo*. O grupo enviou cartas denunciando o ocorrido para grupos parceiros de demais países, as respostas foram publicadas ao longo das edições 5 e 6 e eram formadas por organizações norte-americanas, espanholas e de chicanos (nome dado aos descendentes de mexicanos moradores dos Estados Unidos). A publicação destas acabava por complementar as notícias internacionais que eram parte da revista desde o primeiro volume. Elas colocavam o leitor homossexual como parte de uma comunidade que superava os limites de Buenos Aires.

Ainda que buscasse criar uma rede de comunicação com organizações lésbicas e gays de outros países e da homossexualidade como algo natural e universal, a FLH ainda se reconhecia como uma organização pertencente a um país periférico. No relato de um membro do grupo que estava vivendo na Europa, ele descreve com melancolia a liberdade que os homossexuais holandeses desfrutam em um país relativamente receptivo onde o congresso aprova leis que os favorecem, mas isso é colocado em perspectiva como só sendo possível devido aos países colonizados e explorados:

No es que la lucha de clases se haya suprimido por decreto, no: es evidente que las tensiones están puestas afuera. No olvidamos que es uno de los centros coloniales más importantes del mundo

moderno. Es decir, la calma de los holandeses tiene un precio: el pellejo de los habitantes de las Guayanas, por ejemplo. (SOMOS n 5, 1975, p. 18).

Conclusões Finais

Com a crescente violência política na Argentina que culminou no golpe militar de 1976, a FLH aos poucos se desfez. Ao concluir seu texto sobre a história da Frente de Liberación Homosexual, Nestor Perlongher (intelectual que participou do grupo) diz que em relação a resultados concretos podemos considerar a frente como sendo uma experiência fracassada. Ela não teria conseguido impor nenhum de seus ideais, nem levar a problemática da repressão sexual para nenhum outro setor da sociedade e conscientizar a comunidade gay argentina (PERLONGHER, p 83). Apesar desse olhar crítico ao que foi a experiência da FLH, Perlongher ainda mantém uma visão relativamente positiva acerca da organização por considerar uma prova de que mesmo em sociedades repressivas como a Argentina é possível surgir um alto nível de conscientização.

Insausti fala em seu artigo que é impossível separar a FLH de seu contexto, pois todas as suas ações, por mais inconsistentes que possam parecer em certos momentos, eram respostas a situações do presente. A criação da *Somos*, por exemplo, surgiu de uma necessidade de politizar as bases após o grupo ser rechaçado por demais organizações de esquerda. A revista nasceu em meio às lutas sindicais dos anos 60 e se adaptou às políticas da nova esquerda e a revolução sexual que estava surgindo nos anos 70. Apenas entendendo os processos da época em que existiu, é possível entender a dicotomia do pensamento da FLH que buscava criar

uma identidade que unisse todos os homossexuais mas também possuía um discurso anti-identitário que “entendía a la sexualidad alienada como un contínuum a ser liberado conjuntamente” (INSAUSTI,2019, p 14). Apenas entendendo a conjuntura política que permitiu o surgimento de um grupo resultado da junção de homossexuais sindicalistas de classes baixas com estudantes universitários em contato com debates acadêmicos da época é possível entender a lógica por trás de um grupo como a FLH e ver a *Somos* como um monumento involuntário como na definição de Le Goff.

A *Somos* não apenas reunia em si os projetos de futuro que acabaram não se concretizando, mas também o registro involuntário das agitações políticas da sua época não apenas no seu discurso explícito, mas na própria organização da revista que explicitava a diversidade de grupos que a compunham e que viram na união uma forma de se manifestar politicamente no meio das agitações da Argentina dos anos 70 e de se proteger da violência. A mesma publicação que em uma edição publica críticas à Igreja Católica na outra publicava um texto do grupo de homossexuais cristãos e um poema sobre sexo em banheiros públicos.

A revista é um monumento não apenas da história LGBTQIA+ latino americana mas também da história dos movimentos de esquerda argentinos. Analisar a forma como ela usa a denúncia e apresenta suas ideias de liberação e revolução permitem entender melhor como a FLH se relacionava com o cenário político a sua volta, com a sua base e com a própria pluralidade de ideias que a compunha.

Essa configuração marcante de um movimento formado por um grupo que ainda não tinha uma identidade formada, algo marcante nos

movimentos do início do Gay Power, e que talvez justamente por isso tenha permitido ao grupo uma postura radical e revolucionária que não se vê num futuro ressurgimento do movimento Gay argentino. Um novo momento do movimento LGBT argentino surgiu nos anos 80 após o fim da ditadura militar. Criada em 1984, a Comunidad Homosexual Argentina (CHA) buscou se filiar às organizações de direitos humanos na época bastante populares devido ao fim do regime militar e em um momento posterior focou os seus esforços na luta pelo tratamento e prevenção da AIDS.

Brown descreve CHA como sendo o oposto da FLH. Ele a descreve como uma organização assimilacionista por buscar a integração de gays e lésbicas na sociedade argentina e “normalizar” essas classes perante ela. Brown descreve que para isso se fez necessário apresentar homossexuais como sendo “iguais a todos os outros”. A FLH, pelo contrário, via justamente na diferença o que tornava os homossexuais (homens e mulheres) especiais e potencialmente revolucionários. Isso, somado à leitura feita pelo autor da FLH como sendo uma organização que acreditava no fim da categorização das identidades sexuais, levou Brown a considerá-la uma organização radical.

CHA e FLH representam momentos distintos da história do que hoje nos referimos como comunidade LGBTQIA+. Ambas partes de momentos distintos da história argentina, uma nascida num momento de recuperação do que é considerado um dos maiores traumas do país (a ditadura de 1976-1981) e que buscou se vincular ao discurso hegemônico de militância pelos direitos humanos. A outra nascida num momento de grande agitação política na Argentina, movimentos revolucionários e de

uma identidade gay/lésbica que ainda estava tomando forma.

Referências

- AMBROSE, Tom. *Heróis e Exílios: ícones gays através dos tempos*. Belo Horizonte: Gutenberg, 2010.
- BAZAN, Osvaldo. *Historia de la homosexualidad en Argentina*. Buenos Aires: Marea, 2010.
- BROWN, Stephen. “Con discriminación y represión no hay democracia”: The Lesbian and Gay Movement in Argentina. *Latin American Perspectives*, Vol. 29, n. 2, 2002.
- GREEN, James. A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina. *Cadernos AEL*, São Paulo, vol. 10, n. 18/19, 2003.
- GREEN, James. “Quem é o macho que quer me matar?”: Homossexualidade masculina, masculinidade revolucionária e luta armada brasileira dos anos 1960 e 1970. *Revista Anistia*, Brasília, julho/dezembro 2012.
- GONZÁLEZ, Miguel. Sexo y Revolución. El Frente del Liberación Homosexual y la moral burguesa. In: *Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia*, 16, 2017, Mar del Plata. Disponível em : <https://cdsa.academica.org/000-019/363.pdf> acesso em 24 de março 2022
- INSAUSTI, Santiago Joaquin. Una historia del Frente de Liberación Homosexual y la izquierda en Argentina. *Revista de Estudios Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 2, 2019.
- KLOCKER, Gastón; WILD, Carolina Beatriz. Revista Somos y la militancia homosexual en los 70. *La ventana*, Buenos Aires, janeiro/

junho, 2018.

LE GOFF, Jacques; Documento/Monumento. *In: História e Memória*. Campinas: Editora Unicamp, 1990.

SARLO, Beatriz. *Intelectuales y revistas: razones de una practica*. Universidade de Buenos Aires, 1992. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/ameri_0982-9237_1992_num_9_1_1047. Acesso em: 24 de março de 2022

SUFOCO na Argentina. *Lampião de Esquina*. Rio de Janeiro, fevereiro 1980.

PERLONGHER, Nestor. *Prosa Plebeya*. Buenos Aires: Colihue, 2003.

PRECIADO, Paul. Multidões Queer. *Estudos Feministas*, Florianópolis, janeiro/abril 2011.

VESPUCCI, Guido. Explorando un intrincado triángulo conceptual: homosexual, familia y liberación en los discursos del Frente de Liberación Homosexual de Argentina (FLH, 1971-1976). *Revista Historia Crítica*, Bogotá, 2011.

Fontes primárias

Nuestro Mundo, 1970

Somos n2, 1973

Somos n3, 1974

Somos n4, 1974

Somos n5, 1975

Somos n6, 1975

Sexo y Revolución, 1973



